revista
indisciplinar

V. 7, n. 2
dezembro/2021
edição 13



revista
indisciplinar

V. 7, n. 2
dezembro/2021 edição 13

A revista Indisciplinar é uma publicação do grupo de pesquisa Indisciplinar (EA-UFMG / CNPq), Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil

EDITORA CHEFE
Prof.ª Fernanda Dusse (CEFET-MG)

EDITORES
Prof. Daniel Medeiros de Freitas (UFMG), Prof.ª Gisela Barcellos (UFMG), Prof.ª Marcela Silviano Brandão Lopes (UFMG), Prof. Marcelo Reis Maia (UFMG), Prof.ª Natacha Rena (UFMG)

PROJETO GRÁFICO ORIGINAL
Prof. Marcelo Reis Maia (UFMG)
Prof.ª Natacha Rena (UFMG)

ILUSTRAÇÃO E DIAGRAMAÇÃO
Prof.ª Natacha Rena (UFMG)
Orientadora
Caio Augusto Gonçalves (EA-UFMG)
Bolsista
João Paulo Souto (EA-UFMG)
Bolsista
Matheus Coelho (EA-UFMG)
Bolsista

PLATAFORMAS DIGITAIS
Prof. Marcelo Reis Maia (UFMG)
Orientador
João Paulo Souto (EA-UFMG)
Bolsista

REVISÃO
Prof.ª Fernanda Dusse (CEFET-MG)
Orientadora
Eric Fellipe Lima (CEFET-MG)
Bolsista

CONSELHO EDITORIAL
Alemar S. A. Rena, Breno Silva, David Sperling, Eduardo Jesus, Fábio Tozi, Fernanda Dusse, Gisela Barcellos, Giselle Beiguelman, Karina Leitão, Karine Carneiro, Luis Regis Coli, Monique Sanches, Myriam Ávila, Patricia Azevedo, Roberta Romagnoli, Samy Lansky, Simone Tostes, Thais Portela

ENDEREÇO PARA CONTATO
Escola de Arquitetura da UFMG, rua Paraíba, 697, sala 500. CEP 30130-141.

TELEFONE
31 34098834 / 31 34098835 / 31 34098845

CAPA
Caio Augusto Gonçalves. Foto: Tiago Schultz

A revista Indisciplinar está disponível para download em indisciplinar.com

Belo Horizonte, Dez. de 2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

V.
Semestral.
v.7, n.2 (2021).

Indisciplinar / EA-UFMG. – Belo Horizonte (MG)

ISSN: 2525-3263

1. Conhecimento científico – Difusão – Periódicos. 2. Cultura – Periódicos. 3. Periódicos científicos. I. Escola de Arquitetura. II. Universidade Federal de Minas Gerais. III. Título.

CDD-B869.7

Editorial

A Revista Indisciplinar número 13 traz como tema “Outros mundos: novas subjetividades, novos métodos” e pretende reunir e apresentar propostas de novas metodologias para os desafios contemporâneos. Devido ao alto número de artigos recebidos para o último número, e também pela qualidade dos mesmos, optamos por fazer dois números com o mesmo tema. Na edição da revista Indisciplinar, v.7 n.2, apresentamos nove artigos, três ensaios, uma entrevista e um ensaio gráfico.

No primeiro bloco desta edição, trazemos variadas reflexões sobre o processo recente de urbanização chinês e o destaque do país como referência para um outro modelo de desenvolvimento territorial muito importante para o campo do planejamento urbano, abrindo horizontes para a transformação da economia mundial contemporânea via propostas de relações internacionais Sul-Sul como a iniciativa “Um Cinturão, Uma Rota”. A China é apresentada como um outro mundo, real e possível pelo ensaio gráfico de Marcelo Maia, pela entrevista com Elias Jabbour sobre seu novo livro “China: o socialismo do século XXI”, pela palestra transcrita do Ministro Conselheiro da Embaixada da República Popular da China no Brasil, Qu Yuhui, e pelo ensaio de Tiago Schultz, diversas perspectivas acerca da história recente do país asiático são apresentadas.

Nos textos em formato acadêmico, observamos análises inovadoras para a teoria e a prática da arquitetura na contemporaneidade. Dentre o grupo de ensaios e artigos que se dedicam à análise e proposição de metodologias, destacamos o trabalho de João Diniz na proposição da transArquitetura como uma (in)disciplina. A consideração do afeto como elemento fundamental para o campo fundamenta seu trabalho e é compartilhada por Ana Clara Araújo na apresentação do bordado como alegoria para a prática da arquitetura no espaço público. As autoras de “Indisciplina epistemológica: viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e do Urbanismo” também analisam novas propostas para o ensino da arquitetura à luz das teorias feministas, interseccionais e decoloniais. Da mesma forma, Antonio Aparecido Fabiano Junior reflete sobre o uso do projeto como instrumento na garantia do direito à vida no artigo “Traçar

caminhos que confluam para algum sentido: movimento e ato de form(ação)". Maria Cristina Alves Pereira e Adriana Nascimento propõem um diálogo da arquitetura com outras linguagens no artigo "A imagem como ferramenta de instrumento social", no qual avaliam o papel das fotografias urbanas na construção do imaginário sobre as cidades. Finalmente, o artigo "Mapping urban history", de Patricia Capanema, avalia as possibilidades no uso de métodos cartográficos a partir de uma análise histórica dos vetores de desenvolvimento territorial de Belo Horizonte.

Junto a esses trabalhos, apresentamos uma série de artigos que abordam situações práticas na garantia do direito à cidade. Em "Idealização do mundo e leitura do lugar nos espaços de religiosidade: entrevistas realizadas nos territórios populares de Belo Horizonte", os autores divulgam os resultados obtidos pela pesquisa qualitativa que mapeia mecanismos de construção de espaços religiosos em ocupações urbanas de Belo Horizonte. "Relato de uma deriva: uso e apropriação do espaço público cotidiano em Callao, Lima – Peru", parte da análise das imagens disponibilizadas no Google Earth, para analisar a prática sistemática de convivência comunitária performada pelos moradores de El Callao com o uso e instalação de piscinas de plástico portáteis nas ruas e calçadas da região. De forma semelhante, o artigo "Outra cidade possível: experimentações LGBT+ no carnaval de rua" apresenta narrativas contra hegemônicas sobre a vivência urbana através da cartografia de experiências de pessoas LGBT+ no contexto espaço-temporal do Carnaval de Rua de Belo Horizonte. Contrapondo-se a esses trabalhos, o texto "A dimensão [i]material da arquitetura industrial de fortaleza: um estudo sobre as "Oficinas do Urubu" traz uma análise de um antigo conjunto fabril em Fortaleza, Ceará e que parece invisível em meio a trama urbana, mesmo com suas proporções gigantescas. Interessa aos autores identificar os impactos do distanciamento desses edifícios históricos apartados da sociedade e refletir sobre o risco de espaços apartados do cotidiano e incapazes de garantir sentido às práticas da cidade. O artigo "Afetos, brasilidade e urbanidade: uma aproximação", ensaia a formulação da noção de urbanidade brasileira, a partir de contribuições do campo dos afetos e das epistemologias da ginga, da macumba e da ancestralidade e o artigo "Texto-trajeto: caminhar entre cenas, tempos e espaços no Poço da Draga (CE)" nos convida a caminhar em companhia de alguns filmes realizados nos últimos anos na comunidade do Poço da Draga, em Fortaleza – CE.

A amplitude do escopo das duas edições da Revista Indisciplinar no ano de 2021 evidencia a relevância do tema e a necessidade de refletirmos sobre novas estratégias metodológicas para a construção de universidades e de cidades capazes de lidar com os desafios socioambientais da contemporaneidade, sem abandonarmos as lutas históricas por acesso à moradia, aos direitos trabalhistas e ao lazer.

Esperamos que a revista estimule novos debates e mobilize estratégias propositivas para a transformação do conhecimento acadêmico e para a articulação dos diversos saberes que circulam no espaço público.

Editores Revista Indisciplinar

Sumário

ensaio gráfico

12 **...deslocalizar-se para uma nova substância urbana**
por Marcelo Maia

entrevista

30 **GeoDebate: livro “China” com Elias Jabbour**
por Natacha Rena

ensaios

56 **Palestra “Geopolítica e Desenvolvimento Territorial Chinês” proferida pelo Ministro Conselheiro da Embaixada da República Popular da China no Brasil, Qu Yuhui**
transcrição por Danilo Barbosa

72 **Relatos de uma não-deriva por uma ex-cidade fantasma chinesa**
por Tiago Schultz

86 **transArquitetura: uma (in) disciplina**
por João Diniz

artigos

102 **Partilha de afetos: um bordado de ações possíveis**
por Ana Clara Oliveira de Araújo

124 **Idealização do mundo e leitura do lugar nos espaços de religiosidade: entrevistas realizadas nos territórios populares de Belo Horizonte**
por Daniel Medeiros de Freitas, Carolina Maria Soares Lima e Bernardo Miranda Pataro

150 **A imagem como ferramenta de instrumento social**
por Maria Cristina Alves Pereira e Adriana Nascimento

172 **Mapping Urban History: Belo Horizonte’s spatial history through a cartographic approach**
por Patrícia Capanema

206 **Traçar caminhos que confluam para algum sentido: movimento e ato de forma(ação)**
por Antonio Aparecido Fabiano Junior

232 **Indisciplina Epistemológica: viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo**
por Rossana Brandão Tavares e Diana Helene Ramos

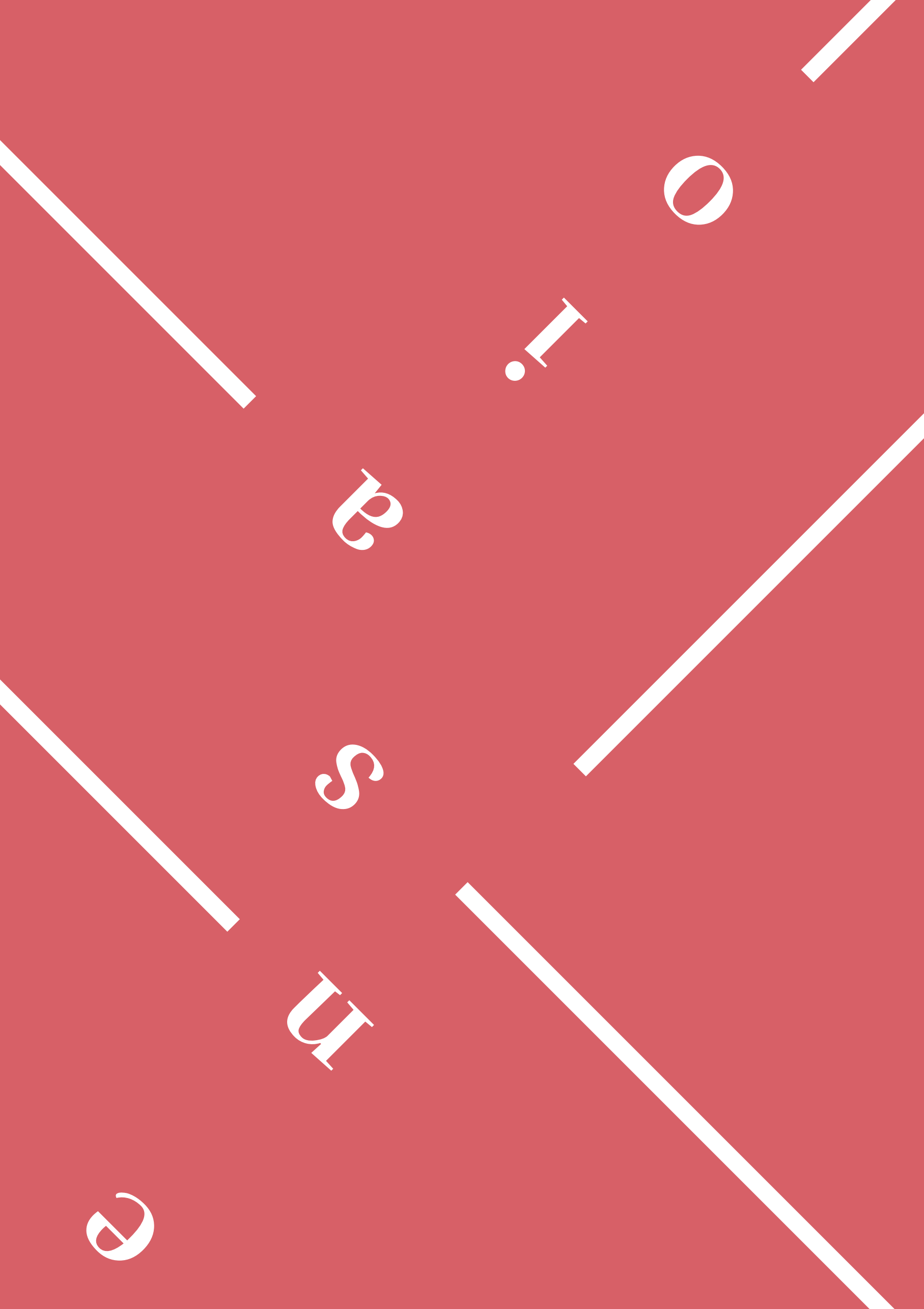
278 **Relato de uma deriva: uso e apropriação do espaço público cotidiano em Callao, Lima - Peru**
por Maycow Nathan Carvalho Gregório, Aliery Araújo Nascimento

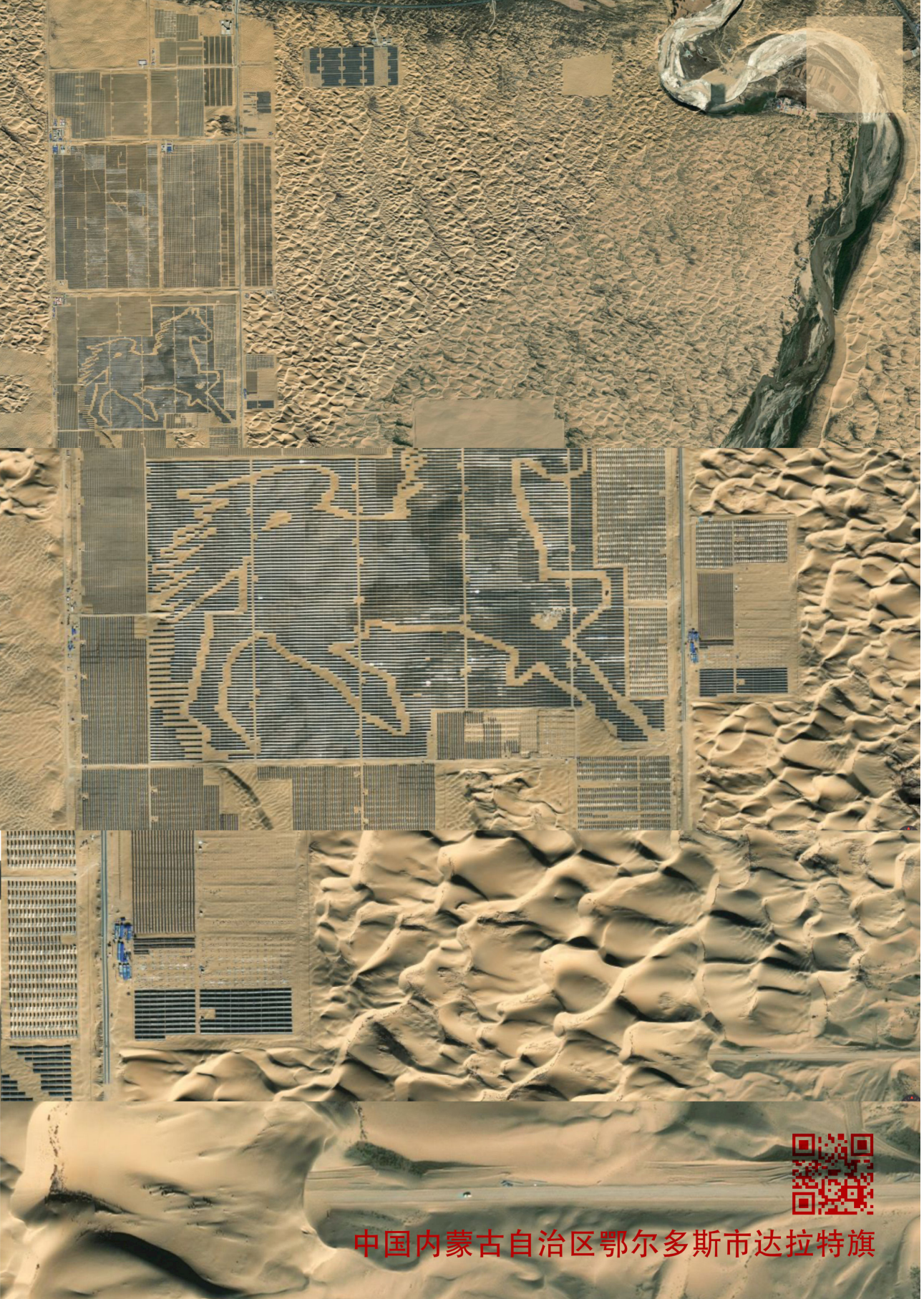
310 **Outra cidade possível: experimentações LGBT+ no carnaval de rua**
por Carolina Rodrigues Chaves Nogueira e Raquel Garcia Gonçalves

338 **A dimensão [i]material da arquitetura industrial de fortaleza: um estudo sobre as “Oficinas do Urubu”**
por Tainah Rodrigues Façanha, Beatriz Helena Nogueira Diógenes e Glória Diógenes

362 **Afetos, brasilidade e urbanidade: uma aproximação**
por Eliana Rosa de Queiroz Barbosa

386 **Texto-trajeto: caminhar entre cenas, tempos e espaços no Poço da Draga (CE)**
por Ana Paula Veras Camurça Vieira, Deisimer Gorczevski, Érico Oliveira de Araújo Lima





...deslocalizar-se para uma nova substância urbana

por Marcelo Maia*

***Marcelo Maia** Marcelo Reis Maia é Mestre e Doutor em Arquitetura e Urbanismo pela FAU-USP. Professor da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG. E-mail: marcelo.maia@gmail.com

> Talvez devêssemos atribuir ao pensamento a tarefa oposta àquela que lhe é oferecida pela filosofia iluminista: fragmentar o mundo de acordo com o diferente, em vez de universalizá-lo através do mesmo; induzir o mesmo através do diferente, em vez de deduzir o diferente a partir do mesmo. Um novo pensamento histórico-mundial precisa emergir diante do derretimento do mundo. (YUK, 2020a, p. 72)

> As diferentes civilizações cristalizam respectivamente as sabedorias e as contribuições de diferentes nações e nenhuma delas é superior às outras. Diferentes civilizações devem manter diálogos e intercâmbios ao invés de tentar excluir ou substituir umas às outras. A história da humanidade é um grandioso processo de intercâmbio e aprendizado mútuos e de integração entre diferentes civilizações. Devemos respeitar todas as civilizações, tratar-nos como iguais, aprendermos uns com os outros, bem como assimilar os pontos fortes de cada um para conquistar o desenvolvimento criativo da civilização humana. (XI, 2019, p.607)

> A criação de conceitos faz apelo por si mesma a uma forma futura, invoca uma nova terra e um povo que não existe ainda. (DELEUZE E GUATTARI, 1992, p. 140)

No livro *Great Leap Forward*, Rem Koolhaas consolida uma série de teses realizadas por pesquisadores da *Harvard Design School* sobre a China, criando novos conceitos. Koolhaas introduz o livro apresentando sua hipótese de que o movimento Metabolista[1]. foi o primeiro movimento de vanguarda da arquitetura não ocidental[2] e o último movimento da arquitetura de interesse público que praticamente desapareceu com a chegada do neoliberalismo. Ao sugerir que o Team X e o Archigram foram os últimos movimentos reais do urbanismo e os últimos a propor novas idéias e conceitos para a organização da vida urbana, o pensador utiliza o termo “urbanismo plástico” para se referir a uma capacidade crescente de produzir uma condição urbana livre da urbanidade. Ao deslocalizar-se para a Ásia, Koolhaas descobre na China uma outra história da arquitetura e do urbanismo, na qual ele identifica a criação de uma “nova substância urbana”, distante das doutrinas universais ocidentais. (KOOLHAAS, 2002, p.27, tradução nossa).

Nos últimos anos iniciamos um exercício cotidiano de estudar territórios pertencentes à Rota da Seda junto aos alunos da EA UFMG[3]. Aprendemos coletivamente ao percorrer georreferenciadamente a milenar Rota, que existem outros mundos, outros modos de vida, outras substâncias territoriais. Percorrer a Rota da Seda tem sido menos sobre deslocar-se e mais sobre deslocalizar-se. Deslocalizar-se do Ocidente como um exercício em busca de uma visão mais diversa, inclusiva e tolerante, fazendo conhecer outros mundos e civilizações. Deslocalizar-se pela Rota da Seda tem se tratado para nós, de criar diálogos intercivilizatórios que possivelmente será o maior desafio metodológico ocidental ao propiciar um acúmulo de pistas para novas soluções que resolvam parte da nossa crise civilizatória.

Este ensaio imagético é, portanto, parte do processo de reflexão pessoal que envolve o fato de que localizar e ser localizado não é explorar, conhecer novos lugares, outros mundos e ou civilizações. Ainda que o Google te permita abrir um mapa de Xangai, para conhecer a China é preciso estar aberto para um diálogo intersistêmico, se reconhecendo como parte de um e dialogando com o funcionamento do outro. Entender um pouco do processo de urbanização chinês, significa deslocalizar-se do sistema ocidental e buscar os rastros de novas substâncias urbanas que possibilitem criar novos conceitos e novos mundos.

Ao observar e estudar o processo de urbanização chinês, desenvolvi uma metodologia de pesquisa do território que utiliza fotos de satélite e informações georreferenciadas. O ensaio é uma amostra desta experiência traduzida em colagens de imagens do Google Maps, Google Earth, Baidu Maps e OpenStreetMap. Acompanhar as transformações registradas no histórico das fotos de satélite, para além das análises que elas possibilitam, permitiu identificar o acelerado processo de

desenvolvimento urbano chinês dos últimos vinte anos. O ensaio inclui substâncias urbanas do Nur Sultã, capital do Cazaquistão e da Nova Capital Administrativa do Egito, financiada e construída pela *China State Construction Engineering Corporation[4]*, no contexto da Nova Rota da Seda (*One Belt, One Road Initiative*). Apresentamos ao todo 10 substâncias que foram identificadas nominalmente e georeferenciadas com um código QR. Nelas é possível perceber a repetição em larga escala de clusters produtivos industriais, agrícolas e energéticos, todos conectados por uma infraestrutura de canais, autopistas e ferrovias. Estas conexões se expandem no território como um rizoma, onde a vida e a técnica são uma coisa só.

Para a construção destas imagens sobre e com a Rota da Seda aqui apresentadas, partiu-se da utilização de sistemas tecnológicos de mapeamentos georreferenciados que, ao deslocalizar-se do ocidente em direção ao oriente, vai revelando imagens de satélite cada vez mais embaçadas o que evidencia a escassez de informacões. Existe um desbravamento também tecnológico ao lançar-se no percurso digital por fotos de satélite sobre a Rota da Seda. Neste sentido, esta experiência de investigação tecnológica foi demonstrando aos poucos a relação da ausência de conexão das imagens entre mapas georreferenciados de origens distintas. Relaciona-se, portanto, uma enorme dificuldade tecnológica à falta de diálogos intercivilizatórios. Não basta saber onde você está - *location* - sua localização dentro de um sistema de posicionamento global (geoposicionamento), é preciso entender-se como parte de um sistema[5] para se deslocalizar. Experimentar esta deslocalização é abrir o mapa do Google na China e perceber que os mapas de navegação não coincidem com as imagens de satélite. Se optarmos por usar a base de geoposicionamento chinesa pelo Baidu, não basta saber escrever Xangai, é preciso saber que é 上海.

Notas

1: Os metabolistas protestavam continuamente e ativamente contra o planejamento urbano gerado pelo CIAM, contra academias e instituições, contra o 'estático formalismo moderno de caixas quadradas'. Eles diziam estar suplantando a analogia feita pelo movimento moderno da cidade como máquina e implantando outra analogia, a da cidade como organismo vivo. A tomada da cidade como organismo vivo se associava a ideia de produção do espaço urbano expressando características da civilização de seu tempo (idéia comum à Renascença). A dinâmica da cidade era um dos pontos centrais na composição de suas macroestruturas." CAÚLA E SILVA, A. M. de. Trilogia das Utopias Urbanas: Urbanismo, HQ's e Cinema. Salvador: UFBA/ Faculdade de Arquitetura/PPG-AU, 2008. p. 46-47.

2: Rem Koolhaas, conhecendo a origem do movimento no Great East Asia Co-Prosperity Sphere (1932-1945), identificou um processo de urbanização não ocidental, que despertou seu olhar para a China. Em 2009 ele publica o livro Project Japan, uma coletânea de entrevistas com os arquitetos e urbanistas do movimento metabolista que, segundo o autor, foi ignorado pelo Ocidente. É fato que o Great East Asia Co-Prosperity Sphere foi desmontado politicamente após a segunda guerra mundial. Minimizou-se o interesse público nos grandes projetos urbanos e, desde então, o Japão se abriu a parcerias público-privada no seu processo de reconstrução financiado pelo Ocidente no pós-guerra.

3: Desde 2020, quando criamos o grupo de estudos "Geopolítica e Território" para realizarmos estudos sobre desenvolvimento territorial com características voltadas para a infraestrutura, mobilidade e logística, assim como infraestrutura digital, o novo modo de urbanização chinesa tornou-se a principal referência para nossa investigação. Ao iniciarmos uma revisão bibliográfica que conectasse temas nacionais aos temas de desenvolvimento aos moldes chineses, percebemos que pouco material vinha sendo produzido neste sentido, já que a vertiginosa ascensão econômica, política e urbanística da China é muito recente.

Portanto, parte da metodologia adotada para a escrita deste primeiro artigo que realizamos sobre a temática é composta

pela revisão de uma bibliografia básica, envolvendo os principais autores brasileiros que abordam o desenvolvimento com características chinesas, o que inclui, com destaque, pensadores e interlocutores cotidianos para nosso grupo de estudos, como é o caso da dupla Elias Jabbour (2020) e Javier Vadell (2021). Para complementar esta revisão bibliográfica, que vem sendo produzida em tempo real já que o jogo geopolítico global está acontecendo em ritmo ultra acelerado, decidimos incluir a produção de atividades acadêmicas como webinários e disciplinas que vem nos auxiliando a levantar fonte primária de informação sobre geopolítica envolvendo China e Eurásia como um todo. Temos construído um grande banco de dados a partir das pesquisas realizadas pelos alunos de graduação que vem nos embasando com cases reais e cotidianos envolvendo o desenvolvimento territorial na China e ao longo da Rota da Seda por toda Ásia, África, Oriente Médio e Europa. Para maiores informações, acesse o artigo “Dessincronizando o Ocidente: novos vetores de desenvolvimento do Sul”, por Marcelo Maia e Natacha Rena. Disponível em: http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=2&lang=pt.

4: 中国建筑集团有限公司 (China State Construction Engineering Corporation) www.cscec.com.cn

5: Dos sistemas de geoposicionamento conhecidos temos o GLONASS russo, o Galileo europeu, o BeiDou ou COMPASS chinês, o GPS americano e o Navic indiano.





开罗省埃及



中国甘肃省酒泉市瓜州县

中国新疆维吾尔自治区

乌鲁木齐市

努尔苏丹 哈萨克斯坦

张登镇



Referências

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia?** São Paulo: Editora 34, 1992.

KOOLHAAS, R. **Great Leap: Harvard Design School Project on the City.** Köln: Taschen, 2002.

MAIA, M. R.; RENA, N. S. A. **Dessincronizado o Ocidente: novos vetores de desenvolvimento do Sul**. V!RUS n. 23, 2021. [online]. Disponível em: <http://www.nomads.usp.br/virus/virus23/?sec=4&item=2&lang=pt>. Acesso em: 28 Dez. 2021.

XI, J. **A governança da China II**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2019.

YUK, H. **Tecnodiversidade**. São Paulo: Ubu Editora, 2020.

e t h v r i s a t

GeoDebate entrevista Elias Jabbour sobre o seu novo livro “China: o socialismo do século XXI[1]

por Natacha Rena*



***Natacha Rena** é Arquiteta. Doutora em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade de São Paulo – PUC-SP. Professora da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. E-mail: natacharena@gmail.com.

Elias Jabbour é professor dos Programas de Pós-Graduação em Ciências Econômicas (PPGCE) e em Relações Internacionais (PPGRI) da UERJ. E-mail: eliasjabbour@terra.com.br



Foto: Flyer de divulgação da live. Fonte: Grupo de Pesquisa GEOPT

Data da transmissão: 02/12/2021

Data da transcrição: 22/12/2021

Duração: 53:00

Local: Transmissão ao vivo através do canal do YouTube 'Geopolítica', do Grupo GeoPT.

Transcrição por Eric Fellipe Lima.

Natacha Rena (GeoDebate):

Queria agradecer a presença do Elias Jabbour, daqui a pouquinho eu vou falar um pouco mais sobre ele, que é o nosso convidado. Eu e o professor Marcelo Maia estamos organizando uma série de atividades envolvendo o debate sobre a China. As atividades que a gente vem desenvolvendo partem de um grupo de pesquisa que nós criamos esse ano que se chama "Geopolítica e Planejamento Territorial" e essa atividade de fazermos debates se inaugura hoje. Estamos transmitindo

1: Disponível em https://youtu.be/SYjOYP52RR8. Acesso dia 15 de dezembro de 2021.

2: Disponível em https://youtu.be/lEbh_Jxvhgw. Acesso dia 15 de dezembro de 2021.

no YouTube, a gente tem um canal no YouTube que se chama Geopolítica e nesse canal a gente tem, também, disponível para quem tá aí assistindo e quer se aprofundar sobre tema, dois webinários com diversas lives que a gente realizou em formato de disciplina de pós-graduação.

O primeiro webinário contou com a presença do professor Elias Jabbour, o nosso convidado de hoje, e foi junto do professor José Luís Fiori, do professor Fábio Tozi, da UFMG, do jornalista Pepe Escobar do Asian Times, do Tiago Schultz da Universidade Federal da Bahia, do Pasqualino Magnavita da UFBA também, da professora Mônica Bruckmann da UFF, do professor Gilberto Libânio da UFMG que tá aqui na sala com a gente hoje (...). Este webinário foi finalizado com uma fala impressionante da presidenta Dilma Rousseff com duração de duas horas sobre tecnologia revolucionária que nos inspirou muito a dar continuidade ao webinário.

O segundo webinário terminou essa semana e ele contou também com a presença do professor Elias Jabbour da UERJ e do professor Javier Vadell da PUC de Minas Gerais, do professor Leandro Diniz da Letras da UFMG que é o coordenador brasileiro do Instituto Confúcio UFMG, do Tiago Schultz arquiteto da UFBA novamente, do professor Márcio Pochmann da Unicamp, do professor Uallace Moreira da UFBA, da pesquisadora Maria Rosa Azevedo do Pagode Chinês, que é um super programa no Spotify, que vale a pena ouvir. E a gente teve o encerramento com o ministro Conselheiro da Embaixada da República Popular da China Que Yuhui[2].

Bom, o professor Elias Jabbour é militante, ativista, companheiro, camarada e amigo. Ele possui graduação, mestrado e doutorado em Geografia pela USP e é professor adjunto da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, da UERJ; e do programa de pós-graduação em Ciências Econômicas, na UERJ; e do programa de pós-graduação em Relações Internacionais, também da UERJ. É uma coisa importante de dizer, para quem não conhece o Elias e ainda não acompanha as suas infinitas Lives, que eu não sei como uma pessoa tem tanto fôlego para participar de tanta Live, muita energia e muita militância, mas tem um programa que eu

recomendo também a todos e todas que é o Conexão Xangai. Ele participa todos os domingos junto com os economistas Paulo Gala, André Roncaglia e o Alisson Moreira, então estou dando essas dicas aqui para gente contextualizar o Elias. E o motivo principal desta Live com Elias, que é nossa principal referência teórica nos apresentando um novo campo de investigação não só com tema da China, mas com tema da economia do projetamento, é que ele vai lançar, em Belo Horizonte, dia dezoito de dezembro, no sábado às 11 horas, o seu mais novo livro "China: o Socialismo do Século XXI" na livraria Quixote, na Savassi.

Bom, sobre esse novo livro, eu gostaria de fazer uma pequena introdução lendo o trecho das pessoas que fizeram as aberturas do livro. Um trecho do Renato Rabelo com uma pequena introdução minha: Diferente do que o Marxismo acadêmico vem anunciando como utopia, este livro apresenta um novo mundo imanente, real e não um mundo possível, idealista e perfeito. Sigo para fala do Renato Rabelo:

> Neste livro há uma tentativa de construir uma visão inovadora da evolução global do capitalismo e do socialismo. Seus autores, os professores Elias Jabbour e Alberto Gabrielle, procuram analisar a realidade econômica a partir da estrutura interpretativa da teoria econômica clássica moderna e propõem uma reinterpretação parcial dos conceitos de modo de produção, da formação econômico-social e da lei do valor. Nesse esforço constatam que o sistema econômico Global permite a existência tanto dos projetos nacionais quanto de formações econômico-sociais não-capitalistas. Assim sendo, o socialismo enquanto esperança e perspectiva, não somente não desapareceu com o fim da União Soviética, mas mantém-se como possibilidade ainda que imatura sobre a forma de uma nova classe de Formação econômicos sociais surgida no final da década de 70, o socialismo de mercado. Logo, o socialismo de nosso tempo tem na República Popular da China sua expressão máxima de desenvolvimento. O livro analisa a gênese e evolução do chamado macro setor produtivo do país apontando uma chamada nova economia do projetamento como estágio recente e superior do socialismo de mercado.

(JABBOUR, 2021, P.11)

Com essas palavras, a gente pode chamar o Elias para esta conversa sobre o livro, e eu gostaria muito que ele iniciasse falando um pouco da sua formação e das suas escolhas políticas, ideológicas, partidárias, acadêmicas e geopolíticas.

Bem-vindo, Elias, e obrigada.

Elias Jabbour: Que bom Natacha, que você me apresentou como geógrafo, porque muita gente acha que eu sou economista. Não, sou geógrafo formado pela USP e com mestrado e doutorado em geografia humana. Então, eu não tenho uma formação na economia clássica, digamos assim com mestrado, doutorado e graduação. Apesar de ser professor de Economia, de Planejamento Econômico, de Economia Política e de Teorias do Desenvolvimento Comparado.

A minha trajetória intelectual tem dois vieses que eu acho que são interessantes de ressaltar aqui. Formalmente sou geógrafo, mas desde que eu entrei na faculdade duas grandes questões me perturbavam. Entrei na faculdade na USP com 17 anos de idade, e a primeira delas é porque já era um militante da UJS do PCdoB com gente na universidade e já entrei com uma escolha política que até hoje eu mantenho igual e a manterei até o final delas, certamente.

É a seguinte: o socialismo é um projeto plausível, ele é possível. Ou seja, acabou e acabou mesmo. É o capitalismo que fica até o fim da história mesmo, então, a questão, o meu grande objeto de estudo, Natacha, nem é a China não, é o Socialismo, ou seja, a minha grande questão é a seguinte: qual que é a base científica que eu posso encontrar para demonstrar para as pessoas e, primeiro a mim mesmo, depois às pessoas, que o socialismo é cientificamente algo plausível, apesar do final da União Soviética? Evidentemente, eu vou cair na experiência chinesa, assim mesmo, por conta do meu orientador que falou "Olha, todo mundo fala que é capitalismo aqui desde a década de 1990, pessoal, eu comecei estudo sobre a China quando não era moda quando todo mundo jogava contra aquela experiência."

Ou seja, o meu primeiro artigo sobre a China é de 1996, que foi um artigo publicado nos anais do 1º Encontro de Iniciação Científica em Geografia da USP. Então tem uma produção que já dura 25 anos. Não entrei nessa onda depois que já virou moda, né? Então, a experiência chinesa acabou se transformando na minha unidade de análise, desde o meu TCC até o doutorado só falei da China. Pois bem, eu acho que ia ser o primeiro ponto, socialismo; a segunda questão que eu trago na minha trajetória e que se explica porque que eu me transferi, acabei me tornando professor de economia, foi a questão seguinte, ou seja, aquela coisa bem de adolescente sabe, né? Como que é e qual que é o DNA da sociedade? Ou seja, qual é o código genético de uma sociedade? A ciência consegue decodificar o ser humano decodificando os seres vivos ou seres vivos em geral e a natureza. E a sociedade? Como que a gente decodifica ela? Evidentemente, eu caí no processo de produção de mercadorias, que é o processo onde você, ao analisar o processo de produção de mercadorias, ali está o DNA da sociedade. Então eu tive que, paralelo ao meu curso de geografia, eu fiz paralelo o Curso de Economia como autodidata. Ou seja, eu passei a ler com 18 anos, todos os clássicos da economia, Marx, e principalmente Lênin, muita obra econômica do Lênin, o estruturalismo latino americano, as teorias do Estado Desenvolvimentista. Ou seja, desde muito jovem eu passei a ter contato com este corpo teórico que, vamos dizer, esse corpo heterodoxo da economia. Mas com foco, evidentemente muito forte, em Marx e Lênin, nas obras econômicas de Lênin que são muito pouco conhecidas, né? E também, por uma circunstância inusitada, o economista Ignácio Rangel, que, para mim, foi O pensador marxista brasileiro, O Pensador brasileiro mais completo do século 20. Existem várias controvérsias sobre isso, só eu acho isso, mas até aí é vida que segue.

A meta de todo repertório intelectual é essa, a de buscar comunicação para essas minhas inquietações. Então, quando escrevo os meus livros sobre a China, para terminar essa resposta, os meus livros, os meus meus artigos, eles servem para mim, por exemplo, não como uma lógica produtivista, como a Academia nos impõe. Eu começo a fazer um artigo sobre a China, ou a reflexão que eu coloco no Twitter, ou um artigo científico mesmo, para mim é um divã que eu faço. Pra mim é um divã porque eu estou colocando no papel respostas a questões que eu faço desde a minha adolescência, entendeu? Então fazer ciência para mim hoje, fazer ciência social, nada mais é do que responder aos meus dramas existenciais da adolescência e juventude. No final da minha adolescência começa a juventude, então até hoje eu estou tentando responder a esses dramas e o resultado é uma ciência social particular, que eu tenho tentado produzir nele. Que esse livro é, sem nenhuma uma ponta de arrogância, ele acaba consagrando isso, você pode perceber na leitura dele. É um livro que chega, no meu ponto de vista, para demarcar um ponto de pensamento no Brasil sobre a China, para demarcar um campo de pensamento dentro do marxismo sobre a China, e que pelas repercussões de apenas dez dias de lançamento, ou seja, já esgotou a primeira leva de três mil livros né? Já vai dar a ideia do impacto que esse pode vir a ter um debate de ideias. Enfim, mais adiante eu vou responder a mais questões deixando mais claro aqui as ideias.

Natacha Rena (GeoDebate):

Então, Elias, como eu e o Marcelo, que estamos aqui te entrevistando e conversando com você, somos do campo da Arquitetura e do Urbanismo, uma questão muito importante e que, normalmente, a gente não discute no campo do planejamento e do projeto em arquitetura sobre as possibilidades de uma nova economia que possa se basear no desenvolvimento com distribuição de renda, com justiça social, num desenvolvimento que venha junto com amplos projetos de melhoria de condições de vida, de bem-estar, do bem viver, do que chamam de "produção do comum" na sociedade, com comida para todos, casa para todos, trabalho para todos, pleno emprego. E aí a gente assiste, no campo teórico, mas também nas disputas políticas, uma polarização entre projetos desenvolvimentistas e projetos anti-desenvolvimentistas. O ocidente, o Norte Global, suas ONGs e Fundações, suas agências de globalização, vêm incentivando, com muita força, projetos anti-desenvolvimentistas, dizendo que esse é um projeto anticapitalista. Então eu gostaria muito que você falasse sobre isso, e eu vou dar alguns exemplos de

situações estranhas: por exemplo a discussão do Capitalismo Inclusivo que o Papa Francisco lança junto com toda elite rentista global solicitando que os capitalistas tornem essa sociedade mais justa com seus projetos.

Outra questão também ligada o Papa Francisco é a Economia de Francisco que, muitas vezes, nos parece que está completamente conectada ao fato da crise climática, do aquecimento global e me parece, eu posso estar errada, que existe aí uma solicitação para uma sociedade que glamouriza a pobreza, do tipo: Vamos viver felizes e pobres! Não precisamos desenvolver senão o planeta vai acabar! Então essa é uma segunda questão contraditória já que o Papa Francisco é claramente um progressista ligado às redes internacionais progressistas. E por falar nessa palavra "progressista", a gente vê aí também, uma outra articulação do Partido Democrata americano, da ala mais à esquerda do Bernie Sanders, lançando uma nova Internacional. Só que é uma nova Internacional que não é internacional comunista/socialista, é uma Internacional Progressista. E aí a gente vai ter Bernie Sanders na frente, no Brasil a gente tem vários políticos, inclusive o Haddad, o Tarso Genro encabeçando essa International Progressista. E a quarta manifestação muito estranha, é esse Grupo de Puebla, que é um grupo de esquerda que apoia os nossos governantes de esquerda, da social-democracia latinoamericana, que é liberado pelo Zapatero, que todo mundo sabe o que fez parte do Clube de Bilderberg.

Então eu queria que você me falasse sobre isso: o quê que está acontecendo na esquerda mundial e nacional?

Elias Jabbour: Natacha, eu vou fazer alguns raciocínios aqui que você vai entender muito bem, porque você é uma das pessoas mais velozes mentalmente que eu conheço, veja isso como um elogio, tá?! Com relação ao desenvolvimento e ao anti-desenvolvimento, por mais que eu tenha o nome de Elias Marcos Khalil Jabbour e tal, sou de São Paulo, fiz USP, doutorado e mestrado. As minhas origens são nada abastadas, ou seja, eu tenho toda uma história particular aqui, que não é coitadismo não, é só para tem uma tendência quase que natural de observar os fenômenos a partir de uma visão popular dos problemas. Então quando eu chego a condição de um homem de Estado, ou seja, como professor universitário, eu me vejo como um homem de estado, eu tenho a obrigação de entregar soluções para os problemas nacionais brasileiros.

Então vou pegar aqui uma questão bem basiquinha que você vai entender assim, vai sacar na hora. Tem dois desafios aí que a gente tem que enfrentar: primeiro levar comida barata à mesa do povo, porque as pessoas estão passando fome; e levar energia elétrica a preços módicos para as massas populares. Qual é a solução para isso? A solução para isso é a escala de produção, pessoal. Ou seja, ser desenvolvimentista nesse aspecto é ir ao encontro do que há de mais, vou dizer assim, profundo nas raízes do povo. O que eu quero é o seguinte, pessoal. Primeiro, que o mundo não vai acabar, ou seja, o limite do capital é o próprio capital, já dizia o nosso amigo Marx, não é?! E outra coisa, eu só quero que as pessoas tenham acesso ao mesmo nível de consumo que você. Então eu acho que tem essa questão de que nós temos pessoas de Estado e temos que entregar soluções para os dramas humanos. E os dramas humanos demandam escala na produção de alimentos, escala na produção de energia, escala, vamos dizer assim, no âmbito da grande técnica. Então, ou seja, nada disso acontece numa ciranda, infelizmente. Isso demanda a existência de indústria, do capital financeiro, da criação de moeda, de engenharias financeiras infinitas. Não é uma brincadeira isso daí.

Do ponto de vista filosófico, Natacha, o que eu acho é o seguinte, isso na minha resposta anterior, tá? Aliás, do ponto de vista político e estratégico. Eu acredito que o final da União Soviética e a derrota dos Projetos Nacionais de Desenvolvimento, no Brasil e no México, foram derrotas estratégicas que levaram boa parte da esquerda a perder completamente o rumo. E ao perder o rumo, o Imperialismo, ele chega muito claramente falando "Olha, vocês não vão perder o rumo, eu vou entregar para vocês bandeiras para vocês terem uma razão de viver". E aí entram todas essas noções que você está falando aí. Ou seja, tudo isso na minha cabeça é Teoria da Conspiração porque os asiáticos já viajaram para os Estados Unidos: economistas, enviaram químicos, engenheiros, enviaram físicos. E o que

América Latina mandou para os Estados Unidos e para Europa, né? Geógrafo, historiador, filósofo, para chegar no Brasil e falar o que? Em defesa das instituições, da democracia, dos direitos humanos e das liberdades individuais. Tudo menos Projetos Nacionais de Desenvolvimento, não é? Eu acho que essas noções desenvolvimentistas tem muita relação com a política de assalto cultural do Imperialismo em relação às nossas subjetividades. Não tem outra resposta, não consigo responder de forma diferente. Ou seja, nós temos que ter coragem de falar, Natacha e professor Marcelo, que quem é contra o desenvolvimento das forças produtivas é contra os interesses gerais da sociedade. E nós temos que falar isso abertamente, abertamente, porque os interesses gerais da sociedade demandam desemprego, pleno emprego, ou seja, 4% de desemprego. Demanda que as pessoas tenham três a quatro refeições por dia, demanda que as pessoas tenham acesso à energia elétrica, internet, e isso tudo tem um custo. Inclusive ambiental, inclusive uma pessoa pode comer sua pizza no forno a lenha porque é muito gostoso. A gente tem que sair da defensiva em relação a esse tipo de coisa. Eu não fico na defensiva em relação a isso de jeito nenhum.

Em relação ao ponto de vista filosófico, o que é o Socialismo, né? Ou seja, uma coisa interessante é que o Lênin dizia, isso há 100 anos atrás viu? Que 90% dos marxistas não leram Hegel e por isso não entenderam o livro "O capital". E hoje eu digo que 90% dos marxistas não leram Marx, então eu vejo por exemplo uma pessoa que fala que é marxista e fala em utopia logo em seguida, sendo que Marx derrotou o socialismo utópico há 150 anos atrás, quando ele publicou "A ideologia alemã".

O cara produz uma obra que até hoje ainda está a ser estimado, e sem volumes completos ele, Andrews, demonstrando que sim, que precisamos da sociedade, ou seja, resumindo a sociedade e o processo de produção e a produção material da sociedade, a partir das relações dos homens com os seres humanos consigo mesmo, dos seres humanos com a natureza. Isto é Ciência! E essas contradições, elas vão levando, necessariamente, vamos dizer assim, a tensões, cujos pontos são exatamente as revoluções sociais, ou seja, não tem nada de utopia no marxismo, pessoal. Não tem nada de bonito falar em utopia, desculpa eu ser honesto assim sabe?! Não tem nada de bonito nisso, o socialismo é uma ciência.

E você não vai construir uma sociedade de nível superior, partindo da destruição do que tá aí, ou seja, as pessoas que são anticapitalistas, sendo que para o Marx o socialismo é a superação do capitalismo, não só destruição. Quem é anticapitalista é a Al Qaeda, o Estado Islâmico, que quer destruir esse mundo e fazer outro em cima, o PSTU, sabe, que quer destruir esse mundo e fazer outro em cima. Nós não, nós queremos superar isso daí. Isso significa, Natacha, uma coisa que eu mal pude perceber o seguinte: olha, o socialismo é a apreensão do ponto mais alto daquilo que eu nego. E qual é o ponto mais alto daquilo que eu nego? São as forças produtivas que o capitalismo desenvolve. Ou seja, é entregar para a classe trabalhadora abundância material construída pelo capitalismo. Esta é a nossa tarefa histórica, e não entrega para a classe trabalhadora a miséria que o capitalismo produz. Porque para defender a miséria e defender a pobreza digna, vamos defender o capitalismo. O próprio capitalismo pode entregar isso daí para as pessoas. Então eu acho que, eu nem sei o que responder esse tipo de coisa, a gente se prepara para um nível de debate, que quando se depara com esse tipo de negócio de utopia, eu não sei... Para terminar, tem aquela frase do Marx "novas relações de produção não surgirão antes que as velhas forças produtivas desapareçam", ou seja, não tem como você construir uma sociedade socialista com uma base feudal, uma base base técnica e resistente. O socialismo é a apreensão da mais alta base técnica. A pobreza não é pressuposto do socialismo, muito pelo contrário, o socialismo é o processo que é resultado da marcha da sociedade para a abundância e não para escassez, essa que é a questão, né?!

Natacha Rena (GeoDebate): O ponto alto da sua Live com a presidenta Dilma[3], inclusive, foi esse. Eu acho que a imprensa não mostrou, é quando ela vai dizer que a tecnologia, que a técnica que envolve a ciência, a pesquisa e a inovação, é fundamental para a gente dar esse salto. E aí a gente vê também, esses mesmos grupos de marxistas acadêmicos utópicos, atacando

3: Live "China: o socialismo do século 21" com Elias Jabbour, Dilma Rousseff e Silvio Almeida no canal da editora Boitempo: https://www.youtube.com/watch?v=eJpqTO-PaY0. Acesso em 15 de dezembro de 2021.

as tecnologias, atacando a revolução 4.0, atacando os novos meios de produção! E é muito interessante, enquanto essas formas tecnológicas eram apenas conquistas do ocidente, do Vale dos Silício, da NSA, ninguém atacava. Agora que a China, a Rússia e a Ásia como um todo, avançaram com 5G futuro 6G, aí virou sociedade de vigilância e aí nós vamos virar robôs, e aí vai ser o fim do homem na terra! É muito interessante isso, assim, você vai seguindo como que essas manifestações acadêmicas, marxistas e de esquerda, como elas não olham para a China para pensar nisso, né!?

Elias Jabbour: Permita aqui um ponto. Essa questão do Capital de Vigilância, onde eu fui confrontado com isso, eu falei: pessoal, vocês não estudam história, não? É evidente que a gente está criando um sistema de segurança interno que vai vigiar tudo o tempo inteiro. E isso é legítimo historicamente porque a China passa por uma ameaça existencial. Os Estados Unidos querem destruir a China, meu amigo, os americanos querem impor à China uma guerra colonial contra eles. E as pessoas não sabem, por exemplo, que a União Soviética cai e se descobre logo em seguida, mais de 200 espiões da CIA dentro do Partido Comunista e mais de 30 agentes dentro do comitê central do Partido Comunista. O que acontece, as pessoas são presas dentro de uma concepção de liberdade que é pré Hegel, né? Elas não chegaram ao Marx. Que existe a liberdade real e a liberdade formal, quando para Hegel isso não existe, para Marx menos ainda.

E o Hegel dizia, uma coisa que é interessante num debate dele com Adam Smith sobre a questão do Haiti. Adam Smith diz o seguinte: "Está surgindo um regime totalitário no Haiti, resultante de uma revolta de escravos". O Hegel diz o seguinte: "Vocês que são os autoritários" e dialeticamente, aí já são minhas palavras, talvez somente um regime autoritário para libertar um povo. Ou seja, somente o país com a capacidade de se auto proteger como a China, pode ser capaz de entregar a liberdade, no sentido mais amplo da palavra, para o seu povo. Ou seja, a vida é muito dura, o mundo não é um jogo de amigo secreto que no final do ano os países trocam presentes entre si. O mundo é cruel meu amigo, é tiro, porrada e bomba.

Natacha Rena (GeoDebate): Elias, você falando isso, eu me lembrei também quando você compara esse sistema de vigilância do ocidente, que tá completamente nas mãos de grupos das FinTechs, das empresas de tecnologia privadas, que não são reguladas por ninguém, ninguém regula essas empresas. E você vai comparar isso com a China que é o Estado que controla, e aí você tem uma esquerda que critica a China e esconde o fato do ocidente e da vigilância da CIA, do jeito americano de nos controlar. Eu acho muito interessante, porque a mesma coisa acontece com o sistema financeiro. Eles criticam os problemas da financeirização, dos grandes projetos, do tipo o caso da construtora Evergrande na China, que tem um sistema de financeirização por trás, do Estado e de seus bancos financiando grandes obras e projetos de desenvolvimento, com os grandes projetos no Ocidente que são todos privados, e que não significam que através deles você vai ter mais justiça social, igualdade social, qualidade no trabalho. Eu fico pensando: não é possível usar a mesma temática do sistema financeiro, ou da sociedade de vigilância, comparando dois sistemas, dois modos de ser, o da China e o dos Estados Unidos, por exemplo. Não dá para comparar, porque um é Estado e o outro é puramente o capital, né? Então eu queria que você falasse sobre isso.

Elias Jabbour: Natacha, primeiro que não existe socialismo e nem capitalismo sem grandes empresas e grandes bancos. Vamos parar com essa ilusão de que o socialismo é o fim das empresas, muito pelo contrário, o socialismo, a grande propriedade pública dos meios de produção, altamente tecnificado, altamente desenvolvido, é o lucro do processo produtivo. Da mesma forma que uma grande engenharia financeira pública, ele é, vamos dizer assim, a base financeira desse sistema público, ou seja, o socialismo é isso basicamente. Ou o socialismo que está surgindo no horizonte, na China... mas eu vou te chocar com uma resposta agora.

Aqui no Brasil, por exemplo, uma das coisas geniais do Rangel, e que eu elaboro em cima disso é a seguinte: a 30/40 anos atrás, a esquerda achava que a solução para o Brasil seria uma reforma agrária, ou seja, as pessoas saírem da cidade e voltarem para o campo, né? Achavam que isso era resolver o problema social brasileiro. E o Rangel foi expulso do debate público porque, por entre outras coisas ter lido Lênin, percebeu o seguinte: que o atual estágio de desenvolvimento brasileiro demanda, o que vai libertar o povo brasileiro é o seguinte, é o dia que o Brasil alcançar uma taxa de investimento em relação ao PIB de 25%, hoje tá em 15%. E para alcançar isso, você precisa do quê? De um sistema financeiro poderoso para poder financiar grandes obras públicas. Porque aí você pode responder ao desafio de gerar 20 milhões de empregos urgentemente no Brasil. Meu compromisso é com o emprego e renda, o meu compromisso é com comida na mesa do povo, o povo indo a motel com a namorada, é o povo beijar na boca, é o povo ver o Corinthians, que é o meu o time, tirar onda. Mas para isso você precisa de renda.

Natacha Rena (GeoDebate): Mas é muito interessante, Elias, que outra coisa que preciso destacar é que existiu aí, durante muito tempo, principalmente nos governos Lula e Dilma, uma crítica ao BNDES, inclusive por parte da esquerda, uma crítica ao “Minha Casa Minha Vida”, aos projetos de financiamento via Caixa Econômica. E agora, esses grupos estão defendendo a volta do BID, do FMI, das políticas e programas do BID, do Banco Mundial, dos globalistas, né? Que são descendentes da família ONU, que é todinha baseada nas elites rentistas globais. Inclusive, novos programas de financiamento de regularização fundiária, com dinheiro do BID, do Lincoln Institute. Estou falando do campo da arquitetura, tá? Então é sempre uma cegueira para tudo que vem de expropriação, de espoliação, de acumulação das elites rentistas progressistas do Norte, não?! É muito impressionante.

Elias Jabbour: Não, porque para mim, o grande desafio brasileiro, aliás eu falei isso na Live com a Dilma. E depois da

Live ela falou que eu tenho que falar com o Lula. Eu falei isso para ela: olha, presidente, o Brasil precisa reconstruir todas as cadeias produtivas destruídas pela operação lava-jato, ou seja, reconstruir nossa engenharia mecânica pesada, que no departamento de Economia é novo, e reconstruir a nossa indústria, nossa engenharia pesada. E isso tem que ser feito via o Estado, ou seja, o Estado precisa recriar essas empresas.

Não somente isso, o Estado tem que entregar para as empresas todas as infra-estruturas urbanas estranguladas, que estão aí estranguladas. Existe uma crise urbana no Brasil, a crise de superpopulação rural virou crise de superpopulação urbana. Então, o Brasil precisa urgentemente de 300 ou 400 bilhões de reais, no mínimo para, por exemplo, expandir o metrô de São Paulo; expandir o metrô do Rio; levar metrô para todas capitais do Brasil, e para isso vai ter que ter muitas empresas e vai ter que ter um financeiro por trás disso criando moeda para essa finalidade. Ou seja, é isso! Entregar a possibilidade para as pessoas e não ficarem duas horas no ônibus para ir trabalhar. Ficar, no máximo, 40 minutos, meia hora. É só isso que a gente quer. Então, as pessoas que são contra o desenvolvimento, a visão desenvolvimentista da sociedade, elas têm que vir a público falar que são contra isso. Eu acho que elas têm que ser expostas a isso: “olha, sou contra as grandes obras porque eu sou contra que as pessoas cheguem e saiam de casa do trabalho e demorem o menor tempo possível para cuidar da família, para poder ficar com a família no final do dia.” Elas têm que vir a público, têm que desafiar as pessoas a falarem isso publicamente.

Natacha Rena (GeoDebate): E mais do que isso, têm que ir de bicicleta que não polui, só que mora a 200 km do centro da cidade. E aí vai vir de bicicleta? Então, é surreal o que a esquerda burguesa propõe como solução para a sociedade e para os projetos urbanos. Daí, Elias, eu acho que a gente vai circular muito esse vídeo no meio dos nossos arquitetos e dos nossos alunos, são muitos alunos que estão nos procurando. Então, uma coisa que eu queria te ouvir falar, porque eu acho das coisas mais lindas que você fala, das mais esperançosas, é sobre essa comparação entre planificação, planejamento e economia do projetamento. Porque você sempre fala isso de um

ponto de vista mais amplo, mas eu gostaria que você falasse na perspectiva da infraestrutura e na perspectiva da China, por exemplo, com um exemplo do seu arsenal de técnicos, startups e grupos de pesquisas, de investigação, em inovação, inventando esse mundo que é possível. Não é o mundo utópico, é inventando, testado e experimentando. Eu queria que você falasse um pouquinho sobre isso para nos dar um pouco de esperança.

Elias Jabbour: O que acontece, quando a minha inquietude mental, a crise de 2008 pegou. O Gilberto Libâneo está conosco aqui, ele sabe que eu estou falando muito bem. Na crise de 2008, a China reage. Eu vou pedir para me estender nessa resposta porque eu acho ela é importante, tá, Natacha?

Na crise de 2008, a China reage com pacote fiscal de 600 e poucos bilhões de dólares, até aí nenhuma novidade. Pacote fiscal qualquer país que tem moeda soberana pode fazer, ponto. Mas o que me impressionou foi ver a execução imediata de milhares de projetos né, mil projeto, dois mil projetos, cinco mil projetos, isso falando de milhares de projetos de forma simultânea por 96 grandes conglomerados empresariais estatais, ou seja, empregos em conglomerados como o princípio ativo da Petrobras. Imagina 96 Petrobras no Brasil ou 30, né? Sendo que, tendo como base financeira 30 bancos de desenvolvimento a nível nacional, provincial e municipal criando moeda para esses projetos. Aquilo me chamou atenção para o seguinte: olha, existe um conceito que está se manifestando no movimento real que nós não captamos, ou seja, ali eu promovo um rompimento meu com as teorias heterodoxas do desenvolvimento. Elas nos entregam, vamos dizer assim, realidades específicas, as teorias são respostas históricas a processos históricos específicos, o keynesianismo, as teorias Estado desenvolvimentistas, estruturalismo.

Então são teorias que elas entregam um universal no particular de um tempo histórico. Só que o tempo vai passando e elas vão entregando o contrário, cada vez mais o particular no universal. Ou seja, tanto é que todas essas teorias de hoje são ocupadas em entender o quê? As relações entre Estado e as instituições de

mercado no processo de desenvolvimento. Eles não conseguem sair disso. E então a proposta é de um desafio de rompimento, falo que rompimento não é jogar fora tudo que foi produzido não, muito pelo contrário, mas é um rompimento no sentido de achar, de perceber que a China demanda outro marco conceitual e categorial para entender aquilo né. E eu acabo encontrando uma pista no livro do Rangel, em que ele está falando do projeto "Sputnik" e falando da reconstrução européia como exemplos, de sociedades guiadas por grandes projetos e sociedades que as suas maneiras, capitalistas e socialistas, os seres humano, eles passaram a capacidade de planejar e projetar o seu futuro. Então o caso do projeto "Sputnik", que é o caso mais interessante que o Rangel estuda, que entrega nesse livro. Daí eu falei: pronto! Tá aí a chave de interpretação para o que eu quero entender sobre a China.

Então eu percebo o seguinte, a China em 2006 começa políticas industriais voltadas à formação do "Sistema Nacional de Inovação Tecnológica". A partir de 2006, porque aquele crescimento econômico, o Gilberto entende mais disso do que eu, aquele crescimento econômico pautado pelo mercado tecnológico entre China, Estados Unidos e Japão se esgotou. Então a China fez uma escolha estratégica, deu o pulo do gato, e olha, vamos a partir de agora criar o nosso próprio Sistema Nacional de Inovação Tecnológica. Pessoal, Sistema Nacional de Inovação Tecnológica não é bolsa da CAPES não. O Sistema Nacional de Inovação Tecnológica é: banco, empresa, é mercado de capitais, porque é onde as empresas vão se financiar. E sem essa tecnologia e capital constante, só se expande a partir de investimento produtivo, ou seja, crédito bancário. Não é bolsa do CNPq que resolve o problema da ciência tá? Resolve muito, mas não é o principal. Defendo que tenha a quintuplicação de bolsas. Entenda o que eu estou dizendo, porque a questão fundamental é essa, são os bancos e as empresas. Então a China passou a inaugurar a partir daquele momento, essas chamadas tecnologias disruptivas tipo o 5G, o Big Data, a inteligência artificial e, recentemente, o computador quântico. E ali eu percebi o que o Estado chinês se apropriou de todas essas tecnologias, e a partir disso ele alavancou a sua capacidade de planejar sua economia. E ao elevar essa capacidade, ele também

eleva a capacidade de domínio humano sobre a natureza, isso significa que existe um novo modo de produção surgindo na China, uma nova variação. Ou seja, essa capacidade doida dos caras coordenarem a execução e a elaboração de milhares de projetos, as teorias convencionais não explicam isso. Então como que eu fui achar a explicação para isso daí?

Primeiro é perceber o seguinte: somente na economia baseada na grande propriedade pública e em um poder comandado por um partido comunista, não por meia dúzia de bilionários, é capaz de coordenar a execução de milhares de projetos simultaneamente. Ou seja, num país capitalista é impossível fazer isso. uma coisa é um país que é baseado na propriedade privada e nos meios de produção, com meia dúzia de bilionários. Outra coisa é a seguinte: foi a descoberta que, aí eu fui atrás de gráficos, construir gráfico, tabela, balanços de empresa, essa coisa toda que esses autistas gostam de fazer nas madrugadas... E descobri que o chinês diminuiu sobremaneira em certeza keynesiana, porque na China a empresa privada não é o investidor em primeira instância, é o setor público da economia. Então, o setor privado chinês é auxiliar ao Estado. E ele depende cada vez mais do Estado porque é do Estado que saem os efeitos de encadeamento para o restante da economia, ou seja, é o Estado que promove os círculos e a acumulação de economia, e não o setor privado. Ou seja, é por isso que a China, também, deve ser classificada como país de orientação socialista.

E a outra coisa que eu acho que é o de mais revolucionário é que o Rangel disse o seguinte, ou seja, o Rangel nesse livro queria mostrar para os engenheiros e economistas que olha, existe uma sociedade do futuro a ser construída e vocês têm um papel sobre ela, e o papel de vocês enquanto economistas de projetos e engenheiro de projetos são dois, vamos dizer assim. Garantir que a sociedade absorva todos os meios da técnica possível, ou seja, que ela absorva e ganhe com a absorção e criação da grande técnica moderna; mas vocês vão ter o papel chato de restringir o desemprego a uma circunstância estrita ao capitalismo, e não ao socialismo.

Na China tem dois milhões de pessoas, Natacha, que fazem isso, elas estão empenhadas em entregar para a China a vanguarda da Ciência e da Tecnologia moderna, ao mesmo tempo que elas são obrigadas a dar um jeito de, com a cabeça delas, entregarem 13 milhões de empregos urbanos por ano, ou seja, em dez anos a China criou 130 milhões de empregos urbanos por ano. É daí que nós colocamos que o projetamento e o planejamento, Rangel separava as duas coisas, para mim o projetamento é um grau de planejamento superior da sociedade, ou seja, é a máxima racionalização do processo de produção, tomada de decisões governamentais. Ou seja, é a máxima utilização, é a razão sendo utilizada na sua forma mais humanista, mais estratégica, um homem, um ser humano como o senhor do seu destino. O projetamento é isso, é uma etapa superior de planejamento econômico, ou seja, é o que eu chamo para terminar, por que a nova economia do projetamento é a fase mais avançada do socialismo chinês? Porque o socialismo enquanto projeto de sociedade, ele é uma criança ainda, e a criança vai mudando de rosto ao longo do tempo. Então qual é a forma histórica que eu vejo hoje na China, enquanto uma estratégia socialista?

Para terminar minha fala aqui, é a transformação da razão em instrumento de governo, ou seja, esses dois milhões de dinheiro de projeto economista, sendo guiados por um partido comunista, estão construindo uma sociedade de nível superior, uma engenharia social nova que eu dou o nome científico de “Nova Economia de Projetamento”, é o nome fantasia para Socialismo de Mercado ou qualquer outra coisa do tipo. Ou seja, o projetamento seria um grau, é um plus, vamos dizer assim, na capacidade humana de dominar a natureza, falando em termos filosóficos. Então o que é o progresso humano senão a elevação das suas produtividades de um lado e a elevação do domínio humano sobre a natureza, ou seja, são as duas condições primordiais para a libertação humana. Então, as pessoas que são contra o desenvolvimento, elas têm que falar abertamente que elas são contra a libertação humana, inclusive. Porque somente quando as pessoas dominarem a técnica, e elas usarem a técnica de forma consciente, é que elas vão poder se libertar do feitiço que ela tem sobre elas mesmas. Por que você só fetichiza aquilo que você não controla.

Vamos voltar ao Marx, no fetiche da mercadoria, entende? Então o projetamento é a superação do fetiche da mercadoria, olhando lá na frente. Enfim, eu estou emocionado Natacha, tudo que me diz razão a ciência, ser humano e, modéstia parte é uma descoberta científica que nós fizemos, ou seja, tanto eu quanto o Alberto, classificamos isso, ou seja, o surgimento desse novo modo de produção na China. Nós classificamos como a descoberta científica nossa, é para emocionar porque é mostrar que o mundo tem jeito né pessoal!? O mundo possível está sendo construído na China, cheio de contradições, cheio de problemas, cheio de desigualdades, mas eles estão dando conta dos seus problemas.

Enfim, obrigado, eu estou muito emocionado, desculpa.

Natacha Rena (GeoDebate): Muito obrigada Elias, porque você, eu brinco sempre, você é o nosso oráculo e é muito bom, porque tem uma outra coisa, tem um movimento seu que é o movimento de pensar, você faz as postagens de algumas ideias que você tem, é uma dinâmica com as redes sociais que é muito bonita, é muito generosa. Você não fica guardando a informação para depois lançar um livro, artigo, e aí você "lacrar" com aquilo ali não. Todos os dias, todos os dias da sua vida, você tem uma missão de lançar um pensamento, de discutir, de debater, interagir numa relação dialógica. E aí você completa isso e publica um pequeno artigo depois, você acumula vira livro, vira artigo científico, então também tem uma dinâmica do pensamento, Elias, que é uma dinâmica de uma pessoa muito generosa Você é um exemplo de um comunista que não guarda para si as coisas, mas quando elas precisam ser coletivizadas para o bem de muita gente, você faz isso. Então isso também é um ponto fora da curva na academia, para além de você, das pessoas que estão estudando a China, sendo cerceados, nos veículos acadêmicos e nos veículos hegemônicos de pensamento e de mídia, também tem isso, esse processo de furar a bolha, porque é uma coisa espontânea, cotidiana, natural e todo mundo percebe a sua generosidade. Você é uma pessoa amorosa, afetiva, é um combatente, mas um combatente com ideias, já te vi dialogar com várias pessoas que pensam diferente de você, de uma forma muito tranquila.

Como você mesmo diz: muito racional, dentro das premissas da racionalidade, e eu queria muito te agradecer pelo apoio, por nos iluminar nos últimos tempos.

Queria dizer, tem pouca gente nos assistindo pelo YouTube, mas depois desse vídeo vai circular bastante, eu tenho certeza. E queria convidar todo mundo para ir conhecer o Elias pessoalmente na Quixote, no dia 18 de dezembro às 11 horas da manhã. E aí a gente passar o dia conversando com ele pessoalmente. Então Elias, muito muito obrigada. Obrigada Marcelo, meu companheiro de pesquisa, Gilberto Libânio, Anderson, nosso bolsista que tá auxiliando aqui, e dizer que nós temos aí uma tarefa pela frente de crescer essas redes de investigação. Muito, muito obrigada e até dia 18.

Elias Jabbour: Eu que agradeço!

Gilberto Libânio: Só despedir e agradecer aí pelo convite para participar hoje, e a gente se vê aqui quando Elias vier. Meu livro já tá aqui na cabeceira, ainda não comecei a ler, mas já tá guardado esperando um autógrafo dia 18.

Elias Jabbour: O Gilberto, cara, sem conhecer eu já era com a cara dele, sabe? Uma coisa impressionante, rolou uma química, vamos dizer assim.

Gilberto Libânio: É recíproco.

Elias Jabbour: Rolou uma química, ele é um mineiro elevado a décima potência, ou seja, um cara super tranquilo, calmo, sereno, sabe? E é um tipo de cientista que faz muita falta no nosso meio, é um cara que é tranquilo, que é sereno, é o nosso oposto, viu, Natacha? Então o Gilberto ele é um contraponto, não da negação a nós, muito pelo contrário, ele é um complemento a

figuras como a gente. Ou seja, ele é um cara genial nas coisas que ele faz e nos entrega, também, essas grandes possibilidades de pensar junto, de brincar, enfim, muito obrigado por você existir, Gilberto. Valeu cara!

Gilberto Libânio: Obrigado Elias, é uma alegria para mim escutar as suas palavras. Vamos nos encontrar em breve.

Elias Jabbour: Valeu pessoal!

Natacha Rena: Muito obrigada, quer falar alguma coisa Marcelo?

Marcelo Maia: Obrigada Elias, só agradecer pela sua generosidade. Sua generosidade tem sido muito importante para a gente.

Elias Jabbour: Obrigado.

Natacha Rena: Obrigada, beijos e até dia 18.

Referência

JABBOUR, Elias. China: o socialismo do século XXI. São Paulo: Boitempo, 2021.





Palestra “Geopolítica e Desenvolvimento Territorial Chinês” proferida pelo Ministro Conselheiro da Embaixada da República Popular da China no Brasil, Qu Yuhui[1]

transcrição por Danilo Caporalli Barbosa *

***Danilo Caporalli Barbosa** é doutorando pelo NPGAU - UFMG.E-mail: danilocaporalli@gmail.com

> "O 14º Plano Quinquenal o governo chinês estipulou que nós precisamos trilhar um novo caminho de urbanização, a nova urbanização." (QU, 2021)

Dia 17 de novembro de 2021, o Ministro Conselheiro da Embaixada da República Popular da China no Brasil, Qu Yuhui, proferiu uma palestra-live de encerramento da disciplina-webinário "Geopolítica e Desenvolvimento Territorial", coordenada pelos professores-doutores da Escola de Arquitetura da UFMG Natacha Rena e Marcelo Maia. A abertura da live contou com a recepção do Ministro pelo Professor Doutor da Escola de Direito da UFMG, Aziz Tuffi Saliba, diretor da Diretoria de Relações Internacionais (DRI) da UFMG e pelo Professor Doutor da Faculdade de Letras da UFMG Leandro Rodrigues Alves Diniz, diretor do Instituto Confúcio (IC) UFMG.

1: Link para a palestra-live no canal do grupo de pesquisa Geopolítica e Planejamento Territorial (GeoPT): < https://www.youtube.com/watch?v=lEbh_Jxvhgw>. Acesso em 30 de dezembro de 2021.

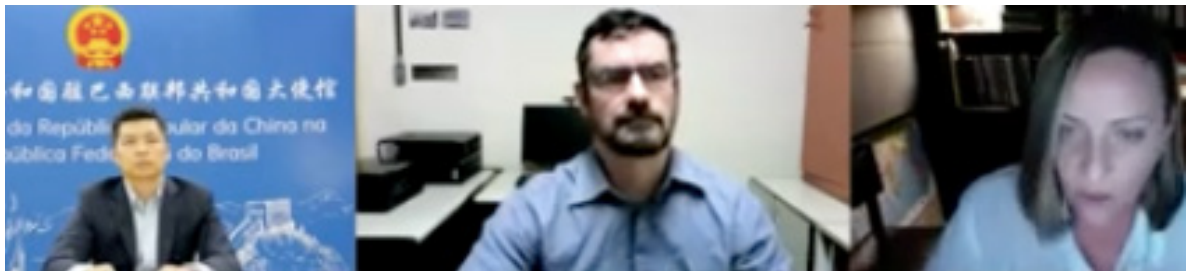


Foto: Reprodução: Zoom

"Muito obrigado, caros professores. Saúdo a todos, sobretudo a professora Natacha, ao professor Marcelo, ao professor Aziz, ao professor Leandro e aos alunos e alunas que estão acompanhando este intercâmbio entre a nossa Embaixada e a UFMG. Parabenizo também a iniciativa de escolher esse tema para o curso. Acho que não poderia ser mais oportuno, tanto porque estamos vivendo em um mundo de profundas transformações quanto porque a China e o Brasil estão passando por uma fase crucial do reforço das nossas relações.

Acredito que é fundamental para os alunos e jovens brasileiros poderem conhecer um pouquinho mais sobre a China que, embora fique tão longe do Brasil, tem sido um dos fatores que tem influenciado muito o desenvolvimento do Brasil nos últimos anos. O mundo de hoje está passando por profundas transformações e o tema da China tem ganhado uma relevância cada vez maior na comunidade internacional, não apenas para os alunos que fazem cursos de relações internacionais, mas também para os alunos de outros cursos que precisam olhar mais para a China, buscando conhecê-la melhor. Nesse sentido, o tema do curso é muito oportuno e fico contente por poder contribuir um pouquinho com meu tímido conhecimento, sobretudo na área de urbanização e urbanismo. Sou diplomata de carreira e confesso que não sou especialista nessa área, mas eu vou tentar fazer o meu melhor.

Antes de falar um pouquinho sobre urbanização, urbanismo e infraestrutura, queria começar falando um pouco sobre as relações bilaterais entre a China e o Brasil. O meu intuito é provocar os jovens alunos brasileiros a conhecerem mais a China. Sabemos que ambos os países são parceiros estratégicos globais, e isso soa bonito, mas a realidade mostra que somos realmente parceiros estratégicos globais por várias razões.

Primeiro, temos uma cooperação de tamanho considerável. A China é o maior parceiro comercial do Brasil por mais de 13 anos consecutivos. O nosso comércio bilateral há 20 anos era menos de 1 bilhão USD, mas neste ano, mesmo com a pandemia, nós podemos ultrapassar 140 bilhões USD. É algo impressionante. Somos um dos maiores investidores no Brasil. Igualmente, até 20 anos atrás, os investimentos chineses no Brasil somavam menos de 100 milhões USD. Hoje em dia, já temos um investimento em torno de 100 bilhões USD aqui. Tudo isso faz com que nossas relações nas áreas econômicas e comerciais sejam muito sólidas e muito dinâmicas.

Em segundo lugar, nossa cooperação é bem diversificada. Eu já falei sobre a cooperação econômica e comercial, mas nossa cooperação vai muito além desse aspecto material. Por exemplo, na área de Ciência e Tecnologia (C&T). Todos conhecem o famoso projeto de satélites entre a China e o Brasil. Foi a primeira parceria na área de satélites entre dois países em desenvolvimento e, até hoje, é considerado um dos casos exemplares de cooperação sul-sul na área de alta C&T. O que muitas pessoas não sabem é que esse projeto tem uma função importante na preservação da região amazônica com o monitoramento terrestre. Temos também cooperações na

cultura. Por exemplo, os 12 Institutos Confúcio no Brasil. O Brasil é o país com o maior número de ICs na América Latina. Temos um intercâmbio educacional cada vez mais dinâmico, além de uma cooperação muito dinâmica na área dos esportes. Ontem a seleção chinesa jogou uma das partidas mais importantes para sua qualificação para a Copa do Mundo de 2022 no Qatar, e na escalação havia 3 brasileiros naturalizados chineses que foram fundamentais para que a China conseguisse arrancar o empate da seleção da Austrália. Muitos chineses reclamam que nós deveríamos naturalizar mais brasileiros. E, talvez, ter toda a equipe composta por brasileiros seja a única solução para que a China se classifique para o Mundial. Isso mostra a dinâmica de cooperação produtiva entre os dois países.

Temos muitas outras cooperações importantes, até mesmo no dia a dia. Há diversas tecnologias do uso cotidiano, além de diversos componentes, que vários brasileiros não sabem que vêm da China. Portanto, acredito que a nossa cooperação tem sido cada vez mais diversificada. Isso tudo para não dizer da nossa estreita cooperação nos assuntos internacionais. Somos membros do G-20, dos BRICS, dos BASIC (que focaliza na questão de mudanças climáticas) e sempre compartilhamos visões e posições muito similares. Tudo isso coloca uma fundação estratégica e pragmática em nossas relações.

A nossa relação é muito dinâmica e somos parceiros estratégicos porque temos grande potencial de cooperação que ainda precisa ser explorado. Ambos temos mercados domésticos enormes e estruturas industriais bastante completas. Tudo isso abre um enorme espaço para uma maior cooperação entre os dois países. Há uma grande complementaridade, tanto entre as nossas economias, quanto entre nossas pautas internacionais, por exemplo, nas áreas de infraestrutura. Nós dizemos que a China tem sido o canteiro de obras do mundo nos últimos anos. O Brasil ainda está enfrentando um gargalo de infraestrutura. Por que não trabalharmos juntos para buscar elevar e expor as vantagens competitivas dos dois lados? Por que não elevar a cooperação na área de infraestrutura?

Portanto, nossas relações são sólidas e dinâmicas e há diversas razões que explicam isso. Em primeiro lugar, somos dois países

semelhantes. Somos dois países continentais, e se olharmos para a China e para o Brasil, embora sejamos muito diferentes em termos culturais, sociais, históricos, todavia não existem conflitos fundamentais entre nossos dois países. Não há conflitos geopolíticos, não há conflitos políticos, e ao mesmo tempo enfrentamos os mesmos desafios. Ambos os países enfrentam os desafios de: i) melhorar a vida de seus povos; ii) superar os desequilíbrios do desenvolvimento regional; iii) evitar uma maior polarização de riqueza nas economias. Assim, acredito que na área da urbanização também estejamos passando por situações muito semelhantes: i) como melhorar o acesso ao serviço público nas grandes cidades; ii) como equilibrar a preservação do meio ambiente e; iii) como ser capaz de fornecer mais serviços públicos. Nesse sentido, nossos dois países são muito semelhantes e compartilham muitos desafios comuns. Isso também providencia bases de cooperação para nossas futuras parcerias.

Eu já disse que somos duas economias com grande complementaridade. Em uma comparação entre a parceria Brasil - China e Brasil - Estados Unidos, acho que não é muito difícil tirar a conclusão de que a nossa pauta comercial é muito mais complementar que a pauta comercial entre o Brasil e os Estados Unidos. Temos uma relação de interdependência que poderia ser melhor aproveitada no futuro. No contexto das relações internacionais, China e Brasil compartilham visões semelhantes. Na ONU, na OMC, a coincidência de posições chinesas e brasileiras é de quase 95%. Isso mostra que temos os mesmos desafios e os mesmos interesses. Tudo isso nos deixa bastante otimistas e confiantes em relação ao futuro desenvolvimento dessas relações. Como o Professor Aziz falou, “como em qualquer relação, sempre há pontos altos e baixos”, mas a nossa relação, em termos gerais, tem seguido uma trajetória dinâmica independentemente das mudanças das políticas domésticas de cada país. E claro, temos desafios.

Para mim, o maior desafio entre a China e o Brasil é sempre o déficit de conhecimento mútuo. Temos que reforçar os intercâmbios no lado macio, o *soft power*. Ou seja, já temos uma relação sólida na área de economia e comércio, todavia nossos conhecimentos mútuos nas áreas social, política e

cultural ainda estão defasados. Sobretudo nos últimos anos, em que vivemos em uma sociedade de informação (para o bem e para o mal). Por sermos países muito diferentes em muitos aspectos, está havendo uma certa mitificação, ou até mesmo, uma demonização sobre a China. Não só no Brasil, mas também em outros países.

E como podemos combater isso?

Acho que é através do aumento do diálogo e do intercâmbio entre os dois países. Nesse sentido, a arquitetura pode abrir uma janela para que nós possamos conhecer melhor as nossas culturas, as nossas sociedades e etc. É uma ferramenta extremamente útil que poderia ser melhor aproveitada. Portanto parabenizo mais uma vez pelas iniciativas tomadas pelo Professor Marcelo e pela Professora Natacha.

Agora vou tentar falar um pouco sobre a urbanização na China.

Um dos segredos que explicam o grande desenvolvimento da China é justamente na urbanização, que provavelmente tem sido a maior urbanização do mundo ao longo dos últimos 40 anos.

No final da década de 1970, às vésperas da abertura da China, a taxa de urbanização era de menos de 20%. Atualmente, nós já temos uma taxa de urbanização perto de 64%, o que é acima da média mundial (em torno de 56%). A população urbana já ultrapassou 900 milhões de pessoas. Até 2025, ou seja, daqui a 4 anos, a taxa de urbanização na China vai chegar a 65% – o que, por um lado, é bom para o desenvolvimento econômico, por outro lado, tem trazido desafios. Isso porque a China tem uma grande população e um grande fluxo imigratório, de modo que a construção de serviços públicos nos centros urbanos tem sido uma grande dor de cabeça para os gestores.

A China tem uma estrutura administrativa diferente do Brasil. O Brasil tem o governo federal, o estadual e o municipal. Na China nós dividimos em níveis diferentes. Temos o governo central, depois os governos provinciais e governos municipais, e temos uma outra classificação que são os condados. Portanto, temos uma classificação a mais que o Brasil. Em termos de números

e de municípios, a China tem apenas 687 cidades urbanas. O número parece pequeno em comparação ao Brasil, que acredito que tenha mais de 5 mil, mas quase todas são cidades grandes. Entre essas 687 cidades, 19 possuem uma população maior do que 10 milhões de pessoas. Nós brincamos que temos cidades de 1ª linha, de 2ª linha e de 3ª linha.

Na primeira linha, nós temos 4 cidades: Pequim, Xangai, Guangzhou e Shenzhen. Essas são consideradas megacidades, com população em torno de 20 milhões de pessoas, parecidas com a cidade de São Paulo.

Muitas cidades seguiram uma trajetória de desenvolvimento alucinante nos últimos anos. O melhor exemplo seria a cidade de Shenzhen que já é considerada uma cidade de 1ª linha com uma população de cerca de 20 milhões de pessoas, mas que há 40 anos, era apenas uma vila pescadora com menos de 30 mil habitantes. Atualmente a população já está em torno de 20 milhões de pessoas e o PIB em 2020 estava em torno de 440 bilhões USD. Ou seja, um PIB maior do que o de Singapura, que é uma economia bem robusta. Portanto, temos um exemplo da velocidade do processo de urbanização na China, que tem sido rápido e um novo desafio para o governo e para a população.

Temos conseguido alcançar muitas conquistas nesse processo de urbanização.

A primeira conquista é a mobilidade urbana: dentro das cidades, até 2020, as estradas urbanas já tinham uma extensão que já ultrapassa 490 mil km. Isso em estradas dentro de cidades, não de rodovias. Os trilhos, tanto de metrô quanto de VLT (veículo leve sobre trilhos), já ultrapassaram 7.500 km em operação. Essa malha é uma das maiores do mundo. Em algumas cidades, o transporte oferecido pelo metrô e pelo VLT já ultrapassa 50% do transporte público. Isso alivia muito a mobilidade e a pressão de locação para a população, além de ajudar a diminuir a poluição. Essa primeira conquista, a mobilidade urbana, tinha sido uma das primeiras ênfases da urbanização chinesa e do planejamento urbanístico chinês.

Em segundo lugar, conseguimos elevar o nível das instalações urbanas. Alguns exemplos: em 2020, a taxa de fornecimento de

água potável nas cidades ultrapassou 99%; a taxa de acesso ao gás de cozinha ultrapassou 98%; e a taxa de tratamento de água sanitária ultrapassou 95%. Essas taxas podem ser comparadas aos níveis dos países desenvolvidos. Portanto, conseguimos melhorar muito as instalações de serviços públicos nas cidades.

Em terceiro lugar, conseguimos melhorar a arborização das principais cidades. Também conseguimos tratar os lixos de forma ecologicamente sustentável. Ou seja, damos uma grande importância para as questões ambientais nas cidades.

Ainda temos muitos desafios, uma vez que o processo de urbanização na China andou muito rapidamente e de forma extensiva. Estamos vivendo o desafio de melhorar a qualidade da nossa urbanização. Provavelmente o mesmo problema que o Brasil tem enfrentado nos últimos tempos.

Precisamos atualizar as infraestruturas urbanas, precisamos fornecer mais serviços públicos à população e temos que equilibrar o desenvolvimento entre megacidades, grande cidades e médias cidades. Ainda há um grande desequilíbrio entre cidades de tamanhos diferentes. Esses são alguns dos principais problemas que a China está enfrentando neste momento e, portanto, no 14º Plano Quinquenal o governo chinês estipulou que nós precisamos trilhar um novo caminho de urbanização, a nova urbanização.

A China tem um conceito de "quatro modernizações" antigas: a defesa nacional, a indústria, a agricultura e a ciência e tecnologia. São as quatro antigas modernizações, mas neste momento estamos lançando o novo conceito de "novas modernizações" e nestas a modernização urbana é um dos focos da estratégia e do planejamento do governo chinês.

A nossa meta é construir cidades mais propícias para habitar, cidades mais verdes, mais resilientes, mais inteligentes e mais humanas. Portanto, nessa estratégia geral, nós estamos focando em alguns aspectos.

O primeiro é a **renovação**. Muitas cidades, sobretudo as cidades com histórias mais antigas, estão sofrendo com a deterioração das suas infraestruturas, às vezes afetando até a segurança de

seus habitantes. A partir de 2020, o governo chinês começou o plano de renovação das principais cidades, os seus principais focos são: aperfeiçoar a configuração geográfica espacial das cidades sem fazer grandes projetos de remoção e deslocamento, concentrando em como preservar, melhorar e reestruturar os edifícios já existentes. Nos edifícios antigos, estamos tentando torná-los mais verdes, mais ecologicamente sustentáveis e aliviar a pressão de transportes públicos e da segurança urbana. Esse é o primeiro ponto, ou seja, "como aperfeiçoar a configuração geográfica dessas cidades, dos antigos bairros?".

Em segundo lugar, "como fazer um **melhor planejamento das instalações** do subsolo e terrestres?". Isso porque a China é um país que sofre muito com inundações, portanto no processo de renovar as instalações dessas cidades, precisamos dar muita atenção à Defesa Civil, sobretudo no combate às inundações, precisamos aperfeiçoar as barragens, os sistemas de escoamento pluvial e os sistemas de retenção de águas, os reservatórios e etc, para melhorar a segurança e a resiliência das cidades. Esse é o segundo foco.

O terceiro foco é "como criar um **sistema de avaliação**, de exame, de monitoramento das cidades?". Muitos dos problemas que essas cidades modernas enfrentam são sistemáticos e já têm uma longa história, portanto precisamos criar um sistema com o qual nós podemos fazer avaliações constantes e ajustes periódicos para que as instalações urbanas possam ser acompanhadas, monitoradas e modificadas conforme os trabalhos de avaliação. Estabelecemos 8 indicadores básicos para podermos fazer esse tipo de avaliação. Um tipo de diagnóstico das cidades. Esses 8 indicadores básicos incluem: a questão do meio ambiente, a questão da saúde, a questão da segurança, o transporte público, a fisionomia, a limpeza, a inovação e etc. Isso para que nós possamos diagnosticar os problemas urbanos e depois adotarmos as medidas necessárias.

A renovação é a medida principal. Ou seja, a renovação das cidades antigas e dos bairros antigos. A segunda medida mais importante é a mútua interação das cidades através da construção de cidades modernas, inteligentes, verdes e de baixo carbono. Outra medida é a digitalização, estamos criando os

padrões para aumentar o grau de digitalização das instalações urbanas, através de reformas dos sistemas de transporte público, água e eletricidade, sobretudo no aspecto terminal, diretamente ligado aos consumidores e à população. Ou seja, uma gestão da cidade de modo mais digitalizado. Em seguida, é a arborização das cidades, tornando essas cidades mais verdes. Estamos abrindo mais espaço para o público, construindo mais ciclovias e vias exclusivas para pedestres e promovendo o uso de materiais de construção mais verdes. Estamos aperfeiçoando a rede de transporte público nas cidades.

Por último, essa é uma questão que já tem sido feita, mas estamos tendo uma maior ênfase em aperfeiçoar o *layout* das cidades da China. Como eu falei, um dos principais problemas que nós temos é o desequilíbrio de desenvolvimento entre as megacidades, as grandes cidades, as cidades médias e as pequenas cidades. Nesse momento, as principais cidades, essas que a população ultrapassa 10 milhões de pessoas, estão sendo superlotadas, enquanto as médias e pequenas cidades ainda têm sua capacidade ociosa. Portanto, temos que tentar construir canais de fluxo entre essas grandes cidades e as médias e pequenas. Nesse sentido, mais uma vez, a China está tentando reforçar o papel do planejamento. Nós pretendemos construir 19 conglomerações urbanas, através das quais nós vamos tentar alocar melhor os recursos que temos para equilibrar o desenvolvimento regional e, por outro lado, incentivar o desenvolvimento e a construção de médias e pequenas cidades para que os serviços públicos e as estruturas públicas possam ser estendidas às cidades de menor tamanho, criando pontes de ligação entre a população urbana e a população rural, de modo que eles possam encontrar mais empregos. Isso vai ajudar o emagrecimento das megacidades. Claro que é uma tarefa muito difícil porque os jovens preferem as megacidades onde ainda têm serviços públicos melhores. Entretanto com paciência e políticas públicas inteligentes, nós podemos começar a caminhar para esse caminho correto. Quem acompanha a China sabe que essas 19 conglomerações metropolitanas ou urbanas são espalhadas no norte, nordeste, centro, sudeste, centro-oeste. A ideia é aproveitar essas conglomerações urbanas para equilibrar o desenvolvimento regional da China. Assim, seu desenvolvimento será mais objetivo, para que possa atender melhor às necessidades de desenvolvimento de cada região, em vez de repetir o fenômeno anterior, no qual o sudeste da China se tornou muito mais avançado do que o centro-oeste. Eu confesso que isso vai levar tempo, mas acho que estamos no caminho certo.

Em seguida, para falar sobre urbanização, é preciso conhecer um pouco mais sobre a infraestrutura na China. Isso porque a infraestrutura é a ferramenta fundamental para que a nossa urbanização possa ser melhor distribuída e possa nos ajudar a planejar a configuração ideal. Não adianta falarmos sobre 19 conglomerações urbanas sem pensarmos na conectividade entre essas conglomerações. Quando todas elas estiverem conectadas, o fluxo de pessoas se tornará mais facilitado. Uma das ideias é que se uma pessoa trabalhar no sul da China, em Guangzhou, no futuro ela poderá levar apenas 2 ou 3 horas para chegar a Pequim. Isso vai ajudar as pessoas a tomar decisões para que elas não fiquem fixas em uma certa cidade. Isso ajudará no plano geral. Portanto, temos que observar a própria urbanização, mas por outro lado, temos que olhar além, para uma urbanização mais geral, ou seja, para a construção de redes logísticas, para a construção de infraestruturas ao nível nacional. É como se fosse o xadrez, não podemos olhar apenas para uma peça, temos que olhar para todo o tabuleiro. Portanto a China, neste momento, continua a priorizar a questão de infraestrutura.

Como eu falei, a urbanização é um dos segredos que explica o desenvolvimento da China nos últimos anos. O outro segredo é justamente o investimento da China em infraestruturas, que ajudam a tornar o país mais competitivo e auxiliam no aperfeiçoamento da sua urbanização e do desenvolvimento nacional. Nesse âmbito, queria mencionar dois aspectos. O primeiro é o transporte. Eu falei da mobilidade urbana, mas o transporte interurbano é ainda mais importante para que nós possamos planejar tudo conforme nossas ideias. Graças aos reforços de mais de 40 anos, a China já dispõe de uma rede de transporte bastante completa, multimodal, tridimensional e bastante moderna. A China já é número um em vários aspectos: em extensão de trem-bala; em autoestrada, rodovias; em

extensão em operação de trilhos (tanto para metrô quanto para VLT) nas cidades; em termos de números de portos litorais que conseguem atracar navios de calado maior do que 10 mil toneladas.

Até 2020, a malha ferroviária em operação na China era de 146 mil km. Acho que é o segundo lugar do mundo, atrás dos Estados Unidos, mas nós já temos uma extensão de trem-bala de 38 mil Km, aí somos o maior do mundo na categoria. Temos estradas em operação da ordem de 5.200.000 Km, e nessa categoria temos uma extensão de rodovias de auto estradas de 161 mil km. Falando sobre a extensão de trilhos de metrô e VLT, a extensão em operação na China é de 7.300km. Temos 241 aeroportos, número bastante expressivo e que está em rápida expansão.

Quando se fala de trem-bala, como se sabe, a tecnologia de trem-bala na China já é uma das mais avançadas do mundo. A linha de trem-bala de operação na China representa dois terços das linhas totais em operação no mundo. Até agora nós conseguimos interligar as principais cidades da China com trem-bala num raio de 1 a 4 horas. Como eu falei, de Guangzhou para Pequim, é muito provável que nós possamos viajar dentro de 3 ou 4 horas. Isso facilita muito a integração e a conectividade entre as principais conglomerações urbanas da China. Outra infraestrutura que contribui com a urbanização da China é o trilho de VLT e metrô nas grandes cidades. Nós já temos 49 cidades operando com VLT ou metrô, contando com 250 linhas. Por exemplo, Pequim tem 24 linhas de metrô, Xangai tem 19 e Guangzhou tem 17. Em Pequim, a meta é que um cidadão caminhe até 1km para que possa encontrar uma estação de metrô, o que alivia muito o transporte público terrestre.

Outra questão ligada à infraestrutura é o transporte inteligente. Estamos promovendo, com o empenho de muita energia, o transporte no modelo de Internet+, através de tecnologias como 5G, big data, inteligência artificial etc. Essa é uma questão que contribui muito para a área de transporte na China, assim como o "transporte verde", no qual investimos muito. Até agora a China já possui mais de 400 mil ônibus que utilizam energia verde, representando mais de 60% da frota total de ônibus de

transporte público. O país já conta com mais de 6 milhões de carros que utilizam energia renovável, e este número é um dos maiores do mundo. Com isso, conseguimos diminuir a poluição e construir mais transportes verdes ao nível mundial. Essa questão do transporte tem desempenhado um papel fundamental na infraestrutura da China, e tem complementando o processo da urbanização.

Outra área que a China investe muito na infraestrutura são as telecomunicações. Nós já construímos a maior rede de fibra óptica do mundo. Construímos também a maior rede de 5G que utiliza a tecnologia de *standalone* (SA). Já temos mais de 1 milhão de antenas de 5G, representando cerca de 70% do total de antenas para 5G no mundo. Todas as cidades da China já estão cobertas por sinal de 5G. Já temos 400 milhões de terminais conectados a 5G, representando 80% do total de terminais conectados ao 5G no mundo. Até 2023, estimamos dispor mais 2,5 milhões de antenas de 5G. Isso vai revolucionar a fisionomia da urbanizacão e da construcão de infraestrutura da China. Através de indústrias inteligentes, saúde inteligente, energia inteligente, portos inteligentes, mineração inteligente etc. Isso vai ajudar a aperfeiçoar o nível de gestão social nas cidades.

E, claro, para falar de infraestrutura ainda temos muitas coisas a dizer, mas esses dois aspectos, o transporte e as telecomunicações, são duas áreas diretamente ligadas à urbanização e ao urbanismo dessas cidades chinesas e, por isso, merece tamanha atenção por parte do governo.

Para terminar, eu gostaria de frisar que é fundamental que haja um planejamento na urbanização em países como China ou Brasil. São dois países continentais com desafios muito semelhantes e sem planejamento, ou pré-planejamento, é muito difícil conseguirmos uma urbanização verde, sustentável e que possa atender às necessidades das nossas populações. Essa é a experiência chinesa. Claro que cada país tem sua própria realidade e seus próprios problemas, mas eu defendo que em caso como o da China e do Brasil, esse planejamento é fundamental. Isso porque não podemos falar da urbanização só de São Paulo e só do Rio de Janeiro, ou só de Xangai e de

Pequim. Temos que olhar para a questão da urbanização como um todo, não apenas para uma cidade individual, separada, mas também para sua conectividade. Dentro da cidade devemos cultivar uma cultura de planejamento. E planejamento não quer dizer que o governo vai tomar todas as iniciativas, vai fazer tudo, ignorando o setor privado. O papel dos governos é sempre buscar identificar os problemas, os desafios, e propor soluções através de consultas à sociedade, à população e ao setor privado, além de poder elaborar políticas públicas a partir das quais podemos planejar as melhores estratégias que possam promover uma urbanização mais pragmática e mais objetiva.

Essa é a minha mensagem para concluir minha fala e mais uma vez convido nossos amigos brasileiros a acompanhar mais a China e as nossas relações. E podem ter certeza que essa será uma das parcerias mais promissoras para o século XXI se nós pudermos trabalhar juntos nesse sentido.



Relatos de uma não-deriva por uma ex-cidade fantasma chinesa

Por Tiago Schultz*

***Tiago Schultz** é mestre em Arquitetura e Urbanismo pelo Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Faculdade de Arquitetura da UFBA (2014-2016), graduado pela Universidade Federal da Bahia (2011), foi aluno do Programa de Mobilidade Acadêmica na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Porto – FAUP (2008-2009). Integrou o grupo de pesquisa Laboratório Urbano do PPG-AU/FAUFBA (2013-2015). Foi membro da pesquisa Cronologia do Pensamento Urbanístico. Realizou Monitoria e Tirocínio Docente na área de ensino das matérias de projeto arquitetônico e urbanístico: Monitoria de Atelier 4 – FAUFBA (2011.1 e 2011.2) e Tirocínio Docente de Atelier 5 – FAUFBA (2014.1 e 2014.2). Atuou e desenvolveu atividades como arquiteto-colaborador em escritórios de arquitetura na cidade de Salvador/BA, com experiência na área de Arquitetura e Urbanismo, e ênfase em Projeto de Arquitetura. Desenvolve pesquisa sobre urbanização e a cidade contemporânea dentro da historiografia e pensamento urbanístico, e desenvolve projetos de caráter multidisciplinar nas áreas de arquitetura, urbanismo, artes visuais e design. E-mail: tiago.schultz@gmail.com

Existiam pelo menos três voos diretos saindo do aeroporto de Nanyuan em direção a Ordos, mas nenhuma companhia aérea (em sã consciência) disponibilizaria essa quantidade de voos diários para uma cidade fantasma. Recentemente, o aeroporto, inaugurado em 1910, enquanto a China ainda estava na Dinastia Qing, teve suas operações transferidas para o megalomaníaco Daxing Airport, desenhado pelos arquitetos da Zaha Hadid Architects, fechando as portas de uma vez por todas e causando comoção no país - já que até o Henry Kissinger aterrissou por lá em função da emblemática visita de Richard Nixon à China em 1971.

Quatro anos antes de encerrar suas atividades em 2019, pegamos um voo lotado de passageiros indo de Pequim para Ordos, saindo deste aeroporto, e nos perguntávamos: será que estamos mesmo na fila para aquela cidade fantasma que vimos noticiada na mídia quando ainda estávamos no Brasil? Fomos com uma série de perguntas e desconfianças até Ordos, projetada para uma população de 1,3 milhões de habitantes e com apenas 2% de construções ocupadas na época.

Paramos no tal aeroporto, dormimos a primeira noite em um centro próximo e seguimos para o novo distrito de Kangbashi. Pegamos um taxi, o motorista usava óculos escuros e parecia o Psy da música Gangnam Style, lançada em 2012 - mesmo ano, aliás, que Wang Shu levou o Prêmio Pritzker; ao que, em meio a todas essas coincidências e devaneios, chegamos em grande centro cívico composto por um eixão monumental, ao melhor estilo da dupla Lúcio e Oscar, e com céu límpido de uma letra do Djavan. Não contentes, aquele centro histórico forjado, criado e previsto em projeto (chamado Kangbashi touristArea) de dar inveja a Ouro Preto ou Pelourinho, com direito a um enorme museu, amorfo, sem acervo e sem exposições, desenhado pelos MAD Architects – que lhes pouparemos a tradução e trocadilho – contava também com uma série de casas em construção.

Figura 01: Taxista que nos levou a Kangbashi. Fonte: Foto do autor. Kangbashi, Ordos, China, 2015.





Figura 02: Placa "Kangbashi touristArea". Fonte: Foto do autor. Kangbashi, Ordos, China, 2015.

Figura 03: Propaganda do "Eixão de Kangbashi". Fonte: Foto do autor. Kangbashi, Ordos, China, 2015.

O grande eixo tem uma série de fantasmas conhecidos do nosso urbanismo (moderno), desde os velhos amigos: setorização, malha urbana rodoviarista, marcos urbanos, pontos nodais, até os novos coligados como turistificação, pelos edifícios "ancoras culturais"; espetacularização, por meio da venda da imagem da cidade, e da *city marketing*; além da estetização e animação urbana com *bikes eco-friendly*, dentre outras vedetes contemporâneas do urbanismo *walking dead* que norteou essa proposta.



O eixão de Ordos é um exemplo hiperbólico da falência do urbanismo, que, como diria Koolhaas, acabou na década de 1960, junto com os últimos bons livros sobre arquitetura, na época em que todas as publicações dentro do nosso campo subitamente passaram apenas a tratar de cidades e urbanismo, quase como algo separado dos "problemas arquitetônicos". Esses ficaram para trás quando surgiram propostas *high-tech* ou *deconstrutivistas* como respostas *prêt-à-porter* aos "problemas urbanos", que ficaram pelo caminho e nos levaram à impossibilidade de representação na atualidade. É a incapacidade de a arquitetura ser relevante – quando

muito consultada – a respeito de seus próprios rumos, quando políticos como Donald Trump passam a resolver “qual estilo seguir”, completamente avessos à própria noção do que torna um edifício uma arquitetura, que dirá definir o que virá a nortear uma produção arquitetônica futura. Mais uma grave intervenção no devir criativo arquitetônico.



Figura 04: Simulação de bikes da iniciativa privada, estilo urbanismo tático, na China.
Fonte: Foto do autor. Kangbashi, Ordos, China, 2015.



Figura 05: Trenzinho-turístico, edifícios-ícone e esculturas aleatórias em Kangbashi.
Fonte: Foto do autor. Kangbashi, Ordos, China, 2015.

Temos consciência de que, por meio de exemplos hiperbólicos, talvez possamos fazer ver ou discutir temas amplos e por vezes menosprezados no nosso campo, e usamos Ordos para falar dos nossos estranhamentos porque funciona como um espelho que reflete tudo aquilo que projetamos enquanto teoria e crítica da arquitetura e que volta em forma de esculturas gigantes de cavalos mogóis, de trenzinhos que mostram pontos turísticos criados, eixões e desenhos urbanos ligados às lógicas especulativas. Mais que isso, só mesmo acessar os vídeos da Redbull e ver como os skatistas radicais usaram a Kangbashi como espécie de cidade-half, dando asas à imaginação neoliberal de que é possível vender muito mais do que coca-cola no deserto de Gobi.



Mas essa parte da nossa não-deriva não estaria completa se ela não nos trouxesse a (talvez inútil) reflexão a respeito do significado de ORDOS100 para a teoria e crítica da arquitetura contemporânea. Idealizado por Ai Weiwei e Herzog & de Meuron, 100 escritórios de arquitetura foram convidados a integrar um time estrelado que deveria projetar e construir (mais uma!) nova centralidade em Ordos, além de Kangbashi, como resposta a uma encomenda bastante inusitada, mas comum aos olhos dos arquitetos: sem saber ao certo a procedência do cliente e, principalmente, de onde viria o dinheiro.

Ai Weiwei nos presenteia com uma gravação que sucede os três encontros, transformados em uma espécie de documentário que registrou todo o processo de projetação, numa espécie de *reality show*, um grande *Big Brother* da arquitetura contemporânea, filmado entre 2008 e 2011.

Figura 06: Diferença e repetição na China: prédios repetidos tipo um "carimbo arquitetônico" em condomínio, tipo plano 100 e alphavilles.
Fonte: Foto do autor. Kangbashi, Ordos, China, 2015.

O vídeo mostra a situação atual que a "arquitetura contemporânea" se encontra hoje; em entrevista, é possível ver o urbanismo acrítico e irresponsável denunciado por Koolhaas na década de 1995. Nesta que poderia ser uma versão contemporânea do *Weissenhof* (Stuttgart, 1927), um bairro inteiro desenhado em uma nova área de uma cidade existente, reunindo o que havia de "melhor" em termos de tecnologia, *design* urbano e arquitetura moderna da época como Mies Van Der Rohe, Le Corbusier, Bruno Taut, dentre outros arquitetos modernistas; ORDOS100 é a expressão própria da crise da representação e zero engajamento político ou noção crítica em arquitetura. As casas, cada uma com mais de mil metros quadrados, assinadas por nomes como Sou Fujimoto, Alejandro Aravena e Rojkind Arquitectos, foram desenhadas sem levar em consideração o contexto político, econômico e social em que se estava projetando, visando apenas ao lucro, sem nenhuma relação com a visão de mundo e capacidade cognitiva dos arquitetos envolvidos no projeto moderno em torno do citado bairro alemão, esses com fortes traços utópicos, voltados a resolver problema de moradia e ligados a uma proposição de futuro; coisa que não se vê nessa experiência contemporânea: apenas vemos escritórios buscando 15 minutos de fama, fazendo e falando barbaridades vexaminosas.

Daqueles três encontros entre os 100 arquitetos filmados por Weiwei: o primeiro foi de inspeção da área do futuro empreendimento; o segundo, de discussão estética, técnica e materialidade do conjunto dos edifícios entre si; e o terceiro, de confecção e apresentação das maquetes dos projetos. Acontece que, feitos à revelia de qualquer noção de urbanidade, ou habitabilidade, e sem nenhuma teoria que os norteasse, os projetos das casas saíram, cada um à sua maneira, desastrosas proposições arquitetônicas sem nenhuma sintonia ou relação com o lugar.

Das entrevistas com os arquitetos, chamaram nossa atenção, no primeiro encontro, um coquetel regado a muita bebida, *show* com danças e trajes típicos da Mongólia, onde um entrevistado demonstra entusiasmo *"em construir uma cidade do zero, já que há mais de 120 anos não se constrói uma na Europa"*; outro diz com naturalidade que o projeto que havia feito era *"resultado*

da globalização" e que poderia ser "*feito em qualquer lugar*". Notamos a dificuldade destes arquitetos não só em lidar com questões como a construção de uma nova cidade, do zero, como eles mesmos disseram, como também a incapacidade de se relacionar com o entorno existente.

Este tipo de problema, por exemplo, não é verificado no projeto para o novo bairro de Weissenhof, já que os edifícios tem boas conexões, existe um sentido e visão coerente em toda a intervenção urbana, as casas são bem implantadas e todas são bastante propositivas não só do ponto de vista arquitetônico, mas político, social e econômico. Existe uma boa dose de utopia e vontade de futuro em Weissenhof que não se lê em ORDOS100. E olha que estamos falando de um projeto de 1927 versus um projeto de 2011. No projeto do bairro modernista encontramos atenção à cidade existente, busca de uma integração aos modos de vida e propósito; já no projeto do bairro contemporâneo temos desprezo pela cidade existente, projetos alheios ao contexto urbano e desconectados da realidade sócio econômica e cultural local. Essas atitudes, normalmente associadas ao modernismo, se aplicam apenas no caso de ORDOS100.

Nos demais encontros a diversão é garantida por conta da verdadeira desterritorialização promovida por Weiwei ao deslocar esses arquitetos de seus escritórios herméticos e distantes da realidade chinesa, e colocá-los em um hotel de luxo na Mongólia Interior, fazendo com que seus discursos beirem o vexame. Nenhum arquiteto se interessou em saber como as pessoas vivem em Ordos, não conversaram com pessoas da cidade, nem mesmo com o *staff* do hotel. Em uma passagem do documentário um arquiteto até afirma que "*não é sobre como as pessoas vivem aqui, porque elas vivem exatamente igual a qualquer outra pessoa no mundo...*", e continua: "*a questão aqui é sobre bons materiais construtivos e questões climáticas*". Nos hospedamos neste mesmo hotel quando estivemos lá em visita, e confirmamos uma série de passagens do documentário falando com o gerente do hotel, que nos contou da experiência dele em hospedar tantos arquitetos de uma só vez: caótico, nos disse ele rindo.

Por fim, a diversão é garantida no documentário quando os arquitetos, confusos, começam a brigar insatisfeitos com a falta de pagamento do projeto: eles esperavam ganhar em dólares ou euros, mas acabam recebendo um valor bem inferior, em *yuans*, e alguns chegam até a contar o dinheiro recebido no meio do saguão do hotel. Fica clara a motivação principal do aceite em participar de um projeto como esse, de um empreiteiro desconhecido, com dinheiro sem procedência, em uma região remota da Mongólia Interior. No vídeo, um dos empreiteiros fala: "*seria uma pena se uma proposta como essas não for construída, não é?*", e completa: "*os arquitetos colocaram tanta energia e sabedoria neste projeto... seria mesmo uma pena ele acabar não saindo do papel, certo?*".

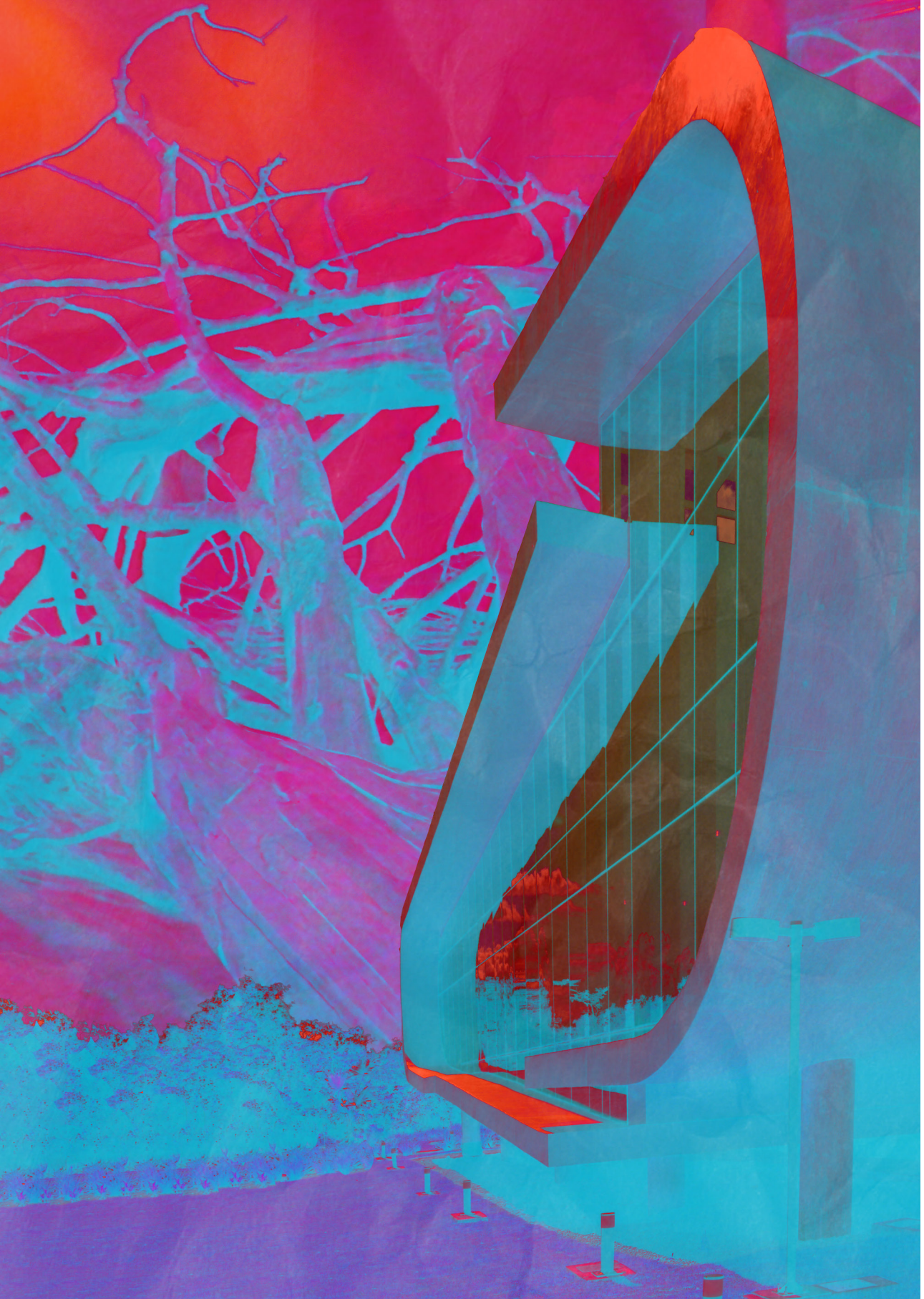
Aí Weiwei fez uma provocação: criou um projeto *fake*, de uma cidade fantasma *fake*, dentro do que a mídia ocidental convencionou chamar de maior cidade fantasma da China, produziu uma grande maquete em madeira de ORDOS100 e, não contente, ainda expôs ao redor do mundo nas suas exposições. O curioso é que, apesar de não ser uma crítica sutil, o que se vê é pouca ou nenhuma repercussão dentro da arquitetura, numa atitude negacionista e de um silêncio insuportável. Com este documentário, maquete e exposição, Weiwei evidenciou uma série de problemas quanto à procedência, qualidade das respostas e a validade de dogmas, teorias e práticas contemporâneas, abrindo espaço para diversas discussões acerca da dita arquitetura contemporânea, que não vai muito bem.

Quanto à cidade de Ordos, ela vai bem: dados recentes apontam que, a partir de 2017, Kangbashi, contrariando às más línguas, passou a ser um lugar mais populoso, com mais e mais pessoas fixando residência em pelo menos um terço dos imóveis que tinham permanecidos vazios desde 2004 até nossa ida em 2015, pondo em cheque a aposta no fracasso e sátiras do modelo de urbanização em curso na China. Nós já havíamos mostrado na nossa dissertação de mestrado (intitulado Xangai e o devir urbano chinês, 2016[1]) que a construção na região da Mongólia era uma dupla cartada do Partido Comunista Chinês de "manter a hegemonia da etnia Han na região e desenvolver o extremo norte do país", e é isso que se vê hoje em dia.

1: <https://1library.org/document/y43olpkz-xangai-devir-urbano-chines-cidades-mundo-ruinas-futuro.html>. Acesso em 30 de dez. de 2021.



Figura 05: Moradores de Kangbashi no "eixão brasiliense" de Ordos, na China.
Fonte: Foto do autor. Kangbashi, Ordos, China, 2015.



transArquitetura: uma (in)disciplina

Por João Diniz*

***João Diniz** é formado em arquitetura e urbanismo pela EAUFMG em 1980 e mestre em Engenharia Civil com ênfanse em construção metálica pela Escola de Minas da Universidade Federal de Ouro Preto em 2006. Diretor da empresa João Diniz Arquitetura Ltda, executando projetos nas áreas de edificações, interiores, design e urbanismo. Seus projetos têm sido publicados em meios de comunicação nacionais e estrangeiros, sendo alguns deles premiados, e podendo ser conhecidos em livros específicos e coletivos ou no website www.joaodiniz.com.br. Foi um dos 15 arquitetos brasileiros convidados para Sala Especial na Bienal Internacional de Arquitetura em São Paulo 2003. É Professor Adjunto no curso de Arquitetura da Universidade Fumec em Belo Horizonte e palestrante em universidades e instituições no Brasil e exterior. E-mail: jodin@acesso.com.br

1.

O texto apresentado a seguir faz parte da tese de doutorado do autor na UFMG intitulada 'As Sementes do Espaço: Arquiteturas em Processo' sob orientação da prof. Maria Lucia Malard, Dra. arquiteta. Essa tese avalia os processos de projeto do escritório JDArq em consonância com as práticas acadêmicas desenvolvidas pelo arquiteto traçando um paralelismo entre prática projetual e o ensino da profissão. A transArquitetura é uma dessas práticas acadêmicas propostas pelo desenvolvidas com os estudantes.

2.

O ensino da arquitetura conta com uma ampla gama de matérias que versam sobre tecnologia, história, técnicas de representação, legislações afins e práticas em projetos de edificações e urbanísticos. Mesmo assim visando um conhecimento ainda mais amplo na formação desse profissional imaginou-se que os estudantes e interessados pudessem ter um fórum que relacionasse a profissão, num amplo espectro, a outros conhecimentos ligados à cultura e sua produção em itens diversos tais como artes visuais, literatura, cinema, teatro medicina, filosofia, meio ambiente, jornalismo, comunicação, espiritualidade e outros.

Assim surge a transArquitetura, um tema que tem comparecido nas publicações que fiz[1] e em minha atividade acadêmica a partir de 1999 no curso de arquitetura da Universidade Fumec em Belo Horizonte. A prática dessa, que costumo chamar de uma '(in)disciplina', começa a ocorrer nos primeiros anos desse curso e, a partir daí, em oficinas e atividades isoladas em eventos de outras escolas de arquitetura brasileiras.

Em 2010 a convite das editoras do número 6 da revista periódica 'Bloco' da Universidade FEEVALE de Novo Hamburgo no Rio Grande do Sul, e dedicada à prática interdisciplinar da arquitetura e urbanismo, apresentei o texto 'Tranversalidades Convergentes: reflexões sobre um fazer arquitetônico expandido',

1: Os livros 'João Diniz Arquiteturas' (AP Cultural e C?Arte Editora) de 2002 e 'Depoimento / Circuito Atelier (C/ Arte Editora) contêm artigos abordando a transArquitetura.

onde, dentre outros assuntos e conforme apresentado a seguir, aborda os conceitos e alcances da transArquitetura.[2]

> A experiência pessoal sempre acontece num território de constatações práticas e teóricas e nos leva a um espaço de contradições várias, de erros e acertos, de avaliações e tentativas num universo existente e possível, real e incompleto, povoado de sonhos e frustrações. Então, como professor em uma escola em formação, e a partir de minha prática profissional como realizador de projetos, me vi envolvido na Universidade Fumec em Belo Horizonte lecionando em disciplinas de projetação edilícia fazendo da experiência, de minha bibliografia própria um ponto de partida para ensinar e ouvir.
>
> Posteriormente identifiquei as carências deste alvo acadêmico preferencialmente focado no objeto arquitetônico e na beleza e eficiência do edifício, e me ocorreu a criação de uma disciplina inter-conceitual onde coubessem todos os tipos de interesses satélites ao entender do mundo e da vida através da arquitetura, construindo conexões com os outros saberes e práticas, conexões inéditas e até forçadas, que tentariam encontrar na transversalidade e na subjetividade, novos estímulos que quebrassem o panorama escolar vigente composto muitas vezes por alunos sonolentos e professores arrogantes.
>
> Propus então a transArquitetura, disciplina curricular eletiva, como uma maneira própria e nova de abordar a nossa profissão mutante e híbrida que, apesar de muitíssimo antiga, merece sempre ser explicada, pois parece que ao longo dos tempos, as comunidades não sabem ainda objetivamente o que é o Arquiteto, o que pode fazer e até como pode chegar à sua real função social. Constatei que o termo transArquitetura já existia internacionalmente, mas em práticas de arquiteturas virtuais e realidades informatizadas.

2: DINIZ, Joao A. V. Transversalidades Convergentes: reflexões sobre um fazer arquitetônico expandido'. In Bloco (6) Arquitetura em Festa, organizado por Pellegrini, Ana Carolina e Vasconcellos, Juliana Caldas de. Novo Hamburgo. Universidade Feevale, 2010.

Essa nova disciplina acontece numa abordagem orgânica, focada no indivíduo e em sua relação com si mesmo e com os seus grupos afins, onde os possíveis cinco ou mais sentidos humanos são a partida para o diálogo com outras profissões e saberes numa perspectiva inicialmente cultural e artística, e expandida aos universos da saúde, da espiritualidade, da consciência política e ambiental, da inclusão social, da experimentação de linguagens diversas, e lógica e objetivamente do fazer arquitetônico quiçá embasado por todo este arcabouço de viagens objetivas ou não.

O “espírito Trans” aparece então como coexistência de conhecimentos, aparentemente diversos, desconectados até então, mas imantados na reflexão conjunta e na experimentação. Objetivamente, a matéria funciona eventualmente na oferta curricular da universidade, ou em oficinas temporárias e itinerantes. Mas, antes disso, é importante como maneira de pensar a profissão numa perspectiva própria inventando o transArquiteto, um talvez não-especialista, ou sábio doutor desta (in)disciplina.

Essa matéria foi ministrada em alguns semestres no começo dos anos 2000 na Universidade Fumec em BH. A partir de divulgações desses conceitos na internet, partes dessas investigações passam a ser ofertadas em atividades curtas, em eventos, na maioria das vezes, a convite de estudantes, nas semanas de arquitetura anuais que intentam abordar vivencias extra curriculares.

A partir do segundo semestre de 2020 o coordenador do curso de arquitetura da Universidade Fumec, o arquiteto Jacques Lazzarotto, no sentido de disponibilizar aos estudantes atividades que trouxessem um diferencial às disciplinas ofertadas remotamente durante a pandemia, me propõe que fossem retomadas as aulas da transArquitetura. Assim a matéria passa novamente a receber matrículas com a proposta de voltar a investigar as possibilidades da profissão em dialogo com outras áreas da cultura e do saber.

Seguindo o modelo da primeira edição da disciplina, nos anos inicias do curso, as aulas semanais, abordam, através das reflexões realizadas pelo professor, estudantes e convidados externos, as interfaces entre a arquitetura e assuntos complementares e pertinentes a ela, tais como: criatividade, artes visuais, literatura, comunicação, natureza, saúde, filosofia, música, ciências sociais, e cidade pós pandemia, dentre outros. O sistema remoto foi favorável a esses diálogos uma vez que permite a participação de convidados de outras cidades e países.

Esses convidados são pessoas destacadas em suas áreas de atuação. No segundo semestre de 2020 por lá estiveram, o artista visual e escritor Marcelo Xavier, a historiadora e crítica de arte Marília Andrés, a jornalista Daniella Zupo e a pediatra Simonete Torres (Belo Horizonte), o poeta Luis Turiba (Rio de Janeiro), o fotógrafo Eduardo Trópia (Ouro Preto), o músico Estevão Teixeira (Juiz de Fora), o arquiteto ambientalista Mauricio Andrés (Brasília), e a filósofa Angélica Sátiro (Barcelona).

No primeiro semestre de 2021 participaram das aulas, os arquitetos Fernando Maculan, e os membros do Coletivo Fósforo: Isabel Diniz, Renata da Matta e Eduardo Faleiro, os cineastas Fábio Carvalho e Isabel Lacerda, o filósofo e músico Francesco Napoli, o fotógrafo Tiberio França, a artista visual e curadora Celina Lage, o filósofo e artista Valdo do Valle (Belo Horizonte), o escritor e professor Anelito de Oliveira (Montes Claros), a arquiteta e editora Angelina Quaglia (Brasília), o arquiteto Zeca Brandão (Recife) e a arquiteta e professora Liliana Taramasso (Buenos Aires).

Esses convidados acima citados se dispuseram a comparecer às aulas virtuais participando de um dialogo envolvendo as interfaces de suas atividades profissionais e o fazer arquitetônico. A ideia é que em cada semestre hajam convidados diferentes, permitindo a participação de alunos de semestres anteriores; e que cada aula remota seja gravada e disponibilizada online numa espécie de fórum permanente sobre o assunto.

Durante e a partir das aulas ministradas estudantes são estimulados a realizar breves trabalhos práticos, sobre cada um dos assuntos apresentados, a partir de uma abordagem tripla que envolve três focos: a **curiosidade** – ou a descoberta de um problema a ser resolvido, a **analogia** – como detecção de áreas de estudo para a resolução desse problema, e a **experimentação** – ou uma experiência autoral no tratamento da questão (fig. 1). Esso triplo enfoque para a aproximação e ação sobre determinado tema é sugerida no livro de Walter Isacson como procedimentos recorrentes nas ações criativas de Leonardo da Vinci[3] (talvez o principal transArquiteto). Esses trabalhos dos estudantes vão compondo progressivamente um livro individual, onde cada capítulo se refere a cada uma das aulas, e que é entregue no final do semestre. As notas são dadas num sistema de auto-avaliação feita pelos próprios estudantes, considerando a execução desse livro proposto e a participação ativa nas aulas.

3: ISSACSON, Walter. Leonardo da Vinci. Rio de Janeiro, Editora Intrínseca, 2017

3.

Em 2012 o IAA, Instituto Arte das Américas sediado em Belo Horizonte, junto com a UFMG e a UEMG, promoveu o 'V Fórum Artes das Américas' no Museu da Pampulha em Belo Horizonte, discutindo a transversatilidade nas artes contemporâneas referentes à relação entre arte e ciência, arte e arquitetura, entre o dialogo entre as artes e as mídias e entre a critica e curadoria; e, dentre outros palestrantes apresentei uma reflexão sobre essa disciplina através da leitura do documento, ou manifesto, reproduzido a seguir:

'transArquitetura: um possível manifesto'

A contemporaneidade está plena de recursos comunicativos

mas existe dúvida se estas redes invisíveis realmente geram

novos conhecimentos, encontros, produções e conteúdos,

e se conseguem vencer a atual cultura da dispersão

e a obsolescência programada nas ideias descartáveis

que aparecem como imediatos e mediáticos bens consumo

Por outro lado, o pensamento humano segue descontínuo

no labirinto dos sentidos, no divagar das horas e das esperas,

no foco multidirecional das dúvidas, vontades e ações,

e varia entre as dificuldades do ser, as possibilidades do fazer,

a brevidade das atenções, a diversidade de interesses,

e a expansão do corpo e da alma no universo intemporal

A natureza é múltipla e interativa e coloca sempre em risco,

numa restrição de vida, os seres extremamente especializados,

propondo sequencias, inter-relações e diálogos complementares,

o homem pretenso senhor desta ordem refuta o inesperado caos

mas é sempre surpreendido, em seu domínio mecânico e frágil,

pelas catástrofes do pulsar geográfico ou da crença exacerbada

Mas existem os agentes do avanço na observação do inesperado,
na tradução dos opostos, no risco do pensamento e do gesto,
no ímpeto selvagem que propõe a variedade de disciplinas e rumos,
nas hipóteses das escutas e das vozes, nas caravanas e nos retiros,
no intercambio humano e espiritual de um tempo expandido
que nunca é só presente, mas que só se realiza na ação imediata

Os temas de Leonardo se integram em minúsculos códices,
da escrita inversa ao medíocre, na polifonia de sensos e diagramas,
na integração da anatomia e da máquina, do som e da luz,
do texto e do traço, do movimento e do peso, da hélice, da roda
do prato, do guardanapo, do canhão, da ideia e do engenho,
da cidade, da ponte e do canal, da guerra, do descanso e do humor

A cultura digital propõe o novo renascimento nas ferramentas plurais
na bagagem sem peso de uma integração necessária e oculta,
no congestionamento físico dos modelos vencidos ou em agonia,
nas nuvens invisíveis dos tempos históricos e virtuais
estão as saídas sensíveis que refutam a ignorância herdada,

da apatia da dominação intolerante e dos ataques velados em raiva

A leveza ativa do pássaro se opõe à frágil pena que cai,
no vento ocasional das tendências ditadas e obedecidas,
a asa ativa busca seu foco, e flutua nas correntes da polêmica,
tentando subir além das tempestades e dos ataques,
vislumbrando a autonomia e limite do vôo, nos seus mapas mentais,
local e momento do pouso e acolhida do desconhecido, ou não

A arquitetura do homem une arqui/arte à tectura/tessitura
Ideia e fazer, projeto e matéria, pedra e arco, parede e espaço,
na indisciplina do sonho há o rigor variável das metas,
no vácuo indefinido do nada pode estar a síntese do lugar,
a mão cuidadosa tenta seu papel ao buscar o traço que une
o tempo inexistente ao significado da imagem e da palavra

Pelas proposições cordiais da provocação e dos idiomas
estão os transversos passos das esquinas, das praças, das festas,
os sensos vários do corpo e da alma conduzem as matérias
da viagem e da chegada no roteiro integrado das culturas,

dos valores ambientais, das viabilidades econômicas imaginadas,
e dos respeitos sociais que devem sustentar os dias que passam

A idade durável do cosmos pode transpassar os atores breves
nas décadas transcorridas, na existência transposta em artes,
transparentes ou intransigentes, transmitidas ou intrometidas
transportadas ou atravessadas, em transes ou em trancas
em trapos ou em tranças, mas sempre através da trama
do espírito trans, aberto, curioso, aprendiz, atento e sereno

A transArquitetura é o local onipresente da experimentação,
o plano de cada ser em função das próprias e gerais demandas,
uma maneira individual e coletiva de ter tempo e ser tido por ele,
de construir na existência todas possibilidades frente às barreiras,
de fazer uma história engenhada nas poéticas do espanto,
alimento para os sujeitos sempre iniciantes em sua experiência

Na transArquitetura o desconhecer não é barreira mas caminho,
o saber não é estilo mas maneira de sempre renovar o olhar,

a profissão não é limite mas a forma de reinventar vocações,
o instante é uma paixão provocante que deve ser sempre conquistada,
no espaço que nasce na mente presente, observante e agente,
todos são diversos, unidos, sensíveis, possíveis, na transArquitetura.

4.

No sentido de exemplificar as possibilidades práticas desses conhecimentos tomarei como estudo de caso as ações realizadas através do meu escritório de projetos em Belo Horizonte, o JDArq; e as edições e apresentações efetuadas conjuntamente com o coletivo Pterodata que criei e que conta, em situações variadas com a colaboração de autores de diversas áreas tais como músicos, atores, locutores, cineastas, artistas visuais e poetas.

A arquitetura, propriamente dita, é um ponto de partida para a construção desse pensamento, e acontece em várias escalas como a de residências na Casa Eugênia (Fig. 2) e Casa Serrana (Fig. 3); na habitação coletiva como nos residenciais Gameleira (Fig. 4) e Monet (Fig. 5); em edifícios de uso misto com destaque na paisagem urbana como ed. Capri (fig. 6) e Scala (Fig. 7); em espaços públicos como a Praça Sete de Setembro em BH (Fig. 8) e a Praça do Barão em Sabará (fig. 9); em edifício escolar como a Escola do CIAAR (Fig. 10); em edifício religioso como a Capela em Lagoa Santa (Fig. 11); e em planos urbanísticos como o projetos para o Campus e edifícios do CIAAR em Lagoa Santa MG (fig. 12).

Existem também as realizações híbridas como o multissensorial Pavilhão Cuboesia (Fig. 13), a exposição ‘Vetor Vivo’ apresentada no Museu das Minas e Metal unindo investigações em torno de estrutura e escultura, e ainda unindo na expografia poesias, cinema e música (Fig. 14), as pinturas da série ‘Decifráveis’ que une poesia e artes visuais, os trabalhos de fotografia autoral

presentado em edições como no Livro ‘Visible Cities’ (Fig. 15) e na exposição na Galeria Carminha Macedo em BH (Fig. 16).

No campo das edições disponíveis em volumes físicos ou virtuais temos o projeto ‘Ábaco’ que gerou o livro de poesia cd musical e performances, o livro ‘Arte de Obra’ com o fotógrafo Cristiano Machado, o livro ‘Aforismos Experimentais’ ou ‘O Livro das Linhas’ lançado em dezembro de 2020 (Fig. 17); as investigações no campo da música geraram 6 cds (Fig.18); no território do vídeo temos o DVD ‘camerAção’ com 28 filmes que variam entre 1 e 29 min. (Fig. 19).

As imagens finais (Fig. 20 a 25) apresentam páginas dos livros individuais da transArquitetura produzidos pelos estudantes da Universidade Fumec a partir das aulas ministradas. A autoria de cada um desses trabalhos está citada na legenda da imagem.

Os trabalhos apresentados no item 4 desse texto e outros podem ser conhecidos na internet em:

www.joaodiniz.com.br

http://joaodiniz.wordpress.com

https://soundcloud.com/pterodata

http://www.youtube.com/profile?user=joaodiniz

http://www.facebook.com/joao.diniz.3114

https://twitter.com/joaodinizarch

Link para alguns trabalhos citados:

Capela em Lagoa Santa: https://www.archdaily.com.br/br/917684/capela-em-lagoa-santa-joao-diniz-arquitetura

Cuboesia: https://www.archdaily.com.br/br/934142/pavilhao-cuboesia-and-jardim-de-aco-joao-diniz-arquitetura-plus-bel-diniz-arquitetura

Casa Serana: https://www.archdaily.com.br/br/01-87118/casa-serrana-slash-joao-diniz

Residencial Monet: https://www.archdaily.com.br/br/600016/residencial-monet-slash-joao-diniz-arquitetura

Livro ‘Visible Cities’: https://br.blurb.com/b/4425225-visible-cities

O Livro das Linhas: https://www.amazon.com.br/livro-das-linhas-Jo%C3%A3o-Diniz-ebook/dp/B08SJ7KD39

Livro ‘Ábaco’: https://www.amazon.ca/%C3%A1baco-Portuguese-Jo%C3%A3o-Diniz-ebook/dp/B08SR7NF66/ref=sr_1_7?dchild=1&qid=1611764606&refinements=p_n_feature_nine_browse-bin%3A5499155011&s=digital-text&sr=1-7

CD Ábaco: https://www.amazon.com/%C3%81baco-Joao-Diniz-Pterodata/dp/B071GVPQLS

Ábaco Suite/performance: https://www.youtube.com/watch?v=nfxfekxKI6s

camerAção DVD/playlist: https://www.youtube.com/playlist?list=PLaukI1ugtkQFzKJ0gjKp6Qma0JPOqptFL

Exposição Vetor Vivo: https://artsandculture.google.com/story/sAWB66jJ8ByDkQ

a

t r

i

ɑ

o

s



Partilha de afetos: um bordado de ações possíveis[1]

Sharing of affections: an embroidery of possible actions

Ana Clara Oliveira de Araújo*

Resumo

Este ensaio constitui-se como uma leitura inicial de aproximações verificadas entre afetos e política, através de práticas partilhadas por diferentes sujeitos no espaço urbano, que representam alternativas que se colocam em contraposição ao neoliberalismo. Essa reflexão é um desdobramento acerca de uma atuação no campo da assessoria técnica, que mobiliza ações de enfrentamento e de resistência à ordem dominante. Como estratégia metodológica, propõe-se uma analogia ao bordado, a partir de três tessituras que apontam formas de agência que poderiam ser estudadas como perspectiva crítica de intervenção em âmbito macropolítico. Nelas, há uma abordagem acerca da relação entre política e psicanálise; outra a respeito da recuperação do conceito do Comum como estratégia de transformação da sociedade; e uma terceira sobre práticas sociais coletivas que constituem microconjunturas. As três leituras exprimem interseções, ressaltando que, mesmo diante de condições adversas, os sujeitos são levados a produzir outras formas de agenciamento que viabilizam suas experiências urbanas dentro do sistema neoliberal. Assim sendo, a verificação dessas referências pode contribuir para o desenvolvimento de técnicas que fortaleçam os arranjos já estabelecidos nesses locais, que sobrepõem os aparatos de controle social, intervindo na cotidianidade e produzindo transformações importantes, a partir das quais outras tessituras poderão ser costuradas.

Palavras-chave: afetos, política, neoliberalismo, práticas sociais coletivas, experiências urbanas.

Abstract

This essay is constituted as an initial reading of verified approaches between affections and politics, through practices shared by different subjects in the urban space, which represent alternatives that stand in opposition to neoliberalism. This reflection is a result of an acting in the field of technical assistance, which mobilizes actions of confronting and to resist against the dominant order. An analogy to embroidery is proposed as a methodological strategy, from three threads that aim to forms of agency that could be studied as a critical perspective of intervention at the macro-political sphere. In them, there is an approach about the relation between politics and psychoanalysis; another one, about the recovery of the concept of Common as a strategy for society's transformation; and a third on collective social practices that constitute microconjunctures. The three readings express intersections, emphasizing that, even in face of adversity conditions, individuals are led to produce other ways of agency to make their urban experiences viable within the neoliberal order. Therefore, the verification of these references might contribute on the development of techniques that strengthen the arrangements already established in these locations, which overlaps the social control structures, intervening in daily life and producing important transformations, from which other threads can be stitched.

Keywords: affections, politics, neoliberalism, collective social practices, urban experiences.

Separar as linhas (para o bordado)

Este texto é uma busca. Uma tentativa de articular vivências e reflexões que possibilitem vislumbrar um caminho para além do neoliberalismo. Assumo aqui uma postura otimista, compreendendo a eventualidade do fracasso nesta tentativa, mas, ainda assim, uma necessidade a perseguir. Necessidade essa que se origina de um convite à reflexão sobre uma prática em campo, no âmbito de arquitetura e urbanismo, em consonância com o compromisso por uma mudança social efetiva, que mobiliza ações de enfrentamento e de resistência à ordem dominante. Nesse sentido, tal prática me orienta a verificar interseções entre afetos, afecções e ações, a partir das quais construo este ensaio.

A construção dessas interseções está relacionada ainda com a intenção de entender o que mobiliza a minha prática, e, sendo assim, atravessa meu estudo atual de mestrado, como mote e metodologia de minha pesquisa-ação, que localizo entre o afeto e o projeto. A junção entre esses dois substantivos parte de uma leitura crítica de um modo de atuação em espaços de moradia popular, que demandam, além da função técnica inerente ao campo de arquitetura e urbanismo, a destreza para compreender que lugar tal profissional pode ocupar nesses contextos. Esse modo de atuação ou prática em campo diz respeito à assessoria técnica, que mobiliza diferentes agentes para pensar e propor estratégias, planos e projetos técnico-populares ancorados na defesa de direitos e na democratização do espaço.

O trabalho da assessoria técnica abrange o engajamento ético e político, além de ser concebido através do diálogo e da cooperação entre a comunidade e a equipe técnica, emergindo como uma possibilidade de fortalecimento de demandas populares que já vêm sendo construídas há algumas décadas, mas que ainda são tratadas de modo hostil, seja pelo mercado ou pelo Estado. Assim sendo, entende-se que as relações estabelecidas a partir dessa prática não se reduzem ao atendimento técnico, sendo uma forma de agência que se soma às interações sociais verificadas nesses espaços, que formulam táticas de sobrevivência em condições adversas, sendo a afetividade uma

1: Texto adapatado do trabalho final apresentado para a disciplina Teorias e Concepções da Modernidade, do Instituto de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo, no semestre 2020.2, ministrada pelos professores Cibele Rizek, Marcelo Fantin, Camila Camargo e André Dal Bó.

dessas táticas. Desse modo, interessa compreender como essas relações sociais contribuem em produções físicas e simbólicas nesses assentamentos, configurando uma razão alternativa à ordem dominante.

Vladimir Safatle (2019) observa que há em curso um sistema de reprodução de sociedade que ainda preserva dispositivos coloniais, tendo o tempo como horizonte de expectativa por um bem futuro, desconsiderando a complexidade da contemporaneidade e desmobilizando ações no presente. De outro lado, há parte dessa coletividade que trabalha por transformações cotidianas, a partir de "formas singulares de vida".

> Enquanto sistema de reprodução material de formas hegemônicas de vida, sociedades dotam tais formas de força de adesão ao produzir continuamente afetos que nos fazem assumir certas possibilidades de vida a despeito de outras. [...] Há uma adesão social construída através das afecções. Nesse sentido, quando sociedades se transformam, abrindo-se à produção de formas singulares de vida, os afetos começam a circular de outra forma, a agenciar-se de maneira a produzir outros objetos e efeitos. (SAFATLE, 2015, p.15-16)

Interessa, então, verificar como essas outras agências são produzidas, e de que modo elas refletem na sociedade, exprimindo transformações no tempo presente, através de organizações comunitárias, além de redes de vizinhanças, de solidariedade e de cooperação. Ana Clara Torres Ribeiro (2005) pontua que, para o estudo da sociedade, é necessário situar-se em um "núcleo comum" entre o micro e o macro, que, ao mesmo tempo, comprometa-se com a análise desses vínculos e da razão neoliberal, visando identificar alternativas para um "futuro radicalmente democrático" (RIBEIRO, 2005, p.415).

> O cotidiano e o lugar trazem a necessidade de refletir sobre o não-dito, o invisível, o anônimo (Ribeiro; Lourenço, 2001), e também sobre aquilo que se duvida valer a pena tentar dizer. Ao mesmo tempo, essas dimensões da vida coletiva afirmam-se como as únicas que aproximam a sociabilidade da imaginação sociológica contemporânea, impondo a

> descoberta de linguagens adequadas à citação, mesmo que frágil, das interações sociais construídas entre o acaso, a gratuidade, a mercantilização de todos os ângulos da existência e a violência. (RIBEIRO, 2005, p.416)

Seguindo nessa linha, é possível apontar que, embora haja um esforço para deslegitimar práticas sociais coletivas, elas são constituídas a partir de diferentes acúmulos, formulando outras racionalidades importantes de serem apreendidas pelo academicismo e por profissionais que atuam no espaço, buscando fortalecer essas produções (RIBEIRO, 2010). Assim, neste ensaio, busco tecer algumas leituras de autores que abordam formas de agência que têm a perspectiva de contribuir na formulação de alternativas ao neoliberalismo. A escolha dessas referências possibilita a costura de relações – entre afetos, afecções e ações – com as quais me identifico e que, ainda, me permitem tecer reflexões.

Como estratégia metodológica de construção deste ensaio, opto pela analogia ao bordado, por sua etimologia, e por ser também uma bordadeira (iniciante), sendo esse ato desencadeado para mim a partir do afeto. Dessa forma, após **separar as linhas** nessa introdução, buscarei apresentar os estudos dos autores entendendo-os como três tessituras. A **I Tessitura: afetos**, parte de leituras de uma abordagem psicanalítica da relação entre sujeito e política, desenvolvida por Vladimir Safatle (2019, 2020). Nesses textos, o autor abrange uma compreensão dos afetos pelo sentido da psicanálise, indicando que a transformação da sociedade só será possível após a modificação da estrutura psíquica do sujeito.

Na **II Tessitura: afecções**, são denotadas ideias referentes ao princípio do comum, a partir de elaborações de Pierre Dardot e Christian Laval (2017a, 2017b), que o apresentam como alternativa, no campo político, à ideologia neoliberal. A partir do comum, sugerem a instituição de um sujeito coletivo, que fundamentaria a sociedade, através de novas relações sociais que articulem "práticas de natureza muito diversas" (DARDOT e LAVAL, 2017a, p.615). Por fim, a **III Tessitura: ações** recorre às concepções de Ana Clara Torres Ribeiro (2005, 2009, 2010) a respeito de estudos sociológicos contemporâneos, que

inscrevem ações sociais no espaço. Segundo a autora, há, na sociedade, sujeitos que compreendem sua condição de alienados, para, de dentro da estrutura hegemônica, produzir resistências que se configuram como táticas de sobrevivência (RIBEIRO, 2010, p.26).

Ao final do ensaio, proponho **ultrapassar o limite do bastidor**, concluindo o texto com uma abertura a reflexões futuras, que dialoguem, alterem ou eliminem alguns dos pontos aqui assinalados, pois, diferentemente do bordado, a discussão proposta não precisa ser finalizada. Ressalto essas primeiras costuras como uma leitura inicial que possibilite o alcance de certos entendimentos acerca das aproximações entre a afetividade e a política, para, a partir delas, construir, na prática, partilhas com outros sujeitos.

I Tessitura: Afetos

Vladimir Safatle (2019, 2020) defende que, para a transformação da sociedade neoliberal, é imprescindível compreender os vínculos que se estabelecem entre política e psicanálise. Devido ao caráter onipresente assumido pela ordem dominante, sendo "multiescalar" e "multissituada", ela acaba por incidir também sobre o espectro subjetivo, interferindo no estado psíquico do sujeito, tendo como consequência a reafirmação de relações de submissão, alienação e dominação. De acordo com esse autor, tal interferência ocorre através da produção e da mobilização de afetos que contribuem para a adesão dos sujeitos a um corpo político único – a sociedade –, através de vínculos construídos no inconsciente, que impedem processos capazes de levá-los à emancipação (SAFATLE, 2019, p.37). O inconsciente é, segundo a psicanálise lacaniana[2], um outro sujeito que há em nós, responsável pela ação efetiva (SAFATLE, 2020).

Nesses escritos, Safatle aponta a necessidade de atentar-nos aos modos desenvolvidos pela razão neoliberal para consolidar essa condição de alienação, entre os quais destaco as questões da ignorância, da manipulação de afetos – como

2: Trata-se dos estudos psicanalíticos desenvolvidos por Jacques Lacan, a quem Safatle recorre para estabelecer relações entre subjetividade e política.

medo e desamparo – e da colonização do desejo (ou gozo, como é trabalhado por ele). É importante ressaltar que esses procedimentos não são adotados de maneira isolada, sendo mobilizados pelas estruturas normativas que disciplinam a vida social. Como forma de superar esses dispositivos, o primeiro movimento seria a investigação a respeito de como ocorrem essas mobilizações, ou seja, como funciona o poder que age sobre os sujeitos levando à formação de um corpo político, superando, então, o primeiro desses dispositivos destacados: a ignorância.

No âmbito do neoliberalismo, através da psicanálise, o autor indica que a adesão aos afetos mobilizados pelo poder ocorre por conta de vínculos de identificação, um dos conceitos lacanianos que é ubíquo à política. Há um movimento duplo, de identificação com as estruturas de poder, a partir de suas "normas, regras e comportamentos", ao mesmo tempo que o sujeito reforça uma identidade rígida, de viés autônomo e independente, negando a origem de sua modulação. Além disso, como forma de preservação da identidade, o sujeito assume um caráter autoritário e violento, buscando a projeção de si no mundo e em outros, e recusando aqueles que são diferentes dessa imagem constituída, algo que o autor assinala como sendo o "modelo de personalidade" do fascismo. Cabe pontuar ainda que essa postura defensiva é assumida como resposta à ativação do medo, pois o sujeito compreende que as relações dialéticas são capazes de promover transformações nos indivíduos (SAFATLE, 2020, p.35-37).

Segundo Safatle (2020), a ativação do medo se dá porque, no contexto máximo de individualização representado pelo neoliberalismo, o processo de identificação é acionado pela figura de poder, seja no âmbito familiar (o pai), seja no societário (o líder), a quem o sujeito segue indiscriminadamente. Nesse sentido, a possibilidade de colapso desse sistema coloca o indivíduo em uma posição de fragilidade e insegurança, levando-o a buscar novas maneiras de reafirmar a estrutura existente. De outro lado, o colapso dessa figura poderia levar a um processo de emancipação social, que "permitiria a consolidação de um sistema de relações igualitárias capaz de abrir o espaço a formas renovadas de cooperação" (SAFATLE, 2020, p.52).

> Há momentos em que os corpos precisam se quebrar, se decompor, ser despossuídos para que novos circuitos de afetos apareçam. Fixados na integralidade de nosso corpo próprio, não deixamos o próprio se quebrar, se desamparar de sua forma atual para que seja às vezes recomposto de maneira inesperada. (SAFATLE, 2019, p.36)

Assim, aponta que, para a superação da alienação, é necessário passar por essa condição de desamparo, ou seja, a ausência de uma figura de poder e de autoridade com a qual possa haver identificação, possibilitando um "impulso em direção à capacidade de ser afetado de outra forma" (SAFATLE, 2019, p.38). De acordo com Safatle (2019), essas outras formas de circulação de afetos levariam ao funcionamento do grupo de forma horizontal, sem a necessidade de uma única liderança, como poderia ser verificado, por exemplo, em contextos comunitários onde há redes de vizinhança, solidariedade e cooperação.

Outro procedimento abordado por Safatle (2020) a respeito dos modos de controle social é a espoliação do gozo, ou colonização das formas de desejo viabilizadas no interior do sistema neoliberal. O gozo é outro conceito psicanalítico desenvolvido por Lacan, caracterizado por ter uma dupla função: de sustentação do poder, ao mesmo tempo que se constitui como ferramenta central de sua crítica. Safatle ressalta que a manutenção do poder é indissociável do gozo, acionando "promessas de êxtase", com "contínua esperança de alcance", que sustenta a submissão do sujeito ao estado de alienação, impedindo a identificação de estratégias subversivas, que poderiam levar à sua emancipação.

No âmbito do capitalismo, o desejo está associado de forma estrita com a economia, indicando que o nível máximo de prazer só poderia ser alcançado a partir de produção de valor. Para tanto, além da produção de objetos que servirão ao consumo, o sistema se ocupa da produção de um sujeito que servirá aos objetos (MARX, 2011, p.47 apud SAFATLE, 2020, p.71). Assim

sendo, a emancipação social do neoliberalismo implicaria em experiências de gozo além daquelas previstas pela ordem dominante, que seriam "experiências de excesso", classificadas como irracionais, aquém da possibilidade de cálculo entre utilidade e medida. Tais experiências constituem processos ativos, que afirmam o "descentramento" e a "despossessão" como fórmulas necessárias ao colapso de determinações capitalistas (SAFATLE, 2020).

Safatle (2020) ressalta que, em um contexto de "máxima integração" social como o neoliberal, sofrimentos psíquicos representam "figuras sociais de recusa", que correspondem ao desejo de construção de outras formas de existência. Para tanto, o autor propõe a aplicação de duas ferramentas da psicanálise: a transferência e o ato analítico. A transferência corresponde à destituição de relações de poder, através da destituição de seus ocupantes, sua agência e sua gramática, implicando ainda em um processo de desidentificação do sujeito com as estruturas do poder. Dessa forma, a transferência é finalizada com o ato analítico, com o rompimento de estruturas de dominação e a produção de novas realidades, em um movimento de destituição e instauração.

> Há gestos dramáticos que apagam, nem que seja por um momento, por um largo momento, a vida como fora até então, tendo em vista a produção de novas formas de existência. Seria causa profunda de sofrimento essa incapacidade de nossa era histórica em saber acolher tais gestos com sua força performativa de instauração e redescrição. Uma época amedrontada por atravessar os limites da existência. (SAFATLE, 2020, p.122-123)

Segundo o autor, o ato analítico pressupõe a subversão da existência em um movimento dialético, assim como a emergência de um outro sujeito político, predisposto ao desenvolvimento de novas formas de relação com o outro. Nesse sentido, o ato constitui um processo revolucionário, de ruptura com a ordem dominante, que requer a construção de uma outra gramática, através da conquista e destituição do Estado, com a "abertura de uma sociedade de associações livres", na qual "todos os seus modos de reprodução se transfigurem" (SAFATLE, 2020, p.130). Safatle (2019) sugere que o ato não é inédito, podendo ser observado mesmo no interior do sistema de reprodução capitalista, onde nota a existência de outras agências no tempo presente, que produzem "formas singulares de vida", que poderiam ser estudadas como perspectiva crítica de intervenção em âmbito macropolítico.

II Tessitura: afecções

Pierre Dardot e Christian Laval (2017a, 2017b) reforçam em seus textos, que refletem sobre o princípio do Comum, o caráter totalitário do neoliberalismo, cujo arcabouço institucional impõe dinâmicas de submissão a "políticas, comportamentos e subjetividades", dialogando com perspectivas de ruptura apresentadas no tecido anterior deste ensaio. Os autores apontam que ainda não foi possível construir saídas efetivas ao sistema neoliberal, sendo necessário, para isso, romper com o "arcabouço institucional existente" (ou a gramática existente), substituindo-o por outro, o que corresponderia, em tese, a um movimento similar ao ato analítico, trazido por Safatle (2020). Para eles, a sujeição ocorre porque existe a sensação de que o sistema capitalista venceu, colocando os sujeitos em uma posição de conformidade com esse aprisionamento, sem expectativa de que haja a possibilidade de um futuro diferente (DARDOT e LAVAL, 2017a).

De acordo com os autores, o neoliberalismo opera através de um discurso conservador, que funciona com ameaças às garantias individuais – como a liberdade –, indicando que uma ruptura poderia levar a um sistema diferente, onde a liberdade teria seu fim. Essa ideia reforça um apego à história, desenvolvendo um conceito de revolução que sugere que toda mudança tem como resultado a repetição do mesmo, mas que, conjuntamente, pode produzir disrupções na ordem existente. Tal concepção aposta no discurso ideológico para reforçar a estruturação da razão neoliberal, entretanto, desconsidera que não temos controle sobre o futuro, podendo este ser diferente daquilo que se supõe, que seria a repetição do mesmo.

Ao mesmo tempo, Dardot e Laval (2017a, 2017b) apontam que outro aspecto importante dessa ordem dominante está relacionado com um processo de hibridismo entre Estado e mercado, sendo o primeiro tido pela esquerda política como esfera responsável pela defesa dos interesses sociais. Nesse sentido, a esquerda defende que rupturas parciais poderiam levar à recuperação desse dispositivo político, levando-o ao redirecionamento de sentidos, propostas e políticas de cunho verdadeiramente democrático. De outro lado, os autores reiteram que essa combinação entre Estado e mercado já está consolidada, estendendo a ideologia neoliberal a toda a estrutura social.

> Esse novo sistema estabelece uma concorrência generalizada, regula a relação do indivíduo consigo mesmo e com os outros segundo a lógica da superação e do desempenho infinito. Essa norma da concorrência não nasce espontaneamente em cada um de nós como produto natural do cérebro: não é biológica, é efeito de uma política deliberada. Com o auxílio diligente do Estado, a acumulação ilimitada do capital comanda de maneira cada vez mais imperativa e veloz a transformação das sociedades, das relações sociais e da subjetividade. (DARDOT e LAVAL, 2017a, p.12)

Segundo os autores, o recrudescimento dessa ideologia, através da normatividade, em todas as esferas da estrutura societária, que está voltada para a "acumulação ilimitada do capital", direciona-nos para uma saída da própria democracia, com grandes consequências para um sistema social já bastante estratificado. Dessa forma, diante de uma insatisfação generalizada com esse *modus operandi* do neoliberalismo, verificada em "convulsões, confrontos e reviravoltas" cada vez mais presentes no campo político, constata-se a necessidade de estabelecimento de uma saída alternativa, a partir da qual os autores recuperam o princípio do comum, reforçando-o como uma nova razão política. Segundo Dardot e Laval, essa ação "tem a ver com transformar a resistência persistente e corajosa de amplos setores da sociedade às políticas de austeridade, em vontade e capacidade de transformar as próprias relações políticas, em ir da representação à participação." (DARDOT e LAVAL, 2017b, p.225-226).

Partindo, então, dessa necessidade de transformação da sociedade, em direção à alteração da ordem neoliberal, entende-se que, por ser uma racionalidade que abrange toda a estrutura social, sua ruptura parte de uma indispensabilidade de restituição total, de uma ruptura com todo o "arcabouço institucional existente". Essa ação, que no âmbito da leitura de Safatle é definida a partir do ato analítico, para Dardot e Laval é denominada de revolução. Cabe ressaltar que, a despeito das nomenclaturas apontadas, as duas sugerem um mesmo tipo de intervenção, de dimensão totalizadora, através de um processo de destituição da ordem existente, possibilitando o aparecimento de novas formas de relação (DARDOT e LAVAL, 2017a; SAFATLE, 2020).

Para Dardot e Laval (2017a), a questão central do ato revolucionário seria o Comum, um conceito que eles recuperam como possibilidade de mudança efetiva da estrutura social vigente, que só poderá ser alcançada através de um processo de autotransformação (transformação de dentro do sistema) que leva à autoinstituição de novas estruturas que sejam centrais na construção dessa nova razão política. Os autores ressaltam o comum em seu sentido substantivo, ou seja, como um princípio, e, portanto, assumindo o lugar de estruturação da nova ordem, sendo o preceito que orientará todas as esferas do corpo político.

> Estabelecemos o comum como um princípio político. Ele não é invenção nossa, emerge das contestações à ordem atual. Designa, em primeiro lugar, as linhas de frente e as zonas de luta onde se dá a transformação de nossas sociedades, traduz as aspirações dos movimentos contrários ao capitalismo e suas formas de ação, alimenta práticas relativas à criação e ao governo dos comuns. (DARDOT e LAVAL, 2017a, p.481)

Seguindo nessa linha, a destituição das estruturas de poder para a instauração do comum só poderá ocorrer a partir de uma tipologia específica de revolução, definida como práxis instituinte, constituindo uma "atividade pautada pela

autonomia", "que é um fim para si mesma" (DARDOT e LAVAL, 2017a, p.455-456). Assim, essa práxis instituinte sugere algumas disposições: demanda a participação política, a instituição como uma atividade consciente e deliberada de forma coletiva e a possibilidade de alteração de regras definidas por ela mesma. Nessa perspectiva, a definição dessa práxis indica uma aproximação com o dispositivo psicanalítico da transferência, tendo como resultado o estabelecimento de "relações de poder sem dominação", com possibilidade de emergência de vínculos capazes de transformar sujeitos. (SAFATLE, 2020, p.110)

Outra aproximação possível entre esses dois tecidos propositivos se dá a partir da defesa de um movimento de desierarquização, passando de relações verticais, através das quais ocorrem os processos de dominação, com o pretexto de maior eficiência, para relações horizontais, com vistas a atividades que levem a uma deliberação conjunta (DARDOT e LAVAL, 2017b, p.225). Nesse sentido, a práxis instituinte do comum leva à fundação de um "sujeito coletivo", por meio do qual deverão ser refundadas as relações sociais, que terão como centro uma atividade política responsável pela "deliberação, julgamento, decisão e aplicação de decisões", possibilitando a prática do "agir comum" (DARDOT e LAVAL, 2017b, p.218; DARDOT e LAVAL, 2017a, p.486).

III Tessitura: ações

Na leitura de Ana Clara Torres Ribeiro (2005, 2009, 2010), é possível verificar que há aspectos em comum com as costuras apresentadas anteriormente, no que tange à configuração da racionalidade hegemônica e de suas interferências no âmbito da subjetividade, através da financeirização das relações sociais. Assim sendo, a autora destaca que essas intervenções acabam por impedir a aceitação de diferenças no espectro da singularidade, por levar o sujeito ao nível máximo de individualização, a partir da ideologia neoliberal. Essa ideia aproxima-se do conceito de identificação como dispositivo que assegura condições de alienação e dominação, além da ativação de afetos como o medo e o desamparo, que garantem as estruturas de poder como referência de estabilidade e reconhecimento de si. (SAFATLE, 2020)

Ribeiro aponta também que aspectos das estruturas de poder do neoliberalismo, a exemplo da vinculação da aquisição de bens como forma de gozo, assim como a recusa das diferenças, terminam por atenuar as condições de segregação social, por promover a desapropriação mercantil e política da "experiência urbana da maioria" (RIBEIRO, 2010, p.27). A autora ainda ressalta que, no contexto das desigualdades sociais, para a maior parte da população, é ilusório o acesso a instituições que lidem com a subjetividade, com a psicanálise, reforçando que mesmo as "figuras sociais de recusa" (SAFATLE, 2020, p.19) são experimentadas de maneiras distintas por diferentes sujeitos no interior de uma ordem que se pretende totalizadora. (RIBEIRO, 2005)

Nesse sentido, a autora sugere que esses sujeitos expostos a tais condições de adversidades e de desigualdades são levados a produzir outras formas de agenciamento que viabilizem sua experiência urbana, constituindo formas de resistência e de afirmação social. Ribeiro nomeia essas ações como "racionalidades alternativas", que não significam a superação da ordem hegemônica, mas, sim, a produção de "brechas, fraturas e passagens" sustentadas por formas de vida coletivas. São estratégias de sobrevivência no interior do sistema neoliberal que envolvem "acordos tácitos" e "pactos circunstanciais", assim como "riscos e aprendizados, acumulação de saberes e cálculo de custos". (RIBEIRO, 2010, p.31)

> Acredito que a compreensão dessas passagens, que podem ser estreitas e obscuras, implique em leituras sensíveis de metamorfoses do sujeito que, embrenhado em suas circunstâncias, concebe e realiza a ação possível. Aqui, o aparentemente micro e insignificante adquire a grandeza em geral atribuída apenas ao macro, por inscrever a ação no confronto com determinantes da dominação responsáveis pela reprodução das desigualdades sociais e pelo apagamento dos muitos outros nas cenas urbanas. Agenciamentos e metamorfoses implicam na elaboração de uma gramática da existência, isto é, de uma tecnicidade que enfrente

> engenhos da ação dominante. (RIBEIRO, 2010, p.31, grifos nossos)

A autora sinaliza que os estudos da sociedade tendem a julgá-la, de maneira exclusiva, como uma sociedade alienada, sem levar em consideração esses outros agenciamentos, que são mobilizados por diferentes experiências urbanas, como enfrentamento à ordem dominante. Aqui, a constituição de outras "gramáticas da existência", diferentemente de como são acionadas por Safatle (2020), não implica necessariamente na ruptura com o sistema, produzindo outras ações no tempo presente. Dessa maneira, o comportamento alienado, como comumente é caracterizado pelos estudos sociais, seria, na verdade, uma "acomodação consciente e tática", formando "microconjunturas" que resistem por dentro do neoliberalismo (RIBEIRO, 2010).

Por outro lado, o reconhecimento da existência de outras formas de agenciamento, a despeito do sistema de alienação e dominação, também é identificado por Safatle (2019) através de contextos de vida específicos que permanecem resilientes, mesmo quando a análise da conjuntura indicaria sistemas de submissão. Devido a isso, o autor sugere que a perspectiva crítica busque compreender esses modos de adesão subversivos, através de seus "circuitos de afetos" (SAFATLE, 2019, p.16). Essa mesma tarefa é proposta por Ribeiro (2010) para o academicismo e para profissionais que atuam no contexto do espaço, acreditando que tal costura possibilitaria a consolidação dessas racionalidades alternativas.

No âmbito da assessoria, acredito que essas leituras de racionalidades alternativas podem contribuir para o desenvolvimento de técnicas que fortaleçam os arranjos já estabelecidos nesses espaços, assim como contribuir para disputas em curso, visando reafirmar outras experiências de produção urbana. Ribeiro (2009) aponta que essas outras agências, produzidas de forma dissidente, "incluem vínculos comunitários, experiências religiosas, relações étnicas e aprendizados ancestrais", que se inscrevem no espaço através de ações sociais (RIBEIRO, 2009, p.153).

> Conquista-se espaço através de atos que confrontam a reprodução sistêmica da vida urbana. Trata-se de apropriações do espaço expressivas de racionalidades alternativas ainda em processo de sistematização. Porém, ensaios dessa sistematização são identificáveis na repetição de formas de apropriação espacial por distintos atores políticos e movimentos sociais. (RIBEIRO, 2005, p.421)

De acordo com Ribeiro (2005), essas "formas de apropriação espacial" constituídas pelas agências subversivas, na relação de inserção que estabelecem no interior das estruturas de poder, implementam uma dinâmica de forças instituintes, que dialogam com a práxis instituinte do comum (DARDOT e LAVAL, 2017a). Nesse sentido, assim como a práxis instituinte, a ação social é uma atividade que pressupõe a autonomia do sujeito, indicando um movimento de emancipação que poderia ocorrer "de dentro para fora" da estrutura do capitalismo. Desse ponto, é importante recordar que a sugestão de Ana Clara consiste na necessidade de desenvolver intervenções, sejam teóricas ou práticas, que articulem as escalas macro e micro, já sendo possível observar a existência de "microcomuns", "microrrevoluções" e "microações" com potência de incidir sobre o âmbito macropolítico.

Ultrapassar o limite do bastidor

Ao longo deste ensaio, busquei tecer algumas costuras entre leituras de autores que abordam elementos que permitem vislumbrar perspectivas de resistência à ordem social dominante. Nesse sentido, foi possível observar uma congruência entre essas passagens, que ressaltam o individualismo como modelo social do neoliberalismo, ao mesmo tempo que estabelece normas, regras e comportamentos que visam reduzir o sujeito e sua subjetividade a uma fôrma imposta pelas estruturas de poder. Ainda assim, as três referências apresentadas deixam evidente que há condutas disruptivas que atuam desde o (de dentro do) sistema, por vezes de maneira disfarçada, e, em outras, constituindo agências de enfrentamento. São essas

brechas que constroem possibilidades efetivas de produção de novas formas de existência.

Ana Clara Torres Ribeiro (2010) e Vladimir Safatle (2019) reforçam, em seus respectivos trabalhos, a necessidade de disposição intelectual, acadêmica e/ou profissional para expandir os estudos voltados à compreensão da sociedade, de modo a incorporar ações que ocorrem no nível micropolítico, com potência de intervenção no macro. A meu ver, se nos dedicarmos a essa tarefa, poderemos contribuir efetivamente para mudanças sociais. Ao mesmo tempo, dado o caráter multissecular do capitalismo, é importante salientar que a temporalidade dessa tarefa é um aspecto que ainda precisa ser melhor estudado, mas é também uma ação que precisa ser urgentemente ampliada.

> Ações que interrompem a cotidianidade – inscrevendo a copresença em contextos que a renegam - implicam em sincronização de gestos e na representação de papéis que não são esperados e nem programados. Essas ações corporificam, na encenação da experiência urbana, o descarte, por alguns instantes, de controles que tolhem a invenção (e inversão) de posições sociais nos fluxos urbanos. (RIBEIRO, 2010, p.31)

A verificação de tais experiências urbanas, que sobrepõem os aparatos de controle social fomentados pelo neoliberalismo, intervindo na cotidianidade, ressalta a importância de valorizar ações que já estão sendo empreendidas no espaço, gerando mobilizações e agitações que confrontam as promessas de êxito do sistema capitalista. Nesse sentido, nota-se que essas ações são, por si só, formas de confronto, por promoverem interações sociais na atualidade, em oposição às perspectivas de futuro que orientam a submissão às estruturas de poder. Desse modo, compreende-se que essas articulações contribuem na produção de alternativas que constituem instrumentos políticos de reivindicação, interferindo em pactos, agências e deliberações sistêmicas.

Os três tecidos aludem para a imprescindibilidade de romper com a estrutura institucional existente, através de práticas que assumem termos diversos em cada um deles: ato analítico, práxis instituinte ou ação social. Conforme citado acima, atividades como essas já estão presentes em diferentes espaços da sociedade, formulando o que Ana Clara denomina como “gramáticas da existência” (RIBEIRO, 2010, p.11), e, ainda, contrapõem-se ao modelo neoliberal ao recusarem seu caráter individual, evidenciando o papel renovador das deliberações coletivas. Como forma de agência, a assessoria técnica também pode funcionar como uma prática que produz uma mudança social significativa, alterando modos como a tecnicidade incide sobre o espaço, a partir de um trabalho que fortaleça demandas locais.

Cabe pontuar que, por sua natureza dialógica e coletiva, a assessoria técnica, além de contribuir espacialmente, pode também incidir no campo de arquitetura e urbanismo com outras gramáticas, compostas a partir da integração entre os diferentes sujeitos e conhecimentos presentes nos locais onde atua, contribuindo para que a própria disciplina se democratize. Esse seria um exemplo de intervenção do micro no macro. Ao mesmo tempo, ao trabalhar com processos de construção e de decisões conjuntas, em contraste com as estruturas organizacionais típicas do neoliberalismo, constitui rupturas que têm potencial para interferir no sistema institucional existente.

Assim sendo, através das leituras e reflexões iniciais tecidas[3], defende-se uma indicação por uma postura ética e política complementar à tecnicidade inerente ao campo de arquitetura e urbanismo, buscando que tal postura oriente processos de pesquisa-ação, que têm a possibilidade de repercutir no espaço, reunindo diferentes experiências como instrumentos de confronto e reivindicação social. É possível articular essa perspectiva de atuação em campo, com uma versão microconjuntural da práxis instituinte do comum, abordada por Dardot e Laval (2017a, 2017b), que é caracterizada pelo agir comum. Nota-se, portanto, um conjunto de sugestões, dispositivos e posturas atravessado pela interseção entre afetos, afecções e ações, com potencial de produzir transformações

3: Assim como no bordado, sou também iniciante no estudo dessas outras referências, que podem trazer perspectivas de outros campos disciplinares para a minha prática no âmbito de arquitetura e urbanismo.

importantes na sociedade, a partir das quais outras tessituras poderão ser costuradas.

Referências

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **Comum**: ensaio sobre a revolução no século XXI. (Tradução de Mariana Echalar). 1 ed. São Paulo: Boitempo, 2017a.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. O Comum, um ensaio sobre a revolução no século XXI. (Tradução de Renan Porto). **Revista Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n. 49, 2017b, p.217-226. Disponível em: http://uninomade.net/wp-content/files_mf/149419297100O%20Comum,%20um%20ensaio%20sobre%20a%20revolução%20no%20século%2021%20-%20Pierre%20Dardot%20e%20Christian%20Laval.pdf. Acesso em: dez. 2020.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Cartografia da ação social, região latino-americana e novo desenvolvimento urbano. In: EGLER, T. T. C.; POGGIESE, H. (Org.). **Otro desarrollo urbano**: ciudad incluyente, justicia social y gestión democrática. Buenos Aires: CLACSO, 2009. p. 147-156. Disponível em: http://biblioteca.clacso.edu.ar/gsdl/collect/clacso/index/assoc/D8628.dir/14torres.pdf. Acesso em: dez. 2020.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Dança dos Sentidos: na busca de alguns gestos. In: JACQUES, P. B.; BRITTO, F. D. (org.). **Corpocidade**: debates, ações e articulações. Salvador: EDUFBA, 2010. p.24-40. Disponível em: http://www.corpocidade.dan.ufba.br/2010/LIVRO_CORPOCIDADE.pdf. Acesso em: jul. 2019.

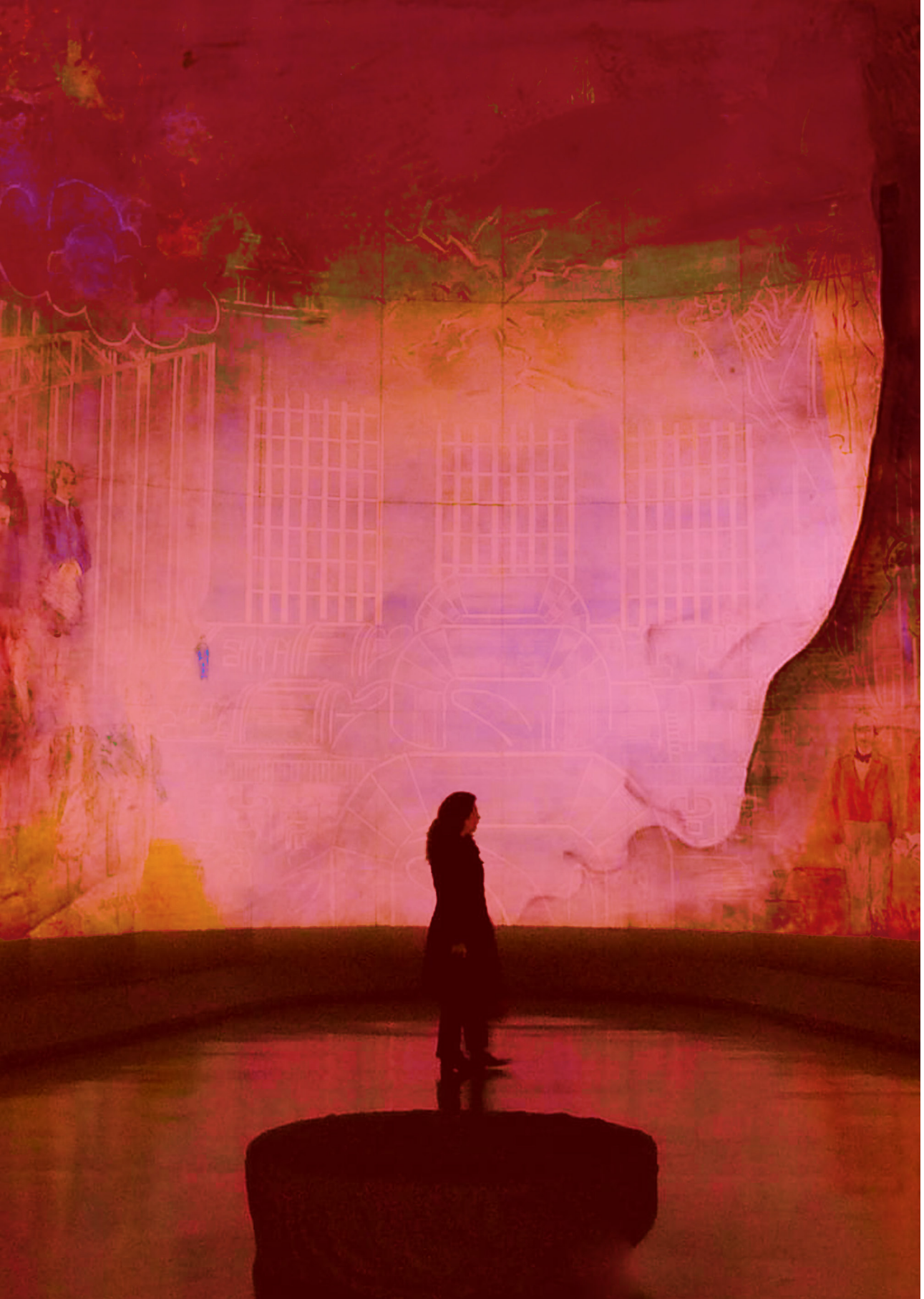
RIBEIRO, Ana Clara Torres. SOCIABILIDADE, HOJE!: leitura da experiência urbana. **Caderno CRH**, Salvador, v.18, n.45, p.411-422, Set./Dez. 2005. Disponível em: https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/18535/11911. Acesso em: dez. 2020.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SAFATLE, Vladimir. **Maneiras de transformar mundos**: Lacan, política e emancipação. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

indi
scip
lina
r

***Ana Clara Oliveira de Araújo** é Arquiteta Urbanista pela Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal da Bahia (FAUFBA). Mestranda em Habitat na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo (FAUUSP). Assessora Técnica pelo Coletivo Escalar (Salvador-BA). E-mail: clara.oliveiradearaujo@gmail.com



Idealização do mundo e leitura do lugar nos espaços de religiosidade: entrevistas realizadas nos territórios populares de Belo Horizonte

World Idealization and Readings of Religious Spaces: interviews undertaken in popular territories in Belo Horizonte

Daniel Medeiros de Freitas, Carolina Maria Soares Lima e Bernardo Miranda Pataro*

Resumo

O artigo apresenta reflexões formuladas a partir de entrevistas realizadas entre 2018 e 2020 sobre os espaços de religiosidade nos territórios populares de Belo Horizonte. Situada na interface entre o campo dos estudos religiosos e dos estudos urbanos, em especial a faculdade de idealização do mundo e a leitura do lugar, a pesquisa em curso mapeia e analisa mecanismos de construção de visões de mundo das religiões, com ênfase no pentecostalismo, a partir das interações entre diferentes vertentes e localidades do movimento pentecostal e deste com outras crenças. Para tal, está sendo necessário avançar na construção de um referencial teórico-metodológico que possibilite uma visão pluralista das percepções dos fiéis e seu contexto histórico, político, cultural e urbano. Como resultado preliminar apresentamos hipóteses desenvolvidas a partir das entrevistas e uma breve agenda de pesquisa em curso sobre o tema.

Palavras-chave: interdisciplinaridade, espaços de religiosidade, pentecostalismo, leitura do lugar, Belo Horizonte

Abstract

The article presents results from interviews conducted between 2018-2020 about the spaces of religiosity in the popular territories of Belo Horizonte. Located at the interface between the field of religious studies and urban studies, especially the faculty of idealization of the world and the reading of the place, the ongoing research maps and analyses mechanisms of assembling Pentecostal worldviews out of interactions between different strands and localities of pentecostal movement and between Pentecostalism and other beliefs. To this end, it is necessary to advance in the construction of a theoretical-methodological framework that allows a pluralist view of the perceptions of the faithful and their historical, political, cultural and urban context. As a preliminary result, we present hypotheses developed from the interviews and a brief ongoing research agenda on the topic.

Keywords: interdisciplinarity, spaces of religiosity, pentecostalism, reading of place, Belo Horizonte

Introdução

O artigo é resultado de pesquisa iniciada em 2018 que, por meio de entrevistas qualitativas e visitas de campo, aproxima o campo dos estudos religiosos ao campo dos estudos urbanos e leitura do lugar, analisando os mecanismos de estruturação das visões de mundo dos fiéis a partir de interações entre diferentes vertentes do movimento pentecostal e sua relação com outras religiões.

O objetivo do artigo é apresentar os procedimentos utilizados no mapeamento dos imaginários espaciais religiosos e as primeiras reflexões teórico-metodológicas desenvolvidas entre 2018 e 2020. É objetivo secundário discutir, por meio da fala dos entrevistados, o impacto espacial e sociopolítico do crescimento do pentecostalismo, destacando as implicações e reações à pandemia da Covid-19. Os desdobramentos da pesquisa incluem reflexões transdisciplinares de aproximação do objeto, tendo como principais entradas as narrativas e visões de mundo registradas. Para tal, o artigo foi dividido em três partes. A primeira descreve a realização das entrevistas e seus desdobramentos metodológicos. A segunda aprofunda a articulação com o referencial teórico-metodológico situado no campo dos estudos religiosos, fenomenologia aplicada à leitura do lugar e estudos sobre o espaço urbano. A terceira discute os principais resultados e questões que estruturam a continuidade e ampliação da pesquisa.

Parte I. Método de realização das entrevistas

As entrevistas foram realizadas em quatro etapas. A primeira, realizada a partir da visita a territórios populares da cidade de Belo Horizonte no primeiro semestre de 2019, entrevistou presencialmente 23 pessoas entre moradores das ocupações Eliana Silva (7 entrevistas) e Carolina de Jesus (7 entrevistas) e estudantes da Escola Estadual Maria Carolina Campos (9 entrevistas)[1]. A segunda etapa foi realizada no primeiro semestre de 2020, já no contexto de isolamento em função da pandemia da COVID 19, tendo como propósito testar metodologias de entrevistas remotas e incluir questões relativas às práticas espaciais da religião no contexto de isolamento e distanciamento social. A terceira etapa, também realizada de forma remota no segundo semestre de 2020, entrevistou exclusivamente fiéis das igrejas neopentecostais. Na segunda e terceira etapa foram realizadas 9 entrevistas a partir de aproximação por meio de snowball-method, ou seja, começando com as pessoas que os pesquisadores tiveram contato durante o trabalho de campo antes da quarentena e, depois, solicitando indicações para que mais pessoas fossem contatadas e entrevistadas[2]. Na quarta e última etapa foram realizadas duas entrevistas em maior profundidade, com referências do Candomblé e do Neopentecostalismo.

Todas as entrevistas utilizaram metodologia semiestruturada em torno de perguntas abertas e que possibilitassem maior interação com o entrevistado e registro amplo dos temas abordados. Para definição do escopo das perguntas e das estratégias de abordagem dos temas, sobretudo devido à necessidade das entrevistas online, as entrevistas-teste realizadas na segunda etapa foram fundamentais para a consolidação da estrutura atual e continuidade da pesquisa. Além das entrevistas-teste, foram utilizadas referências relacionadas a métodos para realização de entrevistas online por meio de mensagens instantâneas. No lugar de grupos focais remotos e uso de formulários estruturados, optamos por realizar entrevistas online nos moldes apresentados por Barratt e Maddox, que consiste na utilização de plataformas como o WhatsApp ou Telegram (ambos muito populares no Brasil) na condução de questões de modo próximo a uma conversa casual, visando proporcionar uma melhor compreensão das situações por parte dos pesquisadores (BARRATT; MADDOX, 2016).

Sobre o registro das informações, na primeira etapa das entrevistas havia, além das entrevistas presenciais, a produção de mapas colaborativos. Durante o isolamento social esse produto foi inviabilizado, ora pela dificuldade do entrevistado desenhar sozinho em casa, ora pelas restrições no envio dos desenhos para o pesquisador. Nas etapas seguintes, o My Maps da suíte Google foi a ferramenta de mapeamento que apresentou maiores vantagens, por isso passou a ser utilizada no processo. Dessa forma, durante as entrevistas, foram solicitadas informações sobre a rotina e indicações de locais frequentados antes e durante a pandemia. Enquanto os

entrevistados falavam, os pesquisadores elaboravam um mapa-esboço e mostravam os resultados, no qual os entrevistados podiam opinar e ajustar os mapas. De modo complementar, o mapeamento das práticas espaciais considerou também a questão do tempo, dimensão fundamental do cotidiano e que impacta diretamente a experiência espacial na cidade. Quando questionados sobre suas rotinas, os entrevistados forneceram diversas informações sobre o tempo de deslocamento e o tempo de permanência nos locais, incluindo limitações impostas pelas longas distâncias a serem percorridas e situações de contato com a fé durante o deslocamento, por exemplo, durante longas viagens de ônibus. As informações acima foram organizadas por meio de prismas espaço-temporais que, frequentes no campo da geografia, possibilitam visualizar as possibilidades de uso e apropriação do espaço atreladas às falas dos entrevistados, registrando o espaço percebido e como a imaginação e percepção podem influenciar as práticas espaciais. Sobre a estrutura da entrevista, as etapas combinaram as questões apresentadas no Quadro 01 com um exercício cartográfico voltado para a análise da percepção espacial e registro por meio de mapas mentais e mapas colaborativos.

Primeira etapa de entrevistas (presencial)	**A. Questões introdutórias** 1. Descreva-se como uma pessoa de fé. Qual é sua tradição religiosa, qual igreja você frequenta? 2. Em qual grau sua fé influencia em sua vida? 3. Até que ponto sua fé segue os ensinamentos de sua igreja? Se há quaisquer diferenças, por favor descreva-as.
	B. Questões relacionadas ao mapa 1. Onde você mora? 2. Onde fica a igreja e/ou templo que você frequenta? 3. Por favor mostre (desenhe) quaisquer lugares importantes para você por causa de sua fé. Há lugares onde você se sente mais próximo a Deus? 4. Por favor indique (desenhe) quaisquer lugares que você tende a evitar por razões relacionadas à sua fé.

Segunda e Terceiras etapas de entrevistas (remota)	**A. Questões relacionadas à rotina** 1. Onde você mora? Que lugares você vai? 2. Como é sua rotina? Lugares que você costumava ir e como você costumava se mover? 3. Se você sair, como você se move? 4. O bairro em que você mora oferece todos os serviços de que você precisa? 5. Se você se protege, como o faz? 6. Como você passa seus dias de trabalho e aos domingos? 7. Como era antes da quarentena?
	B. Questões sobre rotina e religião (antes da pandemia) 8. A qual igreja eles pertencem? Se possível, informe o endereço - é perto de sua casa? 9. Você costumava ir aos templos antes da quarentena? Com que frequência? Se não, porque não? Se a razão for que eles não estão comemorando nada, você iria se eles estivessem comemorando? 10. Você ou algum membro da sua família vai a igrejas? Você sente falta de ir a igrejas / templos? 11. Que práticas você tem que o fazem se sentir conectado?
	C. Questões sobre rotina e religião (durante a pandemia) 12. Se não houvesse uma igreja perto de sua casa, você estaria disposto a viajar longas distâncias no meio da pandemia para ter acesso a uma igreja? 13. Como você e a comunidade da sua igreja estão adaptando sua conexão com Deus sem ir aos templos? 14. O que você acha do COVID19? Qual é a sua principal fonte de informações sobre o COVID19? 15. Em sua opinião, a fé religiosa é um componente importante na luta contra o avanço da COVID-19? Por quê? 16. A igreja que você frequenta emitiu alguma recomendação em relação à COVID-19? Você concorda com eles? 17. É a favor ou contra medidas de quarentena e isolamento social na luta contra a COVID-19? 18. Você é um trabalhador essencial? Existe algum trabalhador essencial em sua casa? Você precisa sair por algum motivo? 19. Você considera as igrejas um serviço essencial? Por quê? 20. Quais são os locais sagrados para você durante a quarentena? Onde você se sente conectado a Deus? (Se você pudesse desenhar ou esboçar) 21. Durante e antes da quarentena, você consome conteúdo de mídia sobre sua religião ou fé? 22. Você participa de algum WhatsApp ou grupo de internet da igreja a que pertence? 23. A igreja que você frequenta oferece algum tipo de serviço à distância, como orientação espiritual ou algum tipo de aconselhamento pela Internet?
Quarta etapa de entrevistas (remotas)	As entrevistas realizadas com as referências do Neopentecostalismo e do Candomblé foram realizadas com base nas perguntas das segunda e terceira rodadas. Contudo, estas entrevistas foram mais extensas e permitiram uma conversa menos estruturada com os entrevistados.

A estrutura das perguntas toma como ponto de partida a compreensão da rotina em relação aos locais frequentados e, no que diz respeito à religião vivida[3], visa delinear como a religião se fundamenta etnograficamente e, também, como se relaciona com o cotidiano do fiel. Partindo da premissa da religião enquanto categoria sociológica, busca-se compreender sua influência na vida, no cotidiano e na rotina do fiel, afetando diretamente a percepção e o uso do espaço. Já as perguntas relacionadas à própria igreja/religião, nos permitiu mapear as relações de proximidade, deslocamento e alguns dos critérios de localização e escolha dos templos frequentados. Sobre os rituais individuais, as respostas revelaram como e onde as pessoas se sentem conectadas à sua fé, se sozinho ou em grupo, se no quarto, na igreja ou na natureza, por exemplo. Neste sentido, nos interessava verificar em que medida o contato remoto com as igrejas alterou a intensidade e a qualidade do uso dos espaços individuais e privados dos fiéis.

Sobre as questões relacionadas à pandemia, as respostas permitiram compreender o modo como alguns fiéis têm a igreja como principal fonte de informação e onde a ciência, a religião e a política se encontram no imaginário desse grupo específico de fiéis. Além disso, foi uma oportunidade de verificar a importância da fé no enfrentamento da pandemia, na manutenção do contato físico apesar dos riscos, na busca de ajuda na igreja e no compartilhamento de informações decorrentes de outras instituições e grupos. Nas questões sobre trabalho e lugares essenciais durante a pandemia foi possível correlacionar a exposição dos fiéis aos riscos da rotina de trabalho com os riscos relacionados à atividade religiosa que não se apresenta como um risco isolado. Também sobre a pandemia, as respostas possibilitaram avançar na compreensão da influência das igrejas nas decisões dos fiéis e se essa influência havia aumentado devido à maior presença de líderes religiosos de maior alcance midiático.

Sobre a questão espacial, as entrevistas permitiram avançar pouco na leitura do lugar, havendo ainda pouca informação sobre a conformação espacial e as atividades, sobretudo em função das limitações encontradas, mas permitiram avançar na formulação de hipóteses relacionadas à percepção dos fiéis e

espacialização das práticas religiosas. No entanto, para além da inserção dos espaços de religiosidade na cidade (dimensão externa) e das especificidades observadas na espacialização dos rituais (dimensão interna), o contato com os fiéis nos permitiu avançar sobre uma dimensão fundamental da leitura do lugar: o modo como as visões de mundo afetam sua percepção e concepção dos espaços articulados a uma dimensão transcendental, conforme será discutido na construção do referencial teórico-metodológico a seguir.

Parte 2. Referencial teórico-metodológico

O principal desafio teórico-metodológico da pesquisa é a construção de uma aproximação transdisciplinar dos espaços da religiosidade a partir da pergunta inicial, a saber, *como a religião afeta a maneira como as pessoas percebem, representam e agem no território***?** A referência utilizada como ponto de partida foi a obra *Total Urban Mobilisation: Ernest Junger and the Post-Capitalist City* (Nawratek, 2018) que adota uma perspectiva focada na *inclusão radical* e em uma estrutura metodológica orientada pela *visão estereoscópica* desenvolvida por Junger. Para tal, o autor discute possibilidades de uma cidade pós-capitalista para além da lógica individual e orientada por uma unidade não homogênea, e pelo conceito de pensamento messiânico e objetivo transcendente, tal como pensados por Jacob Taubes (2009), passando por reflexões sobre potenciais diálogos com a sintaxe espacial e a leitura do lugar. Neste primeiro momento da pesquisa, utilizamos apenas parte dos conceitos e questões desenvolvidas pelo autor, enfatizando a dimensão messiânica e transcendente do diálogo entre os imaginários religiosos e o espaço urbano, atentos ao papel da religião no cotidiano e na faculdade de idealização do mundo dos entrevistados.

O papel da religião na faculdade de idealização do mundo, conforme Durkheim (2003), decorre do argumento de que as condições materiais não representam o fator primordial através do qual a vida e história são produzidas (DURKHEIM, 2003). Para o autor, a consciência coletiva se forma através da reunião de consciências particulares que dependem da reunião de indivíduos que passam a compartilhar ideias, preocupações e

anseios. A religião nasce dessa reunião, atuando como elemento de coesão no grupo social, conforme será observado, e auxilia o homem a interpretar a realidade em que vive, conseguindo influenciar suas decisões relativas às suas necessidades fisiológicas e materiais - como o ato de jejuar ou compartilhar de riquezas com aqueles que nada tem. A faculdade de idealizar, argumenta Durkheim representa uma característica essencial do ser humano para ele ser considerado um ser social, condição indispensável e indissociável da existência do homem para ele poder refletir e produzir a vida social (DURKHEIM, 2003). Segundo o autor, a vida social exige que o indivíduo seja capaz de pensar para além de si mesmo, ou seja, utilizar a imaginação e ideias para criar uma realidade que deve também acomodar outras ideias.

> O ideal pessoal origina-se, assim, do ideal social, à medida que a personalidade individual se desenvolve e se torna fonte autônoma de ação. Mas se se quer compreender essa aptidão, aparentemente tão singular, para viver fora do real, basta vinculá-la às condições sociais de que depende. (DURKHEIM, 2003, p. 501).

Avançando no argumento, Durkheim defende que a religião representa a capacidade que uma sociedade possui de pensar sobre si mesma, ou seja, a capacidade de abstrair e se enxergar de fora (DURKHEIM, 2003). A própria definição e diferenciação do que é sagrado e profano relaciona-se a forças e entidades que não residem apenas no mundo empiricamente observável. Essa diferenciação seria para o autor o mais fundamental exercício de idealização realizado pelo ser humano, uma vez que ela só é possível através da substituição do mundo em que o indivíduo se encontra para outro ao qual ele se transporta na imaginação.

Outro aspecto essencial para o conceito de religião, ainda de acordo com Durkheim, é a diferenciação entre a esfera sagrada, proveniente de um plano divino, e profana, que corresponde à nossa existência terrena e ordinária (DURKHEIM, 2003). Tais esferas representam realidades inteiramente distintas e separadas, mas que, além de se relacionarem de alguma forma, também se manifestam em nossas vidas mundanas. Esse relacionamento demanda o estabelecimento de um conjunto

de crenças e ritos - representações das características das coisas sagradas e destas com as coisas profanas; e regras que normatizam a forma com que o homem religioso lida com o sagrado. Para Mircea Eliade, que diferentemente de Durkheim adota uma perspectiva mais individualista e para além da religião como produto exclusivamente de relações sociais, tal diferenciação é fundamental para definir o campo de atuação das religiões assim como entendermos a forma com que a religião e o indivíduo religioso atuam na realidade e como isso representa um modo específico de viver e interagir com o mundo (ELIADE, 1981).

Sem perder de vista a frequência com que Mircea Eliade recorre a metáforas espaciais para explicar a dicotomia sagrado-profano, essa diferenciação, a princípio, não diz respeito a um espaço, área ou região, mas à delimitação de fronteiras entre o que pertence ao nosso mundo e o que tem origem em uma dimensão superior, divina. O sagrado poderia, por exemplo, se manifestar em um objeto, construção, atividade ou até mesmo em uma pessoa. Devido à importância que a igreja possui para a religião, gradualmente ela relacionou essas esferas com a noção de espaço, ou seja, o templo entendido como um local qualitativamente distinto dos demais. A medida que os indivíduos adquiriram maior autonomia para interpretar as escrituras, ensinamentos e práticas religiosas o uso das categorias sagrado e profano para se referir a diferentes aspectos da realidade social torna-se mais comum.

Para lidar com a diferenciação entre o sagrado e o profano recorremos à proposição de Droogers de uma abordagem que inclui três dimensões para o estudo da religião: a *dimensão interna,* que inclui os mecanismos de poder representados pela relação entre padres e pastores e entre crentes e leigos; a *dimensão externa* que inclui a relação dos crentes com as forças seculares; e a dimensão transcendental que corresponde às crenças, intermediadas pelas características culturais de cada contexto e se manifestando na relação dos religiosos com Deus (DROOGERS, 2011).

Grande parte do esforço da pesquisa realizada consistiu em reconhecer essas três dimensões nos chamados espaços de

religiosidade, ou seja, nos lugares que afetam e são afetados pelas dimensões internas, externas e transcendentais das religiões. Partindo da influência da fenomenologia e sua compreensão dos fenômenos sociais através do aparato cognitivo do indivíduo, que difere e tensionam as abordagens marxistas-materialistas discutidas adiante, adotamos categorias de lugar e espaço cujos significados variam de acordo com a subjetividade de cada indivíduo, podendo ser influenciado por sua perspectiva religiosa. Este tensionamento se orienta pela construção de uma metodologia inclusiva e orientada pela *visão estereoscópica* desenvolvida por Junger que, no nosso estudo de caso, parte da construção e tensionamento entre diferentes pontos de vista sobre determinado objeto.

A conceituação do lugar a partir da fenomenologia, ou seja, a partir do modo como as pessoas atribuem valor, experimentam e interpretam os lugares que habitam (TUAN, 1990), nos permite trabalhar duas definições complementares: (i) o lugar enquanto *locus* da identidade de um indivíduo ou comunidade; e (ii) o lugar enquanto escala da vida cotidiana (CASTREE, KITCHIN, ROGERS, 2003). Nas abordagens mais próximas à primeira definição, a identidade dos lugares é geralmente compreendida a partir, por um lado, da construção e manutenção de vínculos sociais, e, por outro lado, do papel que exerce sobre as relações de poder, resistência e luta. Enquanto *locus* da identidade, o lugar é entendido não só como parte da formação e regulação de comportamento do sujeito, mas também como um processo que envolve relações sociais de cooperação e/ou antagonismo entre agentes. Já as abordagens mais próximas ao lugar enquanto escala da vida cotidiana, investigam o modo pelo qual os agentes produzem geografias locais em resposta a diferentes contextos, sendo o lugar marcado pela experiência direta do mundo e do ambiente em que se vive, dimensão fundamental para o entendimento do cotidiano na cidade, sendo campo de longa tradição na geografia humanista e nos estudos urbanos.

Nesse sentido, portanto, em consonância com a proposta apresentada por Nawratek, a presente pesquisa parte da noção de lugar tanto como *locus* da identidade quanto da vida cotidiana (NAWRATEK, 2018). Essa abordagem nos permite operacionalizar o conceito das três dimensões de Drooger uma vez que esse conceito não diz respeito a um lugar específico, mas a qualquer lugar onde relações sociais e de poder ocorram entre a esfera religiosa e/ou secular (DROOGER, 2011).

A vida nos centros urbanos depende de atividades que são realizadas em lugares específicos, sejam eles públicos ou privados. A noção de lugar como *locus* de identidade e da vida cotidiana não impõe barreiras às relações e vínculos que os indivíduos estabelecem nos e pelos lugares por onde transitam, havendo assim sobreposição com as dimensões interna, externa e transcendental de Droogers (2011). O templo, por exemplo, pode influenciar a formação de identidade de um indivíduo e simultaneamente fazer parte das três dimensões já citadas.

É no lugar que se manifestam as práticas espaciais cotidianas, que podem ser influenciadas pela prática religiosa mas, em simultâneo, é no lugar que se constroem as relações sociais subjetivas nas quais a dimensão social, apresentada por Durkheim, é materializada. O potencial da religião de gerar coesão social, nos termos de Durkheim, é mediado pelo lugar em que as atividades religiosas ocorrem, uma vez que tais lugares são importantes tanto para o compartilhamento de experiências e fortalecimento de vínculos sociais entre os crentes quanto à formação de uma visão de mundo comum. A capacidade de idealizar o mundo é essencial para a formação da dimensão transcendental, posto que tal dimensão representa a relação do indivíduo religioso com a esfera sagrada.

Para reconhecer a dimensão transcendental na leitura dos lugares, e o modo como se articula com as dimensões interna e externa dos movimentos religiosos, acionamos, ainda de modo ensaístico, as seguintes referências teórico-metodológicas: a dialética tridimensional lefebvriana e o *habitus* bourdiano, brevemente explicadas, uma vez que norteiam os desdobramentos da pesquisa em andamento, mas cujo aprofundamento e aplicação sobre a empiria apresentada ultrapassa as possibilidades do artigo.

A dialética tridimensional proposta por Lefebvre engloba as práticas espaciais, as representações do espaço e os espaços de representação LEFEBVRE, 1974). Esta última dimensão nos permite reconhecer as normas, as experiências sociais

e, no nosso caso específico, quais os espaços profanos e sagrados, ou quais os espaços necessários à vida e à fé. Para o autor, todos os espaços percebidos precisam ser, primeiro, concebidos (representações do espaço), demandando um discurso, mapa, imagem ou descrição e, também, uma vivência (prática espacial). A utilização dessa dialética tridimensional pode potencialmente colaborar para análises que articulam o espaço percebido aos espaços concebidos e vividos pelos fiéis, atento à influência da dimensão transcendental nessa construção. A dialética tridimensional proposta por Lefebvre difere da tradição fenomenológica presente, por exemplo, nas três esferas de Canter para quem a leitura do lugar é apreendida pela articulação entre suas características físicas (forma), as práticas espaciais (atividades) e a percepção das pessoas (sentido) (CANTER, 1977). Nossa intenção é tensionar as duas abordagens na análise das entrevistas, testando e calibrando seu potencial de captura da dimensão transcendental.

De modo complementar, acionamos o conceito de *habitus* na obra de Bourdieu como estratégia de aproximação ao modo como Droogers explica, de modo articulado às três dimensões, a atribuição de significados por meio dos conceitos de *repertório* e *esquema* no estudo das religiões. Para Droogers, o *repertório* diz respeito ao conjunto de ações, atitudes e emoções internalizados pelo indivíduo em seu processo de socialização que lhe servirá de referência sobre como agir nos diferentes contextos sociais em que ele transita, operacionalizado através de esquemas. Os *esquemas* são unidades que articulam os modos de agir em práticas e condutas - acionadas de acordo com a necessidade (DROOGER, 2011). A predisposição à ação presente nos conceitos nos aproxima do *habitus* bourdiano e o que abre, por meio do diálogo com a pesquisa de Droogers (2011), uma possibilidade de compreensão mais ampla dos códigos e símbolos relacionados com a religião e o modo como são ativados pelos crentes e demais agentes que participam dessa lógica da prática. Nessa perspectiva, o *habitus* oferece um caminho potencial de apreender o papel da dimensão transcendental na construção da visão de mundo dos fiéis e, também, como objetivo secundário, nos auxiliar na compreensão do modo como os agentes agem na dimensão interna (campo da religião) e externa (campo da política, economia, cultura) por meio do modo como se integra aos demais conceitos de campo, agente e capitais em Bourdieu. Nas entrevistas, conforme será retomado, diversos repertórios e esquemas estruturaram um *habitus* diretamente relacionado à fé do entrevistado e sua ação no campo.

Em resumo, o que se busca é experimentar a construção de uma matriz que articula a leitura do lugar de tradição fenomenológica com as três dimensões dos espaços de religiosidade enfatizando a predisposição à ação (*habitus*) e a dialética tridimensional do espaço. A essa matriz de análise foi necessário ainda sobrepor três categorias espaciais recorrentes na fala dos entrevistados: a casa, a rua e o templo. Tendo estes como o lugar da família e do privado, o lugar do trabalho e dos encontros e o *locus* da dimensão interna da religião, respectivamente.

Parte 3. Análise das entrevistas

A análise das entrevistas realizadas[4] foram organizadas em três grandes grupos: (a) importância do templo e dos encontros presenciais; (b) a religião nos contextos digitais e no período de afastamento social; e (c) o papel da fé no enfrentamento da pandemia.

Entrevistado	Filiação Religiosa	Data da entrevista	Meio de contato
E1. Estudante de ensino médio, 18 anos.	Espírita	Junho de 2020	Aplicativo de mensagem - áudios
E2. Estudante em preparação para a Ordem Católica, 22 anos.	Católico	Junho de 2020	Aplicativo de mensagem - áudios
E3. Autônoma, 23 anos.	Evangélico	Setembro de 2020	Aplicativo de mensagem - áudios

E4. Pastor/ Técnico de Informática, 49 anos.	Evangélico	Outubro de 2020	Aplicativo de mensagem - áudios
E5. Médica, 24 anos.	Católica	Junho de 2020	Aplicativo de mensagem - áudios
E6. Estudante universitária, 23 anos.	Umbandista	Junho de 2020	Aplicativo de mensagem - áudios
E7. Advogado, 25 anos.	Candomblecista	Junho de 2020	Aplicativo de mensagem - áudios
E8 - Estudante Universitária, entre 20 e 30 anos.	Neopentecostal	Março de 2021	Videoconferência

3.1. A importância do templo e dos encontros presenciais

A importância dada ao templo na fala dos entrevistados não remete necessariamente ao espaço construído. O templo "não é um espaço sagrado, mas situações sagradas" (E.1), no qual os fiéis se sentem "conectados quando cercados de pessoas com a mesma crença" (E.1) em uma "casa que congrega todos que partilham da mesma fé e do mesmo sentido"(E.2) e onde as pessoas "deixam de ser um indivíduo e passam a fazer parte de um todo" (E.2). Essa situação conforma para os fiéis o "lugar da presença de Deus, o lugar da intimidade sagrada com Deus" (E.2). Também é um lugar de aprendizado, onde o fiel "vai aprender a palavra com o pastor, que tem o entendimento da palavra" (E.3).

É ainda o lugar de socialização, "lugar de encontrar amigos, família e criar memórias afetivas" (E.2).

Durante o período de afastamento social, houve relatos de que o convívio com as pessoas fez mais falta que o espaço em si. Durante a pandemia, o acesso ao templo, na fala do pastor entrevistado (E.4), segue as regras de higiene e desencoraja a presença de pessoas com alguma comorbidade, embora não seja possível "fechar a porta na cara dessa pessoa, nós recebemos, porém tomamos os devidos cuidados com ela" (E.4). Segundo o entrevistado, a comunidade na qual o templo está situado "não tem muito esse temor de doença e essas coisas" (E.4) e, exceto durante o curto período de proibição da atividade, os cultos foram realizados, embora com menos pessoas. É interessante notar, ainda, que a presença da crença de que o vírus não deveria ser temido pode influenciar na percepção dos agentes até mesmo sobre um fato científico, para além da percepção da política e do espaço. Sobre a proibição da atividade, vale ressaltar que as entrevistas foram realizadas em um período no qual houve um intenso debate nacional sobre a natureza essencial do serviço prestado pelos templos durante o período da pandemia[5].

Outra dimensão dos espaços de religiosidade é a descrição de encontros realizados no monte no qual as pessoas, seguindo a história de Jesus Cristo, iam "para o monte orar, buscar reforço espiritual" (E.4). Neste espaço, conformado em lugar que assume temporariamente as atribuições do templo, seriam realizadas campanhas e encontros geralmente "uma vez por semana, sempre à noite, para reuniões e conversas com presença de pastores e missionários" (E.4). Para o entrevistado, o monte é "o único espaço que nós temos assim de fé, que nós temos como sagrado, ou é o templo ou o monte" (E.4).

É recorrente nas entrevistas a diferenciação entre o templo e a casa, o primeiro como o espaço de comunhão, congregação, socialização, aprendizado e pertencimento de determinado grupo, "o espaço para você estar com as outras pessoas e para você conversar, fazer o culto com as pessoas que compartilham a mesma fé" (E.8). Já a casa aparece nas falas como o espaço para reflexão, meditação individual, "só você fechado em um quarto ou uma sala" (E.8), "meu espaço com Deus" (E.8).

Há ainda uma interessante distinção entre as religiões cristãs e as de matriz africana em relação à diferenciação entre espaço sagrado e espaço profano. Em um dos relatos de um fiel de religião de matriz africana, "o sagrado está presente em tudo, não há o profano" (E.6), enquanto para os entrevistados cristãos, há uma diferença entre os espaços sagrados e os espaços profanos, ainda que com grande dificuldade de delimitação entre estes. De tal modo, pode-se avançar na hipótese de que as religiões influenciam o uso dos espaços a partir da percepção do seu caráter profano ou sagrado e, a partir dessa distinção, orienta as possibilidades de uso e apropriação do espaço (e também da produção do mesmo) por meio de regras e valores definidos pela religião.

3.2. A religião em contextos digitais e o afastamento social

Os entrevistados relataram uma grande quantidade de atividades realizadas à distância, não apenas relacionadas ao período de afastamento social, mas como práticas e rotinas já incorporadas no dia a dia, entre outras: grupos de *WhatsApp*, redes sociais, vídeos disponíveis *online*, *podcasts* e, mais recentemente, reuniões, grupos de oração e cultos remotos. Os eventos descritos acontecem geralmente com periodicidade semanal e podem ser acompanhados individualmente ou em grupos familiares. Nesse contexto, fica evidenciada a percepção do templo como uma ideia, mais do que a materialização de um espaço construído, sendo consistente de uma rede de fiéis que proporciona apoio e coesão entre os pares.

Foi recorrente nas entrevistas a correlação entre as atividades remotas e a possibilidade de conexão com Deus em lugares de maior privacidade, onde "eu consigo ter o meu íntimo em casa, qualquer lugar que eu estiver eu consigo ter a minha intimidade com Deus" (E.3). Entre os espaços de maior privacidade foram citados quartos, salas e, no caso de uma entrevistada (E.6), espaços naturais abertos e cursos d'água. Em alguns casos, o espaço doméstico é adaptado, por exemplo, com um oratório e uma imagem de Nossa Senhora no quarto onde o entrevistado "rezava todos os dias acendendo uma vela, sua Igreja durante a pandemia", ou mesmo no espaço de convívio da casa onde "sua família tinha uma imagem na sala de estar, onde eles se reuniam para rezar em família" (E.2). Outra vantagem apontada sobre o acesso remoto foi a de que "no culto *online* a gente consegue escolher através do título a pregação daquilo que a gente quer ter entendimento" [sic] (E.3), fala que também reforça outro aspecto presente nas entrevistas, a preocupação com o aprendizado para evolução espiritual. Por fim, um dos entrevistados mencionou que o acesso remoto poderia alimentar o argumento de que os templos não seriam atividades essenciais ou exclusivas para a realização dos cultos (E.5).

A partir do que foi observado no item anterior é possível aferir que o templo desempenha um papel central na manifestação e expressão da religiosidade dos fiéis entrevistados. A fala do pastor indica que, apesar dos riscos e restrições, persiste a necessidade de alguns fiéis estarem presentes neste espaço onde ocorre sua experiência religiosa em grupo. Grande parte da distinção desse espaço em relação à rua e à casa decorre da percepção socialmente compartilhada entre os fiéis de que ele compreende um espaço sagrado e atua como catalisador das atividades que ali ocorrem. Nas experiências remotas, essa característica mais difícil de ser substituída, embora as experiências de oratórios e cultos em família busque se aproximar dessa condição e recriar um espaço, ainda que temporário, de exercício dessa prática. Uma segunda dimensão do templo, o lugar do encontro e trocas sociais, é melhor substituída pelas redes sociais, que procuram manter o contato e a comunicação entre os fiéis. Há ainda uma terceira dimensão do templo, o lugar de pregação e aprendizado, que parece ser o que melhor se adequa à comunicação remota e ocupa grande parte da manutenção do contato entre o fiel e a vertente religiosa a que se vincula. Nos termos de Droogers, pode-se trabalhar com a hipótese, a ser confirmada nos desdobramentos da pesquisa, que existe um esforço de manifestação de um aspecto da dimensão transcendental dos templos, sobretudo no interior das casas, aspecto mais presente no pentecostalismo e neopentecostalismo, para quem a proximidade com Deus ocorre majoritariamente na escala do indivíduo e com menor mediação institucional (DROOGERS, 2011).

3.3 O papel da fé no momento de pandemia

Geralmente, os entrevistados afirmaram que a fé é muito importante no atual momento de pandemia, exceto para uma das entrevistadas para quem a "origem do vírus é humana e mesmo pessoas que possuem a fé forte e vão à Igreja estão morrendo" (E.3). Diferentes entrevistados afirmaram que a importância da fé agora reside em sua capacidade de fornecer algum tipo de conforto, otimismo (E.1), oferta de "calma e esperança, elementos essenciais para se enfrentar a pandemia" (E.7) e a sensação de que "tudo ficará bem" (E.1). Há o entendimento de que a fé é fundamental para pacientes isolados, funcionando como "uma ferramenta de cura" e como "alguma coisa na qual nos agarramos e que nos dá esperança", "se você tem fé, isso te dá força para lutar e não desistir" (E.5).

A influência da fé nas ações de cuidado em relação ao vírus aparece em uma das entrevistas para quem a religião "não mudou minha reação natural à pandemia em relação a tomar os cuidados e me isolar, mas eu acho que emocionalmente me ajudou muito a lidar com isso" (E.8). Em uma das falas, a dimensão transcendental pode ser reconhecida a partir do entendimento de que "isso aqui é provisório, isso aqui é passageiro, eu não estou ligada às coisas materiais, eu amo as pessoas que estão à minha volta, mas elas não são aquilo que eu mais amo" (E.8), dimensão na qual o fiel afirma que não sente o medo da morte que muita gente sente e "isso foi o que me trouxe muito mais calma do que algumas pessoas, eu acho, me deu menos ansiedade" (E.8). O tema foi citado de modo mais amplo, por exemplo, "a fé é capaz de ajudar em questões como sentimentos de ansiedade, insegurança e temores" e "a esperança é muito importante, uma vez que o ceticismo, niilismo e racionalismo ao extremo nos leva a uma vida pessimista e resignada. A esperança representa uma base que nos traz propósito e significado" (E.7).

Ainda de modo mais amplo, a importância da fé foi associada à capacidade de alteridade e transformação uma vez que "a religião tem um enorme potencial para modificar as coisas, porque a religião pega muito da essência da pessoa, aquilo que ela acredita" (E.8), "todo mundo quer o bem, eu acho que isso é uma grande motivação para repensar a cidade" (E.8), e ainda, "a fé é capaz auxilia aprimorar nossa visão de mundo" (E.7). Para um dos entrevistados, "justamente em função dessas dificuldades que as pessoas estão enfrentando na pandemia é que eu acredito que as igrejas retornaram" (E.4), nesses momentos em que as pessoas se sentem desamparadas é que elas nos procuram e as orientamos a ter calma, fé, a orar, a buscar. Isso traz para a pessoa um certo alívio" (E.4).

Partindo para as considerações finais, a principal contribuição da articulação entre a pergunta proposta, o referencial teórico metodológico e a análise das entrevistas, foi a potencial aproximação, ainda preliminar, entre o campo dos estudos religiosos e o campo da análise espacial, de modo a delinear uma agenda de pesquisa em torno da articulação entre as dimensões internas, externas e transcendentais da religião. A opção por destacar o efeito da pandemia sobre as entrevistas foi inevitável e, ao mesmo tempo, fundamental por revelar novas percepções sobre os espaços de religiosidade e sobre o papel da fé no cotidiano e na predisposição à ação dos fiéis. Ao mesmo tempo, a pandemia afeta estruturalmente a diferenciação entre templo, casa e rua, fazendo emergir contradições e limites que impactam as dimensões internas e externas da religião, mas afetam especialmente a dimensão transcendental, perspectiva geralmente invisibilizada nas análises e debates sobre a influência da religião durante a pandemia.

Nossa expectativa de que a religião, por meio sobretudo de sua dimensão transcendental, influência na percepção e na imaginação espacial, foi identificada em diversos momentos das falas dos entrevistados. A sobreposição de funções do templo em oposição à intimidade privada das casas, a configuração de um espaço sagrado temporário no monte, a indiferenciação entre sagrado e profano nas religiões de matriz africana em oposição à diferenciação observada na tradição cristã, as percepções sobre o papel da fé em momento de crise, são situações que afetam e são afetadas pela maneira como as pessoas utilizam, vivenciam, percebem, representam e agem sobre o espaço. Analisando a partir da dimensão interna da religião, existe um potencial conflito entre um projeto messiânico, mais próximo da perspectiva transcendental e orientado pela ampla difusão

e compartilhamento da fé e seu aprendizado, e um projeto de poder, estruturado pela permeabilidade a uma dimensão externa de cada religião, que afeta a ação e as regras do campo religioso, gerando debates sobre a gestão institucional e sobre os fundamentos teológicos, ambos afetando a configuração espacial. Finalmente, impossível não mencionar, mais próximo de uma análise da dimensão externa, a religião, sobretudo o neopentecostalismo, como um agente político que afeta o campo político e econômico nacional e local, implicando em reestruturações no espaço urbano, sobretudo nos territórios populares, dimensão presente apenas de modo indireto na fala dos entrevistados.

Para avançar nas questões acima, o referencial teórico metodológico apresentado precisará ainda ser ajustado a novas rodadas de pesquisa e, sobretudo, análise espacial, capazes de consolidar melhor a articulação entre os conceitos e, ao mesmo tempo, não perder a necessária visão estereoscópica sobre a complexidade do objeto.

Notas:

1: A escolha do estudo de caso da primeira etapa dialoga com desdobramentos da pesquisa "O sistema de exclusão nos eixos de expansão periférica da RMBH". Na segunda e terceira etapa, diante da dificuldade de realização de visitas de campo e contato com as comunidades, o recorte territorial inicial foi ampliado para toda a cidade de Belo Horizonte.

2: Cabe registrar o desafio de contactar e entrevistar fiéis, muitas vezes relacionados ao mesmo grupo social e que indicam pessoas de seu próprio ciclo, recaindo nos mesmos contatos já fornecidos. A melhor maneira de entrar em contato com pessoas de fora dos grupos entrevistados seria retornar à igreja e conhecer mais pessoas, o que, durante a pandemia, se tornou mais difícil do que no período normal.

3: O conceito de religião vivida adotado nesta pesquisa entende a religião não como um conjunto de práticas, rituais e ensinamentos institucionalizados que se manifestam da mesma maneira em qualquer ponto do espaço, mas através das experiências religiosas vivenciadas pelos indivíduos nas circunstâncias socioculturais em que se encontram, de forma que a compreensão dessas experiências necessariamente deve passar pela compreensão do contexto local. (REIS, 2018).

4: É importante ressaltar o caráter qualitativo da presente pesquisa cujo escopo de investigação não possui alcance suficiente para realizar generalizações a respeito das comunidades de que os entrevistados fazem parte, todavia expõe dados que indicam processos relevantes sobre as questões analisadas.

5: No Brasil, conforme decisão do Supremo Tribunal Federal de 15/04/2020, cada unidade da federação tem autoridade para definir quais serviços serão considerados essenciais e devem permanecer funcionando – ainda que com restrições- ou não. A decisão foi contrariada pelo Ministro Kássio Nunes Marques ao determinar que as igrejas e templos fornecem serviço essencial ao prover acolhimento e conforto espiritual para a sociedade. No entanto, em 08/04/2021 o STF se reuniu e decidiu contra a abertura de templos e igrejas, devolvendo a prerrogativa aos estados e municípios.

Referências

BARRATT, Monica J.; MADDOX, Alexia. **Active engagement with stigmatised communities through digital ethnography. Qualitative research**, v. 16, n. 6, p. 701-719, 2016.

CASTREE, Noel; KITCHIN, Rob; ROGERS, Alisdair. **A dictionary of human geography**. Oxford University Press, 2013.

DURKHEIM, Émile. **As Formas Elementares da Vida Religiosa**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

DROOGERS, André. The power dimensions of the Christian community: an anthropological model. In: **Play and Power in Religion**. De Gruyter, 2011. p. 143-168.

ELIADE, Mircea. Tradução de Luis Gil Fernández. **Lo sagrado y lo profano**. Barcelona: Labor, 1981.

LEFEBVRE, Henry. **La production de l'espace.** Paris: Ed anthropos, 1974.

NAWRATEK, Krzysztof. **Total Urban Mobilisation: Ernst Jünger and the Post-Capitalist City**. Springer, 2018.

TAUBES, Jacob. **Occidental eschatology**. Stanford: Stanford University Press, 2009.

TUAN, Y. F. **Topophilia: a study of environmental perception, attitudes and values.** New York: Columbia University Press, 1990.

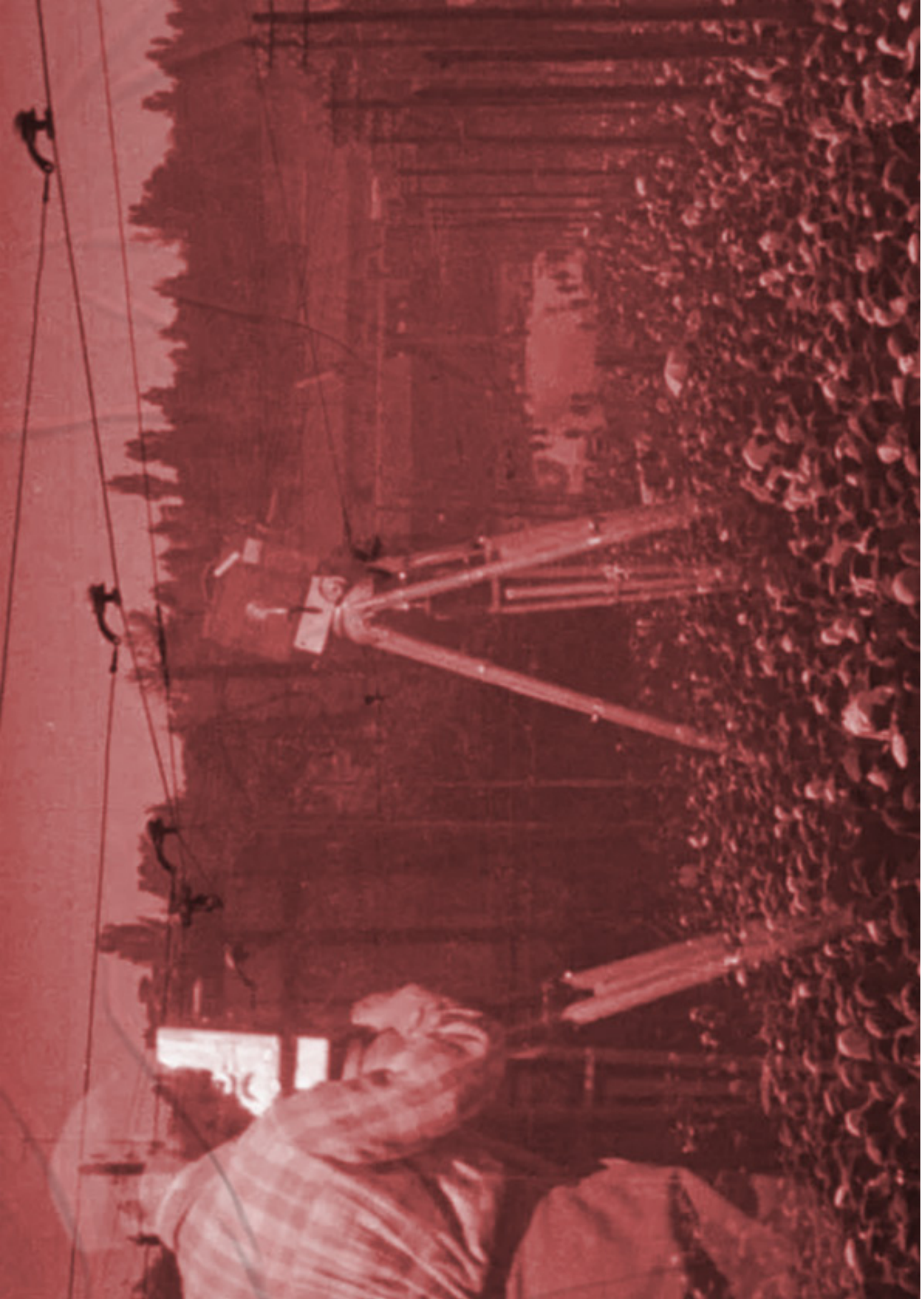
STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19. *In*: STF reconhece competência concorrente de estados, DF, municípios e União no combate à Covid-19. Disponível em: http://portal.stf.jus.br /noticias/verNoticiaDetalhe.asp?idConteudo=441447 &ori=1. Acesso em: 15 maio 2021.

REIS, Lívia. 2018. **Ser Universal: crentes engajados e práticas cotidianas na cidade de Maputo.** Tese de doutorado, PPCIS/ UERJ.

***Daniel Medeiros de Freitas** é professor adjunto do Departamento de Urbanismo da Escola de Arquitetura da UFMG. Arquiteto, doutor em arquitetura e urbanismo pelo NPGAU EA/UFMG.E-mail: danielmedeirosdefreitas@gmail.com

Carolina Maria Soares Lima Mestre em Geografia pelo Programa de Pós Graduação em Geografia da UFMG. Geógrafa pelo IGC/UFMG, pesquisadora no Observatório da Diversidade Cultural e no Observatório das Metrópoles e Analista de Investimento Social no Prosas. E-mail: carolmsoares98@gmail.com.

Bernardo Miranda Pataro Estudante de mestrado do Programa de Pós Graduação em Sociologia da UFMG. Analista Internacional pela PUC-Minas e Cientista Social pela Fafich/UFMG, pesquisador no grupo Religião na Contemporaneidade. E-mail: bernardompataro@gmail.com/



A imagem como ferramenta de instrumento social

Image as a social instrument tool

Maria Cristina Alves Pereira e Adriana Nascimento*

Resumo

A partir das provocações na disciplina Cartografia do Viver[1], foi elaborado o texto abaixo, fundamentado em discussões e pesquisas iniciadas no grupo de pesquisa A.T.A. (UFSJ)[2], como também amparado nos debates do Seminário/disciplina "Inovação na política e espaço", realizados pelo Laboratório Espaço do IPPUR (UFRJ)[3]. A elaboração do texto nasceu dessa convergência de reflexões e anotações, que surgiram ao longo desse último ano. Com a Pandemia em 2020, ficamos imersos num contexto de insegurança, numa perspectiva onde o vírus sinaliza uma possível finitude da humanidade, aflorando desigualdades e amplificando a segregação socioespacial para o universo digital contemporâneo. Esse texto é uma tentativa de refletir sobre a memória social a partir da produção e consumo de imagens, da virtualidade e da visualidade nesse contexto pandêmico. A partir das percepções e olhares ancorados em nossas pesquisas, temos o papel da linguagem fotográfica no sentido de compreender seu impacto como instrumento para a transformação socioespacial, também considerando a imagem como "documento social" em tempos de objetificação dos corpos.

Palavras-chave: Fotografia; virtualidade; visualidade; Memória (social); transformações socioespaciais.

Abstract

The present text was inspired by the discussions undertaken during the course "Cartography of Living" and the researches developed in our group A.T.A (UFSJ), as well as by the debates that took place in the seminar "Innovation in Politics and Space", organized by the Space Laboratory of IPPUR (UFRJ). The essay comes from the convergence of writings and reflections cultivated during the last year. With the pandemics in 2020, we were immersed in a context of insecurity, sharing a perspective in which the virus points to a possible end for humanity. This reality makes inequalities flourish and amplifies social-spatial segregation to the contemporary digital universe. The present essay is an attempt to reflect upon social memory from the production and consumption of images as well as upon virtuality and visibility in a pandemic atmosphere. Starting from the perspectives shared in our researches, we aim to think on the role of photography and its impact as an instrument for social-spatial transformation and also as a "social document" in an era of objectification of the bodies.

Keywords: Photography; Virtuality; Visibility; Memory (social); Social-spatial Transformation

Temos pesquisado sobre como a fotografia colabora com os estudos socioespaciais urbanos e suas consequentes transformações. Agora, com a pandemia do Covid-19, vimos refletindo sobre a imersão no mundo das imagens nessa conjuntura, seus impactos no espaço urbano e na memória social (coletiva), humana, material e virtual.

Relacionando esse processo de imersão com debates interdisciplinares ecom os conceitos de *consumo de imagens* de Susan Sontag, de *pós-fotografia e pedagogia da imagem* elaborados por Joan Fontcuberta ancoramos a discussão no *contemporâneo* apresentado por Giorgio Agamben, também debatido por Boaventura de Souza Santos. Aliamos também o *direito à cidade* de Henri Lefebvre, e consequentemente por David Harvey. Busca-se compreender a dinâmica da virtualidade desse contexto pela perspectiva do olhar sobre os *sujeitos corporificados* de Ana Clara Torres Ribeiro.

Iniciamos o estudo buscando entender a atualidade, para compreender as diversas facetas do contemporâneo, amplificada por Giorgio Agamben.

A partir do conceito de intempestividade elaborado por Friedrich Nietzsche e da apropriação do significado de escuro na neurofisiologia da visão, Agamben elabora o conceito de contemporâneo que seria, em seu entendimento, mais amplo do que o significado de contemporaneidade. Para ele o contemporâneo não é aquele que deseja viver em outro tempo, vive no seu tempo, todavia o vêde fora, não é subserviente a sua época, reflete sobre ela como também a enxerga em seu escuro (limites).

Em maio de 2020, Boaventura de Souza Santos publica o artigo intitulado *O coronavírus, nosso contemporâneo*. Ancorado no conceito de contemporâneode Agamben, salienta que esse vírus se tornou:

> "nosso contemporâneo no sentido mais profundo do termo'. Não é apenas por ocorrer no mesmo tempo linear em que ocorrem as nossas vidas (simultaneidade), mas é nosso contemporâneo porque partilha conosco as contradições do nosso tempo, os passados que não passaram e os futuros que virão ou não".

Com essa provocação, ele reflete que "não significa que viva o tempo presente do mesmo modo que nós. Há diferentes formas de ser contemporâneo".

Então esse vírus surge no contemporâneo rompendo rotinas e cotidianos da sociedade, remodelando conduta de estar nos espaços urbanos das cidades,recolocando as pessoas imersas na virtualidade, remodelando a conexão sociale espacial através da visualidade das imagens geradas pelos recursos tecnológicos, por outro lado, amplificando a segregação socioespacial já existente, também através da segregação virtual.

Para apoiar esse olhar, atravessamos nossa discussão trazendo elementos das abordagens sociológicas-geográficas de Henri Lefebvre e David Harvey, que colaboram com a discussão do direito à cidade.

O contexto em que sustentamos nossa discussão e que nos deteremos neste texto é o de se conjecturar sobre o excessivo universo contemporâneo deimagens em circulação. Afinal, como ficaremos diante do impacto da visualidade em nossas vidas? Se a tendência é estarmos mais e mais num mundo híbrido entre o material e o virtual, como ocorre então a construção social diante desseprocesso, daqui para frente?

A vida anterior ao Covid-19, já sinalizava um torpor diante ao consumismo e explosão do mundo da imagem, que muitos pensadores e pesquisadores já refletiam e conduziam seus estudos. Este momento excêntrico e extraordinário traz novos desafios simultâneos em termos de individualização e socialização.

Quem tem o Direito à Cidade?

Em 2013, David Harvey em *O Direito à Cidade*, discute o tema de seu artigo como um direito humano. Ele sintetiza e elucida sobre o contexto atual queestamos vivendo, como um momento

no qual “os ideais de direitos humanos tomaram o centro do palco” (Harvey, 2013). O autor salienta que muita energia foi direcionada para a estruturação de um mundo melhor. Todavia, “de modo geral, os conceitos em circulação não desafiam de maneira fundamental a lógicade mercado hegemônica nem os modelos dominantes de legalidade e de ação do Estado”.

Sob este ponto de vista, estamos num mundo em que “os direitos da propriedade privada e a taxa de lucro superam todas as outras noções de direito”(Harvey, 2013).

Foi Henri Lefebvre quem concebeu primeiramente o conceito de direito à cidade na sua obra *Direito à Cidade (*1968), e sua influência nos chega até esse momento por vários meios, incluindo e fortalecidos pelos estudos de Harvey.

> Quando a exploração substitui a opressão, a capacidade criadora desaparece. A própria noção de “criação” se detém ou degenera, **miniaturizando-se no “fazer” e na “criatividade” (o “faça-você** mesmo” etc.). O que traz argumentos para apoiar uma tese: a cidade e a realidade urbana dependem do valor deuso. O valor de troca e **a generalização da mercadoria pela industrialização tendem** a destruir, ao subordiná-las a si, **a cidade e a realidade urbana, refúgios do valor de uso, embriões de uma virtual predominância** e **de uma revalorização do uso** (LEFEBVRE, 2001, p. 14 - grifo nosso).

Henri Lefebvre em sua reflexão, ainda tão atual, desnuda as relações intrínsecas das realidades urbanas, em suas potentes virtualidades. Verificamos como a urbanização ocorrida nos últimos tempos por todo o planeta, exacerbou o saturamento e a fadiga territorial, incluindo também o espaço das cidades, com comprometimentos ao meio ambiente, ampliando a segregação socioespacial, impulsionando as desigualdades socioeconômicas e os conflitos sociais.

No mundo contemporâneo encontramos as medidas e os discursos neoliberais globalizados e disseminados entre os governos, como o adotado no Brasil neste momento. Ainda que haja direitos de igualdade e medidas equânimes estabelecidas por marcos legais, a regulação e os interesses do mercado acabam por superar e subverter a legislação vigente, interpenetrando o Estado, influenciando o rompimento de direitos e políticas públicas que anteriormente diminuíram a miséria e a pobreza, e vinham reduzindo as desigualdades.

Os desdobramentos destas ações neoliberais vêm ampliando as diferenças e sobretudo desigualdades, negligenciando os vulneráveis e ditos invisibilizados sociais, com recuo em investimentos em políticas sociais, com retrocessos políticos, propagação de discursos de ódio, violência e conflitos. Condutas negligentes vêm potencializando as perdas do direito à cidade, além do rompimento com urbanidades lentamente adquiridas e em processo.

A partir das considerações traçadas por Henri Lefebvre e David Harvey, ancoramos as ideias de Boaventura acerca do debate de crise àquilo que ele nomeia de “hiper-contemporaneidade do novo vírus” inserido no pós- capitalismo.

Por este ângulo, afirmamos que o vírus trouxe à tona ou colocou uma lupasobre os problemas já existentes. O autor evidencia as diferenças sociais, econômicas e a segregação socioespacial que já estavam em nosso cotidiano.

A fragilidade humana diante a pandemia, deflagrou uma realidade caóticae impulsionou a desigualdade, já evidenciada pela hegemonia do capital sobre o humano. Há portanto a exacerbação da crise, no sentido de totalidade,conforme orienta Ana Clara Torres Ribeiro.

A reconfiguração pela qual passa o capital e as políticas econômicas tem sido a de forças antagônicas que favorecem e contribuem muito eficazmente com a perpetuação da segregação socioespacial, ampliando as desigualdades em suas várias facetas contemporâneas (e ao redor do mundo).

É visível a fragmentação do território e do tecido social, exacerbando as diferenças na proliferação e na contaminação pelo vírus entre a população mundial. A vida e a morte são relativizadas, sendo retirados os direitos humanose a dignidade, ressaltando que os direitos humanos incluem o direito à vida e

à liberdade, à liberdade de opinião e de expressão, o direito ao trabalho, à saúde e à educação, seja no meio urbano ou rural.

A virtualidade e a visualidade

Se a realidade urbana também está prenhe de virtualidade como apontada acima na citação de Lefebvre, agora, na realidade contemporânea essa virtualidade se exacerba em termos de referenciais e imaginários.

Isso de certo modo contribui para que o contemporâneo apareça como ocontraditório, como o distinto no mundo, que se encontra na pandemia como um atravessamento em nossa existência, remodelando o cotidiano em diferentes graus e impactos (BEIGUELMAN, 2020).

A partir destas provocações e contexto, traçamos observações e questionamentos sobre a produção e a difusão de imagens, pela fotografia, vídeos, redes sociais virtuais (aqui enfatizadas pelas redes sociais *facebook e instagram*) em suas relações com as transformações socioespaciais, em corpo,espaço e tempo. Estamos socialmente com vários excessos, dentre eles, o da virtualidade, os consumismos da visualidade, que extrapolaram com as *fakes news*.

Nos encontramos agora forçadamente em uma imersão no mundo digital, estimulados pelo processo de adaptação e sobrevivência pela nova realidade do cotidiano, das redes, onde o mundo do trabalho (*home office*), do entretenimento, e da sociabilidade estão sendo conectados e executados via internet, com alcances digitais igualmente desiguais.

A virtualidade e a visualidade ao se mesclarem, pois o contato humano com o mundo, os espaços urbanos, rurais, da natureza ocorre preferencialmente através do mundo da imagem, tem, a partir do isolamento social, se apresentado como solução científica que atenua a velocidade de contaminação (contágio) pelo vírus. Como uma de suas consequências, tem gerado impactos angustiantes de "imobilidade", transformado o

acesso ao espaço urbano (para a população), por outro lado, vem acelerando a mobilidade e os acessos às informações no espaço virtual.

Mesmo nesse espaço de virtualidade há uma corrida pela adequação ao "novo mundo". Há um discurso de marketing digital, de novas estratégias, para a proliferação de oferta e adaptação dos serviços, buscando evitar a recessão e a paralisação da economia via trabalho e conhecimento, consequentemente, apontando para uma nova fase da flexibilização e precarização das relações do mundo do trabalho, aprofundando também outros debates noutro viés como o da renda mínima, tentando trazer outras respostas que garantam a vida de grande parte da população.

Conciliar as novas demandas exige uma reflexão sobre a nova dimensão do tempo nesse novo formato existencial, onde tudo acontece "junto e misturado", devendo sempre manter a distância física e social, ainda quemediada por imagens.

Outra questão presente nas visualidades da virtualidade são a marcante presença de corpos e temas antes invisibilizados. O espaço de disputa e narrativas a respeito das diferenças têm fortalecido o debate que questiona a objetificação dos corpos compondo dinâmicas que revelam processos e sujeitos corporificados através dos seguintes temas: campos profissionais, capacitismo, gordofobia, transfobia, negritude, feminismo, questão indígena, ambiental, entreoutros.

A imagem fotográfica e a memória

A fotografia foi criada definitivamente em 1826, no século XIX, desenvolvendo-se conjuntamente com a urbanização (PEREIRA, 2019). Desde lá foi incorporada no cotidiano da sociedade moderna, posteriormente na contemporânea, tornando-se parte intrínseca do nosso modo de ver o mundo. Ela tornou-se presente em todos os acontecimentos privados ou públicos como imprescindível elemento documental (FREUND, 1989),

constituindo-se, portanto, como memória individual ou coletiva, além de reprodução da vida social.

A fotografia, enquanto documento, está sempre associada à memória. A memória visual registrada, gera ressignificação e recontextualização pela ação social do olhar. “O fotógrafo ou o produtor de imagens, nesse sentido, é um atorsocial que, entre outras coisas, instrumentaliza o olhar recortando realidades estéticas num campo de percepção particular que se torna público, sobretudo hoje” (SILVA, 2011, p. 228), no contexto contemporâneo.

As imagens publicizadas através de vários mecanismos alimentam a cultura visual e, segundo Silva (2011, p. 228), “a fotografia e a memória estão cada vez mais imbricadas, tecendo novas identidades”. Nessa linha de raciocínio, Silva complementa como a fotografia do campo da arte visual apresenta-se e articula com o universo estético, simbólico e a memória:

> A fotografia é, indiscutivelmente, uma forma de expressão no campo da arte visual (...), mas seguramente a sua forma de estruturação estética e o seu processo de interpretação imagético se inscrevem dentro de outros campos simbólicos além do artístico. Refiro-me ao campo da estética, da hermenêutica visual e, por fim, da memória. Esses campos são estruturados pelo processo de representação e significação da realidade na produção de determinados tipos de saber. Segundo Bourdieu, a fotografia, em sua dimensão prática, é acessível como bem cultural, universalmente consumido; complemento essa assertiva afirmando que tal prática cultural proporciona a constituição de um banco de memória visível, disponível no campo da cultura visual (SILVA, 2011, p. 229).

Dizemos que os registros fotográficos (memória visível) podem ser utilizados e ou manipulados, assim consumidos para diversos fins, conforme sinaliza também Joan Fontcuberta em *pós-fotografia* e *pedagogia da imagem* (CARVALHO, 2017).

Joan Fontcuberta em seu manifesto *A fúria das imagens*, *Notas sobre a Pós_Fotografia*” questiona a produção de imagens nos dias atuais, em que as virtualidades estão fortemente marcadas através do uso da internet, das redes sociais e do smartfone, traçando questões sobre a verdade, poder e autoridade na produção fotográfica. Diante tantos recursos tecnológicos, há manipulação da imagem e a facilidade da sua reprodução. (CAIUBY NOVAES, 2015)

Consequentemente, a explosão de imagens no mundo contemporâneo, corrobora para indagar sobre a imagem, e o que se quer dessa produção.

Sontag (2004, p. 195) afirma que “uma sociedade capitalista requer uma cultura com base em imagens. Precisa fornecer grande quantidade de entretenimento a fim de estimular o consumo e anestesiar as feridas de classe, de raça e de sexo”. Portanto, a fotografia é um instrumento de múltiplas funções,do ambiente estético até ao da (ciência da) informação e cultura visual.

Como instrumento de conhecimento ou obra de arte, ela, a imagem, traduz o espaço social em que surgiu, pois funciona também como documento que gera memória social quando registra o instante, pessoas e um determinado espaço (local) (NASCIMENTO, 2009).

Gondar (2015), em seu artigo *Memória Individual, Memória Coletiva, Memória Social*, discutiu os tipos de memória, inter-relacionou-as, sintetizando:

> Pensar a memória é como a relação abre a possibilidade de que a partir de uma nova situação ou um novo encontro – como pretende ser a situação analítica, por exemplo – o passado possa ser tanto recordado quanto reinventado. Desse modo, a história de um sujeito, individual ou coletiva, pode ser a história dos diferentes sentidos que emergem em suas relações. Ou, deoutro modo: abre-se a possibilidade de que a memória, ao invés de ser recuperada ou resgatada, possa ser criada e recriada, a partir dos novos sentidos que a todo tempo se produzem tanto para os sujeitos individuais quanto para os coletivos

> – já que todos eles são sujeitos sociais. A polissemia da memória, que poderia ser seu ponto falho, é justamente a sua riqueza (GONDAR, 2008, p. 5).

Então, a memória influencia sobre o processo histórico da sociedade, do sujeito, da cultura, do espaço urbano e da linguagem. E, para falar em memóriacoletiva (social), o conceito elaborado pelo sociólogo Maurice Halbwachs, sobreo "fenômeno de recordação e localização das lembranças não pode ser efetivamente analisado se não for levado em consideração os contextos sociais que atuam como base para o trabalho de reconstrução da memória" (SILVA, 2016, p. 247).

Assim, a imagem fotográfica contribui efetivamente para construção da memória, como também para disseminação de valores, modelos e reproduçõessociais. Desse modo, as novas narrativas sobre a presença visual dos invisibilizados nos parece uma oportunidade de refletir criticamente o contemporâneo.

A socióloga Susan Sontag, em *Sobre Fotografia,* alerta sobre a necessidade de considerarmos em que contexto "as imagens fotográficas são vistas, que dependências elas criam, que antagonismos pacificam – ou seja, que instituições elas respaldam, a que necessidades de fato servem" (SONTAG, 2004, p.195).

Portanto, a partir dessas considerações acima, encontramos um mundo imerso nas imagens, onde a fotografia é um dos dispositivos com funções de controle, como também sinalizado por Agamben (2009).

Há que ressaltar neste panorama de interconexão entre virtualidade e visualidade o papel contraditório das redes sociais, das disponibilidades dos recursos digitais, das ansiedades corporificadas e acentuadas no contextopandêmico, tornando sujeitos imersos em cotidianos muitas vezes privados e particulares, simultaneamente descontextualizados. Por outro lado expõem situações e corpos antes, social e politicamente, invisibilizados.

Do consumo da fotografia ao consumo de imagens através da virtualidade e visualidade

Ancoradas na compreensão da potência da imagem fotográfica extrapolamos para as imagens produzidas também para vídeos, filmes, *lives* e memes. Encontramos em Sontag (2004) fundamentação para relacionar o estímulo da produção da imagem no mundo contemporâneo com a exacerbação ao consumo, consequentemente gerando exaustão e entorpecimento civilizatório.

No trecho abaixo, Sontag (2004) associa a produção excessiva de imagens como alternativa de controle pelo capital, mascarando o poder exercidosobre a sociedade:

> Uma sociedade capitalista requer uma cultura com base em imagens. Precisa fornecer grande quantidade de entretenimentoa fim de estimular o consumo e anestesiar as feridas de classe, de raça e de sexo. E precisa reunir uma quantidade ilimitada de informações para melhor explorar as reservas naturais, aumentar a produtividade, manter a ordem, fazer a guerra, dar empregos a burocratas. As faculdades geminadas da câmera, subjetivizar a realidade e objetificá-la, servem idealmente a essas necessidades e as reforçam. As câmeras definem a realidade de duas maneiras essenciais para o funcionamento de uma sociedade industrial avançada: como um espetáculo (para as massas) e como um objeto de vigilância (para os governantes). A produção de imagens também supre uma ideologia dominante. A mudança social é substituída por uma mudança em imagens. A liberdade de consumir uma pluralidade de imagens e de bens é equiparada à liberdade em si. O estreitamento da livre escolha política para libertar o consumo econômico requer a produção e o consumo ilimitados de imagens (SONTAG, 2004, p. 195).

Susan Sontag (2004) aponta criticamente para a fotografia como um recurso de manipulação de massa para garantir o funcionamento da sociedade industrial e capitalista, direcionando discursos e construindo narrativas em favor da ideologia dominante.

Nessa perspectiva, encontra-se uma aproximação com as consideraçõesde Agamben a respeito do dispositivo fotografia, já mencionado acima, em que a fotografia é um instrumento de controle. Nessa perspectiva, Agamben (2009,

p. 12) ressalta que o dispositivo é "qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interpretar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as condutas, as opiniões e os discursos dos seres viventes".

Assim, ele alerta que há "seres viventes" de um lado e do outro, os "dispositivos" com funções de objetificar e objetivar o "sujeito" e as subjetividades. Quer dizer, para ele esses sujeitos se tornaram "espectrais" a partir da proliferação desses dispositivos. Consequentemente, os sujeitos são mais e mais "sujeitados" e objetificados aos dispositivos gerando"desubjetivação", quer dizer, retirando a originalidade e as diferenças, pasteurizando toda humanidade.

Retomando o debate do "contemporâneo"em Agamben (2009), Oliveira (2012) salienta que ele, o contemporâneo:

> direciona-se ao inatual, ao anacrônico e intempestivo, percebemos que não há nenhuma dessas qualidades no que colocamos como 'contemporâneo' em senso comum. De algumaforma, o contemporâneo de Agamben se aproxima de umafotografia, trazendo o passado no seu ventre. É intrinseca à relação entre o "contemporâneo" e o tempo de um curto-circuitoentre presente, passado e futuro. A imagem fotográficacorporifica esse anacronismo do espaço-tempo. (OLIVEIRA, 2012)

Conforme apresenta Oliveira as imagens, especialmente a fotográfica, geram uma desordem na temporalidade, estabelecendo no contemporâneo umaconfusão entre os tempos passado, presente e futuro. A autora afirma ainda que"Uma ótica contemporânea de nosso tempo exige a capacidade de olhar fotograficamente o mundo, percebendo o que dele podemos redimir das trevas"(OLIVEIRA, 2012).

Esta relação entre as diferentes temporalidades diz também das contradições permeadas pelo contemporâneo, e aqui as associamos à relação entre corporificação, sujeitificação e objetificação como pontos de tensionamento e exigência diante olhares fotográficos que permeiam as distintas faces da realidade social, agora documentadas, virtualizadas e visualizadas nas redes sociais.

A imagem como "documento social" e as tentativas de manutençãoda objetificação

A fotografia é urbana. Ela, assim como a grande expansão industrial e urbana foram criadas num mesmo momento histórico. "Ela abrange e revela várias áreas da vida e do cotidiano, pois é o mecanismo que permite arquivar um momento, contextualizá-lo, interpretá-lo e refleti-lo" (PEREIRA, 2019, p.24).

A história da fotografia sinaliza que o reconhecimento estético e valor imagético se mesclou ao longo do processo histórico da consolidação da fotografia. E foi, ao longo do século XIX, que ela já foi gerando a transformaçãodo comportamento como meio de expressão. Portanto, ao longo do tempo, ela foi se impregnando pela construção social (PEREIRA, 2019, p.17).

As imagens, consideradas como "documento social", trazem rastros da sociedade e das relações sociais, sendo também um modo da sociedade se vere se representar. Seu reconhecimento como meio de expressão e "linguagem expandiu ao longo do mundo a partir do início do século XX" (PEREIRA, 2019, p.17), esse desenvolvimento estético e plástico da imagem fotográfica corroborou para sua consolidação.

A "fotografia pode ser compreendida para além da função documental, dereprodutibilidade e de uma mera representação

da realidade". Ela torna-se uma forma de linguagem, e tem a potência de transmitir conhecimento (PEREIRA, 2019, p.21).

O gesto fotográfico é um rastro se propagando ao longo tempo, corroborando para o conhecimento histórico e de pesquisas em diversas áreas.Como representação e entretenimento (indústria da imagem) se legitima, na contemporaneidade, o consumismo pela explosão de imagens, gerando outro estatuto de construção social (PEREIRA; NASCIMENTO, 2020).

Retomando Sontag (2004), no primeiro ensaio em *Sobre Fotografia*, ressalta-se a produção excessiva de imagens na sociedade contemporânea, como um processo alienante e exaustivo. Entretanto, ela considera que as imagens fotográficas têm também um importante papel de tirarmos da ignorância (PEREIRA, 2019, p.97).

Por outro lado, Ribeiro (2000) em seu artigo *Corpo e imagem: alguns enredamentos urbanos* aponta para o "predomínio da imagem sobre o discurso" como uma "experiência urbana estimulada pelo capital financeiro", sinalizando para o aceleramento das "disputas em torno da informação". Essas observaçõessão tão evidentes no contemporâneo, que acabam por se consolidar no cotidiano.

O processo da pandemia de Covid-19 impôs às pessoas uma socializaçãomediada pela imagem, acelerando um processo já em curso de imersão na virtualidade e, consequentemente, na visualidade – amplificando a imagem e a representação através da imagem. Há, portanto, uma grande fatia da sociedadeimersa no universo online, consumindo mais e mais, muitas vezes ausentando- se da reflexão e da criticidade dos efeitos dessa nova realidade.

Desse modo, se empanturram de informações, noticiários e *Fake News*, consolidando o poder do "capitalismo cognitivo" e ou "capitalismo das plataformas"[4] .

Em sentido contrário dizemos do papel de conscientização das contra- narrativas hegemônicas. Salienta-se neste sentido o papel antagônico das redessociais como novos e outros meios de comunicação que possibilita alcances alternativos ao meios hegemônicos como a tv aberta, via imagens críticas, desdea visão estrangeira sobre o Brasil, como também as visões internas das realidades cotidianas, caseiras e domésticas em corpo, espaço e tempo (NASCIMENTO et al, 2019) permitindo múltiplos olhares e narrativas, multiescalares, sobre os desafios contemporâneos e seus diferentes contextos. A questão que se coloca sobre a documentação e atualização das realidades sociais, econômicas, políticas e culturais via imagem tem sido a disputa de narrativas que, ancoradas nas imagens, conferem visibilidade a realidades ocultas e invisibilizadas historicamente.

Esse processo evidencia a exclusão, que inibe o acesso a outro tanto da população a esse mundo híbrido. Quer dizer, esse contexto vem evidenciando a manutenção da segregação socioespacial, a exacerbação das desigualdades, o racismo, o capacitismo, a misoginia, o machismo e o sexismo, enfim as tentativasde manutenção da objetificação das pessoas.

Considerações

Diante do contexto contemporâneo, ancoradas nas colocações acima, é importante refletir, possibilitar a ampliação de alternativas, tais como encontrar fissuras nos espaços materiais e imateriais, físicos e virtuais, para incluir dentro desse novo modelo de vida, a esse dito "novo normal", debates, questionamentos, respostas e estratégias que potencializam ações de cidadania, de garantia de direitos e de outras urbanidades.

Segundo a fotógrafa Hevelin Costa[5], na produção imagética deve-serefletir no "que queremos mostrar na sociedade?" Pois, segundo ela, ao seescolher fazer um registro fotográfico, por exemplo, deve-se compreender seu impacto, responsabilidade e memória enquanto documento social de uma época.Há, enfim, a necessidade de mudança na hegemonia da produção fotográfica e, em toda visualidade. Torna-se importante pensar nas imagens e em como elas são construídas – uma ética na produção imagética.

A escolha de fazer gestos fotográficos como narrativas responsáveis, que ativam a memória do afeto, da empatia e da resiliência torna-se urgente[6]. Inclusive, permite que se elabore novas narrativas, numa perspectiva de propagar políticas públicas e comportamentos, inovando e colaborando nas discussões socioambientais, no empoderamento pessoal e coletivo, principalmente que tenha compromisso de qualificar grupos minoritários e fortalecer a diversidade, colaborando consequentemente com transformações socioespaciais.

Notas

1: Disciplina TP – Tópicos de Pesquisa: Cartografia do Viver: corpo, cidade e pandemia ministrada pelo Prof. José Rodrigues no PIPAUS/UFSJ no semestre remoto 2020-3.

2: Coordenado pela Prof.(a) Adriana Nascimento numa articulação de projetos e programas

3: Debates realizados entre de 04 de agosto a 22 de setembro de 2020 via youtube do Laboratório de Pesquisa: https://www.youtube.com/watch?v=GbpgYFviRDI&t=10239s (vários vídeos organizados para o seminário/disciplina “Inovação na política e espaço”) - Agência IPPUR/UFRJ: https://www.youtube.com/c/Ag%C3%AAnciaIPPUR/videos

4: Termos adotados no seminário/disciplina “Inovação na política e espaço” no IPPUR, 2020. Agência IPPUR: https://www.youtube.com/c/Ag%C3%AAnciaIPPUR/videos

5: Live no Instagram na página @atelieoriente no 17/02/2021)

6: Live Escolhas éticas e poéticas na fotografia Canal do Youtube: imoreirasalles Disponível em< https://www.youtube.com/watch?v=7N6bZFE3bdE> acesso em 18/02/2021.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo**? E outros ensaios. Tradução Vinícius NicastroHonesko. Chapecó, SC: Argos, 2009.

BEIGUELMAN, Giselle. **O impacto da covid-19 na cultura contemporânea foi fulminante.**

Jornal da USP, Universidade de São Paulo, postado em 11/05/2020. Disponível em:

<https://jornal.usp.br/radio-usp/o-impacto-da-covid-19-na-cultura-contemporanea-foi- fulminante/>. Acesso em fevereiro de 2021.

_____, Giselle. Coronário. Instituto Moreira Salles (IMS). Disponível em: <https://coronario.ims.com.br/>. Acesso em fevereiro de 2021.

CAIUBY NOVAES, Sylvia (Org.). 2015. **Entre arte e ciência: a fotografia na antropologia**.São Paulo: Edusp, 224p.

CARVALHO, Anna Letícia Pereira de. A natureza escorregadia das fotografias nas obras de Joan Fontcuberta. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação 40º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Curitiba - PR – 04 a 09/09/2017. P. 01-15. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2017/resumos/R12-0898-1.pdf>. Acesso em fevereiro de 2021.

FREUND, Gisèle, **Fotografia e sociedade**, Lisboa, Vega, 1989.

_____, **La fotografía como documento social (Espanhol).** Editorial Gustavo Gili; Edição: 1(1 de março de 2017). Disponível em:

<https://www.academia.edu/11952139/La_fotograf%C3%ADa_como_documento_social_Gisele

_Freund_1974_>. Acesso em fevereiro de 2021.

GONDAR, Jô. **Memória individual, memória coletiva, memória social.** Revista Morpheus - Estudos Interdisciplinares em Memória Social, [S.l.], v. 7, n. 13, mar. 2015. Disponível em:

<http://www.seer.unirio.br/index.php/morpheus/article/view/4815/4305>. Acesso em fevereiro de2021.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. Tradução de Beatriz Sidou. 2ª ed. São Paulo: Ed.Centauro, 2013.

HARVEY, David. **O Direito a cidade.** Folha de São Paulo. Tribuna livre da luta de classes, Piauí,Ed. 82, julho de 2013. Disponível em < https://piaui.folha.uol.com.br/materia/o-direito-a-cidade/>. Acesso em maio de 2020.

MARTINS, José de Souza. **Sociologia da fotografia e da Imagem**. São Paulo: Contexto, 2008.

NASCIMENTO, Adriana Gomes do Nascimento.**(Arte) e (cidade): ação cultural e intervenção efêmera.**Tese de Doutorado. IPPUR,Planejamento Urbano e Regional. UniversidadeFederal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009. Disponível em:

<http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=19 3977>. Acesso em fevereiro de 2021.

NASCIMENTO, Adriana; CUNHA, Pedro Henrique A.; VELHO, Ana Carolina; CANAVEZ, Luciana Vale. **Sujeito corporificado e urbanidades: relação espaço-sociedade.** Anais XVIII ENANPUR, Natal, 2019. http://anpur.org.br/xviiienanpur/anaisadmin/capapdf.php?reqid=1190>.Acesso em fevereiro de 2021.

OLIVEIRA, Elane Abreu de. **Sobre o Contemporâneo e as Imagens Fotográficas**. Ícone (UFPE), v. 14 n.1 – agosto de 2012. Disponível em

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/icone/article/view/230627/0> acesso em set. 2021.

PEREIRA, Maria Cristina Alves; NASCIMENTO, Adriana Gomes do. **Fotografia: uma ferramenta metodológica para observação do espaço urbano.** In: Anais do 6º Seminário Ibero-americano Arquitetura e Documentação. Belo Horizonte(MG) UFMG, 2020. Disponível em: <https://www.even3.com.br/anais/seminarioarqedoc2019/215314-fotografia--uma-ferramenta-

metodologica-para-observacao-do-espaco-urbano/>. Acesso em: 19/02/2021 23:36

_____, M. Cristina Alves. **Um modo de ler a cidade: a fotografia com "ferramenta" de observação e orientação urbana.** Trabalho de conclusão de curso. Arquitetura e Urbanismo, UFSJ, 2019.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. **Corpo e imagem: alguns enredamentos urbanos**. Resistências em espaços opacos do Caderno PPGAU-FAUFBA, Salvador, EDUFBA, PPG-AU/FAUFBA, 2007. Disponível em < http://www.corpocidade.dan.ufba.br/arquivos/Ana_Clara.pdf>. Acesso emfevereiro de 2021.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O coronavírus, nosso contemporâneo.** Outras Palavras: Jornalismo de Profundidade e pós-capitalismo. Publicado 12/05/2020 às 20:14 - Atualizado 12/05/2020 às 20:16. Disponível em < https://outraspalavras.net/pos-capitalismo/o-coronavirus- nosso-contemporaneo/>. Acesso em fevereiro de 2021.

Silva, M. S. (2016). **A Fotografia na obra de Walter Benjamin: "Dialéctica Congelada" E A "Segunda técnica"**. História Revista, 21(2), 40-60. Disponível em < https://doi.org/10.5216/hr.v21i2.43379>. Acesso em fevereiro de 2021.

SILVA, Sergio Luiz Pereira da. **A fotografia e o processo de construção social da memória**. Ciências Sociais, Unisinos. 47(3): 228-231, setembro/dezembro 2011. Disponível em < http://revistas.unisinos.br/index.php/ciencias_sociais/article/viewFile/csu.2011.47.3.05/622>.Acesso em fevereiro de 2021.

SILVA, Giuslane Francisca. **A Memória Coletiva**. AEDOS, Revista do corpo discente do PPG- História da UFRGS, Porto Alegre, v. 8, n. 18, p. 247-253, agosto 2016. Disponível em < https://seer.ufrgs.br/aedos/article/viewFile/59252/38241> Acesso em fevereiro de 2021.

SONTAG, Susan. **Sobre fotografia**. Editora Companhia das Letras, 2004.

***Maria Cristina Alves Pereira** UFSJ. Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidade e Sustentabilidade – PIPAUS. E-mail: mcristinaalvespereira@msn.com

Adriana Nascimento UFSJ. Departamento de Arquitetura e Urbanismo e Artes Aplicadas Programa Interdepartamental de Pós-graduação Interdisciplinar em Artes, Urbanidade e Sustentabilidade – PIPAUS. E-mail: adrianan@ufsj.edu.br

Mapping Urban History: Belo Horizonte's spatial history through a cartographic approach[1]

Mapeando Histórias Urbanas: a história espacial de Belo Horizonte através de uma abordagem cartográfica

Patrícia Capanema*

Abstract

Seeing the growing complexity of what we used to know as urban – now more and more intertwined with the rural, productive sites and nature – the last decades have witnessed the reawakening of interest in landscape (urbanism) and cartography as tools to apprehend and deal with complexity. While landscape is able to embrace the urban with the natural and the social, the cartographic method has the potential of combining space with time, fluxes, movements, processes. This article presents a reflection on the potential use of cartographic methods and practices in urban studies, particularly in urban history, for their ability of uncovering hidden logics and constructing alternative narratives, in alignment with post-colonial thought. Supported by Milton Santos, Lefebvre, Charles Waldheim, James Corner, Deleuze, Guattari, and others the first part of the paper navigates through the notions of space, landscape, event, rhizome and cartography in order to expose the potential contribution of the cartographic method and practice to urban studies. Finally, we present three maps representing distinct moments in Belo Horizonte's history. In those, the application of the proposed method reveals alternative narratives and interpretations on the history of spatial formation in this city.

Keywords: cartography, space, landscape, urban history, Belo Horizonte

Resumo

Diante da crescente complexidade do que outrora conhecíamos como urbano – agora cada vez mais interseccionado pelo rural, áreas produtivas e natureza – nas últimas décadas presenciamos o ressurgimento dos interesses na paisagem (ou urbanismo paisagístico) e na cartografia, como importantes ferramentas para compreender e abordar complexidades. Enquanto o conceito de paisagem é capaz de mesclar o urbano com o natural e o social, o método cartográfico combina espaço, tempo, movimentos, fluxos e processos. Este artigo apresenta uma reflexão sobre a potencialidade do uso do método e da prática cartográfica nos estudos urbanos, sobretudo na história urbana, pela capacidade em revelar lógicas obscurecidas e construir narrativas alternativas, em consonância com o pensamento pós-colonial. Se apoiando em Milton Santos, Lefebvre, Deleuze e Guattari, Charles Waldheim, James Corner e outros, a primeira parte do artigo navega pelas noções de espaço, paisagem, evento, rizoma e cartografia com o objetivo de expor a contribuição do método cartográfico para os estudos urbanos. Por fim, apresentamos três mapas representando momentos distintos na história de Belo Horizonte. Nestes, a aplicação dos métodos propostos, revela interpretações e narrativas alternativas para a história da formação espacial desta cidade.

Palavras-chave: cartografia, espaço, paisagem, história urbana, Belo Horizonte

Palavras-chave: cartografia, espaço, paisagem, história urbana, Belo Horizonte

Introduction

The present work aims to promote a reflection on the intersections between Urban History, Cartographic Method and Praxis - or Descriptive and Interpretative Cartography -, focusing on the possible results of their combination and juxtaposition, as a contribution to urban studies. In this article, the application of the method contributes to launching a new look at the urban history of Belo Horizonte, Minas Gerais.

Recognizing and absorbing the numerous existing narratives about this object, the research highlights that (Brazilian) urban history is usually told through great facts and acts - and often only through plans - with little emphasis given to spaces produced and materialized by such processes. Thus, the first premise of this methodological approach is to adopt a spatial perspective. In this sense, the present historical reconstruction benefits from the cartographic method and praxis, and its potential to shed light on other dynamics and actors involved in the production of space. Space and landscape are used here as tools to tell a territorial story that considers not only its forms, but processes.

Therefore, this article brings a reflection on the meanings of space and landscape and how such categories can contribute to the construction of a spatial history through mapping. The last section presents an attempt to apply the proposed methods, presenting three maps that make up an episodic history of the spatial formation of Belo Horizonte.

Spatial history through a cartographical approach

Space, Landscape, Time, Event

The resurgence of the interest in cartography and mapping is intrinsically, but not solely, connected to what has been called the 'spatial turn', meaning the reawakening of the problematic of space as opposed to the predominant 19th century focus on time, transparent in its obsessions on history and progress. The growing insertion of the dimensions of space within social and urban studies is generally considered as a particular expression of postmodernism and its characteristic space-time compression (HARVEY, 1990) and representational crisis (JAMESON, 1991). Underlined in the spatial turn is an appeal for the necessity of new tools with which to better apprehend space and events in space, such as mappings and cartography (SPERLING, 2016) in its many facets.

The shift towards space was announced by Foucault (1997) already in 1967, and later picked up by geographers and other social theorists such as Denis Cosgrove (1985), Fredric Jameson (1991), David Harvey (1990), Edward Soja (1996) and Robert Tally Jr. (2013), amongst many others. Thereafter, the socio-spatial dialectic has become a largely used instrument for architects and urban planners to tackle contemporary urban problems as it is able to encompass time-space, geography and history simultaneously while putting the city space at the locus of social change.

Milton Santos has defined space as, amongst many other definitions alike, an inseparable aggregate of systems of objects and systems of actions. It is within their interaction that lies the dynamism of space allowing for its transformations. While the system of objects provides forms to actions, the system of actions either leads to the creation of new objects or gets realized through pre existing ones. Space is not a thing nor a group of things but a relational reality that involves things and relations together (SANTOS, 1988).

In other words, space is a hybrid composed of form and content in which object and action, the materiality and the event should be treated as one. The importance of space relies on the fact that human society is always realizing itself over a material base, the space and its use, time and its use, materiality in its many

forms. Therefore, understanding human society also implies the knowledge of the spaces it creates and transforms.

For Santos, the key element that differentiates the notions of Landscape and Space is action, or human life. Landscape can be defined as a material base in which human action has already worked to transform it, a frozen image in which it is possible to see the previous actions in a holistic perspective. Space, on the other hand, is the landscape added with present actions, a unique situation that only happens in the 'now'. However distinct, space and landscape are for Milton Santos a dialectic pair, complementing and opposing each other, forming a palimpsest in which actions from different generations are superimposed through accumulation and substitution. These dialectic relations between space and action, space and landscape are also present in Lefebvre's understanding of space. What Milton Santos calls landscape, the receptacle of human action, is for Lefebvre treated as 'pure nature'. While Santos defines space as landscape added with human life, including fluxes and movements, Lefebvre goes broader considering several categories and levels of spaces, including mental space, the one of plans and ideologies.

In his understanding of space, Lefebvre goes beyond the binaries of mental and physical space, introducing, in 'The Production of Space' (1991 [1974]), the third term: the social space. To overcome the large gap between 'ideal' mental space and the 'real' lived in space, he calls for a *science of space,* supposed to provide a true knowledge of space and the processes involved in its production, rather than mere descriptions of physical spaces. Social space is, for him, not a mere aggregate of things, pure form, nor only their content and symbols. Space is defined by Lefebvre as social because it "implies, contains and dissimulates social relationships - and this despite the fact that space is not a thing but rather a set of relations between things (objects and products)" (ibid, p. 83). The reality of social space is, therefore, at once formal and material.

Understanding space as alive, as a locus of action, process and transformation, implies automatically the consideration of time. Time is, of course, an indispensable category besides space, object and action when the processes are at focus. In the meeting of time and space, one finds the notion of the event which, for Santos, is an instant in time realized in a point in space, a unique situation, and never repeated; they are absolute. This absoluteness is what renders the efficacy of the event in their (spatial) transformative character. Although most of the time the event means human action, it can also mean ideas. Events are also never isolated, belonging to systemic ensembles. They can be diachronic, happening in succession throughout time or synchronic, coexisting in several places at the same time. This is, for example, the case of State action, where a determinate law can act upon a totality of people, institutions or territory simultaneously. Supported by Whitehead (1938, p. 255 *apud* SANTOS, 2002, p. 106) Santos affirms that each event has two simultaneous levels of existence, the global and the local, and that no event can be wholly and solely the cause of another event. Therefore, one must not analyze the event separately, but within the totality in which it is inserted, the succession of events, in multiple scales.

This category will be a key to the understanding, in the history of Belo Horizonte, how each event, with their systemic ensembles, has acted in the transformation of space, considered as both action and idea, physical and mental, applied in specific places and times. Each event will not be treated individually, but instead, expanded to the chain of preceding and successive events.

In the recent decades, the concept of Landscape has acquired new meanings in the field of urbanism, understood, for some, less as a category than as a tool. Not a new idea, it lately became a meeting ground to geographers, biologists, artists and sociologist with architects and urbanist who start moving their attention beyond the city (COSGROVE, 1985). The new meanings and applications of Landscape are inserted in the many attempts to find new methods to approach and describe contemporary fragmented and heterogeneous urban forms, along with terms such as *Cittá diffusa* (SECCHI, 2012), "deconcentration" (GOTTDIENER, 1985), *"urbanização extensiva"* (MONTE-MÓR, 2006), and many others.

It is within this context that Landscape is presented as a model of contemporary urbanism uniquely capable of describing such conditions (WALDHEIM, 2006, p. 37). Extrapolating the limits of what we used to know as "urban", landscape can also incorporate water, agricultural production, ecology and even mining to the urban question. In addition, landscape presents itself as a "medium, as it has been recalled by Corner, Allen and others, uniquely capable of responding to temporal change, transformation and adaptation and succession" (ibid, p. 39). Landscape Urbanism as a tool emphasizes two important implications that will be crucial to the sort of approach this paper proposes. Firstly, it goes beyond the focus on urban form – spatial arrangements of streets, typologies, functions - being capable of embracing also large infrastructures (such as mining), natural resources and ecology as well as social practices, serving as interface between nature and culture. Secondly, the wide temporal dimension of landscape projects the territory as a medium of continuous ongoing exchange, particularly relevant for historical analysis.

Cartography as storytelling

This predominant role given to space, landscape and cartography clearly is not anything new, having its most significant moment dating from the Renaissance. It is no coincidence that the emergence of cartography is aligned with the period of the great navigations and, with the discovery of the Americas, a complete change in space perception and world-view. (TALLY JR., 2013). Digging into the history of cartography the geographer J.B. Harley has shown us, in *'Deconstructing the map'*(1989), how maps are not mere representational tools, actually acting as instruments of power. "While the map is never the reality, in such ways it helps us to create a different reality" (HARLEY, 1989, p. 167–168) Therefore, the redrawing of Belo Horizonte's historical maps presented in this article aims not only at dismantling the objective reality coat currently covering them, but also to create different realities with the combination of other sources. As Robert T. Tally Jr. has observed, "to draw a map is to tell a story, in many ways, and vice-versa" (2013, p. 4).

On the other hand, the cartography proposed by Deleuze and Guattari in *A Thousand Plateaus* (1987) takes distance from the associations with space and is more tuned to another important postmodern turn: the crisis of science (SANTOS, 1995). In line with other French philosophers, their cartography is a symptom of the refusal of modern sectioned and reductionist science characterized by the search for the totality of the world through the examination of the fragment. Instead, the post-structuralist approach proposes to tackle complexity by embracing multiplicity and, as defended by Latour (2005), through uncertainties and contradictions.

In their seminal work, *A Thousand Plateaus,* Deleuze and Guattari strongly deny any form of binary logic, that of the root-tree, which is, according to them, unable to understand multiplicity (ibid, p. 5). In that sense, they developed the idea of the rhizome, a term borrowed from biology, meaning a root system without any hierarchy, nor pivot. "There are no points or positions in a rhizome, such as those found in a structure, tree, or root. There are only lines" (ibid, p. 8).

Their principle of cartography connects the ideas of rhizome, multiplicity and assemblage: "make a map, not a tracing" (ibid, p. 11). While the tree logic is the one of tracing and reproduction, the map is like a rhizome, having multiple entryways, always detachable, connectable, reversible and modifiable. Cartography is therefore always conceived as an open map, a method to approach the subjectivities understood in its processual dimension. "It's following a process and not an object" (KASTRUP, 2008, p. 469). For a moment, the persistence in contrasting the rhizome to the tree, mapping to tracing, might seem to revert to the dualism to which they so strongly oppose. On the contrary, the authors defend a constant movement between the terms. The tracing translates the map into an image, organizing the multiplicities and structuring the rhizome. It performs as to reproduce the impasses, blockages and points of structuration of the rhizome and might be dangerously reproducing only itself instead of the map of rhizomes, while propagating redundancies.

Reflecting on the implications of this new cartographic approach on the tools commonly used in urban studies, it seems to suggest

that we avoid any form of graphic representation, or tracing, for its dangers of crystallizing processes, inserting blockages and interrupting lines of flight. Should we then abandon the practice of drawing maps, so long associated with spatial analysis and design? The landscape architect James Corner does not believe so. In his influential essay "The Agency of Mapping: Speculation, Critique and Invention" (1999) Corner picks up precisely from Deleuze and Guattari statement "Make a map, not a tracing" to argue for the crucial agency of mapping practice in not only reformulating what already exists but revealing and realizing hidden potentials. Mapping gains therefore a projective dimension, "first employed as a means of 'finding' and then 'founding' new projects, effectively re-working what already exists" (ibid, p. 222). By being essentially a visual apparatus, maps have the unique ability of providing a visual projection of things otherwise only imagined.

Also for Waldheim (WALDHEIM; DESIMINI, 2016) cartographic praxis has a great projective potential as "a representational project that merges spatial precision and cultural imagination". He regrets that the ascendance of "mapping" and data visualization has privileged abstract forces and flows, moving the trajectory of representation from physical description of ground conditions toward the depiction of unseen, immaterial forces. For him, this tendency is a response to the use of plans (or maps) associated with "master plans", seen as static and antiquated, incapable of dealing with complexity and dynamic relationships. Instead, he sees cartographic practices as a necessary grounding, as a mean to recognize the spatial qualities of the earth, complementing systemic diagrams representing social, economic and political forces. Agreeing with Corner, he states that "mapping is no longer thought to be a tool for description or representation, but rather as an instrument to produce ideas and actions"(ibid, p. 17).

While the discourses of Corner and Waldheim argue for mapping as a tool for imagining new possible futures, the same practice might also be used retrospectively, reinterpreting spatial history and unveiling hidden realities. A re-tracing and re-mapping of Belo Horizonte's historical cartography, layered with narratives, processes and actions, potentially reveals the rhizomatic complexity of space production, considering also actors and agencies involved.

Milton Santos' movement between landscape and space, which for him meant a movement between the frozen and the dynamic, can be directly related with the movements of tracing and mapping suggested by Deleuze and Guattari. Combining both perspectives, we see that, while tracing produces only a portrait of a frozen moment in landscape, mapping means to cartograph space, including actions, human life, social dynamics, etc. It is necessary therefore to travel between the movement and the static, from landscape to space and vice-versa.

Our focus on materiality owes to the fact that, as Latour (2005) has observed, (urban) objects might become particularly visible when they are objects of controversies, when they are in movement and when they become the center of actions, discourses and counter-actions. Therefore, the urban materials, as the crystallization of moments of territorialization and deterritorialization, become the trigger for understanding the alignments between humans and non-humans producing the city[2]. In the urban studies field, such alignments have been termed as 'assemblage', one of the many conceptual unfoldings of rhizome and agency coming from Deleuze and Guattari and from Latour's ANT. Such concepts allow a double gaze on the material and the social, allowing to reveal, through 'things' the processes involved in their making.

In this article, the appropriation of Deleuze and Guattari's (1988) ideas of rhizome, plateau and cartography will be two-fold. Firstly, it shall de-hierarchise sources, images, maps, narratives, all to be considered as truthfully equal testimonies of urban histories, besides more traditional academic bibliographical references. Secondly, interpretative and descriptive cartographies are produced combining topographies, topologies, events, laws, praxis and narratives through a careful work of selection and isolation in order to project new histories and possible interpretations. The dialectic move between maps, tracings and texts is also a move between materialized urban form and processes, which are here the main focus. Therefore, we will target first at the crystallized urban form in order to actually

grasp performance, traveling between tracing and mapping, as Deleuze and Guattari have suggested.

Why re-mapping urban history

As we know, History - with the capital H - is always told by the victorious, therefore from the center, while small histories from the periphery are shadowed. Under the modern scientific paradigm, the (spatial) history of Belo Horizonte has been told mostly through the perspective of its plans and great acts. As such, many historical overviews have focused on the urban form proposed for the city, searching for its premises or failures.

The proposed approach through mapping shall allow moving away from the fixed image of the project as the main generator of planned cities while reinserting other forms of narrative in its spatial history. The proximity of narrative and mapping has been elaborated by Tally Jr:

“Sometimes the very act of telling a story is also a process of producing a map. And this operates in both directions, of course: storytelling involves mapping, but a map also tells a story, and the interrelations between space and writing tend to generate new places and new narratives. (TALLY JR., 2013, p. 46)

A deconstruction of a consolidated history becomes even more urgent if seen under the light of post-colonial thought. Searching for the construction of a Latin-American architectural historiography, the Argentinian historian Marina Waisman claims that there is a distortion between the historical reality which serves as the basis for the elaboration of concepts and their later application and exploration in the countries marginal to the centers of intellectual production (WAISMAN, 2013, p. 42). This mismatch between concept and reality was also felt by Ananya Roy while doing research in Calcutta (2015). Recognizing a mismatch between the dominant theories and the reality found, Roy proposes, therefore, the construction of new geographies of theory, meaning, the production of theories from the “global south” as a possible way of reconcentration of critical urban theory. According to the author, post-colonial theory allows

thinking in a relational manner about cities. Relational thinking finds resonance in the idea of rhizome, representing a denial of the tree-root structure as it demolishes center-periphery relations.

Equally, the history of Brazilian cities and urbanization shall not be read and repeated from the universality of history, underlined by the linearity of time embedded in ideas about progress, but instead from its own geography and its own temporalities, by use of relational thinking. Such notion opens the way for anachronisms and *heterochronies* which, on urban space, are found under the form of “coexistences of different times in the cities, non-pacified coexistences causing strangeness, conflicts, shocks.[3]” (BRITTO; JACQUES, 2017, p. 298)

But the deconstruction and the re-telling of the history of the city faces the following deadlock: the disappearance of the non-dominant, non-homogenized, heterogeneous narratives. A possible solution is found on the mapping of materialities, of crystallized urban objects, especially when they become the object of confrontation and debate.

In the words of Margareth da Silva Pereira:

“It is in relation to the ephemerality and precariousness of life in its immanent character that each construction, and particularly architecture, stands as a gesture whose ambition is to be a form of resistance and transgression. As a desire and possibility of transcendence, duration and permanence. (...) A mix of constructions more or less conscious of its stubbornness, the city, in its materiality can be read as a cartography of those successive and juxtaposed gestures[4]” (PEREIRA, 2017, p. 151).

According to the analysis of Marina Waisman, in our countries, the *longue durée* elements are not in architecture but in urban tracing, in the urban vocation and in the life of the streets (2013, p. 82). Therefore, the reading of urban forms and social practices, not only architecture, might aid to produce other narratives, constructed from a specific point in the map, as argued by Ananya Roy.

In urban history, it is not enough to portray a certain landscape in a specific moment in history but is equally important to be able to grasp the processes involved in its formation, considering it as a space in which human action takes place. The analysis of three different episodes in the history of Belo Horizonte aims at grasping actions and processes around a specific event that have triggered profound transformations in the city dynamics.

Three episodes, three maps

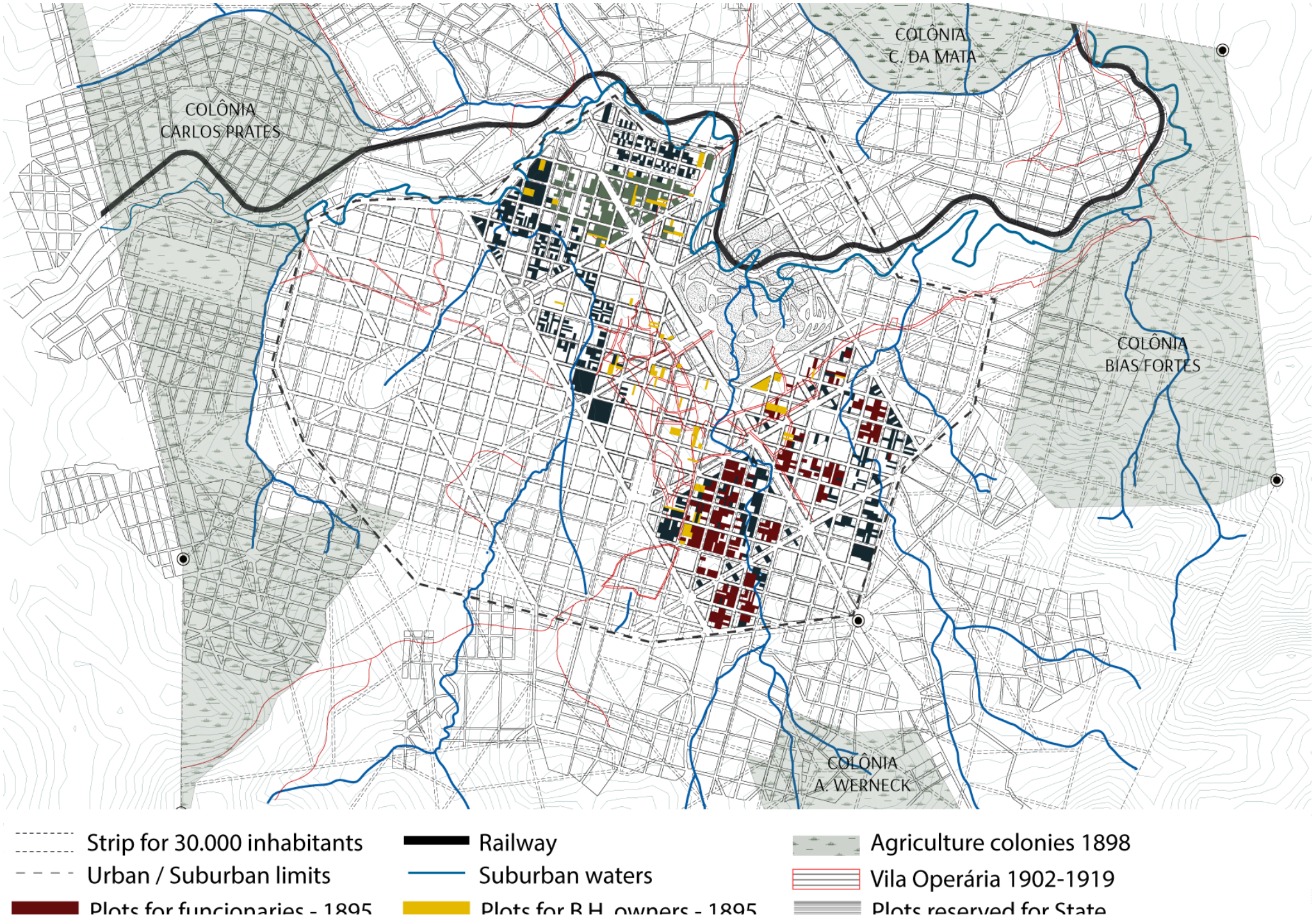
To build one of many possible reconstructions of Belo Horizonte's spatial history, this article navigates through important events that have contributed to the city's materialization while reconstructing its cartography. Three special events (or episodes) have been selected for representing important urban gestures which have crystallized in urban form, here represented and analyzed through maps. They are: (1) the foundation of the city in 1895; (2) the emergence of its first satellite settlement in the 1940s, Pampulha; (3) the recent sprawl towards its neighbor Nova Lima.

Each of these episodes is usually seen as an isolated moment in Belo Horizonte's urban history, each having its particular motivations and contextual realities, rarely seen within the same narrative, through the same set of lenses. A focus on space through the mapping of spatial formation processes functions as a sort of filter that grasps mainly specific social relations with direct results on physical space. The method thus eclipses, even if temporarily, social relations not directly materialized in space, left to the second plane. A focus on space and mapping allows us to see not only spatial forms but complex landscapes in transformation. Although producing three different spatial forms, the research revealed very similar attitudes regarding ground manipulations, grand infrastructural works and social segregation across the cases.

The episodic essence of this narrative requires making large jumps in time and space and, knowingly, leaving much unexplained. Although attempting to reveal untold stories on each historic moment of the city, we acknowledge the impossibility of producing a holistic history, in fact never intended. The micro-histories here told through maps are a result of an extensive work that goes back and forth in bibliographical as well as archival research and mapping, between narrative and image, tracing and mapping. What emerges from each map and its following text are fragments of histories which have, through a non-systematic rhizomatic approach towards diverse sources, been compiled and translated momentarily to fixed representations. Those try to depict more than space, but mostly spatial processes and socio-spatial relations. This approach and the limited space of this article means also that many facts and details will be mentioned very punctually, remaining unexplained. The intention is to tell a history from the maps and the several sources that were used to compose it.

As a planned city, all facets of cartography - sketching, mapping, surveying, planning - have had a protagonist role in Belo Horizonte's history, since before its foundation. The 1895 plan by Aarão Reis figures in almost every historical account of the city. As its image has consolidated as a symbol of its foundation, the projections have overshadowed its real ground conditions, deleting simultaneously its past and future while enhancing the *tabula rasa* illusion.

The present map was produced from the retracing and selection of information from several historical maps, some largely neglected in Belo Horizonte's historiography. A detailed cadastre map of the *Arraial de Belo Horizonte,* the village totally demolished for the construction of the new capital was drawn by the Construction Commission (*Comissão Construtora da Nova Capital – CCNC)* in 1894 (NOVA CAPITAL, 1894), registering all properties to be expropriated and demolished. As it shared the same node points from the 1895 plan (NOVA CAPITAL, 1895), their superimposition was possible, with reasonable precision. The visual result reaffirms facts already exposed in the city historiography, for example, the superimposition of *Igreja da Boa Viagem* to the *arraial's* main church (BARRETO, 1996). Other less known relations are also exposed: the coincidence of some *arraial* streets with the new ones leaves open ground for interpreting that the 1895 plan was not so exogenous as it is usually portrayed.



Map 1 – Foundational core (1893-1928): intertwined co-existence. Source: by author with data from: historical maps available at APM and APCBH.

Another important layer of this map comes from the "*Planta da parte urbana da Cidade de Minas designada para 30.000 habitantes*" (MINAS GERAIS, 1895), elaborated by the CCNC already in 1895, as plots began to be sold. Following guidelines of Act n.3 Additional to the Constitution (CAPITAL, 1893), this plan depicted the strip to be constructed initially for 30.000 pp. and the plots reserved for public buildings and conceded for state civil servants, for former homeowners of Ouro Preto, - as a compensation - and of the *Arraial* – in exchange of properties, as well as the plots already sold by 1895. Some interesting conclusions can be drawn from this. The majority of plots sold by this date were concentrated in the 'commercial zone', a lower area next to the Rail Station, the first to be leveled and put on auction (LEAL, 1895). The middle section of the strip for 30.000 inhabitants had less plots reserved or sold. The superimposition with the *Arraial* plan witnesses complements to written accounts: by 1895, the village was not yet demolished and many of its houses, mainly concentrated in the center of the strip, were used by the commission (BARRETO, 1996). The cartography produced presents a spatial visualization of the co-existence, for at least a few years, of the old village with the new modern city in construction. At the southern edge of this strip, lays the area with most plots reserved for functionaries, the *Bairro dos Funcionários,* an area higher in topography which became the most valued over time.

Beyond the Urban zone grid is the suburban zone, whose mesh has been drawn here according to the city cadastre map of 1928-29 and contrasted to Aarão Reis' original design, in dotted lines. The engineer's descriptions of the plan mention only that this zone would have narrower streets of 14 meters wide, in order to accommodate better topography (BARRETO, 1996). However, when the plan is overlapped to topography one can see clearly that this has not been, in fact, a guiding principle. When comparing the pre-existing roads (in red) and to the rivers, we can see that occasionally the suburban streets follow their pattern. When compared to the suburb cadastre map of 30 years later, we can see that in fact those are the only streets which coincide with the plan of 1895, not because they followed design, but because the design followed pre-existing structures.

Another important layer in this map is depicted by green patches, apprehended from the "*Planta dos Terrenos Demarcados para a Fundação da Cidade de Minas*" (Plan of the land demarcated for the foundation of the Cidade de Minas), organized by virtue of the Decree 1127 of 6th December 1898, discriminating the urban, suburban and colonial zones. While the city was being inaugurated, agricultural colonies began to be implemented around the city, part of a State project of agricultural development associated with the importing of foreigners[5]. The map shows four of them, Carlos Prates (west), Córrego da Mata (later renamed Américo Werneck, north), Bias Fortes (east) and Adalberto Ferraz (south). Their implementation, undertaken by the State, goes in the opposite direction of Reis' plans, which foresaw this area as a suburban zone, separated from a rural surrounding. The colony's limits follow the ones of already expropriated land, but also landscape structures. Their land subdivision was organized in long strips parallel to the river, following agricultural reasoning. Compared to the map of 1928, it is possible to see that the urban mesh developed goes in fact in many cases according to the agricultural and hydrological structures and not to Reis' plan.

One of the main criticism of Belo Horizonte's plan and implementation is its uncontrolled sprawl in the first decades, presenting an inverted growth, from the periphery to the center (PAULA; MONTE-MÓR, [S.d.]; TONUCCI FILHO, 2012). The presented cartographical analysis of the suburban area, with all its juxtaposed rationalities, shows that, however not developing according to the initial plan, it was not as ungoverned and chaotic as usually portrayed by Belo Horizonte's historiography. While in some areas the original plan is followed, mainly by connecting roads and larger structures such as cemetery and hippodrome, in other cases, occupation follows agricultural structures. The resulting map of the juxtaposed rationalities at stake between 1893 and 1928 shows that the areas initially occupied were in fact the ones receiving state projects. Other areas hosting more buildings at first were the immediate northern suburb, along the Arrudas river valley and the railway, as this area was the first to receive state infrastructure. As the Urban zone was either not yet demolished, not yet built or reserved, the large influx of

immigrant population began to occupy the available areas along the valley even before the official plan was launched.

The intention of this map was to portray a different version of Belo Horizonte's foundation, not the one provided by the plan of 1895, which alludes to a tabula rasa condition. It tries to depict the image of a city that was not founded at once, but was slowly constructed over decades and which emerges simultaneously as urban, suburban and rural. It did not completely erase its pre-existing village, but resurrected some of its features, including its geographical insertion.

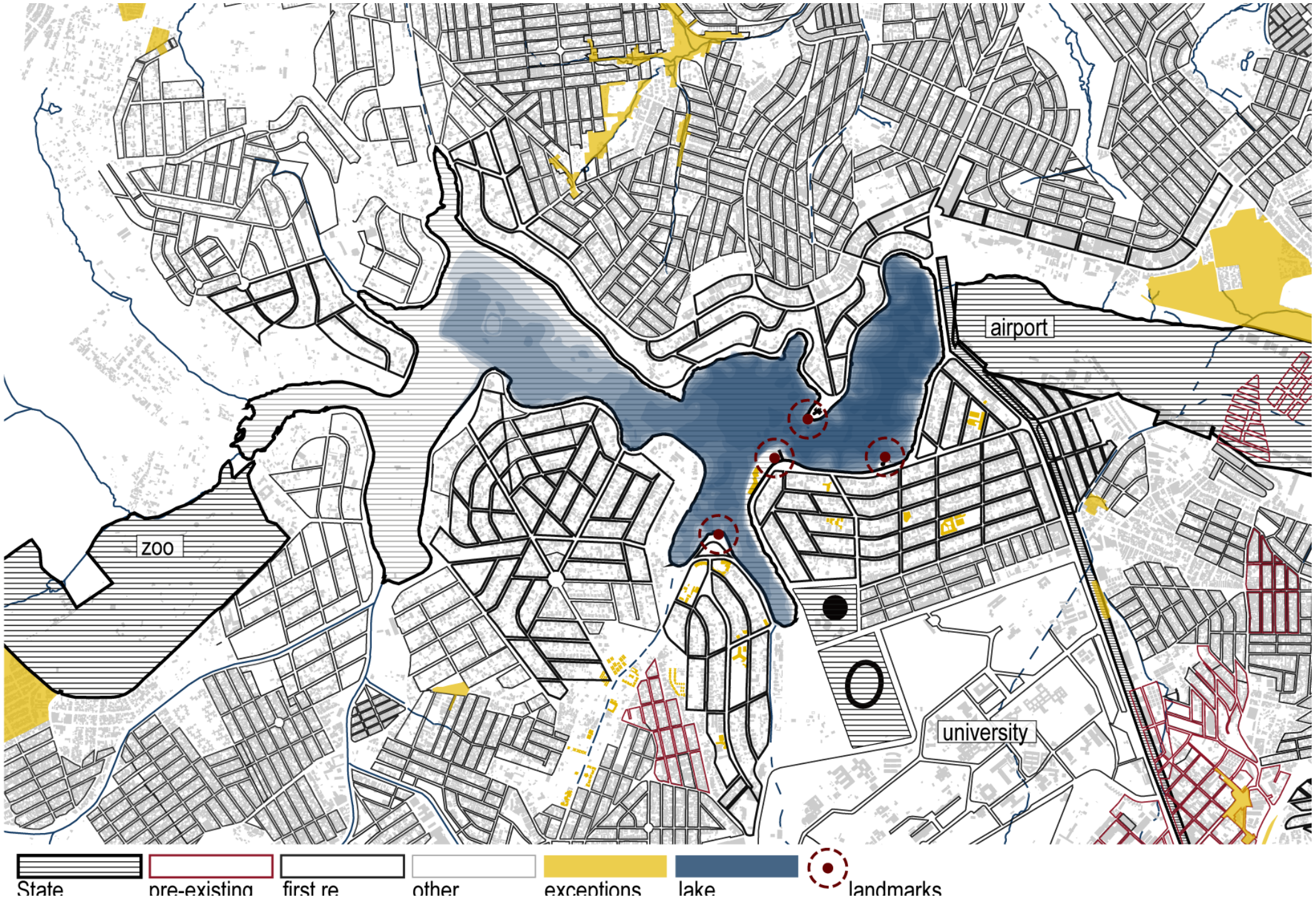
Pampulha, the first satellite town of Belo Horizonte, is generally considered as an important State project that has encouraged the city's development towards the north. It is not today perceived as a satellite city, but has been in the past. Invited by the then mayor Kubitschek to visit the city, the French urbanist Agache had suggested building a satellite city for workers around the lake, worried about the social problems he had witnessed in the city, an idea only partially accepted (SEGRE, 2012). In 1948, the new mayor Negrão de Lima presented in his yearly report a section about the Satellite Cities, suggesting Pampulha as a promising center of tourism and entertainment (BELO HORIZONTE, 1948).

Although largely regarded as a State project, Pampulha is not, however, the result of a specific master plan nor any comprehensive urban plan. As in the previous episode, the exercises of analysis and re-mapping of archival cartography, supported by texts, allowed better understanding of the spatial transformations in the area. In the absence of a holistic plan for Pampulha – such as Belo Horizonte's 1895 plan -, the mappings have reconstructed the timeline of Pampulha's materialization throughout five decades, by combining and retracing private allotment approval plans, available at municipal archives, and the documented State punctual, however massive, investments.

Pampulha is the result of the gradual accretion of governmental as well as private actions, bigger or smaller, which are represented in the above map. In fact, the inauguration of new fronts for expansion of the city, an idea already totally embraced by 1948, goes in the opposite direction of urbanist

Continentino's 1941 plan for Belo Horizonte, which advised to avoid sprawl by adopting the compact city model (AGUIAR, 2006). It also contradicts the Decree 54 of 1935, which tried to halt city expansion by regulating land allotments. Simultaneously, the lake Pampulha is presented in Otacílio Negrão de Lima's report of 1937 as a solution for the water supply of a growing city. Nevertheless, a small sentence reveals the future desired for it: "The accumulation [of water] will serve to the practice of water sports" (BELO HORIZONTE, 1937, p. 54) Around the same time, the mayor gave a speech in the municipal chamber promoting the "edification of a new and picturesque leisure neighborhood" at Pampulha (Anais da Câmara Municipal de Belo Horizonte, 1936, cited by FERREIRA, 2007), predicting therefore the future construction of a neighborhood around the lake. To access the lake, a large avenue was laid out, Avenida Antônio Carlos, substituting the old road to Venda Nova.

A few years later, after the completion of the dam, the decree n. 55 of 1939 (BELO HORIZONTE, 1939) ruled the division of plots and construction parameters to land bordering the lake. It's first article determines that projects, surveys and leveling of allotments within a 500 meters strip around the lake would be undertaken by the municipality, under the request of owners. The second article prescribes a minimum of 20 meters front and 1000 sq meters of surface area to plots, establishing an exceptional case in the municipality, as it is cut out from the Decree 54 of 1935 (BELO HORIZONTE, 1935) ruling over the subdivision of plots in the rest of the city. Consequently, it determines which kind of use and social class to be established there. The allotments that resulted from this law - highlighted in the map – have formed a sort of belt around the lake in which only high standard, gardened houses were allowed, securing the image of Pampulha as a wealthy, elegant area. All lakeshore allotments were approved in 1943, signed by then mayor Jucelino Kubitschek who became known as the 'creator' of Pampulha. Despite the exposed antecedents, the dam formation beginning in 1937 and the law of 1939, Pampulha is highly associated with his administration, beginning only in 1940. He foresaw its great future as a tourism center, increasing the municipality's revenue. To accomplish his view, he hired the architect Oscar



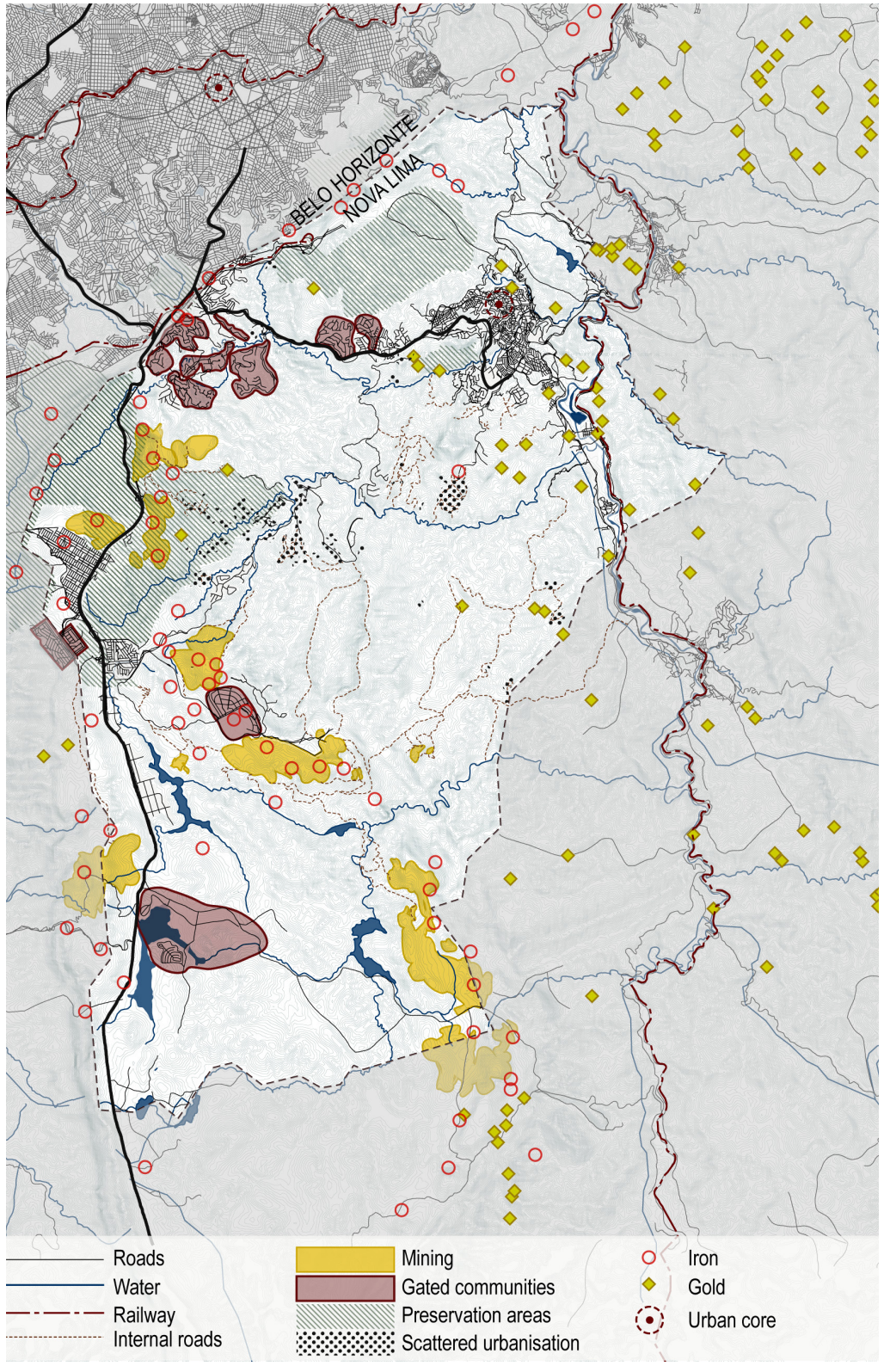
Map 2 – Pampulha (1940s-1990s): from homogeneous enclaves to heterogeneous urbanity.
Source: by author with data from: Prodabel; PDDI-RMBH; Portal Plantas Online (PBH); Google maps.

Niemeyer to design buildings around the lake, all dedicated to culture and leisure – a Casino, a Ball Room, a Yacht Club and a Church. This new settlement comes as something totally new, just as the foundation of the city itself, ignoring completely the pre-existing fabric in the area (shown in red).

In the following two decades, as the occupation of Pampulha was still at a very slow pace, the State made large investments in the region, considering the availability of land and the large investments already made. The larger ones were the airport, the University Campus, and the Zoo. Slowly in the 1950s and more intensely on the 1970s[6], other allotments began to fill the gaps left between Pampulha and the city center, south of the lake, and Pampulha and Venda Nova, to the north. In contrast to the lakeshore those complied with the general rule of the city, marking a strong division between two kinds of 'Pampulhas', also visible on the map. The fragmentation of previous farmland property in the area meant also the fragmentation of allotments and the heterogeneity of its urban form. The spaces in-between, especially around the creeks, were left undivided – identified as 'fragments' in the map. With time, these gaps were filled with whatever was not included in the monofunctional residential enclaves of Pampulha, which ranges from slums to highly active commercial areas (marked in yellow). These 'exceptions' filled the physical as well as the social gaps in Pampulha, allowing heterogeneity of classes and uses, in contrast to Pampulha's homogeneity dictated by zoning. Instead of being secluded and isolated by the high-class residential enclaves that surround it, the lakeshore can fulfill its originally intended role, which is to provide leisure to all inhabitants of the city, and now, metropolitan area.

By highlighting the state infrastructure applied, the pre-existing tissues and the exceptions, the map tries to show that Pampulha is in fact a very diverse territory and not only the ensemble of the lake and the architectural landmarks as it is usually depicted. It is not a project of only two brilliant men, Kubitschek and Niemeyer, but of many people together, which already existed before them and gained a whole new life after.

Map 3: Nova Lima's patched urbanization (MAPA 3)
Source: by author with data from: IBGE; PDDI-RMBH; CPRM; Google maps.



The map of Nova Lima depicts its multifaceted character through the combination of at least three themes representative of the conflicting forces currently acting in this territory: human settlements, mining and environment.

The history of Nova Lima is deeply intertwined with mining, the reason for its foundation and until today its main economic drive. The words of Richard Burton, the 19th century British traveler, defined well: "Built by mining, it fell with mining, and by mining, it has been 'resurrected" (BURTON, 1983, p. 195). Until the mid 1800s, the town was one of many within the mining colonial urban network (MORAES, 2006) having gone through the golden age and subsequent decay.

The economic and political openings after Brazil's Independence (1822) allowed the establishment of English companies in Brazil, radically transforming the regions' mining activity. The input of large amounts of capital directed at technological development allowed the extraction of underground gold and started a new era of resource extraction in the region. At the turn of the 20th century, geological surveys revealed the existence of large iron ore deposits in the region today named *Quadrilátero Ferrífero,* in which Nova Lima is centrally inserted. From this moment, many foreign companies started to acquire large pieces of land starting a new cycle of extraction in the region, now focused on iron ore. To the present day, most of the municipality's territory belongs to these companies which are in fact the ones orchestrating the region's urban development.

Until the 1950s, Belo Horizonte's metropolitan extension had been towards the North and West directions, fostered through State projects such as Pampulha (north) and *Cidade Industrial* (west). The expansion towards south and the east presented two impediments: the *Serra do Curral*, a mountain ridge crossing in the southwest-northeast direction forming the borders between Belo Horizonte, Nova Lima and Sabará; and the large concentration of land in the hands of the mining companies.

However, the 1950s showed a turning point to Nova Lima's urbanization. As the express highway connecting Belo Horizonte to Rio de Janeiro (BR040), was constructed, financial difficulties led mining companies to sell lands bordering the new highway (PIRES, 2003). The sum of these events resulted in the urbanization of strips along the road, a typical phenomenon which Panerai (2006) has called 'the path and the hill'. Some pioneer settlements were Jardim Canadá, Vale do Sol and Miguelão. Very soon, the first gated communities emerged in the region, however not totally attached to the highway as the first ones. The first dwellers of these condominiums were attracted by the 'living within nature' ideology offered by the region's beautiful landscape. Morro do Chapéu and Retiro das Pedras were the first of this kind, followed in the subsequent decades by many others. The same occupation pattern started to emerge simultaneously along the MG030, the road connecting Belo Horizonte to Nova Lima original nucleus, with Ouro Velho Mansões being the pioneer in this new kind of settlement.

After the 2000s Nova Lima's dynamics started to change drastically with two events: the inauguration of Alphaville, a large gated community at the south of the Municipality, shaped in the molds of American suburbs for permanent dwelling (instead of weekend homes); and the verticalization of Belvedere, the last neighborhood of Belo Horizonte, spilling over Nova Lima in the Vila da Serra neighborhood. Lower prices, taxes, and more flexible urban regulations at the latter, meant a higher-density occupation in vertical towers contrasting to a hilly landscape upon a preexisting allotment initially meant for low rise. Since then, Nova Lima has seen an unprecedented densification of some areas as well as the spreading of new horizontal gated communities towards its territory, threatening environmentally protected areas.

Besides an already well-known story of the gated communities, the above map allows the visualization of a third layer which is acknowledged however hardly seen from the high-class towers: mining. Not unexpectedly, but seldom visible, the mining pits are very close to human settlements and the highway. The overlapping of underground with over-ground data allows visualizing the juxtaposition of iron ore registered deposits (orange circles), mining pits, the highway and human settlements, where a unique geological formation has resulted in large concentrations of iron ore following a ridge. The availability of already mined and infrastructured land has as consequence

the construction of gated communities, generating a third economic wave for the mining companies, now with real estate. To the municipality's east, the concentration of gold, instead of iron, meant another kind of occupation, which relates more to the 18th century mining colonial urban network: small scaled and along roads and mines.

Nova Lima holds therefore, at least five very different kinds of human occupation within its municipal borders, in complete dissociation with one another. While the gated communities hold a very homogeneous kind of settlers, the core of Nova Lima functions as a normal small town, with heterogeneous groups, but sill different from the new patched neighborhoods along the highways, more heterogeneous than the condominiums but still detached from the main-city. On the borders of Belo Horizonte, the vertical occupation of Vila da Serra functions exactly as other luxurious neighborhoods of the capital, however on Nova Lima grounds and completely detached from its core. Intertwining those, are the mining grounds, not resumed to the visible pits, but including a large influence area with its own parallel infrastructure of roads, railway, water cycles and social networks.

Final remarks

The maps here produced according to the cartographic method and principles here exposed have provided, on one hand, the exposition of historical urban facts already known but not necessarily interpreted spatially and, on the other, uncovered relations not usually perceived or generally neglected.

The time frame stretching of Belo Horizonte's foundation map allows overcoming the stigmatization produced by the fixed image of the *tabula rasa* perpetuated by Aarão Reis' 1895 plan's iconography, leading to interpretations of an 'ungoverned' growth. The rhizomatic juxtaposition of different times, cartographies and historiographic sources has allowed seeing Belo Horizonte's foundation as a process with many actors and not as an instant.

In the same way, it was possible to see how Pampulha was formed by a series of both private and public gradual actions and not solely by the touch of Kubitschek and Niemeyer. It also became visible how instruments used to organize and shape space and its occupation have functioned to perpetuate long standing social asymmetries, also fixed in Belo Horizonte's foundational core, and which continues, with new apparatus, in the next episode.

The exposing of the historical formation of Nova Lima's tissues has allowed the visualization of the already acknowledged, however seldomly perceived, intertwined relations between urbanization, mining and ecology. Approaching Nova Lima as a unique landscape, however fragmented, allows the understanding of its current territorial conditions in relation to its history, and, most importantly, its underground features.

In all cases, space and landscape have been put on the foreground allowing a spatial historical reconstruction. This has fostered a deeper understanding of how social relations, governmental projects and individual actions reflect on urban space, contributing to the shaping of the city. The mapping practices have shown, visually, that urban space is not solely a social product, but an aggregation of actions and objects, to which we must include topography, valleys, water courses, mineral resources, etc. Those are known to shape the city, but are usually undermined or neglected when the social production of space is foregrounded. The maps here presented are not a final product, being only one of the infinite possible unfolding narratives. They contribute to bring new insights to urban history and theories, by providing a true knowledge of space and the processes involved in its formation, rather than pure descriptions of spaces.

Notas

1. A longer version of this paper was presented at the ENANPUR in May 2019 and published at the conference proceedings, also in English.

2. The approximations of cartography with Latour and the ANT have developed into the concept of the 'cartography of controversies' (Venturini, 2010) which should not be confused by the cartographies explored in this research as it has very different aims and techniques.

3. Free translation by the author

4. Free translation by the author

5. See AGUIAR, 2006 for a detailed account.

6. The dates refer to the approval of the allotments stamped in the Cadastre maps. It is possible that many allotments already existed and became legalized only in the 1970s, before the first zoning law was launched, in 1976.

References

AGUIAR, Tito Flávio Rodrigues De. *Vastos Subúrbios Da Nova Capital: Formação Do Espaço Urbano Na Primeira Periferia De Belo Horizonte*. 2006. 443 f. Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

BARRETO, Abílio. *Belo Horizonte: memória histórica e descriptiva. História Média*. 2. ed. Belo Horizonte: Imprensa Oficial Minas Geraes, 1996. v. 2.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal De. Decreto nº 55 de 1º de Abril de 1939: Dispõe sobre construções nos terrenos marginais à Represa da Pampulha. , 1939.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal De. Decreto nº54 de 4 de Novembro de 1935: Regula a abertura de ruas e logradouros públicos e o loteamento de terrenos. , 1935.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal De. *Relatório de 1937. Apresentado a S. Excia. o Sr. Governador Benedicto Valladares Ribeiro pelo prefeito de Belo Horizonte.* [S.l: s.n.], 1937.

BELO HORIZONTE, Prefeitura Municipal De. *Relatório do exercício de 1948. Prefeito Octacílio Negrão de Lima.* [S.l: s.n.], 1948.

BERGER, Alan. Drosscape. In: WALDHEIM, CHARLES (Org.). . *The Landscape Urbanism Reader*. New York: Princeton Architectural Press, 2006. p. 197–217.

BRITTO, Fabiana Dultra; JACQUES, Paola Berenstein. *Gestos Urbanos*. Salvador: Edufba, 2017.

BURTON, Richard O P - 1869. *Viagens aos planaltos do Brasil: Minas e os mineiros.* [S.l.]: Companhia editora nacional, 1983.

CAPITAL, Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova. Comissão d'Estudo das Localidades Indicadas para a Nova Capital: relatório. *Rio de Janeiro: Imprensa Nacional*, 1893.

CORNER, James. The Agency of Mapping. In: COSGROVE, DENIS (Org.). . *Mappings*. London: Reaktion Books, 1999. p. 213–252.

COSGROVE, Denis. Prospect, Perspective and the Evolution of the Landscape Idea. *Royal Geographical Society*, v. 10, n. 1, p. 45–62, 1985.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Felix. *A thousand plateaus: Capitalism and schizophrenia*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 1987.

FERREIRA, Luana Maia. As várias Pampulhas no tempo e no espaço. In: PIMENTEL, THAIS (Org.). . *Pampulha Múltipla*. Belo Horizonte: AAMHAB, 2007.

FOUCAULT, Michel. Of Other Spaces: Utopias and Heterotopias. In: LEACH, NEIL (Org.). . *Rethinking Architecture: A Reader in Cultural Theory*. NYC: Routledge, 1997. .

GOTTDIENER, Mark. *The Social Production of Urban Space*. . [S.l.]: University of Texas Press. , 1985

HARLEY, John Brian. Deconstructing the map. v. 26, p. 1–20, 1989.

HARVEY, David. *The condition of postmodernity : an enquiry into the origins of cultural change*. [S.l.]: Blackwell, 1990.

JAMESON, Fredric. *Postmodernism, or, The cultural logic of late capitalism*. [S.l.]: Duke University Press, 1991.

KASTRUP, Virgínia. O método da cartografia e os quatro níveis de pesquisa-intervenção. *Pesquisa-intervenção na infância e na juventude*, v. 1, p. 465–489, 2008.

LATOUR, Bruno. *Reassembling the Social: An Introduction to Actor-Network-Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2005. v. 1.

LEAL, Fabio Nunes. Nova Capital do Estado de Minas Geraes. Venda de Lotes. *Minas Geraes. Orgão Official dos Poderes do Estado*, Ouro Preto, 11 jul. 1895. , p. 8.

LEFEBVRE, Henri. *The Production of Space*. Tradução Donald Nicholson-Smith. Oxford OP - Production de l'espace: Basil Blackwell, 1991.

MINAS GERAIS, Estado De. *Planta da parte urbana da Cidade de Minas designada para 30.000 Habitantes. 2a concorrência da venda de lotes*. . [S.l: s.n.]. , 1895

MONTE-MÓR, R.L. O Que é o urbano, no mundo contemporâneo. p. 14, 2006. Disponível em: <http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD 281.pdf>.

MORAES, Fernanda Borges De. *A rede urbana das Minas coloniais: na urdidura do tempo e do espaço*. 2006. 2006.

NOVA CAPITAL, Comissão Construtora Da. *Planta Cadastral Arraial de Belo Horizonte*. . [S.l: s.n.]. , 1894

NOVA CAPITAL, Comissão Construtora Da. *Planta Geral da Cidade de Minas*. Rio de Janeiro: Companhia de Artes Graphicas do Brazil Rio de Janeiro. , 1895

PANERAI, Philippe. *Análise urbana*. [S.l.]: Editora UnB, 2006.

PAULA, João Antônio De; MONTE-MÓR, Roberto Luís M. *Formação Histórica: Três momentos da história de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: [s.n.], [S.d.].

PEREIRA, Margareth da Silva. Gestos Urbanos: pensar o tempo. In: BRITTO, FABIANA DULTRA; JACQUES, PAOLA BERENSTEIN (Org.). *Gestos Urbanos*. Salvador: Edufba, 2017. p. 151–171.

PIRES, Claudia Teresa Pereira. Evolução do processo de ocupação urbana do município de Nova Lima: um enfoque sobre a estrutura fundiária e a produção de loteamentos. 2003.

ROY, Ananya. Who's Afraid of Postcolonial Theory? *International Journal of Urban and Regional Research*, v. 40, n. 1, p. 200–209, 2015.

SANTOS, Boaventura De Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. 7. ed. Porto: Edições Afrontamento, 1995.

SANTOS, Milton. *Metamorfose do espaço habitado*. São Paulo: Hucitec, 1988.

SECCHI, Bernardo. *Primeira Lição do Urbanismo*. São Paulo: Perspectiva, 2012.

SEGRE, Roberto. Reflexões sobre o centenário de Belo Horizonte. as duas modernidades: de Aarão Reis a Oscar Niemeyer. *Anais: Seminário de História da Cidade e do Urbanismo*, v. 5, n. 2, 2012.

SOJA, Edward W. *Thirdspace : journeys to Los Angeles and other real-and-imagined places*. [S.l.]: Blackwell, 1996.

SPERLING, David M. Você (não) está aqui: convergências no campo ampliado das práticas cartográficas. *Revista Indisciplinar*, v. 2, n. 2, p. 77–92, 2016.

TALLY JR., Robert T. *Spatiality: the new critical idiom*. [S.l.]: Routledge, 2013.

TONUCCI FILHO, João Bosco Moura. *Dois momentos do planejamento metropolitano em Belo Horizonte: um estudo das experiências do PLAMBEL e do PDDI-RMBH*. 2012. Universidade de São Paulo, 2012.

WAISMAN, Marina. *O Interior da História*. São Paulo: Perspectiva, 2013.

WALDHEIM, Charles; DESIMINI, Jill. *Cartographic grounds : projecting the landscape imaginary*. [S.l.]: Princeton Architectural Press, 2016.

***Patrícia Capanema Álvares Fernandes** é doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais em cotutela com a KU Leuven, Bélgica (2019), no tema dos processos históricos urbanos usando Belo Horizonte como estudo de caso. Possui graduação em Arquitetura e Urbanismo pela UFMG (2007) e mestrado Advanced Master of Architecture no Berlage Institute, Holanda (2012), Atuou como professora em diversas instituições - UniBH, KU Leuven, UNIFESSPA e UFOP - e tem como principais interesses de pesquisa processos de urbanização, planejamento urbano cartografia e morfologia urbana. E-mail: pcapanema@gmail.com



Traçar caminhos que confluam para algum sentido: movimento e ato de forma(ação)[1]

Building Paths that Lead to Some Sense: Movement and Form(action)

Antonio Aparecido Fabiano Junior*

Resumo

Este artigo apresenta reflexões sobre experiência pedagógica de Ateliê de Projeto de Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, desenvolvida no sétimo semestre, onde a busca por construções de hipóteses propositivas visa pensar e repensar o lugar do projeto como instrumento de direito à vida, feitas a partir da prática indissociável de pesquisa, ensino e extensão, cuja questão central é como o exercício projetual pode se apresentar como ferramenta para a contribuição da luta sobre o alargamento democrático da condição urbana contemporânea. A partir de necessárias abordagens – teórica, cartográfica, analítica e crítica – à prática pedagógica, por meio de aproximações e construção de diálogo entre agentes de movimentos sociais organizados, a experiência estruturou-se no tripé direito à cidade/ agentes da resistência/ sentidos do projeto e procurou promover reflexão projetual acerca da centralidade do uso do seu espaço público como garantia de direitos na, para e sobre a cidade.

Palavras-chave: condição urbana contemporânea, disputa pela cidade, agentes de resistência, investigação pelo projeto, projeto como ação extensionista.

Abstract

This article presents reflections on the pedagogical experience of the Project Atelier of the Faculty of Architecture and Urbanism, developed in the seventh semester, where the search for construction of propositional hypotheses aims to think and rethink the place of the project as an instrument of the right to life, based on an inseparable practice of research, teaching and extension, whose central question is how the design exercise can be presented as a tool for the contribution of the struggle for the democratic expansion of the contemporary urban condition. From the necessary approaches - theoretical, cartographic, analytical and critical - to pedagogical practice, through approaches and construction of dialogue between agents of organized social movements, the experience was structured on the tripod right to the city / agents of resistance / meanings of project and sought to promote project reflection on the centrality of the use of its public space as a guarantee of rights in, for and over the city.

Keywords: *contemporary urban condition, dispute for the city, resistance agents, investigation for the project, project as an extension action*

Epílogo de uma breve (longa) história

O cruzamento entre registros sobre as FAUs no Brasil – dados oficiais do MEC em 2019 apontam entre 650 e 780 escolas de Arquitetura e Urbanismo no país, 65 deste total instituições públicas, ou seja, 10% do montante de pontos de ensino e formação, sendo que mais da metade das escolas se instalam no estado de São Paulo e 25% deste número na capital (MEC, 2019) – e o anuncio de que 85% d( )s brasileir( )s que constroem não contratam arquitet( )s-engenheir( )s (CAU/BR-Datafolha, 2015) sentencia o emparelhamento entre a precarização da formação profissional e a expansão da educação, cuja convergência se dá pela coalizão de frações de classe capitalistas, detentoras do patrimônio imobiliário, financeiro e das instituições de formação intelectual, que acentuam o domínio sobre as classes subordinadas, instrumentalizando o espaço, o Estado e também a formação crítica.

Assim como na política de paradigma único habitacional das Parcerias Público-Privadas – PPPs (tendo como produto a unidade privada por meio de crédito hipotecário com subsídios públicos), a política educacional é regida pela mesma lógica (dívida do Estado sendo transferida para o estudante e sua família, por intermédio de empréstimo, com garantia plena para as grandes corporações educacionais e regulação sendo cada vez mais construída por interesses privados), desconstruindo a possibilidade de formação de atos de potência que visem a busca de pensamentos senão contra hegemônicos, ao menos que se direcionem ao alargamento de processos democráticos para a diminuição das desigualdades sociais vigentes no país. Na prática, trata-se o lugar de uma possível construção crítica em espaço de reprodução do mercado, celebrando iniciativas individuais em ações de oportunidade e empreendedorismo.

A crise na qualidade do ensino das instituições cresce de forma paralelamente vertiginosa com a implantação de novos cursos (MONTEIRO, 2007), principalmente nas últimas décadas do país, e nos abre campo de investigação para examinar como o tripé das práticas pedagógicas - ensino, pesquisa e extensão – se apresenta como base para a formação d( ) estudante, capaz de construir um experimento social crítico, por meio de práxis que oriente a sua experiência em processos de formação do ser político técnico-científico.

1: A base do trabalho foi apresentada no VI ENANPARQ Brasília, tendo este formato sido revisto, complementado e desenvolvido para o presente artigo.

Ao mesmo tempo que a despolitização do poder da Universidade como postura neoliberal, onde a construção da autonomia crítico-intelectual é regida sob domínio e interesse privado, tendo como resultado o atravancamento da busca de alternativas que vislumbrem experiências possíveis de realidade emancipatória, tanto no plano da produção material quanto intelectual, temos uma construção acadêmica fortemente tensionada e influenciada pelo aparecimento de novas formas de concepção do saber, em um conjunto não pequeno de pesquisas que estão na busca de um outro formato de produção acadêmica, fruto do ingresso de uma população que não tinha acesso à Universidade e que se conecta a processos de transformação urbana em curso, vividas pelos seus corpos que ora eram objetos de estudo e hoje são sujeitos que pesquisam, refletem e buscam, neles, a experiência de se construir algo que apresente outras maneiras de produzir conhecimento e ações no mundo.

A partir destes e tantos outros conflitos como condição e produto da reprodução do modo de produção do espaço experimentados na vida cotidiana, apresenta-se, no presente trabalho, metodologia de pensar criticamente o lugar do projeto de Arquitetura, ancorado na necessária articulação político-acadêmica entre Universidade e ações insurgentes como ferramenta de organização popular pensados à margem da lógica capitalista, na busca por superar a contradição entre produção privada de mercado, formas de controle e agenciamentos sociourbanos de práticas sociais.

Tais contradições pode nos fornecer instrumentos para pensar outras práticas que escapem das formas de mediação e metodologia de controle e poder, pois colocam-se como ações que não têm como expectativa resolver algo que deveria permanecer irresoluto, para a necessária sobrevivência e intensidade do próprio conflito da/na vida, no reconhecimento de polos de tensão de experiência urbana, como estratégia de ampliação do sistema democrático político-metodológica para a constituição comum de um movimento de mudança, onde a

sociedade urbana como produto deve dar lugar à sociedade urbana como obra coletiva.

A experiência da busca por construções de hipóteses que visam pensar e repensar o lugar do projeto como instrumento de direito à vida, feitas a partir da prática indissociável de pesquisa, ensino e extensão, direciona a discussão e produção de prática pedagógica a ser apresentada (aplicada em experimento e alterações contínuas ao longo de seus anos) cuja questão central é como o exercício projetual pode se apresentar como uma possível ferramenta para a contribuição da luta sobre o alargamento democrático da condição urbana contemporânea. É esta condição que imprime aproximação teórica, cartográfica, analítica e crítica à prática pedagógica, por meio de áreas em transformação no âmbito da cidade de São Paulo, visando promover reflexão projetual acerca da centralidade do uso do seu espaço público como garantia de direitos na, para e sobre a cidade.

Coloca-se como desafio a ser pensado e formulado, portanto, o desencadeamento de pesquisa investigativa de projeto, na construção da formação estudantil, imbricada à constituição do sujeito político reflexivo, capaz de exercer sua liberdade de pensamento e ação (CHAUI, 2014) por meio de práxis que oriente a experiência em processos de formação do ser político técnico-científico, na escala do desenho urbano e de agenciamentos de espaços em caráter e entendimentos públicos, a serem informados e constituídos pelos processos de realização e uso do espaço da cidade a partir do recorte territorial proposto pelo exercício acadêmico, motivados por diálogo direto com agentes sociais que atuam na disputa pelo território, pautados por referencial prático-teórico, tendo como tema a amplitude da vida pública e comum, a partir das características do lugar, das microdinâmicas e das estruturas físicas urbanas, de maneira a motivar ações na cidade que sejam possibilidades outras em oposição ao mundo que, cada vez mais, se constrói e se destrói de forma absolutamente desigual.

Sob(re) o solo que os desejos pisam

O Brasil é o maior país em dimensão territorial da América do Sul – 47,3% do território sul-americano – perfazendo uma área de 8.515.767,049 km². O censo de 2010 relatou população total de 190.7555.799, com estimativa para 2019, do Diário Oficial da União, de 210.147.125 pessoas morando em seu território. Muita terra e muita gente distribuídos à revelia da Constituição do país, de forma cada vez mais desigual. Desigualdade decorrente de processos historicamente também desiguais, regidos pelo poder público e pela ação de agentes privados pois sabe-se que, na história do Brasil urbano, a propriedade da terra e seu caráter patrimonialista tiveram papel fundamental para instaurar a desigualdade social (SCHWARTZ, 2019), constituindo a seletiva ação da própria distribuição de direitos condicionada apenas para a propriedade e seus proprietários.

Tais relações desiguais encontradas no contexto urbano, constituem-se por um processo histórico de concentração na distribuição e mercantilização do espaço e dos direitos sociais. Constata-se que essa situação de desigualdade não se apresenta como fato excepcional, mas padrão típico vivenciado na experiência cotidiana. A violência da desigualdade urbana é elemento de articulação da própria configuração da metrópole, enquanto norma que delimita e norteia a lógica da morfologia urbana regida pelo capital onde, em situação atual, encontramos não o seu enfrentamento, mas seu pleno alargamento como política de Estado, promovendo violações de direitos e políticas de morte como elemento estrutural no capitalismo neoliberal de hoje (MBEMBE, 2018). Há, de fato, que se recolocar as perguntas sobre o modo como as cidades são pensadas e produzidas, pela discussão sobre as estratégias de projeto e planejamento urbano, especialmente neste momento e neste contexto de país e de mundo atual.

Entre as dinâmicas que interferem na forma de organização do espaço prevalece uma intenção que pode ser respondida à luz da reflexão projetual como o direcionamento em produzir espaços a serviço dos projetos hegemônicos da globalização, voltados para o funcionamento da política econômica em prevalência

das forças do capital. Como resultado prático temos a própria arquitetura agindo como um cruel instrumento de expectativa de valor por meio do projeto, instrumentalizando a materialidade e as dimensões e saberes da construção, se distanciando das urgentes e necessárias demandas sociais para trabalhar como ferramenta para a lógica financeira, anunciando a necessidade da construção do sentido – ou de um outro sentido – de pensar o Planejamento Urbano e a Arquitetura, que passe pelo entendimento de seu papel para além das lógicas hegemônicas a que tem servido historicamente, tanto na formação quanto no desenvolvimento e perspectiva de atuação profissional que, a cada ano, se apresenta de forma mais precária.

Tal precarização nos coloca em frente à busca do próprio sentido de formação de arquitet( )s e urbanistas atualmente, formação esta que se intensificou com o *boom* imobiliário do começo do século, como verificado pelos dados do Sistema Confea/CREA e do CAU que revelam que o Brasil tem, atualmente, 368.930 engenheiros civis graduados e com registro profissional ativo, e 202.588 arquitetos e urbanistas em condições de exercer a profissão (2020), e que ainda se mantém em patamares altos, com 11.930 arquitetos formados somente no ano de 2018, com crescimento de 8% no último ano (CAU/BR, 2019a). Número elevado distribuído em tais atividades profissionais concomitantes como: Projetos de Arquitetura (87%), Arquitetura de Interiores (68%), Execução de Obras (64%), Projetos Complementares (49%), Gestão e Consultoria (30%), Paisagismo (28%), Serviço Público (23%) (CAU/BR, 2019b), distanciando-se cada vez mais dos lugares e das possibilidades e necessidades reais de atuação. O resultado deste distanciamento não se justifica nem por uma possível lógica econômica: 20% dos profissionais recebem de 3 a 5 salários mínimos e 22% menos que 3 salários mínimos (CAU/BR, 2019b).

A escolha de um caminho de construção crítica de outra e necessária ordem como instrumento em direção a relações de solidariedade (como reconhecimento transparente de partilhamento de poder técnico), justiça social (na construção de instrumentos capazes de almejar igualdade de direitos) e compromisso cívico (na instauração de outras práticas de participação efetiva), não apenas como uma função social, mas

como um aporte de necessidade pública, vai na direção das práticas que partem da proposição de instrumentos concretos para discutir o direito ao espaço habitado, capazes de lutar pela transformação da cidade em espaço de experiência política, valorando a produção de conhecimento universal para a sociedade, por meio do balizamento do debate social como ferramenta de discussão, produção e atuação técnico-científica e profissional, na busca pela constituição de cidadania para tod( )s nós.

A hipótese de como ( )s arquitet( )s e urbanistas podem contribuir na definição de construção e produção do espaço é desenvolvida pelo Urbanismo e pela Arquitetura, como atividade socialmente necessária e transformadora de emancipação imanente, que se espera desta área de conhecimento e efetivamente realizada pelas interações ambiente-espaço-sociedade, à luz do pensamento freireano (FREIRE, 2002). A formação e a atuação técnico-científica e profissional d( ) arquitet( ) e urbanista nas condições históricas atuais enfrentam, no mínimo, o desafio de compreender a dinâmica da organização espacial na contemporaneidade e contribuir na produção material e imaterial próprias do espaço construído que redefina a postura controladora do homem moderno em relação ao meio como forma de construir uma realidade social e um discurso que funciona, como sabemos, a partir das lógicas do poder.

Isto reconhece tanto a consolidação de uma prática de formação capaz de catalisar imanentes horizontes quanto o lugar da Universidade como importante polo de conhecimento que, aberta para novos saberes populares e eruditos por meio de participação e construção com outros agentes, possa se apresentar como ferramenta de formação, reflexão e novas proposições que se estendam para o campo fora de seus muros, quando desenvolvidas em conjunto com comunidades, em construções de alternativas no confronto com a nossa dura realidade.

Porém, uma vez que a construção da autonomia crítica intelectual é cooptada para ser regida sob domínio privado – em uma ação de despolitização do poder da Universidade a partir dos modelos de negócios e não das necessidades humanas –

junto a ela vem o impedimento de busca de alternativas que vislumbrem o pensamento de outras ordens para o mundo, que vão ao encontro de uma experiência possível de realidade emancipatória, tanto no plano da produção material, quanto no da produção intelectual. Sob este aspecto, essa relação de Parcerias Público-Privadas, ainda em ascensão, implica em uma transformação das políticas públicas sociais, orientadas pelo discurso da eficácia dos números como meio de justificar a sua existência, afinal a visibilidade é também uma construção ideológica.

Como, então, criar outra lógica que não seja também explorada pelo mercado (ROY, 2011)? Esta é uma pergunta cuja resposta nos abre uma enorme lacuna de discussão e também de tomadas de posição. A história é, por princípio e definição, inconclusa. Temos uma história oficialmente não contada, a serviço da manutenção do poder, que não se apresenta como ato excepcional, mas como operação violenta e constante do dia a dia de quem pouco acesso tem ao direito à vida, porém, dentro de cada narrativa há lacunas e incompreensões e, por consequência, embates, disputas e conflitos. Tais frestas nos permitem (re)pensar mudanças de significados, uma vez que não dá para desprezar a força do imaginário, em métodos que busquem a reinvenção a partir das múltiplas formas de constituição social em relação às diferenciações espaciais. Temos, aqui, uma hipótese: a importância da institucionalização da Universidade na construção destas alternativas, na aposta de uma agenda político-acadêmica, que deve ser pautada, em pensamento, pesquisa e atuação, a partir da cidade como campo de espaço de lutas, por meio de estratégias pedagógicas de conteúdos teóricos e práticos, por meio de práticas pedagógicas em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão, que entenda as tensões entre o pensamento abstrato e a concretude das ações práticas.

Considerando a resolução do CNE/MEC 7/2018, que estabelece diretrizes para a curricularização da extensão na educação superior brasileira, parece necessário que práticas de processos e produtos na formação d( )s estudantes devam ter em seu escopo o enfrentamento para os próprios embate inerentes à sua formação, em apropriação e produção do conhecimento

que se dá por meio da aproximação sucessiva às totalidades inerentes aos objetos de estudo da Arquitetura e do Urbanismo. Neste caso, experimentação, fundamentação e crítica se realinham constantemente, de forma articulada e orgânica, no direcionamento de uma organização que está ligada a uma compreensão do ensino, da pesquisa e da extensão baseada na amplitude, na horizontalidade e na complementaridade dos conhecimentos e das ações de vida que cabe a tod( ) nós.

A disputa pela construção de espaços com generosidade coletiva, visando desejada universalização do acesso aos equipamentos, habitação e vida pública, coabita com a lógica urbana capitalista. Há, evidentemente, a necessidade urgente da formulação de práticas políticas-projetuais conformando redes de projetos de abrangência pública, numa criação de ode ao pensamento que dialogue com a ação efetiva, capazes de dissolver os muros que separam atividades isoladas, no encontro de atos de resistência por meio de micropolíticas (ROLNIK, 2018), na medida que reconhece estes movimentos como hipótese factível, através do resgate da diversidade como lugar de existência, na incansável reparação das desigualdades sociais.

Tais práticas partem da proposição de instrumentos concretos para discutir o direito ao espaço habitado, capazes de transformar a cidade em espaço de experiência política, valorando a produção de conhecimento para a sociedade, por meio do balizamento do debate social como ferramenta de discussão, produção e atuação do cidadão na busca pela cidadania de tod( )s.

A institucionalização, como responsabilidade público social, de estratégias pedagógicas de conteúdos teóricos e práticos na formação no nível d( ) estudante de graduação, em consideração às características socioculturais da realidade do mundo e pela formação integral da pessoa humana e sua capacitação profissional de excelência, entende o campo de pensar o planejamento urbano e o projeto como prática de sonho e construção capaz de dar subsídios às necessidades comuns, suprindo a falta de direitos mínimos de vivência urbana, como ferramenta para, se não barrar, ao menos tensionar para o debate

sobre a barbárie social, na busca por um lugar de construção coletiva, a partir da articulação colaborativa transdisciplinar dos vários campos de saber universitário e em contato com as demandas reais, enxergando o projeto como possível estratégia de luta.

Tendo como pressupostos tais condições conflituosas de construção de mundo, agenciou-se como prática dentro de componente curricular na carreira de projeto, inserida no sétimo semestre, conteúdos de pesquisa e extensão estruturados pelo reconhecimento da construção do exercício de elaboração crítica de um arcabouço prático-teórico, a partir de ações experimentais socioespaciais de coletivos de resistência – grupos culturais, teatrais, movimentos organizados e coletivos de ativistas – da cidade de São Paulo, que partem das vivências urbanas para a identificação e proposição de estudos arquitetônicos como chamamento e ode à construção de uma paisagem (do) comum, constituindo uma rede de (re)formulações de outra ordem, não proveniente da mercantilização cultural, social e econômica, mas da necessidade de produção do fazer coletivo, buscando outras vias políticas e práticas sociais, e do desejo de, quem sabe, dissolver a ideia de posicionamento autoral – que aparece na consciência moral em questões entre certo e errado –, em direção a autonomia, capaz de considerar fatores relevantes, dentro de um pensamento comum, para decidir qual deve ser o melhor caminho da ação que visa a abrangência coletiva da vida.

Na busca por um método acadêmico de colaboração participativa e efetiva, a atividade proposta tensiona o campo do ensino da Arquitetura e do Urbanismo como prática capaz de dar subsídios às necessidades humanas urgentes, suprindo a falta de direitos mínimos de vivência urbana na busca por um lugar de construção coletiva, enxergando o projeto como estratégia de luta enquanto linguagem para a formulação deste processo. Para tanto, acredita-se no reconhecimento de agentes insurgentes da resistência em processo efetivo de criação de projeto e luta comuns. Neste sentido, propõe-se uma perspectiva emancipatória de projeto, que vá ao encontro da criação de uma mudança de imaginário por meio de tomada de consciência, a partir do (re)conhecimento pela própria constituição do direito à cidade (LEFEBVRE, 1981).

O que segue é a construção de hipóteses projetuais investigativas acompanhada de aporte teórico e análise crítica, tendo também como referência questões, textos e autores contemporâneos além da compreensão do funcionamento infraestrutural da cidade. Destaca-se, neste sentido, a necessidade da formulação de práticas políticas-projetuais conformando redes de projetos de abrangência pública. O projeto é, assim, visto como instrumento de formulação de uma outra ideia de paisagem para a vida, que busca reflexão crítica e propositiva sobre a complexidade do(s) território(s) da cidade (maneira de uso, experiência, apropriação e forma urbana) por meio de fundamentação de questões percebidas empiricamente e amparadas teoricamente, a partir da identificação proveniente da área de estudo e do recorte temático proposto, para a discussão sobre os desafios sociais e territoriais contemporâneos da metrópole.

Produção que faz-fazendo

A construção de um outro sentido do projeto urbano e de arquitetura passa pelo entendimento de seu papel para além das lógicas hegemônicas a que tem servido historicamente. A escolha do caminho da arquitetura como instrumento vai ao encontro do acolhimento de experiências outras: (i) na valorização da diversidade cultural e social, (ii) no encorajamento da mistura de gêneros e vivências de mundo, no vislumbre da superação da segregação e de enclaves e (iii) na promoção do fortalecimento das comunidades. Entre sentidos, toma-se partido a utopia e o *topos*, indo ao encontro do lugar das ideias e do *locus* dos dados vivenciados, entre a imanência e a subjacência, na luta e resistência para a construção de um novo horizonte.

Como prática pedagógica, procura-se a apresentação de experiências que propõe contestação e luta, no momento em que se amplifica e entende as contradições social e econômica a partir de sujeitos que sofrem violências cotidianas constantes.

Na medida em que se reconhece na arquitetura parte intrínseca e indissociável da cidade, aposta-se em seu ato como instrumento privilegiado de discussão, capaz de constituir uma possível hipótese factível de dar forma ao mundo para todo mundo.

O componente curricular de Ateliê de Projeto estrutura-se no tripé direito à cidade/ agentes da resistência/ sentidos do projeto, como pressupostos na busca por intencionalidade coletiva, por meio da ação artístico-cultural de proposição urbana e dos agentes da resistência que vivem e lutam no território de proposição dos projetos. Para tanto, propõe-se aqui apresentar (1) objetos, (2) objetivos, (3) metodologia como ação de construção e (4) outros caminhos de uma experiência didática, fundamentado a partir de premissas estabelecidas pel( )s professor( )s deste componente curricular.

1. Objetos de discussão

O Ateliê de Projeto tem como perspectiva o enfrentamento teórico e projetual de área central na cidade de São Paulo que coloca, possibilita e estimula investigação especulativa acerca do espaço público, na escala do desenho urbano e das arquiteturas públicas, que buscam motivação e circunstâncias de um movimento de mudança, de forma experimental, a partir de práticas e experiências em ato, na constituição da possibilidade de vida comum.

O exercício propõe a aproximação à área urbana de estudo visando uma ação projetual geradora de dinâmicas, destacando não somente o aspecto crítico e propositivo, mas o papel emancipatório que o projeto pode e deve ter. A área de trabalho selecionada para o primeiro semestre de 2021, que varia conforme os semestres – Bixiga (SP) – apresenta, no mesmo território, diferentes características de processo formativo e estruturas morfológicas, formais, de uso e apropriação e, portanto, deve ser analisada e interpretada pel( )s alun( )s levando em consideração seus processos urbanos – históricos, sociais, econômicos e formais – múltiplos sob os quais estão submetidas (de transformação, de disputa, de exceção em relação aos marcos regulatórios, de densidade histórica consolidada etc).

Questões contemporâneas da Teoria da Arquitetura, enquanto reflexão sobre a prática projetual, são motivadoras de uma análise crítica dos projetos de desenho urbano propostos e/ou construídos. São, também, suporte às proposições projetuais arquitetônicas especulativas, tema central do Ateliê. A aproximação à área e às múltiplas temáticas desenvolvidas a partir do recorte das ações de resistência se apresentam como estopins de discussões radicais de anunciação e desenvolvimento das questões e vem acompanhada por textos e discussões teóricas que contribuem à conformação de questões que mobilizam uma ação projetual. Dessa maneira, são trabalhos de referência textos de Hannah Arendt (2018) em “Ação e a busca da felicidade”, Jacques Rancière (2005) em “A partilha do sensível: estética e política”, Wim Wenders (2013) em “Como as fronteiras lhe constroem” e Igor Guatelli (2008) em “Contaminações Constitutivas do espaço urbano: cultura urbana por intermédio da intertextualidade e do entre”, cujos assuntos chave são a ação como prática de busca da liberdade, o posicionamento político como eixo condutor de atuações projetuais, a discussão dos transbordamentos dos limites como estratégia propositiva e os agenciamentos de vida como condutores dos desenvolvimentos espaciais. Tais textos, semestre a semestre, são revisados e evidentemente trocados para que a abrangência de assuntos e bagagem de discussão aumente dentro do próprio grupo de formação do Ateliê.

A visão sistêmica das redes, que estruturam o funcionamento da cidade do ponto de vista infraestrutural, compõe a perspectiva de uma associação entre eficiência e qualidade urbana.

2. Os objetivos buscados

O tema da condição urbana contemporânea imprime ao Ateliê de Projeto uma necessária aproximação teórica e cartográfica, analítica e crítica, com estudo empírico, de referência à investigação, onde o exercício se apoia no debate crítico sobre as condições das intervenções urbanas nas últimas décadas

na cidade de São Paulo e nas condicionantes necessárias à sua urbanidade (com aporte teórico e técnico).

O Ateliê visa o incentivo ao debate e ao trabalho coletivo, tendo como base o compromisso com agentes do território (movimentos de moradia, coletivos artísticos e de lutas sociais), na medida em que se soma outras lutas a uma práxis significativa, como ação e reflexão de dar significado às coisas do mundo. Tais relações promoveram, em um primeiro momento, importante imersão que contou com todos os componentes curriculares que ( )s alun( )s cursam no mesmo semestre (além do Ateliê de Projeto, o Estúdio de Urbanismo 7: Sociedade e Cidade, Estúdio de Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo 6, Ateliê de Arquitetura de Interiores e Mecânica dos Solos aplicada a Arquitetura e Urbanismo). Esta primeira imersão é tratada como um grande laboratório de ideias de contextualização, na busca por proposições de questões para a formulação de hipóteses de leituras, enfrentamentos e direções a serem testadas ao longo de todo semestre.

Nesta semana inaugural de estudo, pensada como uma Oficina Coletiva, foram organizadas falas e debates com Carmen Silva, liderança do MSTC (Movimento dos Sem Teto no Centro); Wellinton Souza do Projeto Negros do Bixiga, Osvaldo Faustino, um dos fundadores da Escola de Samba Vai-Vai e Marilia Gallmeister, arquiteta do Grupo de Teatro Oficina Uzona Usyna, além de trecho de documentários e palestras acerca do Fórum Social Mundial – Assembleia Autônoma #somosBIXIGA.

Importante anunciar que os exercícios do Ateliê de Projeto e do Estúdio de Urbanismo são feitos no mesmo recorte territorial e são estimulados ( )s alun( )s que montem grupos correlatos para ambas as atividades, na vontade de que pontes sejam construídas e articuladas entre as especificidades de cada componente curricular.

Os estímulos advindos das diferentes realidades urbanas, o conhecimento técnico e a capacidade propositiva de cunho especulativo e investigativo têm como referência a articulação de parceria academia-comunidade, como espaço de pensamento e suporte ao desenvolvimento do projeto atrelado à ideia de realidade concreta e noção de pertencimento de

mundo. Tal possibilidade vai ao encontro da construção de uma contra-forma que dialogue com a ação efetiva, através da criação de instrumentos concretos para discutir o direito ao espaço habitado, capaz de transformar a cidade em espaço de experiência política. Esta relação criada entre agentes e alun( )s supera tanto a ideia de palestra ilustrativa feita pelos agentes convidados dos problemas a serem enfrentados (no primeiro momento) quanto a formalização do retorno de apresentação dos trabalhos para a comunidade (no momento final), mas pautam as discussões de desenvolvimento do trabalho onde, tal aproximação alimenta duplamente ambas as pontas: a academia discute a ampliação de pautas de luta dos movimentos organizados e os agentes entram como sujeitos de experiência de vida urbana capazes de atuar, propositivamente, na formulação dos espaços desejados junto ( )s alun( )s.

O exercício, a partir deste primeiro contato com os problemas e lutas reais do território, propõe o desencadeamento de hipóteses de projeto – na escala do desenho urbano e dos espaços e edifícios públicos, desenvolvidos em grupo (5 a 6 alun( )s em um primeiro momento e duplas e trios para seu desenvolvimento continuado) – informados e constituídos pelos processos de realização e uso do espaço da cidade, sua apropriação, suas estruturas físicas e suas dinâmicas urbanas. Assim, os projetos desenvolvidos, motivados pelos agentes sociais que atuam na disputa pelo território e pautados por um referencial teórico, são informados pela condição da cidade real, com vistas à cidade desejada, tendo como tema central à vida pública, às características do lugar, às microdinâmicas e às estruturas físicas urbanas (quadras, ruas, barreiras, tipologias etc.), de maneira a motivar ações na cidade que sejam possibilidades outras, para além da legislação urbanística e das violações de direito à vida promovidas pelo capital.

( )s alun( )s são estimulados a trabalhar conceitualmente, extraindo sua motivação da complexidade da cidade, de suas estruturas sociais, físicas e vivências, para propor novas ambiências na busca pela qualificação das estruturas existentes reconhecendo, inclusive, as de infraestrutura urbana.

O pensar arquitetônico e seu fazer projetual são entendidos, por meio técnico do seu campo de conhecimento, como três hipóteses na busca por uma reinvenção política do projeto, através de práticas e experiências aplicadas no cotidiano do pensar e repensar espacial como possível ação de reparação que age como ponte de diálogo e prática social, para redefinir o que é cidade nas dimensões cultural, política e econômica; como processos de pertencimento a partir da conscientização da população em relação aos seus direitos como cidadãos e como instrumentos de resistência na hipótese da constituição de um movimento de mudança, de forma experimental, não somente como sujeitos, mas a partir de práticas e experiências em ato, na constituição da possibilidade de uma vida coletiva. Nas figuras 1 e 2 conseguimos ver algumas experiências

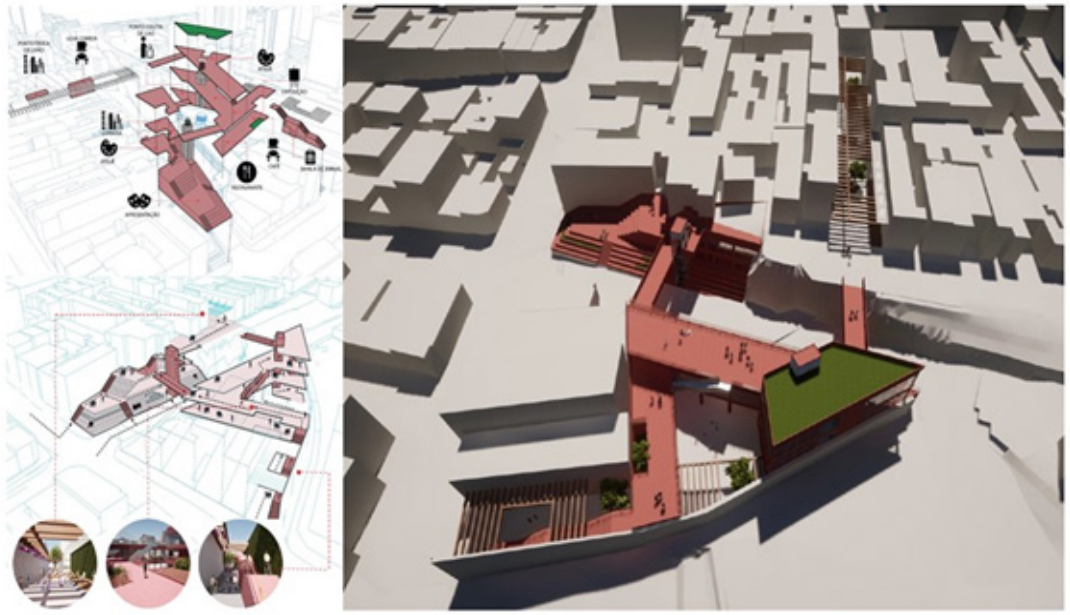


Figura 01: Figura 1: Trabalho desenvolvido por Nadine Amaral, Giulia Dallari e Giulia Spini.



Figura 02: Trabalho desenvolvido por Juliana Nonno, Tathyanna Mori e Victor Moretti.

propositivas desenvolvidas pel( )s alun( )s. 3. Metodologia como Ação de Construção

Três fundamentos orientadores, como pressupostos da metodologia, são empregados:

1. A relação direta e articulação de parceria academia-comunidade via movimentos sociais (foram elencados três assuntos de interesse: luta por moradia, coletivos artístico-culturais e organizações que lutam por uma outra estruturação do trabalho). Com isso, abre-se a possibilidade de pensar a Universidade como polo produtor de conhecimento que se abre para novos saberes – populares e eruditos – participativos de outros agentes, no entendimento da não dicotomia entre práxis e teoria, em direção a relações de solidariedade, justiça social e compromisso cívico;

2. O entendimento de que a investigação, a partir do contato e construção direta com os sujeitos atuantes na área, faz parte da proposição prática de projeto, uma vez que eles levantam hipóteses de investigação e, portanto, de atuação;

3. O compromisso de retorno efetivo à comunidade, a partir da construção da pergunta: o que os nossos campos de conhecimento, por meio do balizamento do debate social, do entendimento da Arquitetura e Urbanismo como ferramentas de discussão, produção e atuação dos cidadãos na busca pela cidadania de todos, traz de conhecimento para o outro?

O Ateliê de Projeto é dado em dois dias (segundas e quartas) com cinco aulas cada dia, totalizando dez aulas por semana. Às segundas, temos uma aula de Infraestrutura Urbana, um módulo de Integração e três aulas de orientação ao Projeto a ser proposto; às quartas, temos uma aula de Teoria da Arquitetura, o módulo de Integração e novamente três de orientação ao Projeto.

As aulas de Infraestrutura Urbana são pautadas em conteúdos expositivos e discussão acerca dos sistemas urbanos (abastecimento de água, drenagem, esgotos sanitários, transporte público e mobilidade ativa, resíduos sólidos, redes de energia, rede de espaços públicos) como parte intrínseca do entendimento da desigualdade socioespacial e seu consequente desenho de paisagem que constituem as cidades brasileiras. Os temas das aulas são: 1. São Paulo: a infraestrutura como elemento sistêmico determinante da urbanização e a matriz fluvial; 2. Os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e a infraestrutura: os desafios de formuladores de políticas. Exemplos para o Abastecimento de Água em São Paulo; 3. Melhoria das Condições Ambientais e da Qualidade de Vida nas Cidades: Sistemas de Drenagem Urbana. Programa Córrego Limpo, Novo Rio Pinheiros, Projeto Onda Limpa e outros; 4. Sistemas de Esgotos Sanitários; 5. Inovações nos sistemas ambientais urbanos: infraestruturas verdes e azuis; soluções baseadas na natureza; 6. Sistemas de Resíduos Sólidos. Conceitos de Economia Circular; 7. Sistemas de Mobilidade Urbana.

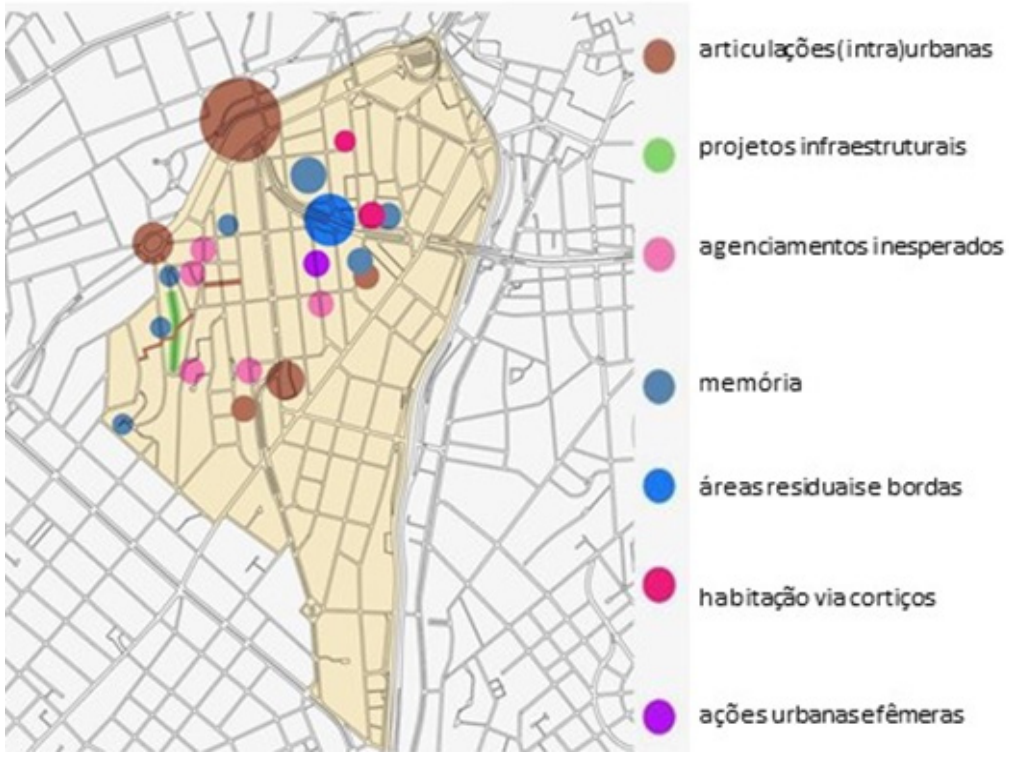
Nos encontros de Teoria são promovidos discussões e análises de projetos de arquitetura à luz dos conceitos dos textos correlatos. As duplas são: 1. experiência projetual do grupo Fórum Mundaréu da Luz e Teatro Oficina (Lina Bo Bardi e Edson Elito) e conceitos de Hannah Arendt; 2. projetos do coletivo artístico PI, O Clube, Teatro do Incêndio e Francis Alys associados aos escritos de Rancière; 3. o trabalho de TFG Casas da Água de Thais Freitas, que reverberou em ações no território Vila Bela ZL-SP a partir de Wim Wenders; 4. projetos Academia Garrido (arq. Igor Guatelli) e Passarela Roterdã (ZUS) e conceitos de Igor Guatelli. É feito, também, correlação com os textos de Estúdio de Urbanismo, para que ( )s alun( ) possam ter leituras e construção e bibliografia básica complementares e cruzadas entre os componentes.

Os encontros de Projeto são formados por 1 professor( ) orientador( ) para cada 15 alun( )s, que têm como o horizonte a produção de leituras do lugar, conceituações, intenções propositivas e seu desenvolvimento espacial e técnico. Cada docente subdivide ( )s alun( )s em três grupos (com cinco alunos cada) para a produção de projetos de desenho urbano para, na sequência, desenvolverem, em duplas ou trios, projetos de arquitetura amparados pelas matrizes urbanas propostas por eles coletivamente. Ao longo do semestre são promovidas discussões coletivas com orientações de duplas ou trios de professores para os trabalhos.

São propostas três entregas ao longo do semestre (duas entregas intermediárias e uma final) para apresentações e discussões coletivas. As avaliações consideram a clareza e pertinência na interpretação dos conceitos sugeridos pelo Ateliê de Projeto somados aos conceitos e critérios adotados pela equipe em sua intervenção projetual/propositiva para a relação área-temática, além da capacidade de confronto investigativo das situações reais *x* desejadas na escala da cidade, do desenho urbano e da arquitetura urbana. Cria-se, ao final, um escopo de possibilidades que são apresentados e disponibilizados para os agentes envolvidos na atividade.

No primeiro semestres de 2021, os trabalhos tangenciaram os seguintes temas recorrentes: articulações (intra)urbanas – em ações de desconfinamento e capilarização e criação de novos caminhos incorporam pontos estruturantes do próprio território –, projetos infraestruturais – no afloramento de córregos –, agenciamentos programáticos inesperados – em perfurações e empenas como novas oportunidades urbanas e criação de fluxos urbanos –, memória – na ideia de ruinas que

se recompõe, áreas residuais e bordas – na apropriação de baixos de viadutos e espaços não reconhecidos como potentes, habitação via cortiços e ações urbanas efêmeras – na criação de peças móveis para usos múltiplos, territorializados segundo figura 3.



4. Outros caminhos de uma experiência didática

Ao longo dos últimos anos, foi eleita aproximação às áreas de projeto por agentes que estão presentes na construção de experiências públicas e democráticas no território, com atuação específica no recorte definido para o exercício, como instrumento primeiro e norteador da metodologia de pensar e repensar a ideia de projeto e sua construção de conhecimento.

A maneira como têm sido feitas as aproximações aos territórios urbanos e às possíveis questões a serem enfrentadas pelos grupos de trabalho d( )s estudantes é construída estimulando-( )s a perceber, destacar e refletir acerca de aspectos desses territórios que não estão necessariamente processados e devidamente mapeados. As práticas de interface com os agentes que atuam na área de projeto são feitas de maneira a reconhecer a realidade urbana vivida, onde os sujeitos se apresentam como "narradores de si mesmos", tendo o território como referência simbólica e, tal reconhecimento significa incorporar as experiências reais do território na aposta por reinseri-las nos debates dos processos espaciais, temporais e de construção das visões de mundo.

A partir destes agentes, algumas questões podem ser levantadas como estruturadoras de uma hipótese (ou de hipóteses) de construção de uma resposta (ou de respostas), que por meio de sua produção discursiva, pode fornecer matéria para, se não dar conta de tais questionamentos, construir tantos outros.

A primeira está na formulação de bases de esperança, como uma aposta na construção da paisagem da vida da produção social, atrelada diretamente ao fazer coletivo, explorando as possibilidades de diálogo em ato, como se dissesse que falar ou ouvir só tem sentido quando este processo é impulsionado para que tod( )s falem e tod( )s ouçam. Tal método projetual revela, não somente as novas forças produtivas sociais, mas o organiza, regido por movimentações de experimentações coletivas, não apenas como uma renovação da produção, mas também na produção, pelos modos inovadores de imaginá-los e estudá-los. Isto nos leva a um segundo momento: a formulação de uma reterritorialização da práxis política (NEGRI; GATTARI, 2017), não como um retorno a universalização, mas ao reconhecimento das condições dos corpos, quando atrelados às lutas comunitárias de liberdade, diálogo e desejos comuns, como instrumentos que fazem o território.

A existência desses agentes – e de suas atuações – pode colocar outras camadas de pensamento à prática do fazer propositivo como possível ferramenta de reversão de desigualdades historicamente constituídas na busca por garantia de direitos, como acesso, possibilidade de reflexão e pensamento crítico a partir da conscientização coletiva e como ampliação das possibilidades de pensar e construir elementos comuns de

cidade, sociedade e vida coletiva, através da valoração de minorias de direito e de reconhecimento. Reconhecer esses coletivos, grupos e/ou movimentos organizados, significa incorporar as experiências reais do território, com sua potência e força.

Como primeira atividade da Oficina Coletiva, os trabalhos são instigados a tensionar intenções propositivas para, a partir delas, desenvolver espacialidades confluentes às atuações de resistência que acontecem cotidianamente no território. Ao longo do desenvolvimento dos trabalhos, tantos outros agentes de vida do território vão surgindo, criando novas articulações de luta em uma espécie de agenda comum, tendo o projeto como possível instrumento diálogo para o alargamento de pautas e debates que possam virar possíveis instrumentos de atuação política dos coletivos. Ao final do semestre, foi marcado retorno dos embates, discussões e proposições aos agentes em forma de apresentação virtual e entrega de material gráfico com um compilados dos trabalhos realizados.

Passos que nunca acabam

Método e construção empírica: exercita-se o experimento de metodologia onde coabitam e se realizam teoria e lutas cotidianas. Nossas proposições e pensamentos dialogam com a ideia de realidade concreta e com a noção de pertencimento de mundo. Temos, portanto, o lugar de pensar no futuro do futuro. A Universidade se apresenta como ferramenta, não só de formação e reflexão, mas como instrumento que busca contribuir com o debate crítico e a formulação de pensamentos políticos-projetuais, numa criação de ode ao pensamento que se comunique com a ação efetiva através da criação de elementos concretos, para discutir o direito ao espaço habitado, capaz de transformar a cidade em espaço de experiência a ser vivida.

Como designo, pensar e repensar a noção de projeto como eixo condutor da Arquitetura e do Urbanismo, vai ao encontro da criação de uma mudança de imaginário ao alcance de um devir, com potência e proposição necessárias para que a própria lógica de futuro ajude a pensar a ideia do que é a nossa prática cotidiana. Discutir sobre o sentido da Arquitetura e do Urbanismo por meio do fazer projetual é uma possibilidade para nos posicionarmos a partir da construção da pergunta, já colocada anteriormente e aqui retomada: o que os nossos campos de conhecimento, por meio do balizamento do debate social, do entendimento da Arquitetura e do Urbanismo como ferramentas de discussão, produção e atuação dos cidadãos na busca pela cidadania, traz de conhecimento para o outro?

Enxergando a ação projetual como instrumento de necessário comprometimento para a formulação de uma possível ideia de paisagem para a vida, que busca reflexão crítica e propositiva sobre a complexidade do(s) território(s) urbanos, por meio de fundamentação de questões percebidas empiricamente e amparadas teoricamente, projeta-se a possibilidade de experimentar metodologia por meio de entrelaçamento com as lutas cotidianas. Aposta-se, neste sentido, a partir da ideia do espaço como esfera de possibilidade da existência da multiplicidade (MASSEY, 2008), ainda que por meio de experiências pontuais e, por consequência, de exceção, em alternativas propositivas como ferramenta, aberta e em processo, e como inclusão da transformação em ato – entendidas como mudança de atitude que visam a provocação de desvios para outras possibilidades sociais, por meio de dispositivos ou artefatos sociotécnicos –, que desencadeie a articulação política de reinvenção de futuro, na construção de um devir como forma de subjetivação política.

Nossa procura, nessa experiência de ensino e aprendizagem entre outras importantes demandas, é a de buscar, criticamente, possibilidades ao projeto frente às novas tarefas de forma outra, utilizando a condição urbana e social encontrada como matrizes de pensamento e proposição. Por aqui caminhamos na tentativa de construir outros debates que coloquem em pauta o projeto necessário, pela invenção criativa, generosa e acolhedora de novos territórios e afetuosos desejos e pela potência e clara intencionalidade de ação emancipatória que ele pode e deve ter.

Referências

ARENDT, Hannah. **Ação e a busca da felicidade. Ensaios Contempo**râneos. Vol. 3. São Paulo: Bazar do Tempo, 2018.

CAU/BR. **Censo dos Arquitetos e Urbanistas do Brasil**. 2019a. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/wp-content/uploads/2018/03/Censo_CAUBR_06_2015_WEB.pdf. Acesso em: 23 junho 2021.

CAU/BR. **Pesquisa CAU/BR revela perfil profissional dos arquitetos e urbanistas brasileiros**. 2019b. Disponível em: https://caubr.gov.br/pesquisa-cau-br-revela-perfil-profissional-dos-arquitetos-e-urbanistas-brasileiros/. Acesso em: 10 junho 2021.

CAU/BR-Datafolha. **Como o brasileiro constrói**. 2015. Disponível em: https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/como-o-brasileiro-constroi/. Acesso: 20 abril 2021.

CHAUI, Marilena. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

Confea/CREA;CAU. **Brasil tem 369 mil engenheiros civis e 202 mil arquitetos**. 2020. Disponível em: https://www.cimentoitambe.com.br/massa-cinzenta/brasil-tem-369-mil-engenheiros-civis-e-202-mil-arquitetos/. Acesso em: 15 junho 2021.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes Necessários à Prática Educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GUATELLI, Igor. **Contaminações construtivas do espaço urbano: cultura urbana por intermédio da intertextualidade e do e**ntre. São Paulo: Revista da Pós FAUUSP, 2008.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1981.

MASSEY, Doreen. **Pelo espaço: uma nova política da espacialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. N1 edições. 2018.

MEC. 2019. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/. Acesso: 25 abril 2021.

MONTEIRO, Ana Maria Reis de Góes. **O ensino de Arquitetura e Urbanismo no Brasil: a expansão dos cursos no estado de São Paulo no período de 1995 a 2005.** Tese de Doutorado. Campinas: Unicamp, 2007.

NEGRI, Antonio; GUATTARI, Felix. **As verdades nômades: por novos espaços de liberdade**. São Paulo: Autonomia Literária e Editora Política, 2017.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível: estética e política**. São Paulo: ed.34, 2005.

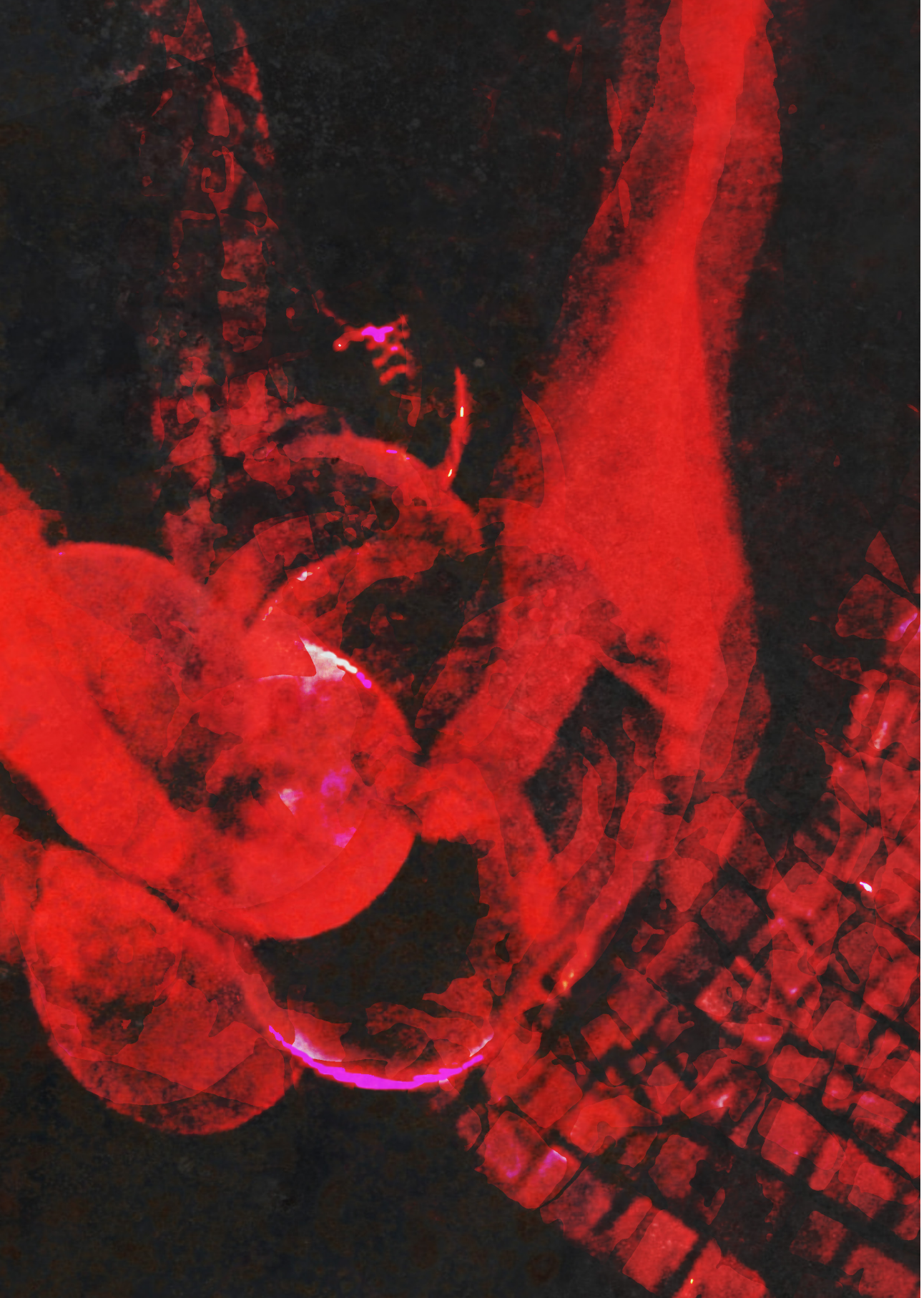
ROLNIK, Suely. **Esferas da insurreição: notas para uma vida não cafetinada**. São Paulo: N-1 Edições, 2018.

ROY, Ananya. **Poverty Capital: Microfinance and the Making and the Making of Developmen**t. Nova Iorque: Routledge, 2011.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o Autoritarismo Brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

WENDERS, Wim. **Como as fronteiras lhe constroem** in MACHADO, Cassiano Elek (org). Pensar a cultura. Porto Alegre: Arquipélago Editorial. Série Fronteiras do Pensamento, 2013.

***Antonio Aparecido Fabiano Junior** é professor Universidade Presbiteriana Mackenzie. Formado pela PUC-Campinas (2001), mestre pela FAUUSP (2010) e doutorando pela mesma Universidade. Atualmente é professor da Universidade Presbiteriana Mackenzie onde atua no NDE (Núcleo Docente Estruturante), EMAU (Escritório Modelo de Arquitetura e Urbanismo) Mosaico e em atividades e projetos extensionistas. Premiado nacional e internacional com projetos de arquitetura e orientação de trabalhos acadêmicos. E-mail: antoniofabianojr@gmail.com



Indisciplina Epistemológica: viradas metodológicas para o campo da Arquitetura e Urbanismo

Epistemic Indiscipline: methodologic turns in Architecture and Urbanism

Rossana Brandão Tavares, Diana Helene Ramos*

Resumo

Este artigo visa apresentar possibilidades de viradas epistemológicas - ou viradas de mesa, nos termos de Ana Clara Ribeiro (2010) - à luz das teorias feministas, interseccionais e decoloniais, avaliadas segundo nossa experiência acadêmica, como indisciplina. Essa é a motivação estrutural que parte de uma observação e vivência sobretudo como professoras e pesquisadoras, a partir de perspectivas entendidas como indisciplina contra a ordem e normas na produção hegemônica do conhecimento. Discutimos a importância e potência das teorias feministas como possíveis viradas metodológicas, como instrumento encarnado na realidade social. Por isso, esse texto apresenta reflexões a partir basicamente de práticas de ensino, buscando compor formas de ensino-aprendizagem atentas ao que estudantes dialogicamente aprendem e nos ensinam, com vistas a refutar práticas de discriminação metódica do ensino ao exercício profissional, seja do ensino-pesquisa-extensão, seja de projeto e planejamento.

Palavras-chave: epistemologia; indisciplina; feminismo; decolonialidade.

Abstract

This article aims to present possibilities of epistemological turnaround, in the terms of Ana Clara Ribeiro (2010) - taking into account feminist, intersectional and decolonial theories, evaluated according to our academic experience, as indiscipline. This is the structural motivation that starts from observation and experiences, above all as teachers and researchers, from perspectives understood as indiscipline against the order and norms in the hegemonic production of knowledge. We discuss the importance and the potential of feminist theories as possible methodological turnaround, as an instrument embodied in social reality. Therefore, this text presents reflections based on teaching practices, seeking to compose forms of teaching-learning that are attentive to what students dialogically learn and teach us, with a view to refuting practices of methodical discrimination from teaching to professional practice, whether from teaching-research-extension, whether of project and planning.

Keywords: *epistemology; indiscipline; feminism; decoloniality.*

Introdução

Desde os anos 1960, quando inicia-se uma profusão de críticas ao modernismo, inúmeras vertentes buscam trazer novas perspectivas para explicar os equívocos da teoria e da prática no campo da Arquitetura e do Urbanismo (AU). Não só arquitetas/os, mas teóricas/os de outras áreas como, por exemplo, Henri Lefebvre e Jane Jacobs, influenciaram o pensamento crítico contemporâneo associado ao direito à cidade. As críticas e propostas metodológicas de análise do espaço também têm destaque, sobretudo, nas práticas universitárias. Se, até então, a industrialização e a urbanização eram vistas como caminhos progressivos em direção a uma ideia de desenvolvimento (LANDER, 2005), na atualidade, essas "verdades" passam a ser desveladas por diversas teorias contemporâneas.

É preciso lembrar que, de forma geral, o ensino de AU no Brasil é profundamente marcado pelo modernismo (MOASSAB e NAME, 2020; LIMA, 2020; PINA et al, 2020) e seus valores de universalidade, neutralidade e racionalidade, que evocam a padronização e projetos funcionalistas pensados em função de uma ideia de "homem universal", que na realidade se constitui de uma pessoa do gênero masculino, cisheterossexual, branco e europeu. Certamente, cada vez mais essa questão tem atravessado novas práticas de ensino, contudo ainda há desafios impostos diante da influência do mercado profissional (SARMIENTO, 2017) e da própria lógica produtivista exigida nas universidades.

Este artigo visa apresentar possibilidades de *viradas epistemológicas* - ou *viradas de mesa*, nos termos de Ana Clara Ribeiro (2010) - à luz das teorias feministas, interseccionais e decoloniais, avaliadas segundo nossa experiência acadêmica, como *indisciplina.* Essa é a motivação estrutural que parte de uma observação e vivência sobretudo como professoras e pesquisadoras[1] de perspectivas contra-hegemônicas e questionadoras do ponto de vista teórico-metodológico do cartesianismo insistente (muitas vezes velado). Perspectivas estas entendidas como *indisciplina* contra a ordem e normas na produção hegemônica do conhecimento. Ou seja, este texto considera a epistemologia feminista não apenas formalmente.

Pelo contrário. Discutimos sua importância e potência de virada de como instrumento *encarnado* na realidade social, também como sujeitas de pesquisa, em favor das mulheres (HARDING, 1987; SARDENBERG, 2001; RIBEIRO, 2010; SARMIENTO, 2017). Por isso, esse texto também é um meio também de questionar "aspectos do processo científico, com base na sua parcialidade (do processo) e, portanto é distorcido em seus objetivos, estrutura, epistemologia e métodos de investigação", para nos libertar das restrições normais da ortodoxia masculina científica (CUTHBERT, 2021, p.152), ou seja, de uma discriminação metódica do ensino ao exercício profissional, seja do ensino-pesquisa-extensão, seja de projeto e planejamento.

As críticas contemporâneas à epistemologia hegemônica, vem pautando a necessidade de uma abordagem mais complexa sobre a realidade social, que avance para além do recorte de classe: uma visão interseccional que abarque as diversas condições de opressão estruturadas pela colonialidade capitalista e o patriarcado que demandam uma compreensão interescalar dialógica, transformando-se na diferença e na diversidade (FREIRE, 1996; LEFEBVRE, 1970; HOOKS, 2020); e reflexiva dialética da própria dimensão transdisciplinar para trabalhar a complexidade destas diferenças (MORIN, 2005; BRANDÃO, 2014). O cotidiano, as experiências, as reflexões, as resistências e rupturas que se estabelecem de forma paradoxal no espaço ("lugar" da nossa produção epistemológica) constituem e interferem no processo de produção do conhecimento. Não por acaso iremos evocar essas vertentes ao longo do texto, trazendo questionamentos e caminhos possíveis diante dos desafios epistêmicos e também sociais, culturais e políticos atuais. Assim, buscamos refletir a partir de experiências e práticas menos eurocentradas, encarnadas no sul global e que escapam das armadilhas epistemológicas aos quais ainda estamos presos/as ou vinculados/as. É preciso dar um giro que coloque no centro nossas experiências como sujeitas onde as desigualdades sociais de gênero, classe, raça, , sexualidade e geração sigam emergindo problemáticas diferenciais que historicamente têm sido indiferenciadas .

As referências acionadas a seguir, estão associadas fundamentalmente a teoria feminista e interseccionalidade e a

uma crítica à colonialidade. Para tanto, recorremos às categorias de análise, tais como: sujeitos versus objeto de pesquisa, corpo e espaço, plano e projeto, práticas espaciais, experiências participativas, interescalaridade etc. Buscando compor formas de ensino-aprendizagem mais focadas no processo do que no produto e atentas ao que estudantes dialogicamente aprendem e nos ensinam, ou *ensinagem*[2] (ANASTASIOU e ALVES, 2005). Grande parte dessas reflexões aqui apresentadas expressam práticas de ensino em sala de aula, articuladas à pesquisa e extensão, considerando as oportunidades de aberturas, diálogos, para uma virada epistemológica.

Metodologia e método no campo da Arquitetura e do Urbanismo

> "Cheguei à teoria porque estava machucada - a dor dentro de mim era tão intensa que eu não conseguiria continuar vivendo. Cheguei à teoria desesperada, querendo compreender - aprender o que estava acontecendo ao redor e dentro de mim. Mais importante, queria fazer a dor ir embora. Vi na teoria, na época, um local de cura" bell hooks (2017, p. 83).

A linguagem é uma performance cultural que tende a ser conservadora em relação aos costumes, às lutas e às reivindicações políticas. Em grande medida, delimita não só valores morais de uma sociedade como também ideológicos. A ideia de ordem social de um tempo histórico atravessa múltiplas dimensões sociais e a linguagem congrega um conjunto de ideologias que baseiam o senso comum. Uma das expressões mais significativas desse contratempo é a inflexão de gênero. O uso do *o* e *a*, e até o *e*, por feministas e pessoas LGBTQI+ configuram uma afirmativa que pretende abarcar a diversidade de sujeitos. Paul preciado afirma em seu texto "Manifesto Contrasexual" (2015) que:

> O sistema sexo/gênero é um sistema de escritura. O corpo é um texto socialmente construído, um arquivo orgânico da história da humanidade como história da produção-reprodução sexual, na qual certos códigos se naturalizam, outros ficam elípticos e outros são sistematicamente eliminados ou riscados. A (hetero)sexualidade, longe de surgir espontaneamente de cada corpo recém nascido, deve se reinscrever ou se reinstruir através de operações constantes de repetições e de recitações dos códigos (masculino e feminino) socialmente investidos como naturais (Ibidem, p. 26).

Recorrentemente considerado uma tolice, esse movimento é revelador de como a linguagem é fruto e também ferramenta para perpetuação de uma lógica dominante que se justifica pela história e pela técnica, e como determinadas formas de ver o mundo se naturalizam. Para Grada Kilomba "a língua, por mais poética que possa ser, tem também uma dimensão política de criar, fixar e perpetuar relações de poder e de violência [... e] informa-nos constantemente de quem é *normal* e de quem é que pode representar a *verdadeira condição humana*" (2019, p. 14).

Quando nos deparamos com os estudos sobre métodos em AU, é válido um raciocínio semelhante. O primeiro ponto a ser destacado é que, de forma bastante recorrente, *método* e *metodologia* são tomados como sinônimos e reproduzem o sentido de ciência e racionalidade positivista instrumental, como um caminho único onde é possível a reprodução de modos pré-definidos de pesquisa e de ensino (CARDOSO, 1971). Essa abordagem reproduzida historicamente entre professores/as e pesquisadores/as nas universidades, mesmo diante de uma disciplina notoriamente multi e transdisciplinar, tem justificado inclusive que metodologias feministas sejam enquadradas como específicas, ou como "fora da curva", expressão de uma perspectiva *indisciplinada,* fora da ordem. Um imperativo epistemológico concebido, percebido e vivido[3]. Tomando emprestado o pensamento lefebvriano, o concebido que perpetua a cientificidade, da racionalidade fechada, do espaço da dominação instituída; o percebido relacionado à realidade cotidiana, das práticas sociais e espaciais, da dimensão do corpo e do sensível; e o vivido ligado ao subterrâneo da vida onde reside a potência de viradas frente ao concebido e percebido. É do vivido que refletimos e propomos.

Assim, parece ser significativo a distinção entre os dois termos, *método* e *metodologia,* já que temos observado que a compreensão equivocada sobre metodologia se conforma como um dos impedimentos para a consideração das abordagens feministas de maneira ampliada na área de AU, e em certa medida, conduzir a um reaprender a olhar nosso principal objeto, o espaço e as cidades (TAPIA, 2020).

Metodologia é um conjunto de estudos teóricos, das bases filosóficas e epistemológicas dos métodos, para a produção do conhecimento em uma determinada área ou abordagem, ou seja, um campo de estudo onde se busca os melhores métodos segundo paradigmas e perspectivas teóricas e epistemológicas. Por sua vez, o método é o caminho de pesquisa para explicar, experimentar, descrever ou propor algo a partir de um problema que por sua vez se relaciona a um tema, a um objetivo e sua relevância. São atividades sistematizadas as quais possibilitam traçar o caminho a ser seguido para alcançar os objetivos de pesquisa e, por sua vez, aos conhecimentos válidos (LAKATOS e MARCONI, 2003). Tudo isso, tendo em mente princípios e pressupostos teóricos, ritos, procedimentos, planejamento para o uso de técnicas e ferramentas de pesquisa para atingir um resultado, confirmar ou não uma hipótese. Em síntese, contribuir para reconstruir constantemente o conhecimento científico, e realizar o *ciclo gnosiológico* proposto por Paulo Freire (1997) quando se articula o conhecimento já existente e difundido com o por vir, num exercício da do-discência[4] e da pesquisa para auto-reflexão e aprendizagem coletiva.

Epistemologia significa o estudo desse processo (e não necessariamente o resultado) gnosiológico, ou seja, nossa capacidade de avançar, e os limites de conhecer e analisar a realidade, com intuito de aprofundamento da ciência do ponto de vista lógico, filosófico, linguístico, sociológico, transdisciplinar, político, e, também, histórico[5]. Por isso, concordamos com Linda Alcoff (2016) sobre a avaliação de que a epistemologia tem sido produzida ainda de forma autoritária e totalitária, numa lógica protocolar da teoria para o domínio e imposição da discursividade no e do ocidente europeu/estadunidense. Uma epistemologia situada fora desses contornos permite julgamentos contra reivindicações de reconhecimento da

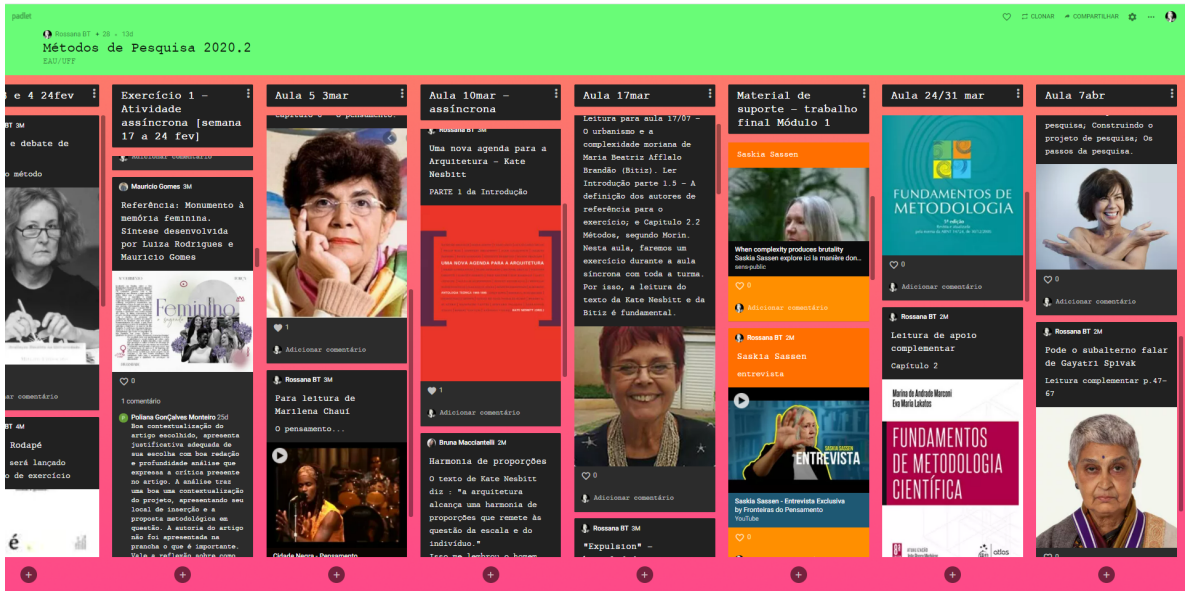
produção do conhecimento para além desses domínios, inclusive à luz das experiências das mulheres latino-americanas, negras, indígenas, por exemplo. É preciso, segundo a educadora e feminista negra bell hooks, situar criticamente o "papel da educação como ferramenta de colonização" (hooks, 2020, p. 55).

Isso fica explícito na bibliografia básica das disciplinas teóricas e práticas dos cursos. Como colocado por Leo Name e Andréia Moassab na introdução do livro "Por um ensino insurgente de arquitetura e urbanismo": o ensino na área vem sendo conduzido por uma "colonialidade do saber", nossas escolas pouco debatem "a produção arquitetônica do continente latino-americano ou a sua herança construtiva e de ocupação espacial indígena e africana" (MOASSAB e NAME, 2020, p. 15). Em ambientes das faculdades e escolas de AU, como bancas, reuniões de colegiado, seminários de ensino, etc; isso fica claro diante dos tensionamentos e resistências. Falas e propostas que evocam novas abordagens, sobretudo, feministas, nesse cotidiano acadêmico, são enquadradas e colocadas como específicas, apontando para reducionismo e desqualificação. Nossa hipótese é que não é só um desconhecimento sobre a teoria feminista, é uma indiferença epistêmica.

Assim indagamos: quantas autoras do sul-global tanto da teoria social quanto de AU nos aproximamos nos nossos processos de formação? Segundo Ana Gabriela Goudinho Lima, as mulheres seguem "eclipsadas nos textos" acionados no nosso campo: "nomes e substantivos masculinos, acompanhados pelas obras feitas por homens e fotografias de arquitetos com suas vestimentas e atitudes típicas da profissão, criam um universo em que inexistem os modelos femininos" (LIMA, 2020, p. 182). Essa é uma das razões pela qual a epistemologia feminista e suas abordagens teóricas e metodológicas são vistas como uma perspectiva específica, porque o olhar patriarcal essencializado conforma um regime de submissão da experiência e de reflexão a partir da experiência, dos interesses e do olhar masculino. Um exemplo em AU é a insistência numa perpetuação unicamente dicotômica entre espaço público e privado, uma divisão "dual e artificial" (MUXI MARTINEZ, 2018), pois os corpos e práticas espaciais já estão previamente definidos, naturalizados. Não por acaso, a ideia de espaço urbano é recorrentemente associada

ao público, universal e masculino; e o privado, “específico”, feminino e desagregado do urbano:

> El interior, lo cotidiano ha sido considerado secundario y relativo; el exterior, lo público se pretende principal y absoluto. La experiencia masculina queda formulada como neutral, objetiva, racional y universal, frente a la subjetividad, irracionalidad e irrelevancia de la experiencia femenina (Ibidem, p.16).



A Imagem 1 é representativa desse esforço de incorporar e encarnar de forma dialógica e reflexiva o concebido, o percebido e o vivido. No intuito de tensionar a invisibilidade feminina como autoras e a própria perspectiva do universal eurocêntrico das referências, num diálogo constante com a turma, já que estudantes também podem apresentar na plataforma colaborativa suas referências acadêmicas ou não e suas reflexões. Uma proposta de *ensinagem* de Métodos de Pesquisa em AU considerando a nossa transdisciplinaridade. Mesmo assim, é desafiador na prática. Isso porquê, um padrão, em sala de aula, é a insistência de grande parte dos discentes

Imagem 01: Quadro síntese dos conteúdos da disciplina de graduação Métodos de Pesquisa, priorizando mulheres, autoras críticas ao cartesianismo e ao eurocentrismo - profa Rossana B Tavares (EAU/UFF 2/2020), com participação da turma - plataforma Padlet. Fonte: Acervo próprio (exemplo esquemático)

em solicitar por um rito normativo que se imponha e os coloque, mesmo nos últimos períodos, com dificuldades significativas de confrontar ou propor novas condutas de pesquisa e análise do espaço, como as de articulação propositiva. Como também observou bell hooks: “a maioria dos estudantes resiste ao processo do pensamento crítico; ficam mais à vontade com o aprendizado que lhes permite permanecer passivos” (2020, p. 35). Assim, o pressuposto da experimentação teórica e prática da AU é o exercício de uma *indisciplina*, crucial para gerar autonomia crítica tanto do ponto de vista teórico quanto prático. Um exemplo é, inclusive, a desarticulação de abordagens metodológicas de pesquisa com as de projeto. Metodologia de projeto é também um campo de estudo, algo mais abrangente que se relaciona também aos paradigmas e perspectivas teóricas no campo da AU, que por sua vez contornam o processo de definição dos caminhos de elaboração de um projeto. Nesse sentido, metodologia de pesquisa e de projeto estão relacionadas, e não apenas complementares. Concordamos que dificilmente metodologia de pesquisa está desarticulada de uma abordagem metodológica de projeto, e vice-versa. Quando isso se estabelece (e isso é muito comum), ou seja, uma desarticulação entre ambos, assistimos apenas não só a reprodução de exercícios de projeto, como a falta de uma oportunidade de construção autônoma, dialógica, reflexiva e crítica de projeto diante da realidade vivida e experimentada pelas/os estudantes.

Aí reside as possibilidades de trazer as abordagens feministas interseccionais (leia-se encarnada e situada) neste contexto latino-americano e brasileiro que ainda prima por regras e normas que, por sua vez, dificultam na prática política e profissional menos elitista, eurocentrada e reticente com as perspectivas que trazem à tona as desigualdades de gênero, sexualidade e raça. No Brasil, temos tradição e somos referência internacional em pesquisas e práticas no auxílio às políticas públicas pela ampliação do direito à cidade, de redução da precariedade urbana e habitacional: projetos de moradia popular autogestionários, projetos de urbanização de favelas, Estatuto das Cidades, etc. Contudo, continuamos a ser uma profissão para poucos. Segundo dados do Conselho de Arquitetura e Urbanismo

do Brasil (CAU/BR) e Instituto Datafolha (2015)[6], apenas 14,6% das pessoas pesquisadas contrataram um/a arquiteto/a para construir ou reformar imóvel residencial ou comercial, e esse índice de contratação está relacionada à renda, à escolaridade, à geração, raça e ao gênero: homens brancos e mais velhos têm mais chances de reformar e construir. Considerando que o perfil social mais vulnerável é a mulher pobre e negra, é preciso trazer à tona o olhar interseccional sobre a realidade brasileira, pois a repercussão de nossas abordagens ainda é bastante limitada na vida cotidiana.

Nos aliamos às reflexões da arquiteta e urbanista Laura Sarmiento (2017) que avalia, diante das evidentes críticas do campo profissional AU, sobre como a estrutura de formação e atuação se direciona principalmente a ser funcional ao mercado. Desta forma, parece fazer sentido a análise de que é preciso humanizar o campo que tensione a própria lógica capitalista que desumaniza sujeitas/os e objetos de pesquisa; uma episteme que construa um modo de conhecer e defender a vida no sentido mais amplo. "Son *epistemologías vivas[7]* que no cierran cuestiones sino que respetan el carácter provisorio de todos los aspectos de la vida, así como lo es también el conocimiento. El conocimiento se crea con la vida y no sobre la vida" (SARMIENTO, 2017, p.103).

Em experiências de ensino, particularmente, em metodologia de pesquisa, projeto e planejamento urbano, há uma tendência de escapar ao aprofundamento teórico com vistas ao ensaio e exercício partindo de um paradigma teórico (NESBITT, 2008) ou de perspectivas epistemológicas. O resultado acaba por reprisar referências, numa espécie de reedição. Até mesmo aqueles trabalhos que buscam discutir as desigualdades de gênero e raça. Um modo afeito a criação de linguagens e imagens facilmente capturadas pelo dito mercado profissional e consome AU. Distante de uma perspectiva crítica sobre a construção social e histórica dessas abordagens. Na disciplina de metodologia (e também de projeto) há uma expectativa que os/as estudantes aprendam os "caminhos das pedras" da pesquisa na qual o *método* é apenas a mobilização de técnicas e instrumentos de investigação: questionário, entrevistas, observação participante, etc. Numa certa ilusão, mesmo que

inconsciente, de apreensão de procedimentos de observação, experimentação e interpretação, que dê uma aura de validade científica buscando as ideias ainda muito presentes de neutralidade, objetividade e universalidade.

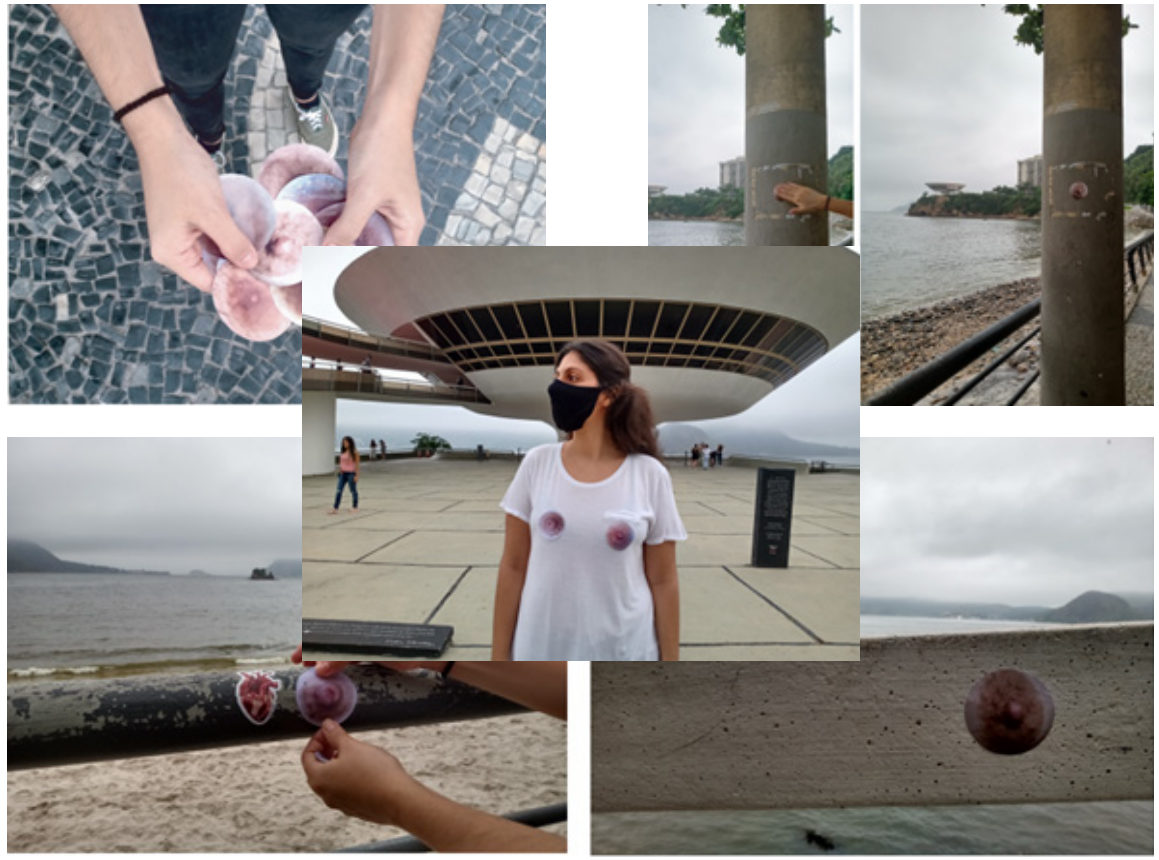


Imagem 2: #paisagenscensuradas - Parte da corpografia realizada pela aluna Luiza W. Brasil Matias[8] como trabalho da disciplina Estudos Urbanos e Regionais 4 + Futuro do Habitat (EAU/UFF) com as/o Rossana Tavares, Adriana Caúla e Ronaldo Brilhante. Fonte: Acervo próprio

Um caso exemplar é o debate sobre o racismo. A discriminação racial é uma ideologia social e política mas também se pretende ser uma teoria, baseada em dados e leis da biologia, sociologia, psicologia, tranformando diferenças étnicas e culturais para justificar desigualdades por distinções biológicas naturais, e por conseguinte, a invisibilidade ou mesmo desprezo pela produção a partir desses corpos e de determinados territórios (CHAUÍ, 2012; HOOKS, 2015; KILOMBA, 2016 e 2019).

Para o desenvolvimento científico, para a produção da novidade no ensino, se faz necessário fugir da pretensa ideia de seguir à risca procedimentos pré-estabelecidos. O rigor do trabalho científico deve se comprometer com as reflexões autênticas de produzir conhecimento comprometidos com a novidade, essência da ciência (CARDOSO, 1971). Buscamos realizar de forma explícita essa tentativa em uma disciplina optativa, quando do retorno remoto das aulas desde o início da pandemia da COVID-19. Neste processo de experimentação conceitual de projeto urbano, em disciplina optativa proposta, apresentamos e discutimos autoras e autores incomuns no currículo. A leitura de Donna Haraway (Manifesto Ciborgue) e Paola Jacques (corpografia), provocou um exercício solicitado com base no cotidiano pandêmico das/os estudantes. Um dos trabalhos apresentados, dentre outros também surpreendentes, foi da aluna Luiza Matias (Imagem 2) que ensaiou sua corpografia do cotidiano a partir dos mamilos, abordando os limites da experiência do corpo feminizados tanto no espaço virtual como no espaço público da cidade. São mamilos masculinos ou femininos? O corpo e a forma de performa-lo nos espaços define como lidamos com ele e como eles interferem na nossa vida urbana cotidiana?

A epistemologia feminista vem nos apresentando de forma contundente a importância da experiência, em especial, da/o sujeita/o de pesquisa, numa ampla articulação entre o real e o teórico, como Miriam Cardoso afirma, entendendo o "método como parte de um corpo teórico integrado, em que ele envolve técnicas, dando-lhes razão" (1971, p. 3). Nesse sentido, a criatividade em exercícios de projeto sem uma orientação teórica recai no idealismo; ou apenas a uma repetição despolitizada, adestrada, alienada e alienante.

Como veremos a seguir, a importância do ponto de vista da/o pesquisador/a, da sua trajetória e da sua experiência, baliza as escolhas, análises e propostas apresentadas: "todas/os nós falamos de um tempo e lugar específicos, de uma história e uma realidade específica" (KILOMBA, 2019, p. 58). Da ótica das mulheres, tal questão justifica que o debate de gênero não é apenas mais um tema, uma especificidade a ser acrescida aos ritos metodológico da AU, mas sim uma perspectiva ontológica e epistemológica, de encontro com os seus corpos (social e político) que disputam novas linguagens por meio deles na pesquisa, no trabalho (imagem 2). Ao contrário da epistemologia cartesiana positivista, esse ponto de partida é o que faz sentido e se justifica.

Portanto, faz sentido apresentar experiências de ensino atravessadas por epistemologias ligadas ao debate de gênero, sexualidade, raça e colonialidade. Escolha que tem gerado propostas interessantes, como a epistemologia da existência (SANTOS, 1996), da multiplicidade (SANDERCOK, 1998); da laje (FREIRE-MEDEIROS; NAME, 2019), do armário (SEDGWICK, 2007), *queer* (AHMED, 2006), decolonial (MOASSAB e NAME, 2020; LUGÓNES, 2020; LANDER, 2005; QUIJANO, 2005; HALL, 2016), e as múltiplas abordagens feministas. Assim, reclamamos pela interseccionalidade epistemológica corporificada, como uma espécie de reconquista, de uma retomada de *viradas de mesa[9],* pelo cotidiano e para o cotidiano.

Por uma outra epistemologia: a crítica feminista e decolonial

Quando eles falam, é científico,
quando nós falamos, não é científico.
Universal / específico;
objetivo / subjetivo;
neutro / pessoal;
racional / emocional;
imparcial / parcial;
eles têm fatos, nós temos opiniões;
eles têm conhecimento; nós, experiências.

(Grada Kilomba, 2019, p. 52)

Em uma das atividades de debate e elaboração coletiva de conhecimento propostos em nossas salas de aula de projeto, dividimos a turma para discutir e elencar em grupos como seria a cidade ideal para certos agrupamentos: mulheres, crianças, idosos, pessoas racializadas, pessoas lgbttqi+, cadeirantes, deficientes visuais e auditivos, etc (isso muda a depender do tamanho da sala). Na atividade, cada grupo deve elaborar, separadamente, a cidade ideal para cada um desses grupos sociais e, em seguida, expor para sala suas respectivas propostas. Durante a apresentação, as/os professoras/es organizam os temas conforme as diretrizes que vão surgindo, muitas delas bastante semelhantes: prioridade aos pedestres, diminuição dos veículos individuais, calçadas largas e niveladas, mais áreas verdes, atenção às atividades de cuidado, melhoria dos espaços públicos, espaços que propiciem a diversidade, etc. Após essa atividade, debatemos sobre a ideia de "minorias sociais": colocamos no quadro a porcentagem (a partir de dados do IBGE) de cada um desses grupos considerados "específicos", no universo total da população brasileira. A atividade demonstra que, estes grupos, somados, compõem a grande maioria da população, e que o homem branco, jovem, cishéterossexual e sem problemas de capacidade, constitui, na verdade, uma pequena minoria. Em geral, no debate, se chegam às seguintes indagações: Para quem a cidade é projetada? Quem se constitui de fato como "minoria social"? Quem são aqueles que constituem a maioria, mas são minorizados socialmente e, por essa razão, desconsiderados no desenho das cidades?[10]

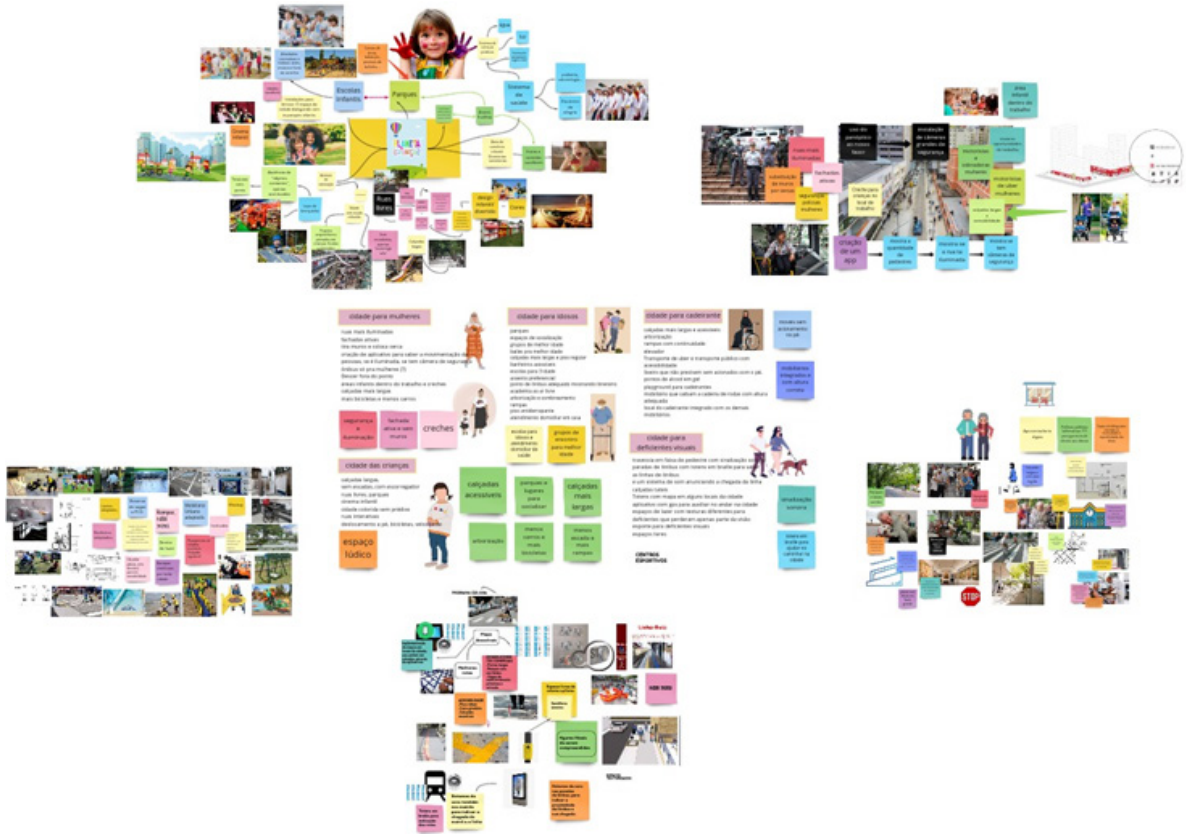


Imagem 3: Quadro de sala de aula em ambiente virtual (plataforma MIRO) com a atividade para pensar cidades ideais para cada agrupamento social, da esquerda pra direita, de cima para baixo: cidade das crianças, cidade das mulheres, cidade dos/as cadeirantes, quadro central de sistematização, cidade dos/as idosos/as, cidade dos/as deficientes visuais (Disciplina de Introdução ao Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo FAU/UFAL 2020.1 - profs. Diana Helene e Alexandre Sacramento). Fonte: Acervo próprio (para ver com detalhes acesse o link: https://miro.com/app/board/o9J_lQMum-8=/)

Edgardo Lander pontua em sua obra sobre a colonialidade do saber que, para além do legado de desigualdade e injustiça sociais profundos do colonialismo e do imperialismo, há um legado epistemológico do eurocentrismo que nos impede de compreender o mundo a partir da América Latina e das epistemes que nos são próprias. Assim, é importante situar que "a crítica ao eurocentrismo é uma crítica à sua episteme e à sua lógica, que operam por separações sucessivas e reducionismos vários" (2005, p. 3), como veremos a seguir. Segundo Grada Kilomba, essas críticas surgem para pautar que a produção de conhecimento "não se resume a um simples estudo apolítico da

verdade", mas que se constitui como uma forma de reprodução de relações hierárquicas e violentas de poder raciais, coloniais, de gênero e sexualidade. Ademais, "definem não somente o que conta como verdadeiro, bem como em quem acreditar. Algo passível de se tornar conhecimento torna-se então toda epistemologia que reflete os interesses políticos específicos de uma sociedade branca colonial e patriarcal" (2016, p. 4).

Nesse contexto, uma importante crítica à produção hegemônica do conhecimento começa a ser elaborada por militantes e teóricas feministas no começo dos anos 1970. A formulação de uma epistemologia feminista foi um esforço em transcender a epistemologia positivista (moderna e hegemônica) e a alienação causada por métodos de pesquisa e definições do conhecimento que desvalorizaram e/ou ignoraram as experiências vividas, e se recusavam a considerar o conteúdo político da criação de saber. No final do século XX, o termo *gênero* como categoria de análise, inexistente até então, surge como um ato político: reivindicar certo campo de definição e insistir, segundo Joan Scott (1995), no caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo: a partir de uma divisão baseada no sexo (uma relação biológica) se estabelecem relações sociais/culturais, no dualismo feminino/masculino se constrói todo um sistema de significados (*Ibidem*, p. 15). Nesse sentido, o termo emerge na terminologia científica como uma busca pela legitimidade acadêmica dos estudos feministas. Da mesma forma, é criado o termo *patriarcado*, para nomear uma estrutura de poder antes não nomeada e, portanto, invisibilizada e naturalizada. Heleneh Saffioti ressalta que ambas categorias, patriarcado e gênero, são complementares, e que sua nomeação é fundamental para desvelar essa estrutura de dominação-exploração" (SAFFIOTI, 2004, p. 56).

Da mesma forma, Aníbal Quijano cunhou o conceito de *colonialidade,* para dar luz a um sistema de poder que, segundo ele, transcende o colonialismo histórico e continua operando mesmo após a independência ou a descolonização. O posicionamento da Europa como centro da civilização, da modernidade, e responsável por levar o desenvolvimento aos outros povos, somente foi possível devido a criação da colonialidade como um sistema de poder, que classifica e

distribui a população mundial nos níveis, lugares e papéis em termos de uma forma de construção de identidade que ficou conhecida, a partir da colonização, como raça. A colonialidade como "lado oculto da modernidade" serviu de justificativa tanto para os genocídios coloniais como para o apagamento e invisibilização (epistemicídios) das formas de conhecimento dos povos racializados (QUIJANO, 2005). Assim, para dar visibilidade ao papel estrutural da racialização, são criados mais dois termos fundamentais para a análise social: a *supremacia branca* e a *branquitude*. Essas nomeações são cruciais para a desnaturalização desta estrutura de poder, pois permanecer sem nome, como "um centro ausente", é exatamente o que garante a construção da identidade branca como centro de tudo e "sinônimo de humano". Sua invisibilidade é o que permite às pessoas brancas continuar definindo o que é normal e o privilégio de se constituir como norma: não demarcando sua identidade mas racializando as "outras" (KILOMBA, 2016, p. 8). Maria Lugones vai complexificar a análise da colonialidade, pensando a intersecção entre raça e gênero. Ela vai demonstrar que, durante a colonização, se estabelece um "sistema moderno/colonial de gênero" de dupla inferiorização racial e subordinação generificada (LUGONES, 2020, p. 67).

Agregando críticas tanto às teorias decoloniais quanto ao feminismo hegemônico e branco, que não levam em conta as desigualdades raciais, de classe, de gênero e sexualidade de forma articulada em suas propostas de análise, as feministas negras vão construir uma contundente abordagem teórico metodológica de compreensão da realidade social: a interseccionalidade. Uma ferramenta "usada para pensar a inseparabilidade estrutural do racismo, capitalismo e cisheteropatriarcado, e as articulações decorrentes daí" (Carla AKOTIRENE, 2018, p. 14). O termo como conhecemos hoje, foi cunhado por Kimberlé Crenshaw (2012) na década de 1980, no entanto, muitas intelectuais e feministas negras já abordavam essa maneira de observar o mundo antes da sua criação, como a brasileira Lélia Gonzalez: "O fato é que, enquanto mulher negra sentimos a necessidade de aprofundar a reflexão, ao invés de continuarmos na repetição e reprodução dos modelos que

nos eram oferecidos pelo esforço de investigação das ciências sociais" (GONZALES, 1983, p. 225).

Para Patrícia Hill Collins as teorias feministas interseccionais desmascaram na produção de conhecimento hegemônica, um eixo filosófico central dos sistemas de opressão de raça, classe, gênero e sexualidade: o "constructo da diferença dicotômica por oposição" (COLLINS, 2016, p. 108). As dicotomias branco/preto, masculino/feminino, razão/emoção, fato/opinião, sujeito/objeto, entre outras; estruturam o reducionista e estereótipos do "pensamento dualístico", característico da forma hegemônica da produção de conhecimento e componente ideológico central dos sistemas de dominação na sociedade ocidental. Uma característica fundamental desse "constructo é que a diferença não é complementar, no sentido de que as metades da dicotomia não se realçam entre si". A partir da criação de categorias que denominam e separam aquelas "outras", não masculinas, não européias e não brancas em "metades dicotômicas" diferentes e inerentemente opostas; em seguida, se organiza uma hierarquização, as que tem valor e as sem valor, onde cada metade das dicotomias deve subordinar-se a outra metade: "implica relações de superioridade e inferioridade, relações hierárquicas que se enredam com economias políticas de dominação e subordinação" (*Ibidem*, p. 108 e 109). Tal lógica de organização dos arranjos sociais não considera a complexidade das relações, suas possíveis sobreposições e conexões, nem como as desigualdades se expressam e podem determinar diferenças.

Assim, a partir de uma naturalização dessas múltiplas separações, e de uma estereotipização entre a "regra/modelo/normal/dominante" e os "outros" se estruturam as bases do Iluminismo e de uma ideia de progresso, racionalidade, civilização e desenvolvimento, marcadamente ocidental, masculino, cisheterossexual e branco. Segundo Stuart Hall, em seu texto "O Ocidente e o Resto", essas "duas metades são fundidas e simplificadas" estruturando todo um "sistema de representação". Consideramos como "ocidental" um tipo de sociedade "desenvolvida, industrializada, urbanizada, capitalista, secular e moderna". Isto é, um sistema que tem como base um conjunto de imagens e ideias que se compõem de

forma conjugada a partir das diversas dicotomias: "ocidental = urbano = desenvolvido; ou não ocidental = não industrial = rural = agricultor = subdesenvolvido. Estabelecendo um sistema de relações globais de poder e "uma forma inteira de pensar e falar" (HALL, 2016, p. 2-4 e 348).

As críticas feministas, interseccionais e decoloniais pautam que conceitos tradicionais da epistemologia hegemônica devem ser reavaliados, re-definidos e reconstruídos. Dessa forma, são contestados conceitos fundamentais dessa ciência: a universalidade, a neutralidade, objetividade, as noções de sujeito, a racionalidade, etc. De modo geral, o pressuposto básico dessas críticas é o de que não existe conhecimento neutro nem absolutamente objetivo, que "todo conhecimento se constrói a partir de um posicionamento social (histórico, cultural) específico, refletindo não a 'verdade', mas o que se pode apreender da perspectiva que se tem desses diferentes ângulos" (SARDENBERG, 2001, p. 16). Tais princípios são contestados em favor de um pensamento conscientemente embutido de valores e propósitos, politizado e muitas vezes militante, que tem como seu maior objetivo vencer o abismo entre a teoria e a prática. Criticam também a centralidade do conhecimento científico hegemônico sobre outros saberes e outras formas de conhecimento, principalmente os saberes baseados na experiência. Assim surgem os princípios que têm a experiência como ponto de partida; que possuem como horizonte não a pesquisa em si, mas a mudança social; e quem situa o lugar e o ponto de vista de quem pesquisa e sua relação com o tema e os/as sujeitos relacionados à ela.

Donna Haraway (2009), elabora a ideia da construção de um "saber localizado", defendendo que todo conhecimento é situado. Como já pregava Paulo Freire na década de 1980: "a cabeça pensa onde os pés pisam". Isto é, ao contrário das ideias de neutralidade objetividade que ocultam o olhar do/a pesquisador/a, o situado desmascara que todo conhecimento é elaborado a partir de onde se olha. Assim, essas outras epistemes valorizam o ponto de vista, ou como a militante trans LGBTQIA+, Indianare Alves Siqueira que prefere usar a expressão, o "ponto de vida".

Em decorrência da “politização das histórias de vida” e de um método que valoriza “relatar a si mesma” (BUTLER, 2015), surge um dos mais importantes conceitos metodológicos da abordagem interseccional, elaborado por Patrícia Hill Collins, a noção de “Outsider within” (forasteira de dentro): uma pesquisadora negra com acesso ao mundo acadêmico branco, contudo, situada nas margens de dois mundos - o hegemônico e o contra-hegemônico (COLLINS, 2016). Um ponto de vista especial por conseguir enxergar a sociedade por meio de um amplo espectro: “seria como dizer que a mulher negra está num não lugar, mas mais além: consegue observar o quanto esse não lugar pode ser doloroso e igualmente atenta também no que pode ser um lugar de potência” (RIBEIRO, 2017, p. 28).

Construir conhecimento passa a ser uma forma de dar visibilidade a saberes e vozes plurais, e nesse sentido, se destaca a potência e o “privilégio epistêmico” (COLLINS, 2016) das margens e dos pontos de vistas subalternizados, “de las respuestas de quienes han sido definidos dentro de la naturaleza y hechos pasivos y sin poder: la madre tierra, las mujeres y las culturas colonizadas” (SHIVA, 1995, p. 54), construindo um saber estabelecido “a partir dessa troca entre sujeitos estruturalmente situados em posição subordinada” (SARDENBERG, 2001, p. 18).

Seguindo esta mesma lógica, bell hooks (2019) demonstra a potência de uma compreensão mais complexa do território pelos habitantes de espaços periféricos nas cidades, estes que, por se deslocarem frequentemente atravessando longas distâncias entre casa e trabalho constroem uma compreensão sobre ambos espaços, pois, diferentemente dos que habitam as privilegiadas áreas de centralidade e nunca se deslocam às periferias, aqueles observam a cidade “tanto de fora para dentro quanto de dentro para fora”(HOOKS, 2019, p. 23). Ou seja, as experiências cotidianas e os conhecimentos adquiridos nas “margens” possibilitam a construção de um retrato mais abrangente da complexidade urbana. Nesse sentido, propostas contra-hegemônicas tanto teóricas quanto práticas de projeto no campo da AU tem levado em conta a potência das histórias de vida, da vivência cotidiana e da experiência no território daquelas e daqueles normalmente invisibilizados pelos modelos universais de abordagem[11]. Como afirma a urbanista indiana Ananya Roy: “o urbanismo subalterno, com sua ênfase no subalterno como agente político, é uma recuperação do suplemento da modernidade, o Outro colonizado” (2011, p. 13).

Tais experiências estão reconstruindo certos paradigmas do nosso campo, como por exemplo, ideais acerca do espaço público como “um espaço de todos”. Nadia Monnet (2013) desvenda em seu texto sobre a flanância feminina; de como o espaço público “não é um simples espaço livre”, nem mesmo um espaço coletivo apropriável por todos. Essa reflexão remete à lembrança de afirmação de uma aluna de mestrado, relembrando suas aulas de projeto na graduação: “o que significa espaço de contemplação da paisagem na prática? onde eu moro, no subúrbio carioca, ninguém contempla, muito menos mulher...”. Assim como ela, Monnet vai desvendar como o espaço público é particularizado, orientado, modelado e construído, a partir de sua experiência como mulher circulando na cidade,: “sua vocação igualitária, seu princípio de acessibilidade, que em teoria o governa, está longe de ser uma realidade na prática. Todo mundo não é admitido em um espaço da mesma maneira. Alguns/mas podem desfrutar de mais liberdade que outros” (MONNET, 2013, p. 220 e 221).

Por isso também, faz sentido para as nossas reflexões sobre a potência de *viradas epistemológicas* a análise crítica da planejadora urbana Leonie Sandercock em seu livro “Making the Invisible Visible” (1998). Ela chama de “História Oficial” do planejamento, o que foi deixado de fora - abordagens de gênero, classe, raça e sexualidade de suas práticas. Para isso, defende abordagens de planejamento e projeto que valorizam a história oral e narrativa da experiência como uma forma ancestral de representar as cidades e suas dinâmicas: “ao contar novas histórias sobre nosso passado, nossa intenção é remodelar nosso futuro” de modo a construir “novas histórias coletivas” (*Idem,* 2005, p. 17 e 23), isto é, de certo modo estabelecer uma *virada* em nosso campo epistemológico.

Interescalaridade[12] e contiguidade entre o projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo: uma experiência de ensino

Considerando o debate já apresentado, relatamos nesta parte uma série de atividades de ensino interligadas, em duas universidades diferentes. Uma experimentação metodológica de conjugação entre disciplinas de planejamento urbano/regional (PUR), projeto urbanístico (PU) e arquitetônico (PA) para exemplificar como articular as teorias apresentadas previamente com exercícios de prática interescalar, de forma a possibilitar a compreensão dialógica e reflexiva entre os elementos que formam as cidades e que constituem nosso campo de atuação. A premissa metodológica parte da ideia que - da mesma forma que as relações entre raça, classe, gênero e sexualidade - a edificação, o urbanismo, o paisagismo, a valorização do patrimônio construído/ambiental e o PUR estão sempre associados de forma interescalar. Ademais, somente a partir de uma visão integrada sobre os processos de composição da paisagem é possível compreender sua relação com a materialização das relações sociais no espaço (SILVA et al, 2014, p. 171). Sobretudo para analisar como as diferentes opressões estruturadas pela tríade "capitalismo x supremacia branca x patriarcado" (HOOKS, 2015) se cruzam, se interpenetram e se inter-relacionam na constituição das cidades, estruturando uma série de hierarquias e injustiças socioespaciais. Isso porque, para atravessar os limites impostos pelas categorias de oposição de identidade espacial em um processo de design é preciso acionar uma "teoria da diferença", baseada em uma concepção que tem como premissa estar ciente das maneiras pelas quais a marginalização histórica daqueles constituídos como "outros" têm condicionado a construção dos ambientes existentes (POLLAK, 2006, p. 128). A abordagem interescalar é acionada, portanto, de modo a construir uma capacidade para abertura, união, multiplicidade, simultaneidade e possibilidade de compreensão de que o espaço é ocupado, imaginado e percebido por meio de uma simultaneidade de trajetórias, eventos, relações e agendas em uma multiplicidade infinita de escalas.

A experiência didática se iniciou em 2016, em Duque de Caxias, região metropolitana do Rio de Janeiro, a partir do planejamento das disciplinas constituintes dos últimos períodos de um curso privado de AU. No oitavo período, as disciplinas estavam articuladas entre si em um "Atelier Integrado", que tem como objetivo o desenvolvimento integrado de um PA voltado para Habitação de interesse social (HIS) e um Projeto Urbano (PU) que o englobasse. De modo a fundamentar essa articulação, foram organizadas duas disciplinas no semestre anterior (sétimo período): a disciplina de Teoria da Habitação, para subsidiar teoricamente o projeto de habitação, e a disciplina de PUR, onde eram propostas diretrizes e ações em macroescala (ou regionais sobretudo levando em conta as bacias hidrográficas[13]), para direcionar as proposições projetuais do semestre seguinte.

O plano realizado em PUR tinha como recorte espacial cinco bairros da cidade. As ações deveriam ser organizadas em mapas propositivos, em seis eixos: Habitação e Aspectos fundiários; Zoneamento e Legislação urbana; Meio ambiente e Saneamento; Conflitos socioambientais; Mobilidade e Transporte; Características históricas, sociais e culturais; Saúde e educação. O eixo voltado à habitação era ainda extensamente detalhado na etapa final da disciplina. O plano deveria conter a caracterização do contingente populacional que demanda investimentos habitacionais; as modalidades a serem ofertadas (terra urbanizada, novas construções habitacionais, melhorias habitacionais, urbanização, reassentamento, outras formas de acesso à moradia adequada, etc); e, por fim, a análise, proposição e o mapeamento de áreas vazias/subutilizadas e a possibilidade de terrenos, lotes ou espaços construídos propícios para inserção de políticas relacionadas à habitação. Além disso, a consideração das áreas alagáveis e/ou sujeitas às enchentes do ponto de vista da bacia hidrográfica, mas também da precariedade da infraestrutura de saneamento, e localização por conta da proximidade de indústrias, eram discutidas diante da própria experiência cotidiana dos/as estudantes como moradores/as da região, como critérios significativos.

No oitavo semestre, nas duas disciplinas de projeto os estudantes deveriam, a partir das ações definidas em PUR, delimitar uma área menor, de cinquenta hectares, para realizar o PU que deveria conter, em seu interior, o terreno escolhido pelo grupo, baseado nas premissas propostas no semestre anterior, para o PA de HIS (exemplo na Imagem 4). Em uma cidade com uma problemática de extrema precariedade urbana, socioambiental e habitacional como Duque de Caxias, na qual se sobrepõem a pobreza, a falta de saneamento básico com uma série de equipamentos poluentes como indústrias e um enorme aterro sanitário, o exercício interligado pelos dois semestres entre PUR e projeto rendeu variadas propostas que demonstram como as problemáticas de classe, raça, gênero e sexualidade são intrincadas neste território periférico. Tanto a percepção de que as mulheres negras eram as mais afetadas pela poluição ambiental e pela precariedade urbana, como a proposição de soluções que levam em conta a problemática habitacional com enfoque de gênero (imagem 5). Também ficou muito clara a importância da abordagem interescalar entre plano e projeto para realização de proposições ancoradas no território e nas diversas relações contíguas à paisagem. Cabe destacar que o acesso[14] às informações institucionais e dados sociais e urbanos também contavam como aspecto fundamental para a reflexão do lugar que a região cumpre no contexto metropolitano, e como a realidade social e urbana da turma importava no exercício. E aqui reside uma dimensão da virada epistemológica, assim como já relatado na disciplina de Métodos de Pesquisa: é trazer para sala de aula de forma encarnada a interseccionalidade, mas também da localização, de onde se produz conhecimento, além de quem e como se produz. O confortável ou mesmo o aceitável é a repetição, atravessadas/os por um interesse de formação segundo as regras de mercado. Por isso, o desafio: como fazer a turma se abrir a essa virada?







Imagem 08: Pranchas no ambiente virtual (plataforma colaborativa visual MIRO) da disciplina de Introdução ao Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (FAU/UFAL 2020.1 - prof/a. Diana Helene e Alexandre Sacramento). À esquerda o projeto "Estação Central de Bicicletas", de Luana Carla dos Anjos Silva, construída em bambu e tijolos de solo cimento; e à direita o projeto urbano e paisagístico de uma cooperativa social de produção de alimentos, de Fabricio Matias, Gustavo Belarmino e Klayver Matheus. Fonte: Acervo próprio (para ver com detalhes acesse o link: https://miro.com/app/board/o9J_lQMum-8=/)

Imagem 09: Diagrama coletivo final realizado em ambiente virtual (plataforma colaborativa visual MIRO) ao longo das aulas da disciplina "Memória e Epistemes Feministas: Efemeridade e Permanência na Cidade e na Arquitetura (Curso livre Escola da Cidade - profa. Maria Beatriz Andreotti; Kaya Lazarini; Diana Helene Ramos). Fonte: Acervo próprio (para ver com detalhes acesse o link: https://miro.com/app/

Imagem 04: Parte de prancha de atelier integrado (PUR e PU) com PA de HIS voltado para problemática de gênero (exemplo esquemático)
+ registro de dinâmicas de aula de PUR no curso de AU na Unigranrio - profas. Diana Helene, Fernanda Podzwato e Rossana Tavares. Fonte: Acervo próprio

Essa mesma metodologia foi trabalhada na FAU/UFAL, experienciando a implementação do novo Projeto Pedagógico do Curso de AU (PPC, 2019). Uma disciplina estava sendo montada pela primeira vez, para o 2º período, com o objetivo de introduzir o projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo. A disciplina tinha como base uma área estudada no período anterior (1º período), em uma disciplina de extensão universitária voltada para uma introdução preliminar sobre temas complexos em relação ao território, chamada "Identidade, Cultura e Desenvolvimento", com abordagem interseccional em sua ementa de curso[15].

A partir do resgate dessa primeira compreensão do território realizada pelos estudantes numa escala de PUR (uma análise ampliada dos compartimentos de paisagem do território estudado), nesta nova fase, eles deveriam delimitar coletivamente neste local uma área prioritária de intervenção, com vinte hectares. Nessa poligonal, os estudantes deveriam realizar um plano simplificado de intervenções: um "mapa de ações". A partir dessas ideias, os discentes tinham que executar de duas a três experiências projetuais contidas no mapa de

ações: a realização de um PU de espaço livre público, de um PA de um espaço edificado lindeiro a este último, e de uma arquitetura efêmera a ser instalada no espaço livre projetado. Em uma das experiências, os estudantes criaram projetos para seis compartimentos de paisagem diferentes ao longo da linha de trem (VLT) da região metropolitana de Maceió (passando por 3 cidades diferentes), atravessando paisagens bastante diversas, desde o denso centro da cidade, áreas de mercado popular, bairros operários e áreas rurais (Imagem 5).

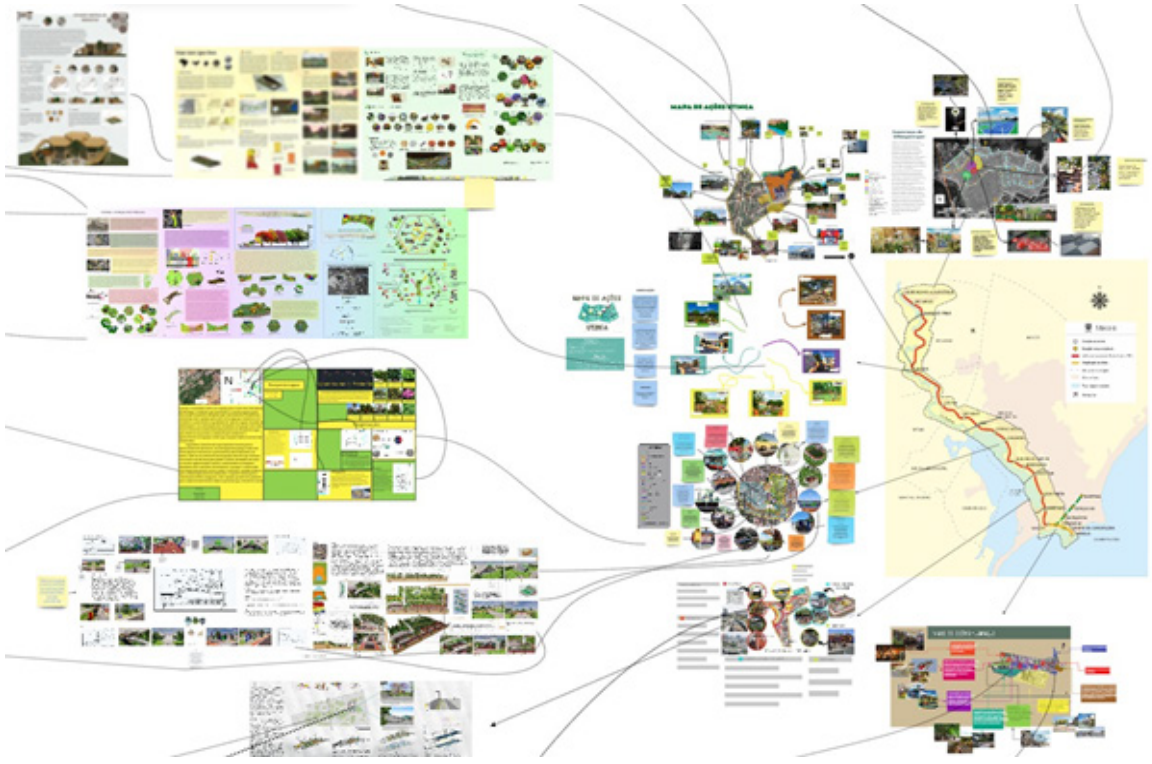


Imagem 5: Recorte de ambiente virtual (plataforma MIRO) da disciplina de Introdução ao Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (FAU/UFAL 2020.1 - profs. Diana Helene e Alexandre Sacramento) com as pranchas de entrega de projeto da disciplina.
Partindo dos compartimentos de paisagem na linha de trem no canto central à direita; seguindo a esquerda no entorno do mapa da linha de trem estão as 6 pranchas das proposições dos Mapas de ações (20 hect) para cada compartimento de paisagem; seguindo a esquerda estão os projetos urbanos de espaços livres pensados pelos mapas de ações; e por último o projeto arquitetônico. Fonte: Acervo próprio (para ver com detalhes acesse o link: https://miro.com/app/board/o9J_lQMum-8=/)

Devido a esta pluralidade territorial, diversos projetos surgiram: habitacionais, institucionais, comerciais, fabris, de produção, transporte, lazer e turismo. As possibilidades de experimentação e de aprendizado múltiplo se somaram e se tornaram a demonstração das diversas possibilidades de atuação do nosso campo, e as relações intrínsecas desses equipamentos entre si e com o território que estão ancorados. A experiência proporcionou a criação de diversas estruturas inovadoras, como HIS para pescadores em palafitas, passarelas ecológicas, mercados pesqueiros flutuantes, cooperativas sociais de trabalho, hortas ecológicas, banheiros públicos sem separação por gênero, estações de bicicleta de bambu, entre outras. Surgiram tanto propostas de programa de necessidades em AU não usuais, como a valorização e experimentação de projetos com o uso de variadas técnicas construtivas contra hegemônicas e decoloniais, como terra, bambu, materiais advindos da reciclagem de refugos da pesca, etc (Imagens 6 e 7).

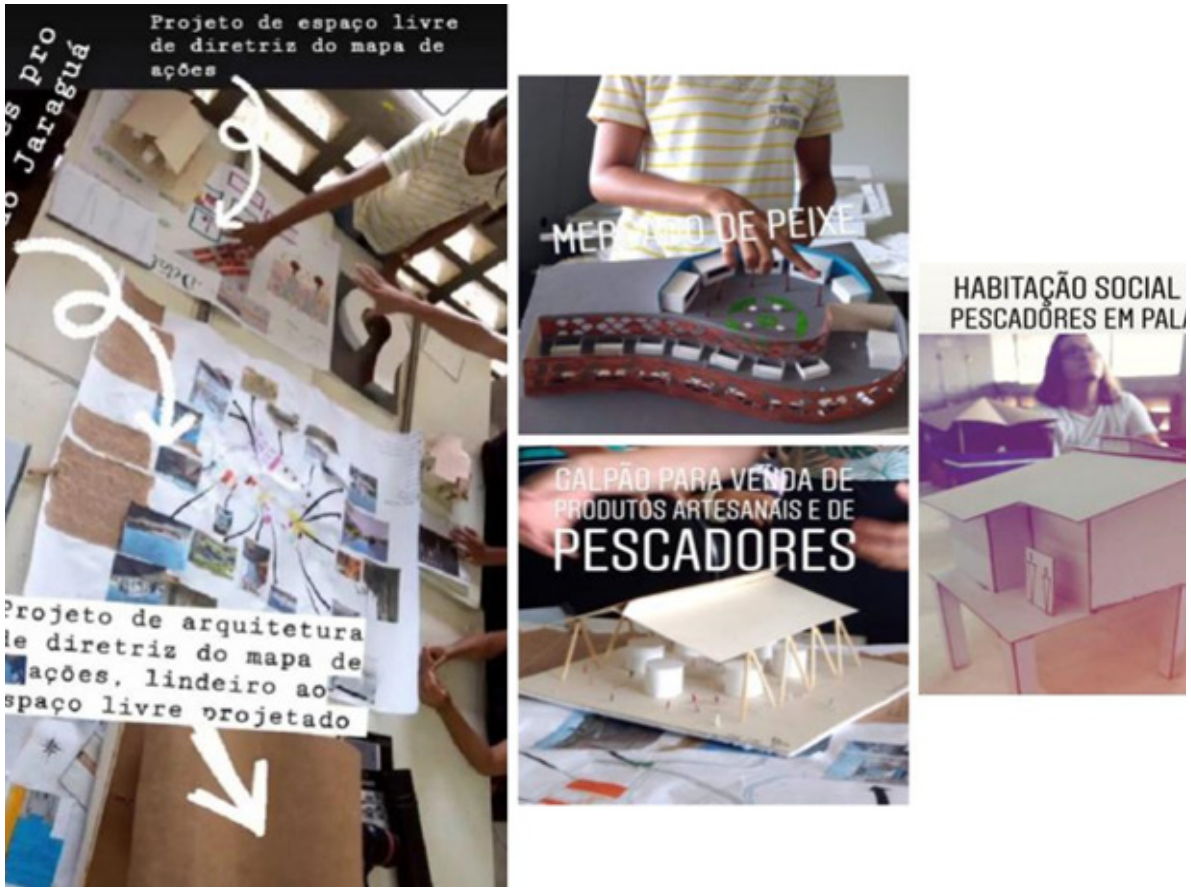


Imagem 6: Imagens das diferentes escalas de atuação realizadas, desde o mapa de ações aos projetos urbanos e arquitetônicos. Pode-se observar as diferentes propostas de programas arquitetônicos que surgiram, voltados para a população local - trabalhos da disciplina de Introdução ao Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (FAU/UFAL 2019.1 - profs. Diana Helene e Alexandre Sacramento). Fonte: Acervo próprio



Imagem 7: Pranchas no ambiente virtual (plataforma colaborativa visual MIRO) da disciplina de Introdução ao Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo (FAU/UFAL 2020.1 - prof/a. Diana Helene e Alexandre Sacramento). À esquerda o projeto "Estação Central de Bicicletas", de Luana Carla dos Anjos Silva, construída em bambu e tijolos de solo cimento; e à direita o projeto urbano e paisagístico de uma cooperativa social de produção de alimentos, de Fabricio Matias, Gustavo Belarmino e Klayver Matheus. Fonte: Acervo próprio (para ver com detalhes acesse o link: https://miro.com/app/board/o9J_lQMum-8=/)

Em ambas experiências, se possibilitou aos/às estudantes perceber - projetando espaços de forma dialógica, reflexiva e interseccional - a importância das mediações projetuais entre espaços livres e edificados na implicação de configurações duais entre cidade/ casa, público/ privado, trabalho/ moradia, produção/ consumo-cuidado, coletivo/ individual-doméstico, extraordinário/ cotidiano, entre outras. Isto é, perceberam que, a depender do desenho projetual entre os diferentes espaços e escalas, podemos reforçar ou desconstruir papéis binários da ordem capitalista cisheteropatriarcal racial. Da mesma forma, vislumbraram como cada elemento projetado vai incidir em implicações coletivas a partir da correlação entre os diferentes projetos realizados por todos/as no mesmo território em sala de aula, e sua relação com as múltiplas escalas. Parafraseando bell hooks, a experiência demonstra como resultado que todos/as, professores/as e estudantes, construíram juntos uma "comunidade de aprendizagem" em sala: "a pedagogia engajada pressupõe que todo estudante tem uma contribuição valiosa para o processo de aprendizagem" (2020, p. 36 e 50). Mesmo em regiões diversas, instituições de ensino diferentes, e em fases

de formação bastante contrastantes (ínicio e final do curso), esse exemplo de metodologia demonstra uma ferramenta importante para pensar um ensino de AU implicado ao território, às experiências pessoais e as questões complexas relacionadas as intersecções entre raça, classe, gênero e sexualidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Linda Martín Alcoff avalia que o problema epistemológico deve ser central para a próxima fase da luta revolucionária: “Cientificismo, positivismo, autoridade masculina, elitismo e eurocentrismo devem ser desembaraçados do processo pelo qual um conhecimento libertador é desenvolvido”. Nesse sentido, a autora afirma que é importante valorizar a análise que não cometem o erro de individualizar a agência epistêmica nem descontextualizar a verdade, mas sim mostrar “como as considerações políticas podem, em alguns casos, ser legitimamente muito importantes para a justificação” (ALCOFF, 2016, p. 130 e 134).

Ao nos debruçarmos sobre o debate das epistemologias e perspectivas teórico-metodológicas, não é mais possível ignorar que as “colonialidades do poder, do ser e do saber” (Ochy CURIEL, 2020) assumiram, e ainda assumem, obstáculos relevantes para o desenvolvimento de novas formulações e práticas acadêmicas no ensino, na pesquisa e na extensão em arquitetura e urbanismo. O feminismo decolonial proposto María Lugones (2020) contribui para entender como a desumanização, associada a um padrão geocultural de gênero e raça, historicamente construído pela colonialidade, impôs um tipo de racionalidade técnico-científica e epistemológica que, por sua vez, interfere profundamente numa visão considerada neutra, universal e objetiva sobre a realidade, os sujeitos, os corpos e o espaço. Nesse sentido, nosso campo está pautado por propostas analíticas e ações práticas (que não se restringem ao projeto) a partir de formulações teóricas tidas ainda como inquestionavelmente válidas em nosso país, mesmo que elas dialoguem não só com uma visão eurocentrada com tempos passados e realidades sociais, culturais e políticas distintas. *Não é jogar o bebê fora junto com a água do banho,* até porque é preciso entender os processos de ruptura, como dialéticas e relacionais, com o tempo e o espaço. Não é um resultado, mas um processo que precisamos construir.

Desta forma, o artigo traz reflexões e experiências de contrastes epistemológicos que temos realizado a partir das teorias feministas. São debates que apontam para possibilidades de novas abordagens metodológicas no ensino de AU. Para além da apresentação de métodos tradicionalmente aplicados à teoria e a prática, temos buscado trazer questões sobre metodologia e paradigmas teóricos com intuito de revelar a importância da apropriação destes aspectos no exercício e na pesquisa em AU, como pressupostos fundamentais para a construção de *viradas de mesa (indisciplina)*. Fica claro nas abordagens de alunos e alunas que a preocupação com resultados hegemonicamente considerados eficientes ou aceitáveis, a partir da bibliografia básica ou mais difundida entre as faculdades, tornam-se uma camisa de força para a reflexão crítica e inclusive para o exercício criativo.

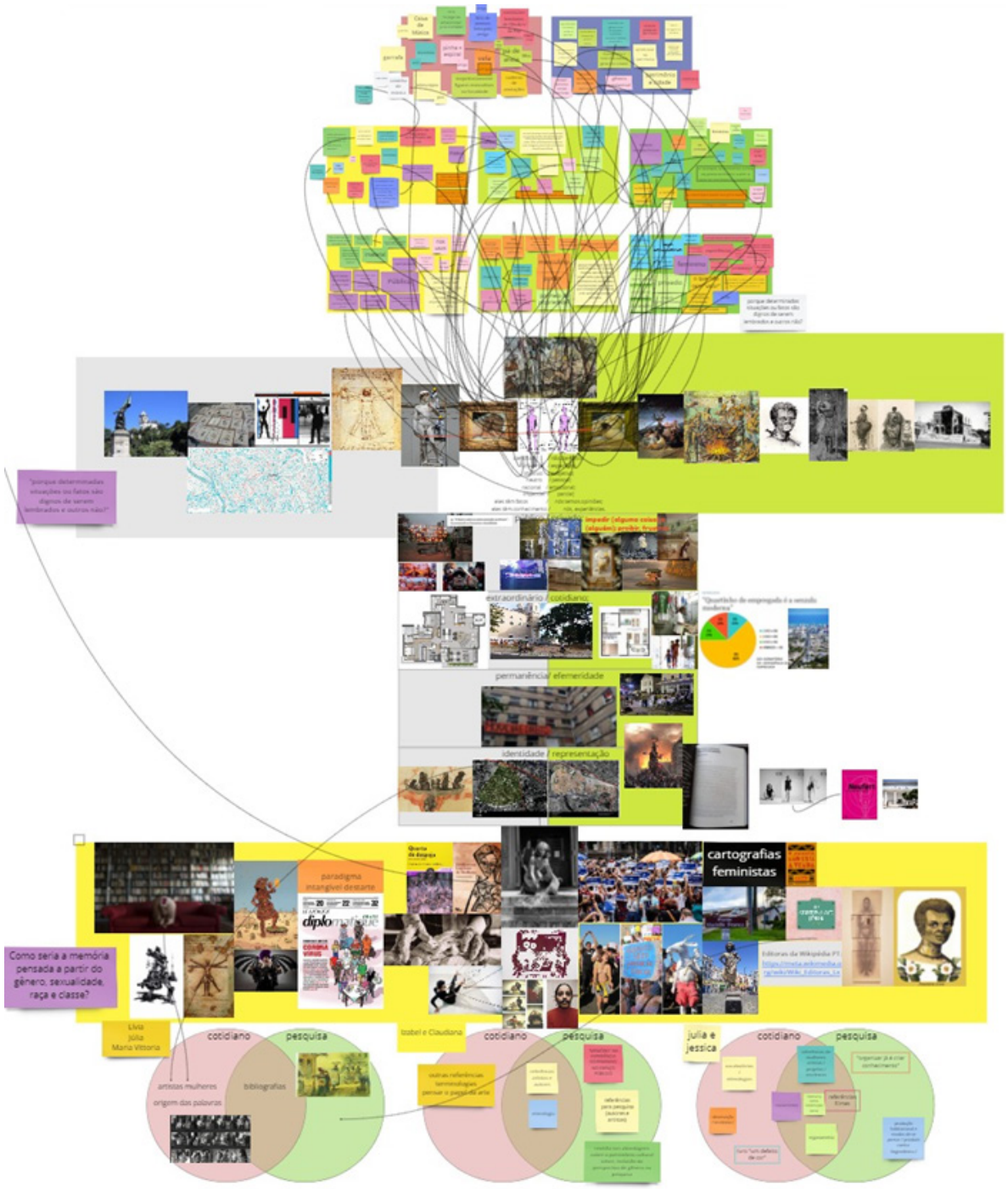


Imagem 8: Diagrama coletivo final realizado em ambiente virtual (plataforma colaborativa visual MIRO) ao longo das aulas da disciplina "Memória e Epistemes Feministas: Efemeridade e Permanência na Cidade e na Arquitetura" (Curso livre Escola da Cidade - profa. Maria Beatriz Andreotti; Kaya Lazarini; Diana Helene Ramos). Fonte: Acervo próprio (para ver com detalhes acesse o link: https://miro.com/app/board/o9J_lJBnHbs=/)

Partimos também de experiências anteriores de ensino para trazer à tona não só os desafios como também as possibilidades. Experiências em universidades tanto privadas como públicas, no centro como na periferia metropolitana, permitem uma articulação diferencial e diversa dos desafios para construção de abordagens que estejam de fato associadas às emergências sociais nas quais podemos intervir. Discutir de forma atrelada ao currículo da disciplina o contexto social das/os estudantes, suas dificuldades e reflexões, e propor um exercício coletivo e minimamente autônomo de experimentação teórica-metodológica, tem mostrado um engajamento relevante dos mesmos e a construção de um sentido mais amplo de temas pouco explorados nos currículos como as desigualdades de gênero, de sexualidade, de raça, geração.

Diante da conjuntura atual, quando estamos desafiadas a romper paradigmas e construir narrativas que dialoguem e envolvem a sociedade por meio daquilo que nos afeta individual e coletivamente, parece ser um caminho para desconstruir a colonialidade do saber e uma perspectiva essencialista de conceitos e soluções. Com isso, buscamos debater que caminhos precisamos construir para mobilizar artifícios que escapem a mera referência de trabalhos e bibliografias que acabam por reproduzir pensamentos e formas de existência majoritariamente vinculadas às cidades europeias e norte-americanas e aos corpos adultos, cis-masculinos, sem descapacidades e brancos como modelo. A intenção é discutir a pertinência do caminho pedagógico escolhido e discorrer em que medida as epistemologias feministas, interseccionais e decoloniais, para além de um posicionamento político-acadêmico, revelam chaves conceituais, teóricas e metodológicas. O maior desafio é a desmistificação das narrativas e preconceitos acadêmicos.

O pré-julgamento, a desqualificação intelectual e teórica de considerar de forma estruturante, do ponto vista epistemológico, experiências corpóreas e territoriais de si, provoca como consequência uma episteme do silêncio e silenciadora. "Seu silêncio não vai proteger você. [...] Na transformação do silêncio em linguagem e em ação, é essencial que cada uma de nós, estabeleça ou analise seu papel nessa transformação e

reconheça que seu papel é vital neste processo" (LORDE, 2019, p.51-55).

É preciso reconhecer o legado dos movimentos feministas, antirracistas e decoloniais para a academia, pois conseguimos assumir uma agenda de investigação que aponta e propõe como incorporar as amplas e diferentes experiências humanas (ALCOFF, 2016). Nesse sentido, se torna urgente repensar os caminhos edificados até aqui no campo epistemológico de AU, direcionando transformações disciplinares profundas e a construção de novos caminhos, engajados e militantes de pesquisa, ensino e extensão; para a consideração desta indisciplina epistemológica como alternativa, na busca de perspectivas dialéticas, disruptivas e insurgentes de ação da ciência, e não apenas de compreender e interpretar.

Notas

1. Esse artigo é fruto de nossa experiência de mais de 15 anos como educadoras e educandas, pesquisadoras e extensionistas, a partir das teorias feministas no nosso campo de atuação fora e dentro da academia, em diversas instituições brasileiras e internacionais, em grande parte atuando, mas também em diálogo e parcerias: Escola de Arquitetura e Urbanismo (EAU/UFF) e Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (PPGAU/UFF); Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano Regional (IPPUR/UFRJ), Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB/UFRJ), Programa de Pós-Graduação de Tecnologia para o Desenvolvimento Social (PPGTDS/UFRJ), Faculdade de AU (FAU/UFRJ) e Núcleo de Solidariedade Técnica da Universidade Federal do Rio de Janeiro (SOLTEC/UFRJ); Faculdade de AU da Universidade Estadual de São Paulo (FAU/USP); Faculdade de AU da Universidade Federal de Alagoas (FAU/Ufal); curso de AU da Universidade Santa Úrsula (USU/RJ); Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e Urbanismo (FEC/Unicamp), Instituto de Geociências (IG/Unicamp) e Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares da Universidade Estadual de Campinas (ITCP/Unicamp); Pós-Graduação em Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PROPUR/UFRGS); Escola da Cidade (São Paulo); Institut de Géographie - Université du Québec à Montréal (UQAM, Canadá); Université du Québec en Outaouais (UQO, Canadá); Université Paris 1 Panthéon-Sorbonne, Universidade de Paris X Nanterre e CNRS; École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS, Paris-França); Faculdade de Arquitetura, Desenho e Urbanismo da Universidad de Buenos Aires e de Rosário (Argentina); Faculdade de AU da Universidade Federal da Bahia (FAU/UFBA); curso de AU da Universidade São Francisco (USF/SP); curso de AU da Universidade do Grande Rio (UNIGRANRIO); o Centro de Pesquisa e Formação do Sesc (São Paulo); Fundação Joaquim Nabuco (Fundaj, Recife); ONG FASE/RJ; Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais (RBEUR); entre outras. O artigo é também é decorrente da organização da Sessão Livre 43 "Novas possibilidades metodológicas de práticas de ensino, pesquisa e extensão universitária em arquitetura e urbanismo:

debates interseccionais e decoloniais” pelas autoras para o VI Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo (VI ENANPARQ, 2020), com os seguintes trabalhos: “ACIDADESOUEU”: modos de experienciar cidade no início da formação em arquitetura e urbanismo” de Flávia de Sousa Araújo; “A construção do sujeito político: da sala de aula para o gabinete do prefeito” de Maria Beatriz Andreotti e Laura Reily Souza; “HABITAR, uma experiência de corpo afetivo e (re)conexão à Terra no ensino de arquitetura” de Iazana Guizzo; “Aprender com nós mesmos: extensão, assistência técnica e nova pedagogia para o ensino de Arquitetura e Urbanismo” de Bruno Cesar Euphrasio de Mello; “Epistemologias e metodologias na arquitetura e urbanismo a partir da teoria feminista: possibilidades” de Rossana Brandão Tavares; “Interescalaridade e contiguidade entre o projeto de arquitetura, urbanismo e paisagismo: uma experiência de ensino” de Diana Helene e Fernanda Podzwato.

2. Prática social, crítica e complexa em educação entre professor/a e estudante.

3. Reflexão a partir da tríade Lefebvriana (2000) de espaço concebido/percebido/vivido.

4. Paulo Freire (1997) definiu a do-discência como a mutualidade inseparável entre educadores/as e estudantes no processo de ensinar-aprender, a partir da sua compreensão dialógica (relação) de pedagogia.

5. Segundo Cecília Sandenberg (2001, p. 10) “a crítica feminista historiciza a ciência”.

6. https://www.caubr.gov.br/pesquisa2015/

7. Grifo nosso.

8. A aluna foi consultada sobre a exposição do seu trabalho neste artigo.

9. Nos termos de Ana Clara Ribeiro (2010).

10. Metodologia realizada pelas autoras do artigo nas disciplinas de Projeto Urbano na UNIGRANRIO e Introdução ao Projeto de Arquitetura, Urbanismo e Paisagismo na FAU/UFAL.

11. Destacamos aqui algumas outras referências feministas não acionadas ao longo do texto mas que estão realizando experiências nesse sentido, tanto no campo prático de atuação profissional como na academia: COL·LECTIU PUNT 6, 2019; GONZAGA, 2011; HELENE, 2019; PEREIRA, 2015; RUBINO, 2017; SANTORO, 2008; TAVARES e BONADIO, 2020; entre muitas outras.

12. Apesar da interescalaridade constituir uma ferramenta de análise recorrentemente acionada na contemporaneidade, é preciso destacar que a base conceitual que utilizamos se alinha a forma como a paisagista e arquiteta estadunidense Linda Pollak concebe: como uma ferramenta de “projeto conceitual” a partir da qual se estrutura uma abordagem relacional para ambientes construídos de maneira a articular diferenças que podem se cruzar entre uma gama de escalas associadas a cada conjunto de práticas. [...] Uma formulação da cidade como um espaço de diferenças [de gênero, raça, classe, etc]”(2006, p. 128 e 129, tradução livre).

13. A Baixada Fluminense é uma região naturalmente alagável e diante da forma de ocupação ao longo de sua história de urbanização, a problemática das enchentes impõe considerar as bacias hidrográficas como demarcadoras dos exercícios de planejamento e projeto.

14. Um dos grandes desafios de disciplinas na área do Urbanismo na Baixada Fluminense, segundo nossa experiência como professoras e pesquisadoras, é o acesso às informações estatísticas e institucionais: prefeituras, empresas públicas e concessionárias etc. não são transparentes no acesso aos dados, mesmo a estudantes de arquitetura devidamente identificados.

15. Ementa: Desenvolvimento brasileiro em suas dimensões econômicas, culturais, étnicas, sociais, políticas e ambientais. Identidades e culturas no Brasil, conceitos e contextos das questões étnico raciais, de gênero, interseccionalidade e direitos humanos (PPC-FAU/UFAL, 2019).

Referências

AKOTIRENE, Carla. *O que é interseccionalidade?* Belo Horizonte: Letramento: Justificando, 2018.

ALCOFF, L. M. "Uma epistemologia para a próxima revolução". In: *Sociedade e Estado*, *[S. l.]*, v. 31, n. 1, p. 129–143, 2016. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/sociedade/article/view/6082. Acesso em: 28 maio. 2021.

AHMED, Sara. *Queer phenomenology: orientations, objects, others*. Durham; Londres: Duke University Press, 2006.

ANASTASIOU, L. G. C.; ALVES, L. P. (Org.). *Processos de ensinagem na universidade: pressupostos para as estratégias de trabalho em aula*. 5. ed. Joinville, SC: UNIVILLE, 2005.

BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: crítica da violência ética*. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

CARDANO, Mario. *Manual de Pesquisa Qualitativa – A contribuição da teoria da argumentação*. Petrópolis: Ed. Vozes, 2017.

CARDOSO, Mirian Limoeiro. *O mito do método*. Seminário de Metodologia Estatística, PUC - Rio de Janeiro, 1971

CHAUÍ, Marilena. *Convite à Filosofia*. São Paulo: Ed. Ática, 2012.

COL·LECTIU PUNT 6. *Urbanismo feminista: por uma transformación radical de los espacios de vida.* 1a Edição. Barcelona: Virus Editorial i Distribuidora, 2019

COLLINS, Patricia Hill. *Pensamento feminista negro*. São Paulo: Boitempo, 2020.

_____, Patricia Hill. "Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro". In: Soc. estado. [online]. 2016, vol.31, n.1, pp.99-127. http://dx.doi.org/10.1590/S0102-69922016000100006

CURIEL, Ochy. "Construindo metodologias a partir do feminismo decolonial". In: HOLLANDA, H.B. *Pensamento feminista hoje:* perspectivas decoloniais . Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 120-139.

CUTHBERT, Alexander R. *Compreendendo as cidades: método em projeto urbano*. São Paulo: Perspectiva, 2021.

CRENSHAW, Kimberle. *A Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wpcontent/uploads/2012/09/Kimberle-Crenshaw.pdf.> Acesso em maio de 2021

FREIRE-MEDEIROS, Bianca; NAME, Leo. "Epistemologia da laje". In: *Tempo Social* [online], v. 31, n. 1, p. 153-172, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2019.151262>. Acesso em: 18 abril. 2021.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

_____. *Medo e ousadia cotidiano do professo*r. 7. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1997.

FEDERICI, Silvia. *Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Editora Elefante, 2017.

LIMA, Ana Gabriela Godinho "Ensino de Arquitetura e Urbanismo: Discurso, Prática Projetual e Gênero". In: MOASSAB, Andréia; NAME, Leo. *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo.* Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

GONZAGA, Terezinha. de O. *A cidade e a Arquitetura também mulher : planejamento Urbano,projetos arquitetônicos e gênero.* São Paulo: Editora Annablume, 2011

GONZALEZ, Lélia. "Racismo e sexismo na cultura brasileira". In: SILVA, L. A. et al. *Movimentos sociais urbanos, minorias e outros estudos*. Ciências Sociais Hoje, Brasília, ANPOCS n. 2, 1983. p. 223-244.

HALL, Stuart. "O ocidente e o resto: discurso e poder". "The West and the Rest; Discourse and Power" In: *Modernity: An Introduction to Modern Societies*. Cambridge: Blackwell Publishing, 1996. pp. 201-277). Tradução CARLA D'ELIA. In: *Projeto História*, São Paulo, n. 56, páginas 314-361, Mai.-Ago. 2016.

HARAWAY, Donna. *SABERES LOCALIZADOS: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial.* Campinas: Cadernos Pagu, 2009.

HELENE, Diana. *Mulheres, Direito à Cidade e Estigmas de Gênero: A Segregação Urbana da Prostituição em Campinas.* São Paulo: Annablume, 2019

HOOKS, Bell. "Mulheres negras: moldando a teoria feminista". In: *Rev. Bras. Ciênc. Polít.* Brasília, n. 16, Apr. 2015. p. 193-210.

_____. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade.* São Paulo: Martins Fontes, 2017.

_____. *Ensinando pensamento crítico: sabedoria prática.* São Paulo: Elefante, 2020.

_____. *Teoria feminista: da margem ao centro*. 1a Edição. São Paulo: Perspectiva, 2019.

KILOMBA, Grada. *Memórias da Plantação*. Rio de Janeiro: Ed. Cobogó, 2019.

_____. "Descolonizando o conhecimento". In: *Projeto Episódios do Sul*. Goethe-Institut São Paulo, 2016. Disponível em http://www.goethe.de/mmo/priv/15259710- STANDARD.pdf. Acesso em 31 de maio de 2021

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. *Técnicas de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 1982.

_____. *Fundamentos de metodologia científica*. São Paulo: Atlas, 1982.

LANDER, Edgardo. "Ciências sociais: saberes coloniais e eurocêntricos". In: LANDER; E. (org). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. CLACSO, Buenos Aires, 2005.

LEFEBVRE, Henri. *La production de l'espace*. 4ªed. Paris: Ed. Anthropos, 2000.

LORDE, Audre. *Irmã outsider: Ensaios e conferências*. Rio de Janeiro: Autêntica, 2019.

LUGONES, Maria. "Colonialidade e gênero". In: HOLLANDA, H.B. *Pensamento feminista hoje:* perspectivas decoloniais. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2020. p. 52-83.

MOASSAB, Andréia; NAME, Leo. *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo*. Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

MOURA, Tânia Maria de Melo; RIBEIRO, Nadja Naira Aguiar. *Metodologia da "ensinagem" na Educação superior*. Maceió: EDUFAL, 2015.

MONNET, Nadja. "Flanâncias femininas e etnografia". In: *Revista Dobra*, n. 11, p. 218-234. Salvador: Edufba, 2013.

MUXÍ MARTÍNEZ, Zaida. *Más allá del umbral. Mujeres, casas y ciudades*. Primera. ed. Barcelona: DPR-Barcelona, 2018. 20 p.

NESBITT. Kate. *Uma nova agenda para a arquitetura*. São Paulo: CosacNaify, 2008.

PEREIRA, Gabriela Leandro. *Corpo, discurso e território: a cidade em disputa nas dobras da narrativa de Carolina Maria de Jesus.* Tese (doutorado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Arquitetura, 2015

PINA, Alice M. de; RIBEIRO, Claúdio R.; HALFEN, Vítor. "A Reprodução da Cidade Conservadora: Relações entre Ensino e Mercado nos Cursos de Arquitetura e Urbanismo". In: MOASSAB, Andréia; NAME, Leo. *Por um ensino insurgente em arquitetura e urbanismo.* Foz do Iguaçu: EDUNILA, 2020.

PRECIADO, P.B.; *Manifesto Contrasexual — práticas subversivas de identidade sexual*; Rio de Janeiro: N. 1 edições, 2015

POLLAK, Linda. "Constructed Ground: Questions of Scale". In *The Landscape Urbanism Reader* (pp. 125-139). New York: Princeton Architectural 2006

QUIJANO, Aníbal. "Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina". In: LANDER, Edgardo (org.). *A colonialidade do saber, eurocentrismo e ciências sociais.* Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, 2005, p. 117-142.

RIBEIRO, Ana Clara. “Dança dos sentidos: na busca de alguns gestos”. In: JACQUES, P.B.; BRITTO, F.D. (org.). *Corpocidade: debates, ações e articulações*. Salvador: EDUFBA, 2010, p. 24-41.

RIBEIRO, Djamila. *O que é lugar de fala?* Belo Horizonte: Letramento, 2017

ROY, Ananya. “Cidades faveladas: repensando o urbanismo subalterno” In: *E- metropolis,* n.31, 2011.

RUBINO, Silvana Barbosa. *Lugar de mulher: Arquitetura e design modernos, gênero e domesticidade.* Tese de Livre-docência em História da Universidade Estadual de Campinas, UNICAMP, Campinas: 2017

SANDERCOCK, Leonie. *Making the Invisible Visible: A Multicultural Planning History.* Berkeley: University of California Press, 1998.

SANDERCOCK, Leonie. “Debatendo o preconceito: a importância das histórias e de sua narração na prática do planejamento”. In: *Cadernos IPPUR,* ano XIX, 1/2, jan-dez 2005 (p. 289-315).

SANTORO, Paula. F. “Gênero e planejamento territorial: uma aproximação”. In: XVI ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS. Anais... Caxambu-MG, Abe, 2008.

SANTOS, Milton. “POR UMA GEOGRAFIA CIDADÃ: POR UMA EPISTEMOLOGIA DA EXISTÊNCIA”. In: *Boletim Gaúcho de Geografia*, 21: 7-14, ago., 1996.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. *Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?* 2001. Disponível em: https://repositorio.ufba.br/ri/bitstream/ri/6875/1/Vers%C3%A3o%20FInal%20Da%20Cr%C3%ADtica%20Feminista.pdf (35p)

SARMIENTO, Maria Laura. *Bioética urbana: conflictos urbanos y resistencias creativas al cuidado de la vitalidad colectiva*. Coordinación general de Paula Peyloubet ; dirigido por Diego Fonti. - 1a ed adaptada. - Córdoba: Editorial de la Facultad de Arquitectura, Urbanismo y Diseño de la Universidad Nacional de Córdoba, 2017.

SCOTT, Joan Wallach. “Gênero: uma categoria útil de análise histórica”. In: *Educação & Realidade*.Porto Alegre, vol. 20, no 2, jul./dez. 1995.

SEDGWICK, Eve Kosofsky. “A epistemologia do armário”. In: *Cadernos Pagu* [online], n. 28 , p. 19-54, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0104-83332007000100003>. Acesso em: 20 maio. 2020.

SHIVA, Vandana. *Abrazar la vida. Mujer, ecología y desarrollo.* Cuadernos Inacabados, n. 18, 1995.

SILVA, Jonathas; BENFATTI, Denio Munia; SANTOS JÚNIOR, Wilson Ribeiro dos; Pezzuto, Claudia. “Critérios para intervenções e transformação do sistema de espaços livres: uma reflexão conceitual e metodológica”. In: *Paisagem e Ambiente*. 2014 (p. 11-28.).

TAPIA, Maricarmen. “Reaprender a mirar nuestras ciudades”. Crítica Urbana (Revista de Estudios Urbanos y Territoriales), n. 11, 2020. Disponível em: <https://criticaurbana.com/reaprender-a-mirar-nuestras-ciudades>. Acesso em: 11 set. 2020.

TAVARES, Rossana B. *Indiferença à diferença: espaços urbanos de resistência na perspectiva das desigualdades de gênero*. Tese de Doutorado. Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro: 2015.

TAVARES, Rossana B.; BONADIO, Mariana G. Ao encontro do corpo: teorias da performatividade para um debate diferencial sobre espaço urbano. *Rev. Bras. Estud. Urbanos Reg*. 23, 2021. https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202115

***Rossana Brandão Tavares** é professora Adjunta da Escola de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense EAU/UFF e PPGAU/UFF. Coordena o projeto de pesquisa "Práticas Espaciais Generificadas e Conflitos Urbanos e Socioambientais" integrado ao GPDU/UFF, desenvolvendo investigações sobre corpo, espaço, vida cotidiana, reprodução social, precariedade, resistências, políticas urbanas, assim como, perspectivas teórico-metodológicas na arquitetura e urbanismo a partir das teorias feministas e queer. Vem aprofundando os estudos urbanos com perspectiva de gênero desde atuação na ONG FASE (2004-2012) apoiada na educação popular, extensão e assessorias, tendo realizado de forma concomitante mestrado (IPPUR/UFRJ) e doutorado (PROURB/UFRJ), com período sanduíche na França, quando propôs o conceito de "espaço generificado de resistência". Atualmente, conta com auxílio ARC/FAPERJ. E-mail: rossanatavares@id.uff.br

Diana Helene Ramos Professora adjunta da FAU/Ufal e da pós-graduação em Tecnologia para o Desenvolvimento Social da UFRJ. Desde 2004, atua junto a movimentos sociais de mulheres, moradia e trabalho. Foi esta atuação, na prática, que deu subsídios para realização de sua monografia de graduação em Arquitetura e Urbanismo na UNICAMP; seu mestrado na FAU/USP; e seu doutorado sobre território e gênero no IPPUR/UFRJ (com sanduíche na EHESS, Paris), premiado pela CAPES como melhor tese na área de PUR em 2016. Aprofundou os estudos de gênero em seus pós-doutorados na UQAM (Canadá) e no IPPUR/UFRJ. Coordena dois projetos de pesquisa sob o tema da interseccionalidade: "A cidade como extensão da Casa: sistema de espaços livres e vida cotidiana" (PIBIC - FAU/UFAL) e "Tecnologias para outra forma de construção: a experiência construtiva das mulheres em movimentos populares" (Carleton University, Canadá - FAU/UFAL). E-mail: diana.helene@usp.br

Relato de uma deriva: uso e apropriação do espaço público cotidiano em Callao, Lima – Peru

Report of a derive: use and appropriation of the everyday public space in Callao, Lima – Peru

Maycow Nathan Carvalho Gregório, Aliery Araújo Nascimento*

Resumo

Este trabalho visa relatar as reflexões sobre o experimento de uma deriva, realizada por meio do *Google Earth*, na região de *El Callao* no Peru, com o objetivo de refletir e caracterizar parcialmente as relações sócio-espaciais verificadas na apreensão dos espaços públicos cotidianos. Reconheceu-se na mediação deste processo um tipo de exercício capaz de potencializar a aproximação com territórios que nos são estranhos. Identificou-se a prática sistemática de moradores com o uso e instalação de piscinas de plástico portáteis nas ruas e calçadas da região. Com base no levantamento de notícias locais e nacionais e nas reflexões realizadas sobre a produção do espaço público cotidiano, esta prática foi compreendida à luz dos processos de resistência contra hegemônicos e do exercício concreto do direito à cidade. Contrapôs-se às narrativas midiáticas as percepções sobre a vitalidade das relações sócio-espaciais verificadas no uso e apropriação do espaço público cotidiano. Por fim, aponta-se a necessidade de um processo dialógico voltado à ação coletiva em geral, incluindo uma perspectiva socialmente crítica sobre as práticas sócio-espaciais cotidianas de produção e reprodução do espaço urbano. Cabe aos técnicos e aos governos, possibilitar a autonomia daqueles que se constituem em objeto de conhecimento e sujeitos históricos, reintegrando o sentido da esfera pública ao espaço cotidiano e estabelecendo margens para manobras e diálogos efetivos para a realização material e sociocultural das cidades.

Palavras-chave: espaço público cotidiano; deriva; narrativas sócio-espaciais; processos dialógicos.

Abstract

This paper aims to report the reflections on the experiment of a dérive, carried out through Google Earth, in the region of El Callao in Peru, with the objective of reflecting and partially characterizing the socio-spatial relations verified in the apprehension of everyday public spaces. It was recognized in the mediation of this process a type of exercise capable of enhancing the approximation with territories that are foreign to us. The systematic practice of residents was identified with the use and installation of portable plastic pools on the streets and sidewalks in the region. Based on the survey of local and national news and reflections on the production of everyday public space, this practice was understood in the light of the processes of resistance against hegemonics and the concrete exercise of the right to the city. The perceptions about the vitality of the socio-spatial relations verified in the use and appropriation of the daily public space were opposed to the media narratives. Finally, it points out the need for a dialogical process aimed at collective action in general, including a socially critical perspective on the daily socio-spatial practices of urban space production and reproduction. It is up to technicians and governments to enable the autonomy of those who constitute themselves as objects of knowledge and historical subjects, reintegrating the sense of the public sphere into everyday space and establishing margins for effective maneuvers and dialogues for the material and socio-cultural realization of cities.Keywords: everyday public space; dérive; socio-spatial narratives; dialogic processes.

Keywords: *everyday public space; dérive; socio-spatial narratives; dialogic processes*

INTRODUÇÃO

Este trabalho é um relato de um exercício exploratório, de uma deriva e uma espécie de deambulação que foi possível em virtude das tecnologias de softwares, internet e satélites com a captura e georreferenciamento de imagens dos espaços do globo terrestre. Guardadas as limitações e a impossibilidade de construir uma experiência direta do corpo com o território, visto o momento atual da pandemia, o processo se inicia com a curiosidade de explorar e visualizar virtualmente, por meio do *Google Earth* e sua ferramenta *street view*, alguns espaços públicos de cidades latino-americanas. Num primeiro momento, este recurso – amplamente utilizado por técnicos e profissionais que lidam com pesquisa, planejamento, desenho, gestão e projetos urbanos –, não foi colocado à disposição de um objetivo específico, mas simplesmente à expectativa de encontrar algo improvável, estranho, imprevisível, lúdico etc.

Em meio a este processo, deparou-se com a particularidade de um território que foi se revelando por seus espaços, temporalidades (usos sociais e a apropriação dos espaços) e contradições. Trata-se da *Municipalidad Provincial del Callao*, situada em Peru e conurbada à Região Metropolitana de Lima. À vista disso, nosso foco passou a se dirigir e a perder-se neste lugar para reconhecer-se nele, mesmo que através de uma interface digital, buscando refletir e caracterizar parcialmente as relações sócio-espaciais verificadas na apreensão dos espaços públicos cotidianos. O relato que se segue organiza um conjunto estruturado de reflexões que ocorreram durante e após o experimento. Está dividido em quatro momentos igualmente problematizadores, analíticos e propositivos: o reconhecimento desta prática no rol dos exercícios de deriva; a leitura e apreensão imediata dos usos do espaço público cotidiano e as contradições com o espaço projetado por especialistas; o contraponto às percepções durante o experimento com a representação que a mídia local, nacional e outros meios de registro audiovisual fazem sobre a realidade urbana e social do território; as considerações finais, evidenciando a necessidade de um processo dialógico para manutenção das liberdades relacionadas à autonomia na produção dos espaços públicos cotidianos.

A DERIVA E A EXPERIÊNCIA ERRÁTICA EM CONDIÇÃO MEDIADA

O atual contexto pandêmico intensificou o uso de ferramentas como *Google Earth*, *Google Maps*, *Google My Maps*, no âmbito de pesquisas e trabalhos que exigem o reconhecimento de determinados territórios e espaços urbanos. Considerando estas interfaces como condição de mediação destas aproximações, cabe destacar os limites destas experiências em relação ao posicionamento *corpo a corpo*, fisicamente presente nos espaços que lhes são estranhos. Neste caso, há a privação do conjunto dos sentidos, estabelecendo uma dependência com a visão que só pode desenvolver-se por meio de uma série de registros, capturas e recortes iconográficos (imagens de satélites). Portanto, apreende-se os aspectos sócio-espaciais apenas como eles se apresentam no lapso de tempo em que este conteúdo imagético é registrado. Na perspectiva da pesquisa sócio-espacial (SOUZA, 2020), onde a "articulação entre espaço e nexo social é *necessária e dialética*" (KAPP, 2018, p. 223) – porque nela se constitui a vida cotidiana e a realidade urbana, vivenciadas e reconstruídas continuamente como processo –, a capacidade e os recursos que esta condição mediada de investigação oferece não são suficientes para a compreensão aprofundada das formas de sociabilidade, da produção e reprodução sócio-espacial do cotidiano.

Mesmo assim, esta mediação não deixa de potencializar etapas e momentos diferentes da leitura das cidades e dos espaços urbanos, assim como, de narrativas que podem ser construídas durante o reconhecimento prévio de uma situação sócio-territorial. Reconhece-se neste processo um tipo de deriva – não como Debord preconizava, mas a ele se referindo principalmente em relação à postura sociopolítica, à construção de um comportamento (ação-reflexão) lúdico-construtivo e ao potencial que esta técnica apresenta para a aproximação e descoberta de territórios (DEBORD, 2003). Como bem ressalta Visconti, a deriva está sendo redescoberta de forma crítica e constantemente enriquecida por meio de disciplinas (psicogeografia, arquitetura, urbanismo, artes visuais), práticas (exploratórias, artísticas, políticas) e recursos (artesanais, analógicos, digitais), ampliando o arcabouço teórico-prático

para além das experiências situacionistas (VISCONTI, 2014). Se por um lado não se está sujeito a todos os efeitos psicogeográficos – em relação ao clima, tempo, encontros, conflitos diretos, medos etc. –, por outro, o caráter urbano, o acaso e outros aspectos para uma cartografia relacional são mantidos, mesmo que parcialmente.

De outra parte, a deriva possui princípios comuns às errâncias – fundamentalmente relacionadas à "experiência não planejada ou desviatória dos espaços públicos" –, em que ambas, entendidas como ferramentas, constituem um "exercício de afastamento voluntário do lugar mais familiar e cotidiano, em busca de uma condição de estranhamento, em busca de uma alteridade radical" (JACQUES, 2012, p. 48). Para Jacques e Ribeiro, é parte do processo contemporâneo de espetacularização urbana e do avanço do controle capitalista sobre a natureza e o homem a expropriação da experiência do sujeito histórico – marcada por acordos tácitos, consensos aparentes, violência simbólica e sua banalização, coerção e impedimento de construir e transmitir suas narrativas (JACQUES; RIBEIRO, 2012). Neste sentido, o exercício de deriva atrelado aos princípios da experiência errática podem levar a outros modos de entender a cidade, de reconhecer a diferença e o dissenso, de abrir espaços para atualizar o próprio pensamento urbanístico e contrapor as narrativas hegemônicas que interditam os debates e diálogos.

O exercício desenvolveu-se na *Región del Callao*, no Peru. Esta região possui o seu limite físico-administrativo coincidente com os limites da *Municipalidad Provincial del Callao*. O município, por sua vez, possui seis distritos: *Callao*; *La Punta*; *La Perla*; *Bellavista*; *Carmen de la Legua Reynoso*; *Ventanilla*. O espaço percorrido na deriva se estendeu de forma pontual por quase todos os distritos, além da faixa costeira da cidade de Lima. Entretanto, apresenta-se aqui a concentração dos trajetos que foram realizados na região sul do *Distrito del Callao*, que podem ser observados na Figura 3, onde também constam a identificação dos principais lugares e equipamentos do entorno.



Figura 01: Mapa esquemático do Peru e suas regiões. Fonte: MAPS Peru, adaptado pelos autores, 2021. Disponível em: https://pt.maps-peru.com/peru-departamentos-mapa. Acesso em: 9 fev. 2021.

Figura 02: Mapa esquemático da região de *El Callao* e seus distritos. Fonte: MAPS Peru, adaptado pelos autores, 2021. Disponível em: https://pt.maps-peru.com/peru-departamentos-mapa. Acesso em: 9 fev. 2021.

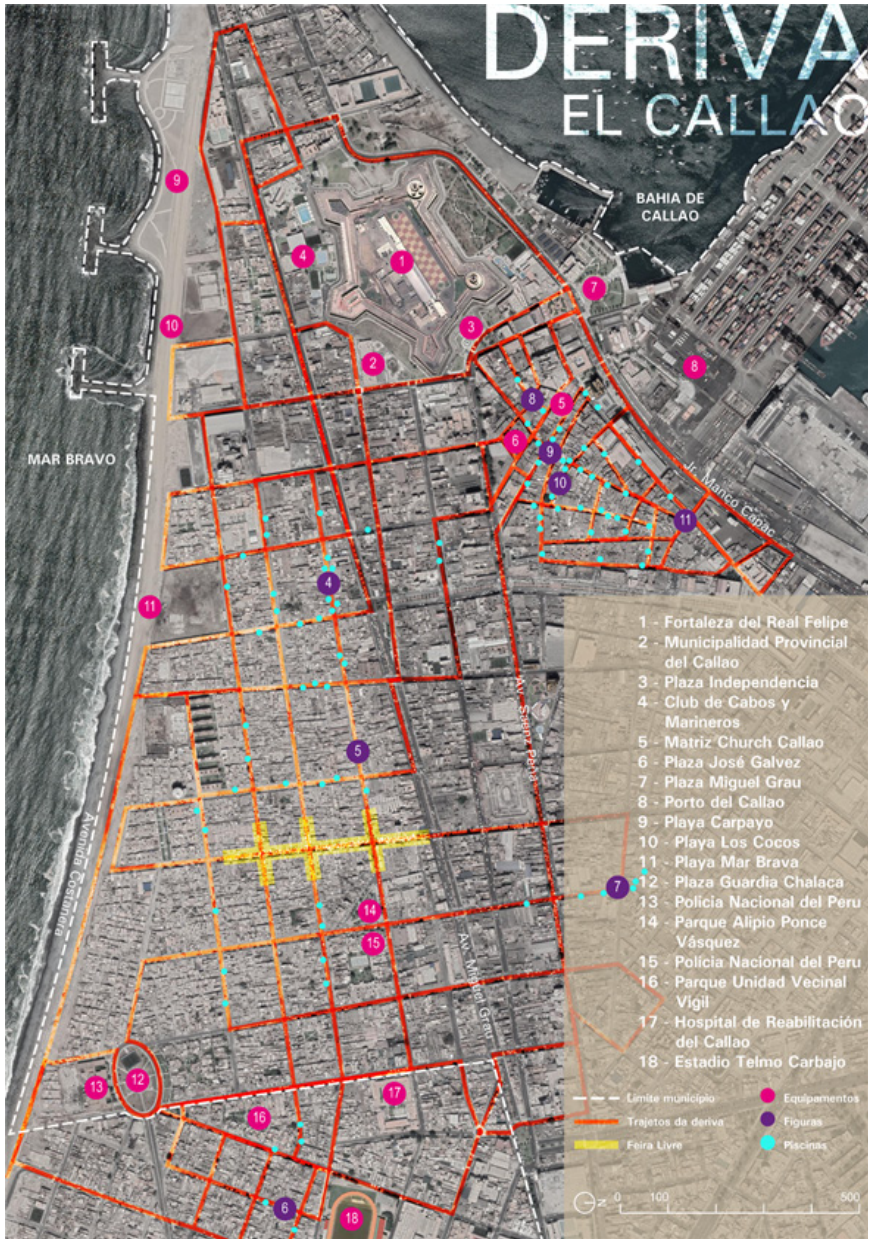
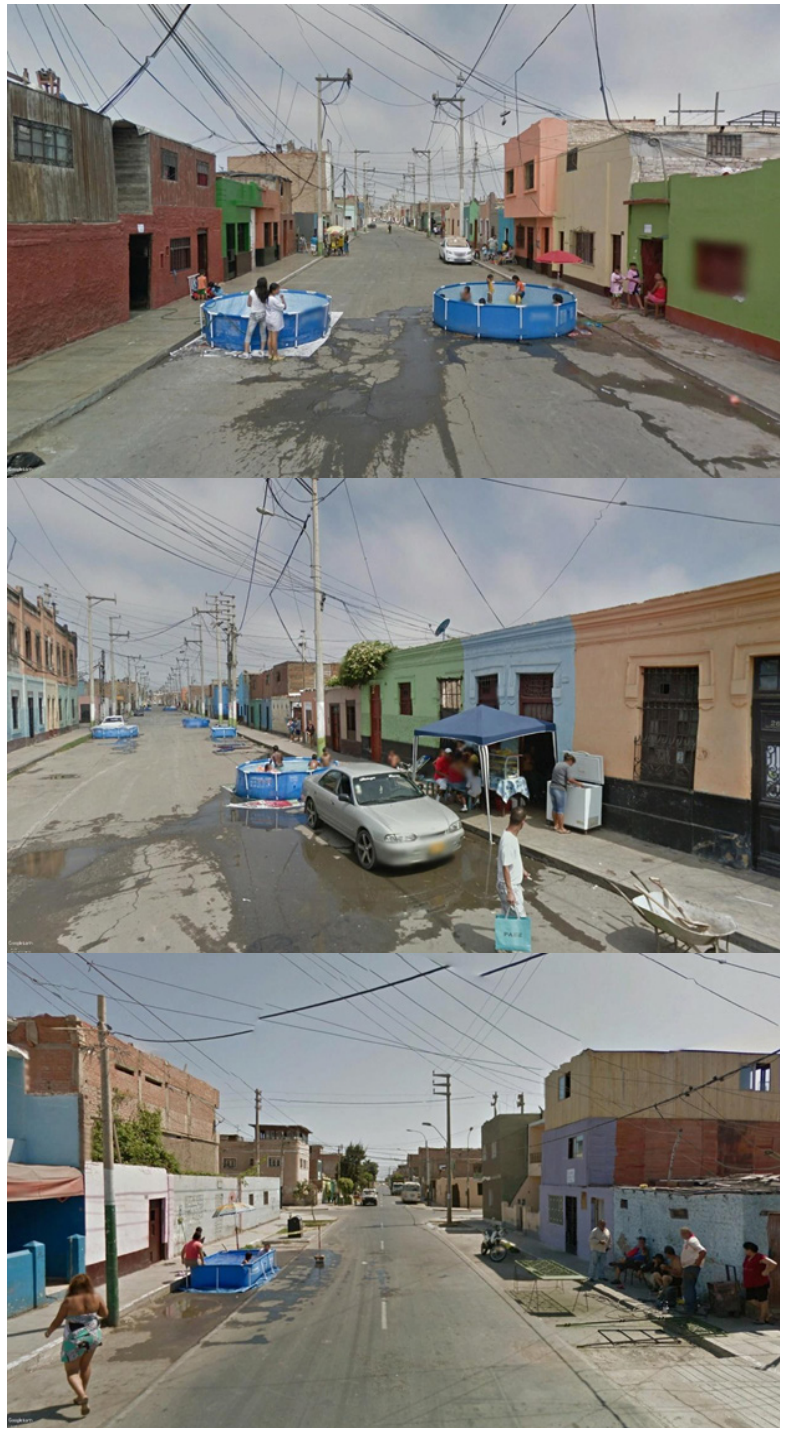


Figura 03: Mapa síntese da deriva. Fonte: Autores, 2021; Imagem de satélite base: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2021. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 7 jan. 2021.

Figura 04: Imagem de satélite da rua *Jirón Apurimac* no setor sul de *El Callao*. Fonte: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2020 [2014]. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021.

Figura 05: : Imagem de satélite da rua *Jirón Apurimac* no setor sul de *El Callao*. Fonte: GOOGLE EARTH, *El Callao* – Peru, 2020 [2014]. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021.

Figura 06: Imagem de satélite da rua *Victor Fajardo* no setor sul de *El Callao.* Fonte: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2020 [2014]. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021.







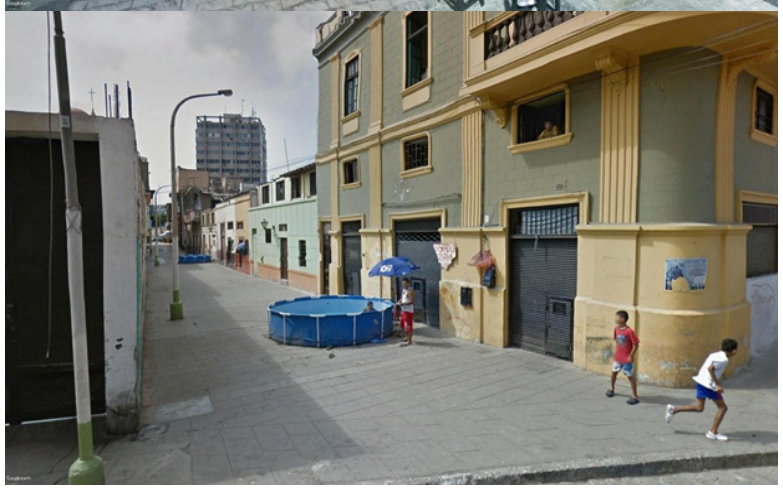


Figura 07: Imagem de satélite da rua *Erequipa* no setor sul de *El Callao*. Fonte: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2020 [2014]. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021.

Figura 08: Imagem de satélite da rua *La Mar* no Centro Histórico de *El Callao.* Fonte: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2020 [2014]. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021.

Figura 09: Figura 9: Imagem de satélite da rua *Miller* no Centro Histórico de *El Callao.* Fonte: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2020 [2014]. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021.



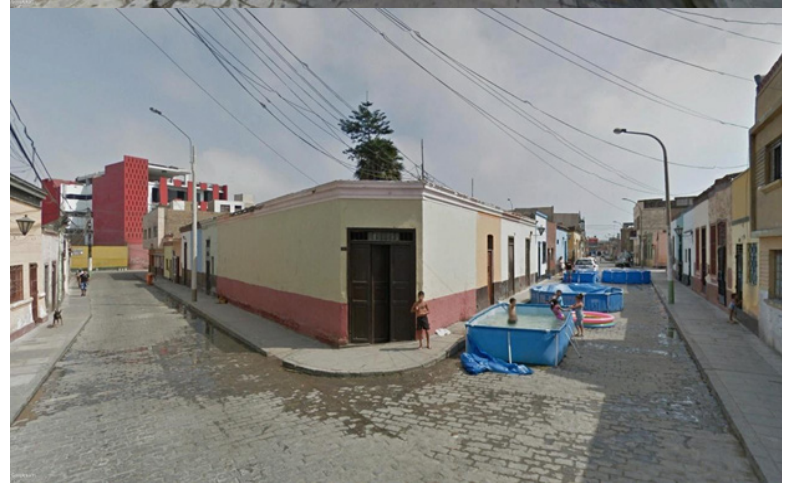


Figura 10: Imagem de satélite da rua *Necochea* no Centro Histórico de *El Callao.* Fonte: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2020 [2014]. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021.

Figura 11: Imagem de satélite da rua *Paraguay* no Centro Histórico de *El Callao.* Fonte: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2020 [2014]. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021.

RESISTÊNCIA E AUTONOMIA NA PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COTIDIANO

Kapp constrói uma abordagem lefebvriana para o espaço cotidiano, definindo-o como "o que resta quando se subtraem espaços distintos, superiores, especializados e redes de equipamentos urbanos de amplo alcance", entendidos como a "menor escala de um exercício concreto do direito à cidade" (KAPP, 2012, p. 469). Para a autora, isso implica a autonomia de grupos locais nos processos de produção destes espaços, envolvendo relações de vizinhança, negociações e ações baseadas numa

coletividade territorial. Na perspectiva polemológica do espaço e do cotidiano de Certeau, isto equivale à operação dos sujeitos históricos no campo urbanístico – no e pelo espaço cotidiano –, colocando em jogo modos de apropriação, instaurando um presente relativo a um lugar e estabelecendo um contrato com o outro (CERTEAU, 2014a; 2014b). Os espaços públicos cotidianos são, por sua vez, "aquilo que resta quando se subtraem do espaço cotidiano o lote privado e o condomínio fechado: são as calçadas, as ruas, os canteiros centrais das avenidas, as pequenas praças de bairro, os resquícios de empreendimentos passados e quaisquer outros espaços livres" (MILAGRES et all, 2010, online). Neste sentido, estes espaços propiciam oportunidades para a produção coletiva na escala micro local – da moradia e seu entorno imediato –, fortalecidas por meio de táticas (CERTEAU, 2014a; 2014b) potencializadoras das práticas sócio-espaciais cotidianas.

No limite, o espaço público cotidiano evidencia a tensão entre as operações cotidianas e o campo de forças onde está situado, as contradições entre táticas (práticas cotidianas dos homens ordinários, engenhosidades do mais fraco) e estratégias (vontade de Estado, as estruturas hegemônicas, a razão do mais forte) (CERTEAU, 2014a; 2014b). Conforme Certeau, estas duas dimensões definem polos da realidade sócio-espacial, pressupondo que contemporaneamente a figura de uma marginalidade não corresponde mais a pequenos grupos, mas a uma marginalidade de massas universalizada, de uma maioria silenciosa (CERTEAU, 2014a; 2014b). Esta marginalidade é a "atividade cultural dos 'não produtores de cultura', uma atividade não assinada, não legível, mas simbolizada, e que é a única possível a todos aqueles que no entanto pagam, comprando-os, os produtos espetáculos onde se soletra uma economia produtivista" (CERTEAU, 2014a, p. 43).

Desta forma, à heteronomia imposta na produção especializada dos espaços, organizada dentro de grandes planos e por meio de posições de poder, contrapõe-se outra produção representada como marginal, vinculada à situação, ao improviso local, às contingências e circunstâncias particulares. As *maneiras de fazer* como sendo as "práticas pelas quais usuários se reapropriam do espaço organizado pelas técnicas da produção sociocultural" (CERTEAU, 2014a, p. 40-41), possuem na criatividade cotidiana modos de proceder (bricolagens) que se caracterizam por seus "procedimentos técnicos minúsculos" e populares, por seus detalhes, pelas "operações microbianas", "verdadeiras astúcias" (CERTEAU, 2014a, p. 40-41). Estes elementos e suas potencialidades são pouco explorados no contexto das atividades especializadas, como o urbanismo, gestão e planejamento urbanos. Também se encontram em conflito com as representações veiculadas por agentes produtores de informações e notícias. "O resultado tem sido, por um lado, praças e equipamentos projetados por especialistas, mas não apropriados e zelados pelos moradores e, por outro lado, o descaso com o logradouro público no entorno da moradia (MILAGRE et all, 2010, online).

Em *El Callao*, apesar de todas as interdições, os moradores tomam iniciativas de maneira autônoma produzem e modificam seus espaços públicos cotidianos em contraposição aos aspectos sócio-espaciais, técnico-construtivos, ambientais e bioclimáticos das moradias e habitações populares. Apresenta-se aqui o registro de uma prática cotidiana em especial: o uso e instalação de piscinas de plástico portáteis para recreação e lazer nas ruas da cidade. Trata-se de uma prática efêmera, generalizada, sistemática, recorrente e que revela certo grau de engajamento, capacidade de organização, discussão e transformação autônoma e coletiva dos espaços públicos cotidianos. Ela se estende por *El Callao* e muitos dos bairros populares e mais populosos da Região Metropolitana de Lima.

Nos registros iconográficos é possível perceber como esta prática se relaciona com o modelo e desenho urbano de ocupação do território. Nos lugares onde a deriva foi realizada é notável a elevada densidade demográfica[1], o uso predominantemente residencial, a área construída das quadras que superam 80%, as testadas dos lotes que variam de 3 a 6 metros em sua maioria. As edificações ocupam quase a totalidade do lote, praticamente todas geminadas, predominantemente de dois pavimentos, com fachadas dispostas no alinhamento predial e com acesso direto aos

1: Segundo dados da Oficina de Gestión de la Información y Estadistíca de Lima (2019), a região de El Callao possui uma população estimada de 1.067.320 habitantes, com uma superfície de 128,3 km² e uma densidade populacional de 8.320 habitantes por km².

ambientes internos. As principais aberturas para ventilação e iluminação diretas são as janelas frontais e pequenos espaços de fundo ou meio de lote, em sua maioria insuficientes. De modo geral, as condições técnico-construtivas são precárias, variando entre edificações de alvenaria e madeira. Aparentemente, sistemas de coberturas são os elementos mais precários. As casas apresentam em suas janelas e portas reforços por grades, indicando a necessidade de proteção e uma percepção de insegurança[2]. Raramente se encontra algum tipo de vegetação nos logradouros públicos. Ruas e calçadas apresentam pavimentações precárias, algumas áreas mantém-se em solo exposto, em terra batida ou cascalhos e pedregulhos. As calçadas possuem larguras que variam de 1 metro a 1,5 metros.

A julgar pela falta de espaço das moradias, as ruas e calçadas se tornam extensões dos espaços domésticos das habitações. As imagens de satélites para os trajetos percorridos são datadas no *Google Earth* com os anos de 2013, 2014 e 2018. A primeira impressão sugeria que fossem registros do ano de 2020 ou 2021, pois o fechamento de estabelecimentos comerciais e residências, além da pouca presença e circulação de pessoas nas ruas, indicavam que a população pudesse estar normas como a restrição à circulação e aglomerações em função da pandemia. Mesmo assim, é possível notar a necessidade que as pessoas possuem de usufruírem das calçadas, seja para se sentar, contemplar, conversar ou mesmo vigiar as crianças enquanto brincam. As piscinas de plástico portáteis são instaladas nos dias quentes e principalmente no verão, oferecendo uma alternativa de lazer e uma maneira de mitigar o desconforto térmico em função das baixas condições bioclimáticas das habitações.

Ressalta-se que as regiões de *El Callao* e metropolitana de Lima estão situadas numa faixa litorânea, com uma área significativa da província rodeada pelo Mar Bravo e o oceano Pacífico. Todavia, indústrias e o *Porto del Callao* ocupam com suas atividades a grande parte da faixa oeste voltada diretamente para o oceano Pacífico. Na área percorrida, ao sul da região de *El Callao*, encontra-se uma faixa de praia que já sofreu um processo de ocupação por novas moradias populares

2: Segundo dados do Instituto Nacional de Estadistica y Informática (2016), entre os anos de 2011 e 2015 registrou-se a média de 87,1% de percepção de insegurança na Provincia Contitucional del Callao, sendo que em 2015 a cada 100 habitantes 21 sofreram roubo ou tentativa de roubo de dinheiro, carteira e celular. A percepção de insegurança também tem a ver com o espaço público e o patrimônio edificado, 72,5% das denúncias registradas em 2014 por tipo de delito foram registradas contra o patrimônio

e que não apresenta sinais de uso, estando interditada por muros em algumas áreas. Acredita-se que isto se deve à falta de investimentos para inversão do local em espaços públicos de lazer para população, mas também às características do Mar Bravo que, ao que tudo indica, apresenta águas agitadas que avançam de forma violenta sobre a praia, tornando-a insegura para o uso da população. A percepção de que a área está localizada numa região praiana não ocorre, pois o modelo urbano de ocupação, além das características construtivas das edificações, não estão vinculados à esta condição geográfica da paisagem e dos seus efeitos bioclimáticos.

A *Avenida Costanera* é a via que pretende conectar o complexo de praias de Lima até *La Punta*, um dos distritos de *El Callao*. Ela recebeu investimentos para um novo projeto de requalificação, que se apresenta desconectado da realidade sócio-espacial dos distritos adjacentes, suprimindo a presença das habitações populares ao longo da avenida e reproduzindo uma representação dos espaços ricos de Lima e retirando as possibilidades de produção do espaço público cotidiano, como pode ser observado nas Figuras 12 e 13. Estas decisões reproduzem os modelos hegemônicos de intervenção nas cidades mundo afora, “em vez da ação que preserva a espontaneidade e que procura compreender os muitos outros em suas próprias circunstâncias,



Figura 12: Imagem de satélite da Avenida Costanera. Fonte: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2020. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021



Figura 13: Imagem de satélite da Avenida Costanera e banner do projeto de requalificação da via com representação inadequada do território. Fonte: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2020. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021.

adotam-se intervenções que buscam a rendição do outro" (RIBEIRO, 2012, p. 64).

De outra parte, em vista aérea é possível perceber a descontinuidade do tecido urbano no que se refere às áreas verdes e os espaços públicos como praças e parques entre toda região metropolitana e a província de *El Callao*, que apresenta pouquíssimas tipologias destes elementos. No trajeto da deriva foi encontrado uma praça – a *Plaza Guardia Chalaca* – e um parque – *Parque PNP Alipo Ponce Vásquez* – que se destacam em relação ao conjunto geral da paisagem e do espaço urbanos por serem espaços planificados, especializados e projetados para demarcar a posição de autoridade e poder da *Policia Nacional del Peru*. Nas Figuras 14 e 15 é possível perceber o tratamento diferenciado dos elementos de paisagismo, sinalização viária e limpeza urbana em relação aos outros espaços adjacentes a estas áreas. Estes espaços públicos projetados contrastam e coexistem com os espaços públicos cotidianos, estabelecendo um contraponto material e simbólico da atuação do governo e do urbanismo proposto em detrimento da reprodução sócio-espacial das comunidades que ali vivem.



Figura 14: Imagem de satélite da Avenida Costanera em área precária de El Callao. Fonte: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2020. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021.

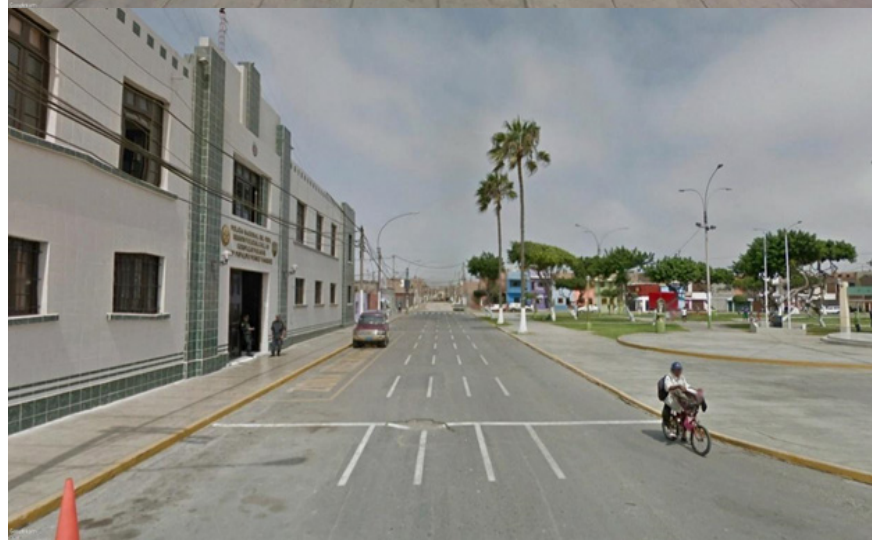


Figura 15: Imagem de satélite da Avenida Costanera em área precária de El Callao. Fonte: GOOGLE EARTH, El Callao – Peru, 2020. Disponível em: https://www.google.com.br/earth/download/gep/agree.html. Acesso em: 13 jan. 2021.

À vista destas reflexões, os contextos produzidos pela vida de relações em *El Callao* trazem à tona a experiência social como dimensão da realidade urbana, estabelecendo um nível de vitalidade e apropriação dos espaços públicos apesar dos impactos que a crise da sociedade pode ocasionar, "esta cidade permanece ativa na tessitura do cotidiano". (RIBEIRO, 2012, p. 66). Neste sentido, a vida cotidiana – habitualmente identificada

com os “valores relativos ao interesse prático, na visão limitada de uma vida submetida às necessidades” (BÉGOUT, 2009, p. 11, tradução nossa) –, supera a perspectiva de sua trivialidade, de um domínio do insignificante e da miséria, para constituir-se em potência, em capacidade de explicitação do social e da esfera pública, cujo estado se eleva ao sentido geral da condição humana (LEFEBVRE, 1958).

Desse modo, visando a apreensão das relações que se desenvolvem no plano do cotidiano e que são expressas num espaço-tempo, Ribeiro aponta para a necessidade de superar as representações hegemônicas do espaço popular, o que implica em confrontar a noção predominante de território, “permitindo o reconhecimento de historicidades singulares, da potência de sujeito dos muitos outros, da rugosidade que permite a sua sobrevivência e dos vínculos sociais que transcendem a visão censitária da sociedade, ou seja, a colagem da população ao espaço através do domicílio” (RIBEIRO, 2012, p. 65-65). Compreende-se que o espaço público cotidiano – na qualidade das relações sócio-espaciais que definem sua produção e uso –, traz à luz, sob forma de resistência, as possibilidades outras que podem nos orientar para o exercício concreto do direito à cidade, potencializando a atividade autônoma dos sujeitos e ressignificando sua capacidade criadora.

DISPUTAS E NARRATIVAS SÓCIO-ESPACIAIS

O jornalista e cinegrafista Fernando Lucena, da *FL Films*[3], juntamente à *AJ+*[4], realizaram em 2017 uma série documental composta por quatro episódios intitulada *Inside El Callao* (Por dentro de El Callao)[5]. A série retrata a onda de violência que assola *El Callo*, vinculada ao comércio mundial multibilionário de venda e distribuição de cocaína, tendo o *Porto del Callao* como o principal equipamento estruturador deste esquema global. O documentário apresenta dados que revelam que a região possui mais que o dobro das taxas de homicídio do resto do país. O porto representa o lugar mais perigoso para se trabalhar e seus funcionários são mortos em ritmo alarmante.

3: A FL Films é uma produtora de filmes e de documentários factuais, dirigida por Fernando Lucena. Conta com grupos de cinegrafistas, editores e jornalistas de diferentes regiões do mundo. Possui como foco conflitos armados, protestos indígenas, imigração, coberturas dos bastidores de campanhas eleitorais e ampla cobertura da “Guerra às Drogas” nos mais perigosos focos do comércio ilegal no mundo (FL FILMS, 2021. Disponível em: https://www.fernandolucenafilms.co.uk/about.php. Acesso em 23/02/2021)

4: A AJ+ (Al Jazeera) é uma emissora com foco narrativo e notícias globais, dedicada aos direitos humanos. Faz parte da Al Jazeera Media Network, entidade editorialmente independente financiada pelo governo do Catar. Foi lançada em 1996 e tornou-se reconhecida pelos trabalhos sobre a invasão do Iraque pelos Estados Unidos, levando ao lançamento da Al Jazeera English em 2006 (AJ+, 2021. Disponível em: https://www.ajplus.net/about. Acesso em 23/02/2021).

5: Disponível em: https://www.fernandolucenafilms.co.uk/productions.php; https://www.youtube.com/watch?v=rkv4hHWq750&list=PLZd3QRtSy5LNf5nZj9MFU7EVqQSwnBg8x. Acesso em: 26/02/2021.

Os trajetos percorridos na deriva são, em parte, também realizados pela equipe de documentaristas, que buscam mostrar o submundo do crime na cidade, onde jovens pistoleiros trabalham para cartéis de cocaína internacionais. No documentário fica evidente que os recursos empregados pelos moradores para protegerem suas casas, como grades, fazem parte de uma vivência cotidiana da violência e dos assassinatos. No segundo pavimento das residências ficam à espreita, “como olhos das ruas”, toda a atenção destes jovens que atuam pelo tráfico. As drogas, o vício e a violência afetam todos os aspectos da vida cotidiana da população. Gerações de criminosos se formam numa mesma família. Jovens assassinos são glorificados durante a vida e após a morte e ganham expressão pelos espaços por meio de murais nos bairros populares e em galerias de arte frequentadas pelas elites, revelando a verticalidade com que se organiza a atividade do tráfico de drogas e como as posições de poder se conectam simbolicamente.

Por outro lado, são documentados os esforços de moradores locais em construir mudanças sociais positivas nas ruas de *El Callao*, geralmente são pessoas que tiveram familiares assassinados ou que estão envolvidos no esquema. Estes agentes procuram criar agendas culturais e grupos de apoio para crianças, adolescentes e adultos. Os desafios do governo federal, da região e do município frente ao tráfico são enormes. Isto explica, em alguma medida, a localização próxima de dois setores da *Policia Nacional del Peru* dentro de uma área relativamente pequena e a presença de muitos policiais patrulheiros (a pé ou em motocicletas) pelas ruas, geralmente posicionados nas esquinas.

A *FL Films* e *AJ+* aprofundam a compreensão das relações sócio-espaciais no território de *El Callao*, o que, evidentemente, não poderiam ser apreendidas apenas pela experiência da deriva que foi construída de maneira digital e em condição mediada. O ponto de vista do documentário, que vincula a narrativa da produção com as narrativas dos diversos sujeitos locais, não só complementa o exercício, como modifica substancialmente o olhar para este território. São reveladas, num nível mais específico da reprodução da vida cotidiana, as manifestações no

seio daquela formação social e suas expressões e contradições sociais localizadas numa escala familiar mas também supranacional, onde a população se vê em meio a esquemas de agenciamento do tráfico de drogas e que transcendem as relações locais e de vizinhança, tornando-se reféns de ordens socioeconômicas estabelecidas em nível global.

Em alguma medida, os padrões formais de ocupação do território revelam determinados padrões dos processos sociais que acometem a região. No que se refere à dinâmica e à questão urbanas, tomando a posição de Lefebvre, se dá o nexo entre conflitos e desencontros nas relações sócio-espaciais por meio de uma "ordem próxima" (da vizinhança, das esferas de reprodução do cotidiano, da apropriação social) e uma "ordem distante" (a do Estado e das relações de dominação, também as mais gerais e mais globais na esfera da produção e reprodução da sociedade) (LEFEBVRE, 2006, p. 315). Sendo assim, a simultaneidade e coexistência destes processos moldam esta região como uma situação histórica altamente complexa, e que não pode ser interpretada mediante os "gestos na rapidez desejada para a notícia" (RIBEIRO, 2012, p. 65). Gestos minúsculos, assimetrias, ritmos e singularidades que se dispõem ao redor dos corpos (de cada corpo e de suas conexões), que se prolongam em lugares afetados (afetivos), dando-lhes potência simbólica, coexistirão com níveis de generalidades, com a matriz homogênea do espaço capitalista, com a prática absolutista da palavra política, da ordem e da ordenação, com seus atributos simbólicos mas também seus desvios, anomalias e contradições (LEFEBVRE, 2006).

Neste sentido, buscou-se compreender as disputas e narrativas da representação sócio-espacial vinculada à pratica do uso e instalação das piscinas de plásticos portáteis na região de *El Callao*. Esta prática, que há muito tempo se constitui em modo de produção do espaço público cotidiano, e que de modo geral está presente em toda Região Metropolitana de Lima, mas também em países vizinhos como o Chile[6], é motivo de discussões e conflitos entre comunidades, moradores e várias instâncias de governo. Mapeou-se um conjunto de notícias de jornais locais e nacionais, que em sua maioria denunciam esta prática. O levantamento pode ser visto no Quadro 1 e nas Figuras 16 e 17.

6: Segundo notícia do jornal Soy Chile (2016), ocorreu uma ampla discussão nas redes sociais entre moradores da província de Iquique, na região de Tarapacá no Chile, em função do uso e instalação de piscinas de plástico portáteis em diferentes vias públicas dos distritos da província, levantando opiniões contra e a favor da prática

(Disponível em: https://www.soychile.cl/Iquique/Sociedad/2016/01/24/371611/Revuelo-en-redes-sociales-por-instalacion-de-piscinas-en-calles-de-Hospicio.aspx. Acesso em: 09/02/2021).

NOTÍCIA / REFERÊNCIA	PRINCIPAIS PONTOS
FISCALIZADORES son cargados y lanzados a una piscina tras intervenir a sujetos que la colocaron en la vía pública. **El Comércio.** Lima, 02 mar. 2021. Disponível em: https://elcomercio.pe/lima/sucesos/cercado-de-lima-fiscalizadores-son-cargados-y-lanzados-a-una-piscina-tras-intervenir-a-sujetos-que-la-colocaron-en-la-via-publica-municipalidad-de-lima-nndc-noticia/?ref=ecr. Acesso em: 04 mar. 2021.	- Responsáveis pela fiscalização e controle do município de Lima foram atirados nas piscinas por moradores e tiveram seus pertences roubados - As queixas se deram porque a piscina estava obstruindo a via pública - 40 pessoas aproximadamente no local
BREÑA impondrá multa de S / 2.200 a quienes instalen piscinas portátiles em las calles. **El Comércio.** Lima, 21 fev. 2021. Disponível em: https://elcomercio.pe/lima/sucesos/covid-19-en-peru-brena-impondra-multa-de-s2200-a-quienes-instalen-piscinas-portatiles-en-las-calles-nndc-noticia/ Acesso em: 26 fev.2021.	- Multa de 50% da Unidade Impositiva Tributária (UIT) = S/2.200 (soles) - As piscinas impedem o trânsito - Uso não recomendado na quarentena - Portaria Municipal 0555-2021-MDB – os cidadãos serão catalogados como infratores ao usar e instalar as piscinas - Apoio da Polícia Nacional para aplicar as multas - Os adultos expõem crianças à enfermidades virais, incluindo COVID-19 - O uso das piscinas não permite o distanciamento - Surgem poças d'água na rua convertendo-se em foco de infecções virais e de insetos - As piscinas não contam com sistema de recirculação da água e de cloração - São utilizados 120 mil metros cúbicos de água que podia servir para o uso doméstico de 12 mil famílias

CALLAO: Denuncian que piscinas portátiles obstruyen calles y utilizan instalaciones clandestinas. **RPP Notícias.** Lima, 17 jan. 2020. Disponível em: https://rpp.pe/lima/actualidad/callao-denuncian-que-piscinas-portatiles-obstruyen-calles-y-utilizan-instalaciones-clandestinas-noticia-1240132?ref=rpp Acesso em: 26 fev.2021.	- Ocupação indevida das vias públicas - Utilização de 6 mil litros de água potável - Obstrução da passagem de carros, patrulhas de polícia e unidades de emergência - Instalações clandestinas - Reclamações de vizinhos - Instalações elétricas das habitações são prejudicadas - A Administração Geral de Saúde do município de Callao proibiu o uso e instalação das piscinas em via pública desde o ano de 2017, sujeito a multa de 4300 soles
MÁS de 15 piscinas portátiles fueron decomisadas en el Callao por estar instaladas en la calle. **Diário Correo.** Lima, 27 fev. 2020. Disponível em: https://diariocorreo.pe/edicion/lima/callao-mas-de-15-piscinas-portatiles-son-decomisadas-por-ser-instaladas-en-plena-via-publica-noticia/ Acesso em: 26 fev.2021.	- Obstrução da circulação de veículos e pedestres - Operação de controle junto à Polícia Nacional - Vereadores denunciaram o uso e instalação de piscinas por levarem ao mau uso de água e à inundações em residências - Águas estancadas atraem mosquitos - Departamento Geral de Saúde - há águas contaminadas e com PH elevado
CALLAO: piscina portátil de 5 metros bloqueaba calle de Sarita Colonia**. La República**. Lima, 27 fev. 2020. Disponível em: https://larepublica.pe/sociedad/2020/02/27/piscina-portatil-de-5-metros-bloqueaba-calle-de-sarita-colonia-en-el-callao/?ref=lre Acesso em: 26 fev.2021.	- Piscina de 5 metros de comprimento é instalada em via pública - Responsável cobrava 2 soles por hora - Constatação de outras mais 15 piscinas - As piscinas obstruem as vias - Mal uso da água - Águas contaminadas e com PH elevado

VECINOS del Callao vuelven a instalar más piscinas inflables. **Panamericana.** Lima, 07 fev. 2019. Disponível em: https://panamericana.pe/24horas/locales/259442-vecinos-callao-vuelven-instalar-piscinas-inflables Acesso: 26 fev.2021	- Cada piscina consome entre 6 e 10 mil litros de água - Desde janeiro foram realizadas várias operações para apreensão das piscinas - Não possuem sistema para recirculação de água e nem cloração - Prejudiciais em tempos de escassez de água
CALLAO: multarán con una UIT para los que instalen piscinas portátiles en las calles. **Extra.** Lima, 20 jan. 2018. Disponível em: https://www.extra.com.pe/actualidad/callao-multaran-con-una-uit-para-los-que-instalen-piscinas-portatiles-en-las-calles/ Acesso em: 26 fev.2021.	- Multa de S/4.150 (soles) por mau utilizar a água potável (propósito de cuidar da saúde da vizinhança) - Piscinas não contam com sistema de recirculação de água, aumentando a carga de bactérias e micróbios - Água estancada é um perigo - Invadem a via pública, obstruindo a passagem de carros e pedestres - É preciso combater as pessoas que não respeitam as autoridades - Ocupação ilegal da via pública
CALLAO: Decomisarán piscinas portátiles en las calles y multarán al propietario con S/ 4,150**. Gestión**. Lima, 08 jan.2018. Disponível em: https://gestion.pe/peru/callao-decomisaran-piscinas-portatiles-calles-y-multaran-al-propietario-s-4-150-224420-noticia/?ref=gesr Acesso em: 26 fev.2021.	- Departamento Geral de Saúde da Municipalidade Provincial de Callao é responsável pelos mecanismos de vigilância, prevenção e controle de Dengue e Chikunguya - Portaria Municipal N° 004-2017 – fica proibido o uso e/ou instalação de piscinas em via pública, multa de 100% da UTI - S/4.150 (soles) - Risco de saúde, pois não contam com sistema de recirculação da água, o que aumenta a carga de micróbios e bactérias - A água estancada por vários dias é um perigo - As piscinas obstruem as pistas e calçadas - Ocupação ilegal da via pública

ELGUERA, Luis Garcia Miró. Callao es el lugar donde más agua se desperdicia. **Expresso.** Lima, 22 dez. 2017. Disponível em: https://www.expreso.com.pe/edicion-callao/callao-es-el-lugar-donde-mas-agua-se-desperdicia/ Acesso: 26 fev.2021.	- Verão / Sedapal realiza chamado para o desperdício de água nos bairros mais populosos de Callao e Lima - A prática gera perda de água equivalente ao consumo de 4.800 famílias - Desperdício supera os 120 mil metros cúbicos de água, as piscinas possuem capacidade entre 7 e 12 mil litros de água - Volume é despejado nas vias públicas - As piscinas são armadas em festas de Natal, Ano Novo, Carnaval e todo o verão - São realizadas conexões clandestinas - Sedapal – furto de água potável por conexões clandestinas e manipulação de leitores é considerado delito de furto agravado, sob pena de prisão de 4 a 8 anos
CALLAO: Multarán a vecinos que coloquen piscinas portátiles en la vía pública. **Capital.** Lima, 06 jan. 2017. Disponível em: https://capital.pe/actualidad/callao-multaran-a-vecinos-que-coloquen-piscinas-portatiles-en-la-via-publica-noticia-1021810 Acesso: 26 fev.2021.	- Proibição do uso e instalação de piscinas portáteis em todas as suas dimensões e características / enquadrada como infração sujeita à multa - Medidas dirigidas às vigilância, prevenção e diagnóstico da saúde da população - Evitar proliferação e criadouros de larvas e mosquitos transmissores de Dengue e Chikungunya - Não contam com sistemas de recirculação de água e aplicação de desinfetantes - Depois do uso a água é despejada nas ruas, ocasionando o estancamento e danificando a infraestrutura urbana - Sansão por impedir o livre trânsito de veículos e pedestres - Ocupação indevida da via pública, sem autorização municipal
CALLAO multará a vecinos que usen piscinas portátiles en las calles. **América Notícias.** Lima, 06 jan. 2017. Disponível em: https://www.americatv.com.pe/noticias/actualidad/callao-multara-vecinos-que-usen-piscinas-portatiles-calles-n260414 Acesso em: 26 fev.2021.	- É preciso evitar a obstrução do trânsito de veículos e de pedestres - Portaria Municipal N° 004-2015 já proibia a prática - Multa 4.500 soles - Evitar a proliferação de larvas e mosquitos transmissores de dengue e Chikungunya - Ocupação ilegal da via pública
CALLAO: Piscinas armables impiden circulación de vehículos. **RPP Notícias.** Lima, 01 fev. 2015. Disponível em: https://rpp.pe/lima/actualidad/callao-piscinas-armables-impiden-circulacion-de-vehiculos-noticia-765283?ref=rpp Acesso em: 26 fev.2021.	- Piscinas bloqueiam a pista, ocorre no Carnaval e em todos os meses de fevereiro - As poças atraem mosquitos - Não se pagam o serviço de abastecimento de água - Se estende por toda zona sul de Callao - Usuário menciona a atuação da polícia e funcionários municipais que fazem vista grossa

De modo geral, as notícias se voltam à proibição da prática por vários motivos: constitui-se em prática ilegal[7], considerada como ocupação indevida do espaço público; faz uso clandestino dos hidrantes e da rede de abastecimento de água potável[8]; pode danificar instalações elétricas das edificações; impedem o trânsito de veículos e pedestres; incita a aglomeração imprópria para o período pandêmico; cria condições para criadouros de larvas e mosquitos da dengue e chikungunya; possibilitam a proliferação de bactérias, micróbios e vírus por não possuírem sistema de recirculação de água e de sua cloração[9]; criam poças de água nas vias, danificando a infraestrutura; expõem as crianças à doenças infectocontagiosas; utiliza um grande volume de água potável (média de 6 a 12 mil litros por piscina, dependendo das dimensões), sobrecarregando o sistema de abastecimento.

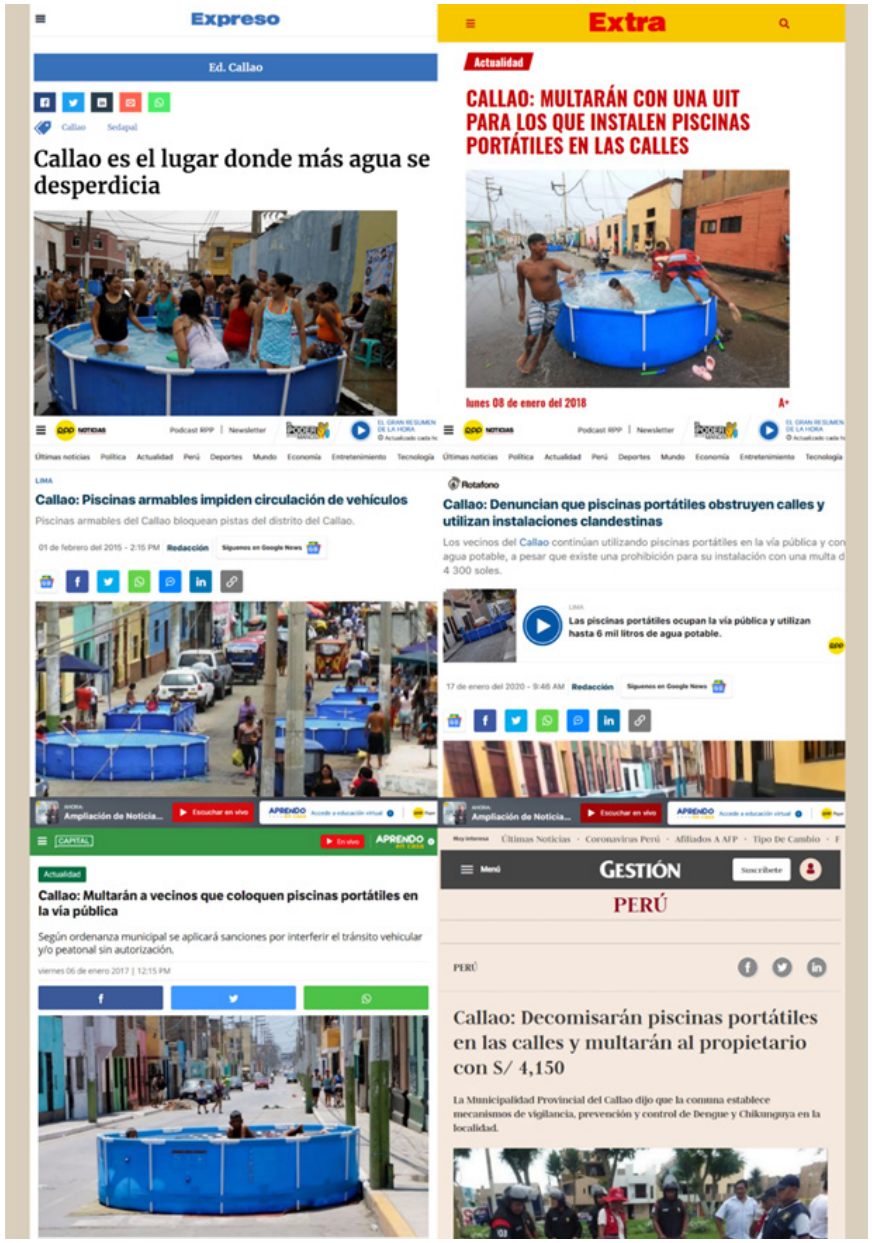


Figura 16: Painel de notícias sobre o uso e instalação de piscinas de plástico portáteis nas ruas de El Callao. Fonte: Organizado pelos autores, 2021.



Figura 17: Painel de notícias sobre o uso e instalação de piscinas de plástico portáteis nas ruas de El Callao. Fonte: Organizado pelos autores, 2021..

Mediante todas as contraindicações, pode-se entender que a continuidade da prática revela um longo processo de resistência dos moradores pelo direito de uso, apropriação e produção do espaço público cotidiano. Evidentemente, no cenário de pandemia a prática precisa recolher-se para minimizar os impactos da contaminação pelo coronavírus, assim como, a dinâmica e intervalos de uso pela população precisam considerar a necessidade de tratamento e recirculação da água para evitar o contágio por outras doenças. Há, inevitavelmente, uma disputa histórica pela prioridade do agente na organização do espaço urbano: por um lado o carro e sua condição de circulação, sempre em situações de atravessamentos; por outro, o habitante pedestre e o usuário comum que se colocam em posição de uso e permanência neste espaço. As notícias são levianas justamente por não considerarem a prática no contexto da produção e reprodução das relações sócio-espaciais, o que é tradicional da abordagem hegemônica de leitura e comunicação sobre a realidade urbana – que visa suprimir estes elementos –, e por não questionar como elas são definidas com referência à ocupação do território, aos modos de vida e ao direito de apropriação do espaço público. Questiona-se o grande volume de água utilizada nesta prática de recreação, que pode ser a única, e que se vincula diretamente à precariedade das condições de moradia, mas não se questiona os volumes exorbitantes utilizados por diferentes indústrias, por exemplo. As notícias reiteram a posição hegemônica do aparelho de Estado e suas condições de normatização e regulação dos aspectos sócio-espaciais, levando à redução dos sentidos da ação social. Segundo Ribeiro, este tipo de processo "atinge a qualidade da política, traduz-se em militarização do cotidiano, independentemente dos atores sociais envolvidos" (RIBEIRO, 2012, p. 64).

Entende-se que há, concretamente, "uma sociedade profundamente ativa sem representações sociais correspondentes" (RIBEIRO, 2012, p. 65). O ponto de vista adotado aqui é de que a realidade urbana, a vida cotidiana e suas relações sócio-espaciais devem configurar-se em categorias para mediação dos processos decisórios, para que grupos e sujeitos históricos tenham condições suficientes de mobilização. Os noticiários apresentam argumentos importantes de serem avaliados, como o volume utilizado de água potável e a eminência do contágio de doenças. Todavia, não há menção sobre quais formas de negociação estão sendo construídas para

7: O município de *El Callao*, mediante *Ordenanza Municipal nº 004-2017* – anteriormente *Ordenanza Municipal nº 004-2015* – dispõe sobre a proibição do uso e instalação de piscinas portáteis nas suas vias públicas, definindo a apreensão do equipamento e a multa de 4.300 soles (equivalente a mais ou menos 6.630 reais).

8: O abastecimento é realizado pela empresa estatal de direito privado SEDAPAL – *Servicio de Agua Potable y Alcantarillado de Lima*. O furto de água potável por conexões clandestinas é considerado delito de furto agravado, sob pena de 4 a 8 anos de prisão (JORNAL EXPRESSO, 2017. Disponível em: https://www.expreso.com.pe/edicion-callao/callao-es-el-lugar-donde-mas-agua-se-desperdicia/. Acesso em: 11/02/2021).

9: Os parâmetros de contágio, carga microbiana, viral e bacteriana presentes nas piscinas são definidas pela *Administración General de Sanidad,* que conta com mecanismos de vigilância e fiscalização, além do apoio da *Gerencia de Sanidad, Policia Nacional del Peru, Policia Municipal del Callao e Gerencia General de Seguridad Ciudadana* (MUCINIPALIDAD PROVINCIAL DEL CALLAO, 2019. Disponível em: https://www.municallao.gob.pe/index.php/noticias/1592-municipio-del-callao-decomiso-piscinas-instaladas-en-la-via-publica. Acesso em: 09/02/2021).

manter o direito da população pela apropriação do seu espaço público cotidiano. O serviço técnico-burocrático é colocado na posição de quem diagnostica e impõem um tratamento, que neste caso é a erradicação da prática. Se, se pensa na "técnica aplicada ao cotidiano" (LEFEBVRE, 1972, p. 41-42), então ela pode servir à uma racionalidade dialógica (FREIRE, 2020) que busca outras vias para resolução dos problemas. Não seria possível elaborar sistemas públicos para captação de água da chuva, por exemplo, e que pudessem servir à esta prática? Seria possível construir um sistema de pequenos equipamentos que permitissem a recirculação da água utilizada? A cloração poderia ser efetuada mediante um kit com o produto dosado em relação às dimensões das piscinas e às necessidades dos moradores, realizada por eles mesmos? O problema de estancamento de água nas ruas se deve à prática ou à fragilidade da infraestrutura e do sistema de escoamento urbano? Acredita-se que estas perguntas deveriam fazer parte de um outro processo de negociação do município com seus moradores.

POR UM PROCESSO DIALÓGICO DE PRODUÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO COTIDIANO

O relato do exercício de deriva mostrou-se bastante produtivo, revelando sua condição estratégica para aproximação de uma "nova cartografia, de uma cartografia da ação que inclua as descobertas, e também as mazelas, do cotidiano" (RIBEIRO, 2012, p. 65). E que pode recorrer ou ser expressa por diferentes formas (em mapas, diálogos, documentários, notícias etc.), visando uma certa desobediência à cartografia dominante – "que conta com a aliança do Estado com a mídia hegemônica" – , e o uso da técnica e da linguagem à serviço dos sujeitos, de modo "que rompam com a seleção espacial e social produzida pelas interpretações mais veiculadas da vida coletiva" (RIBEIRO, 2012, p. 64).

Pode-se perceber que há uma resistência por parte dos moradores à transformação do seu espaço público cotidiano em produto midiático, em lugar homogêneo, destituído de ação e consensual. Como pode ser visto, "o desentendimento, a explicitação de dissensos, seria uma forma ativa de resistência, de ação política" (JACQUES, 2009, online) e, portanto, aponta para a possibilidade de evitar que os espaços públicos cotidianos se tornem meros cenários, plasticamente atraentes, mas cotidianamente inutilizados. Há

uma vitalidade sócio-espacial que é sistematicamente recusada nas representações da vida urbana, "uma vitalidade submetida a leituras simplificadoras ou negativistas, formuladas sem empatia por analistas que se alçam à posição de intérpretes ou tradutores dos anseios da sociedade" (RIBEIRO, 2012, p. 65).

Por fim, o reconhecimento do caso de *El Callao*, que assemelha-se a muitos espaços e contradições presentes nas cidades latino-americanas, aponta de forma clara para a necessidade de se instituir um processo dialógico (FREIRE, 2020) de cunho político-filosófico voltado à ação coletiva em geral, incluindo uma perspectiva socialmente crítica das dinâmicas que estruturam as práticas sócio-espaciais e cotidianas de produção e reprodução do espaço urbano. Também é preciso que se valorize os "contextos da ação, vínculos sociais, vivências e experiências", que não se "renegue o pequeno, aquilo que, mesmo fugaz, pode ser de extrema importância por constituir-se na única resistência possível nos enredos e descaminhos do mapa do medo" – este último tão prestigiado pela mídia hegemônica, "que confunde evento e cotidiano e, ainda, conflito e guerra" (RIBEIRO, 2012, p. 65). Isto implica, por parte dos técnicos e instâncias de governo, a responsabilidade sobre a promoção da autonomia daqueles que se constituem em objeto de conhecimento e sujeitos históricos, reintegrando o sentido da esfera pública ao espaço cotidiano e estabelecendo margens para manobras e diálogos efetivos para a realização material e sociocultural das cidades.

Referências

BÉGOUT, Bruce. La potencia discreta de lo cotidiano. **Persona y Sociedad**, Santiago, v. XXIII, n. 1, p. 9-20, 2009.

CARPETA GEOREFERENCIAL REGIÓN CALLAO PERÚ. **Oficina de Gestión de la Información y Estadística Dirección General Parlamentaria.** Congresso República. Lima, março de 2019. Disponível em: <http://www.congreso.gob.pe/Docs/DGP/GestionInformacionEstadistica/files/i-07-callao.pdf > Acesso em: 04 de março de 2021.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2014a.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: 2. Morar, cozinhar. Petrópolis: Vozes, 2014b.

DEBORD, Guy. Teoria da deriva. In.: JACQUES, Paola Berenstein (Ed.). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade**.** Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 87-91.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz e Terra, 2020.

INEI – Instituto Nacional de Estadística y Informática. **Situacion demografica, economica y social**: Provincia del Callao. 2016. Disponível em: <https://www.inei.gob.pe/media/MenuRecursivo/boletines/presentacion_callao.pdf> Acesso em: 04 de marco de 2021.

JACQUES, Paola Berenstein. A experiência errática da cidade: em busca da alteridade urbana. In.:

RIBEIRO, Ana Clara Torres; VAZ, Lilian Fessler; SILVA, Maria Lais Pereira da (Ed.). **Leituras da cidade**. Rio de Janeiro: Letra Capital; ANPUR, 2012. p. 48-64.

JACQUES, Paola Berenstein. **Notas sobre espaço público e imagens da cidade**. Arquitextos, São Paulo, [S.I.], n. 110, s.p. (online), 2009. Disponível em: <http://vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.110/41>. Acesso em: 25 de janeiro de 2021.

KAPP, Silke. Direito ao espaço cotidiano: moradia e autonomia no plano de uma metrópole. **Cadernos Metrópole**, São Paulo, v. 14, n. 28, p. 463-485, jul/dez. 2012.

_____. Grupos sócio-espaciais ou a quem serve a assessoria técnica. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, São Paulo, v. 20, n. 2, p. 221-236, mai/ago. 2018.

LEFEBVRE, Henri. **Critique de la vie quotidienne I**: Introduction. París: L'Arche Editeur, 1958. [1946]

_____. **Contra los tecnocratas**. Buenos Aires: Granica Editor, 1972 [1967].

_____. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4ª ed. Paris: Éditions Anthropos, 2000) Primeira versão, 2006.

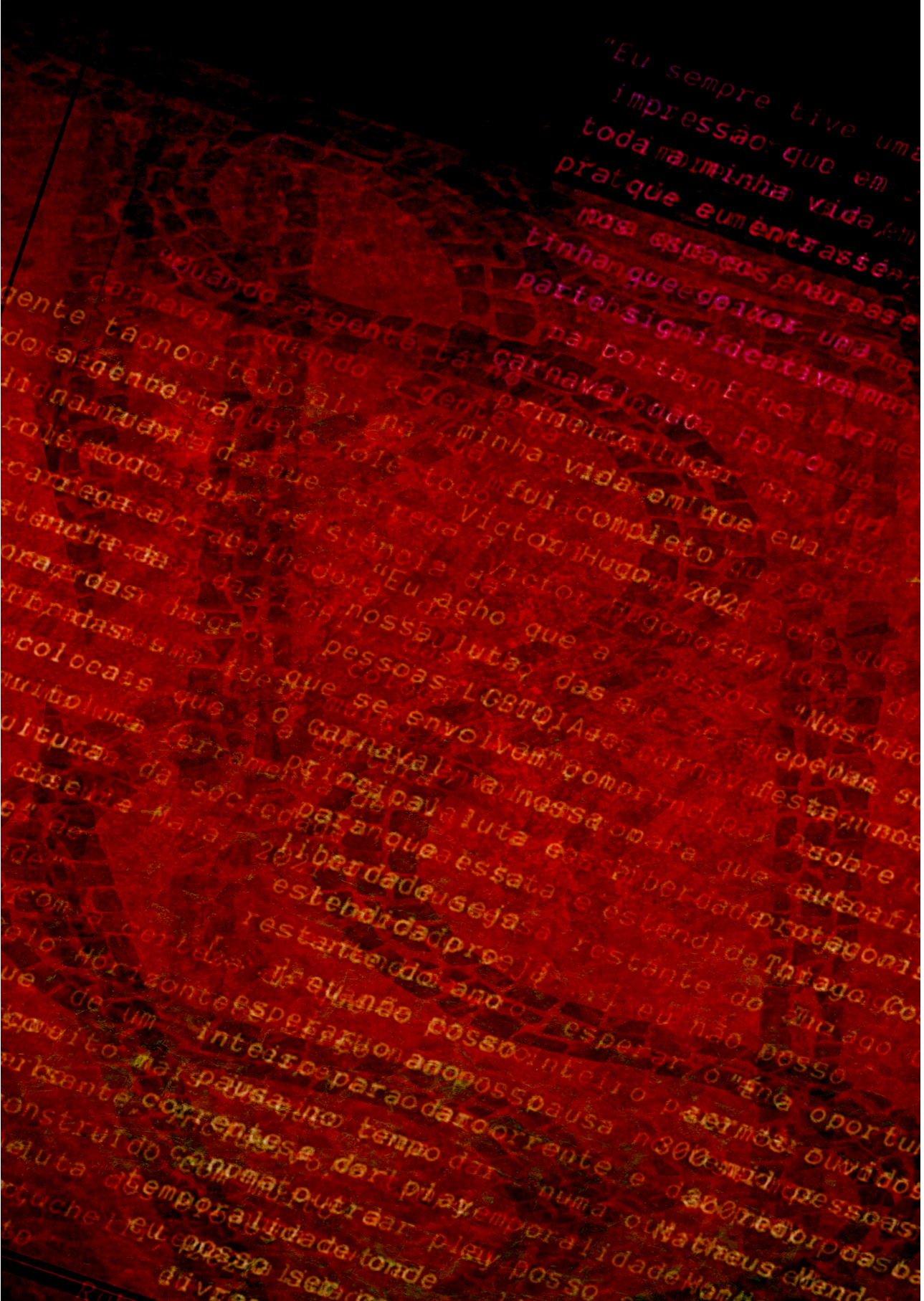
MILAGRES, Lígia; KAPP, Silke; BALTAZAR, Ana Paula. A produção do espaço cotidiano de uso público. **Revista Vírus**, São Carlos, [S.I.], n. 4, s.p. (online), 2010.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. Homens lentos, opacidades e rugosidades. **Redobra**, Salvador, [S.I.], n. 9, p. 58-71, 2012.

VISCONTI, Jacopo Crivelli. **Novas derivas**. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2014.

***Maycow Nathan Carvalho Gregório** é Arquiteto e Urbanista pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do CEPPUR – Centro de Estudos em Planejamento e Políticas Urbanas, e do grupo de pesquisa CUAL – Comum Urbano na América Latina. Estuda sobre teoria crítica da arquitetura, do urbanismo e do planejamento urbano, produção do espaço cotidiano e metodologias da pesquisa sócio-espacial. E-mail: maycow.arq@gmail.com

Aliery Araújo Nascimento Geógrafa pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Planejamento Urbano da Universidade Federal do Paraná (UFPR). Integrante do OEP – Observatório do Espaço Público. Estuda sobre temas relacionados à geografia urbana e ao espaço público.. E-mail: aliery.araujo@gmail.com



Outra cidade possível: experimentações LGBT+ no carnaval de rua[1]

Another possible city: LGBT + experiences in the street carnival

Carolina Rodrigues Chaves Nogueira, Raquel Garcia Gonçalves*

Resumo

Os espaços públicos, ainda que pretensamente acessíveis de modo igualitário, oferecem possibilidades de usufruto e ocupação mais ou menos restritivas, dependendo dos grupos que ali se colocam. A cidade, enquanto reflexo das ideias e valores sociais dominantes, tem na heterossexualidade a norma legítima e moralmente constituída, que conforma não apenas modos de pensar, mas também os comportamentos expostos nos espaços públicos, sendo a vida urbana reflexo da cultura. O artigo tem como objetivo principal apresentar narrativas contra hegemônicas sobre a vivência urbana. Para isso, tais narrativas foram cartografadas através de experiências de pessoas LGBT+, no contexto espaço-temporal do Carnaval de Rua de Belo Horizonte, Minas Gerais/Brasil. A cartografia como método permitiu a produção de dados subjetivos que levaram a um debate inspirado na atuação da Internacional Situacionista, que buscava construções experimentais de momentos e ambiências guiadas por desejos transformadores da normalidade passiva do cotidiano. Dessa forma se busca mostrar, através das narrativas, que o Carnaval de Rua estabelece um espaço-tempo onde se questiona o discurso dominante da heteronormatividade, propiciando uma vivência urbana transformada em relação àquela experienciada na rotina habitual

Palavras-chave: espaço público; comunidade LGBT+; carnaval de rua; Internacional Situacionista.

Abstract

Public spaces, although supposedly equally accessible, offer possibilities for more or less restrictive enjoyment and occupation, depending on the groups placed there. The city, as a reflection of the prevailing social ideas and values, has in heterosexuality the legitimate and morally constituted norm, which shapes not only ways of thinking, but also the behaviors exposed in public spaces, with urban life reflecting culture. The main objective of the article is to present counter-hegemonic narratives about urban living. For that, such narratives were mapped through experiences of LGBT + people, in the space-time context of the Street Carnival in Belo Horizonte, Minas Gerais / Brazil. Cartography as a method allowed the production of subjective data that led to a debate inspired by the action of the Situationist International, which sought experimental constructions of moments and environments guided by desires that transform passive normality in everyday life. In this way, it is sought to show, through the narratives, that the Street Carnival establishes a space-time where the dominant discourse of heteronormativity is questioned, providing a transformed urban experience in relation to that experienced in the usual routine.

Keywords: *public place; LGBT + community; street carnival; Situationist International.*

1 INTRODUÇÃO

Existe um entendimento hegemônico, como tratado e criticado por Delgado, de que, nos espaços públicos, são desfeitas as desigualdades sociais, sendo seu acesso livre e igualitário, como se existisse uma esfera pacífica entre os diversos elementos da sociedade, onde as diferenças são superadas e postas de lado (DELGADO, 2011). O espaço público, porém, é o lugar da vida coletiva, das ações públicas, dos encontros, das disputas cotidianas, dos conflitos. Nesse sentido, apesar do discurso que idealiza os espaços públicos, nesse mesmo espaço real as diferenças e conflitos se escancaram e se apresentam como práticas de resistência e contestação. As desigualdades de classe, gênero, raça, sexualidade, carregadas de estigmas, ali se evidenciam e ganham visibilidade. Ao mesmo tempo, o espaço público explicita o exercício de poder de um grupo sobre outro, da inclusão de uns em detrimento de outros.

A cidade, enquanto reflexo das ideias e valores sociais dominantes, tem na heterossexualidade a norma legítima e moralmente constituída, revelando um ambiente que rejeita sexualidades e identidades de gênero desviantes deste padrão sexual (CARVALHO & MACEDO, 2017). A heterormatividade conforma não apenas modos de pensar, mas também comportamentos expostos na cidade, sendo a vida urbana reflexo da cultura. Depoimentos e dados de violência urbana contra pessoas LGBT+[2] demonstram que os espaços públicos, supostas áreas de convivência e harmonia coletiva, em realidade representam cerceamento de vivências e risco de existência de grupos que rompem com os acordos de sexualidade impostos pelos poderes atuantes sobre os corpos na cidade. Logo, a repressão moral, legislativa e/ou violenta, visa a proteção desses valores dominantes, vislumbrados no controle das formas de uso e apropriação dos espaços públicos.

Segundo Soliva, cuja pesquisa tratou de entrevistar jovens LGBT+ na cidade do Rio de Janeiro, a violência urbana contra esse grupo é desencadeada por ao menos duas ações: a primeira, por demonstrações públicas de afeto entre pessoas do mesmo sexo. A segunda, em "situações nas quais estão presentes uma ou mais pessoas que destoam das expectativas

1: O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001, além do CNPq e da FAPEMIG.

2: Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros

de gênero associadas ao seu sexo biológico" (SOLIVA, 2011, p.124). Grupos que possuem existências não-normativas, tais como aqueles que questionam a heterossexualidade e a binaridade de gêneros, buscam encontrar vivências resistentes às ações e discursos dominantes. A manifestação pública de afeto como visibilidade da diversidade sexual, de acordo com Silva & Santos, importa tanto por necessidade de expressão de sentimentos, individual, quanto por estratégia coletiva de enfrentamento à violência e às violações de direitos (SILVA & SANTOS, 2015). A ocupação dos espaços públicos, portanto, passa de uma demanda pessoal para um processo político, coletivo e de resistência à discriminação.

A partir dessas considerações, este artigo tem como objetivo principal apresentar narrativas contra hegemônicas sobre a vivência urbana. Para isso, tais narrativas foram cartografadas através de experiências de pessoas LGBT+, no contexto espaço-temporal do Carnaval de Rua de Belo Horizonte, em Minas Gerais/Brasil. Este trabalho é parte de uma pesquisa em andamento no Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG, que estuda as experiências e vivências do espaço público pela comunidade LGBT+, abordando o Carnaval de Rua como espaço transformado da experiência urbana ao subverter as dinâmicas de poder heteronormativas. Carnavalizar, mais que festejar, envolve a busca pelo sentimento de pertencimento à cidade, através da apropriação festiva como forma de manifestação pública das lutas pelas quais se colocam os coletivos, em forma de blocos de rua.

A opção metodológica para produção de dados para esta pesquisa é a cartografia, entendida por Barros & Kastrup como um desafio para "desenvolver práticas de acompanhamento de processos inventivos e de produção de subjetividades" (BARROS; KASTRUP, 2015, P. 56). Fala-se em produção e não coleta de dados visto que, segundo as autoras, objetiva-se, com este método, desenhar uma rede de forças à qual o objeto se encontra conectado através de uma processualidade investigativa, onde não se busca um resultado específico, mas adentra-se no universo proposto com atenção concentrada e aberta.

Segundo Alvarez & Passos, o compartilhamento do território existencial entre sujeito e objeto de pesquisa é determinante para a prática cartográfica e pressupõe um processo de aprendizado do cartógrafo, construído no próprio processo de pesquisa, pensado como um trabalho de cultivo e refinamento, e não como uma série de etapas e regras a serem aplicadas (ALVARES & PASSOS, 2015). O Carnaval de Rua é um campo habitual de uma das autoras deste trabalho e sua vivência foi essencial para sua concepção e desenvolvimento. Contudo, durante o ano de 2020, devido à pandemia da COVID-19, as movimentações urbanas e carnavalescas estiveram suspendidas, e assim permanecem, de modo a serem respeitadas as medidas de isolamento social. Dessa forma, buscou-se reinventar as opções metodológicas da pesquisa, para que estivessem condizentes com o contexto atual. O território da vivência compartilhada, então, passou a ser digital. Conforme pressuposto no método cartográfico, não se tratou de uma pesquisa objetiva sobre algo, mas sim de um processo construtivo subjetivo, em conjunto com os sujeitos envolvidos na prática em questão. O aprendizado pressuposto veio a partir do entendimento de que, ao adentrar neste território virtual, não se sabia de antemão o que se pretendia buscar, mas o processo foi realizado com uma "receptividade afetiva" (ALVAREZ & PASSOS, 2015) que implica na não separação entre "sujeito e objeto, pesquisador e campo da pesquisa, teoria e prática" (Ibidem, p. 137), abrindo-se ao encontro daquilo que não é procurado, ou não se sabe exatamente o que é, traçando um caminho sem metas predeterminadas.

Para cumprir o objetivo da pesquisa, através da cartografia, buscou-se despertar as memórias e os afetos de pessoas LGBT+ envolvidas de diversas formas com o Carnaval de Rua de Belo Horizonte, enquanto foliões, membros de bateria, produtores, organizadores, artistas. O território virtual proposto foi uma página na rede social *Instagram*, denominada Diversidade Carnavalizada[3]. Por ali, assim, tratou-se de investigar, através de narrativas pessoais, as memórias, experiências, sentimentos e sensações vivenciados por pessoas LGBT+ nos espaços públicos da cidade de Belo Horizonte através do Carnaval de Rua. Sugeriu-se que as participações fossem através do envio de vídeos, áudios e/ou textos. Não foram realizadas perguntas guiadas ou orientações específicas, buscando a subjetividade das experiências reais e pessoais. Foram recebidas vinte e cinco narrativas.

A cartografia proposta teve como intuito alterar o lugar da enunciação, dando espaço e visibilidade a narrativas que desafiam os relatos sócio-espaciais dominantes, envolvidos na cultura heteronormativa, aceitos como representações naturais e inquestionáveis, sendo resultado dos olhares que os poderes hegemônicos lançam sobre os territórios. Para Foucault, o método cartográfico baseia-se no "deslocamento do olhar daquilo que sempre foi considerado como central, nuclear, essencial para se entender o funcionamento da sociedade e das instituições, para aquilo que era descrito como periférico, marginal, menor, fronteiriço" (ALBUQUERQUE JÚNIOR, VEIGA-NETO, SOUZA FILHO, 2011, p. 9). Um conceito fundamental nessa discussão é apresentado por Foucault como dispositivo, que contribui para a conformação das verdades promulgadas, como a sexualidade, por estratégias de saber e poder, que conformam as narrativas dominantes (FOUCAULT, 2013). Assim, o projeto Diversidade Carnavalizada, no *Instagram*, expõe um olhar alternativo àquele conformador do dispositivo da sexualidade, onde, através da festa carnavalesca, uma nova narrativa, questionadora do discurso dominante, é construída por pessoas LGBT+.

Uma cartografia coletiva crítica, segundo o grupo argentino Iconoclasistas (2013), é passível de gerar um intercâmbio no grupo para a elaboração de narrativas e representações gráficas que disputem com aquelas impostas por instâncias hegemônicas. Segundo o grupo, os mapas tradicionais são representações ideológicas que, contudo, não representam a realidade dos territórios, pois não contemplam a subjetividade dos processos territoriais, as representações simbólicas ou os imaginários presentes sobre o mesmo. A cartografia proposta por esse trabalho, assim construída com o propósito de ser contra hegemônica, adentra nessa nova narrativa coletiva, buscando-se investigar como são as vivências experienciadas pelas pessoas LGBT+ nos espaços públicos urbanos.

3: Disponível em:

https://www.instagram.com/diversidadecarnavalizada/

Assim como apontam Barros & Kastrup (2015) e Alvarez & Passos (2015), ao considerar a cartografia como método de produção de dados de construção subjetiva, também os Iconoclasistas (2013) entendem o processo não como um fim, mas como um meio para a socialização de saberes e práticas, para o impulso da participação coletiva, para a disputa de espaços e discursos hegemônicos, para desnaturalizar a linguagem dos meios de comunicação em massa, para colaborar com a socialização de informações e experiências. Apesar das condições de isolamento social impostas como barreiras sanitárias pela pandemia da COVID-19, o que dificulta um trabalho de construção coletiva em modelos de oficina, entende-se que o compartilhamento digital das histórias contribui para o objetivo de trazer à tona as narrativas conformadoras desse outro imaginário experienciado no carnaval.

Num primeiro momento, a cartografia construída não se espacializa num mapa plano, mas cumpre o papel de potencializar a difusão de novos paradigmas de interpretação da realidade, como um modo de produzir territórios, que são dinâmicos e permanecem em constante mudança, onde as fronteiras simbólicas são continuamente alteradas pela ação dos corpos e das subjetividades, tal como apontam os Iconoclasistas (2013) como parte importante do processo de cartografia coletiva.

A cartografia realizada ao acompanhar as histórias narradas e publicadas na página de *Instagram* Diversidade Carnavalizada permitiu conceber um fio narrativo, construído no próprio processo da pesquisa e permitido através do engajamento receptivo e afetivo pressuposto pelo método cartográfico. O caminho percorrido permitiu entender que outros imaginários e experiências de cidade são possíveis, e que o Carnaval de Rua estabelece um espaço-tempo onde se questiona o discurso dominante da heteronormatividade, propiciando uma vivência urbana transformada em relação àquela experienciada no cotidiano.

Este fio narrativo construído tem inspiração nas Situações idealizadas pela Internacional Situacionista, ao apresentar trechos das histórias relatadas como percepções de um novo imaginário de possibilidades, através do Carnaval de Rua, de vivências do espaço urbano, comumente cerceadas no contexto contemporâneo de sociedade heteronormativa.

Considerando o objetivo definido e a metodologia adotada, o artigo está estruturado da seguinte forma: na primeira parte, através de dados sobre legislação e violência urbana contra a população LGBT+ no Brasil, além de trechos das narrativas pessoais apresentadas na página de *Instagram*, contextualiza-se os espaços públicos contemporâneos no que diz respeito ao cerceamento de direitos e às possibilidades de vivências a esse público relegadas; num segundo momento, trata-se de breve histórico do Carnaval de Rua de Belo Horizonte/MG e das possibilidades oferecidas por ele nas formas de uso e apropriação dos espaços públicos; e, por fim, adentra-se na construção conformada pelas narrativas de pessoas LGBT+, cartografadas à luz de alguns ideais situacionistas, através da experimentação de uma outra realidade vivenciada por meio do Carnaval de Rua.

2 A DESIGUALDADE NA PERMISSIVIDADE DOS ESPAÇOS PÚBLICOS

Os espaços públicos, ainda que pretensamente acessíveis de modo igualitário, oferecem possibilidades de usufruto e ocupação mais ou menos restritivas, a depender dos grupos que ali se colocam. Delgado entende que esses espaços são categorizados enquanto espaços políticos, sobre os quais agem influências, ideologias (DELGADO, 2011). O conceito vigente, segundo o autor, envolve um senso de moralidade que determina que deva haver fluidez nos deslocamentos, onde se instalem usos adequados e comportamentos desejáveis. Que seja asseado, previsível, seguro. Onde as diferenças devam ser temporariamente superadas e os cidadãos convivam em concórdia. Essa domesticação e idealismo impostos, contudo, não apagam a existência dos conflitos inerentes à vida urbana pública, que se explicitam no espaço. Delgado pontua, ainda, que essa tratativa idealiza o desaparecimento das desigualdades,

ignorando as divergências, em nome de valores superiores (DELGADO, 2011).

A coexistência dos conflitos, que persistem e, inclusive, dão vitalidade ao espaço público, é também causadora de transtornos. Episódios de violência física e simbólica contra grupos minoritários são constantes e refletem na negação de direitos humanos e do direito à cidade, retratados na disputa existente pelos espaços de convívio dominados por grupos hegemônicos. No caso da comunidade LGBT+, o crescente ativismo, nas últimas décadas, contribuiu para uma maior visibilidade e alguma normalização de pessoas com sexualidades e identidades de gênero distintas da heteronormatividade. Contudo, não há um cenário de real inclusão, sendo falha a aplicabilidade da lei e constantemente presente violências diversas.

No Brasil, alguns avanços foram alcançados, em termos judiciais e legislativos, na última década. De acordo com Santos, em 2010, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) reconheceu o direito de adoção por casais homoafetivos e, apenas em 2015, o reconhecimento passou também pelo Superior Tribunal Federal (STF). Em 2013, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aprovou resolução que permite que cartórios realizem o casamento civil ou conversão de união estável em casamento entre pessoas de mesmo sexo (SANTOS, 2020). O reconhecimento de nome social e identidade de gênero foi ainda mais tardio: em 2016, foi garantido por decreto o uso do nome social e o reconhecimento da identidade de gênero de pessoas travestis e transexuais no âmbito da administração pública federal e, em 2018, foi autorizado pelo STF a alteração de nome no registro civil de pessoas trans sem a necessidade de cirurgia de redesignação sexual ou decisão judicial. Em 2019, a discriminação por LGBTfobia foi enquadrada como crime semelhante ao racismo, e, em 2020, foram suspensas as restrições para doação de sangue por homossexuais, ambas decisões tomadas pelo STF.

Apesar desse cenário, são frequentes os episódios de violência e LGBTfobia em espaços públicos, onde podem ocorrer agressões físicas, ameaças, assédio, estupros, insultos, linchamento e até assassinatos, que torna vulnerável o direito à vida, a integridade

física e mental, a dignidade, a liberdade e as relações sociais. O país, assim como em outros pontos do mundo, passa por um cenário de retrocesso, com a tomada de força de uma onda conservadora que acaba por impulsionar uma sociedade desigual, excludente e reacionária. Manifestações, campanhas de desinformação e discursos de ódio mobilizam ações preconceituosas e estratégias de estigmatização.

A violência contra pessoas LGBT+ nos espaços públicos de cidades do Brasil é apontada em relatórios como os realizados pelo Grupo Gay da Bahia, que expõem, anualmente, dados sobre mortes violentas dessa população. Em 2019, segundo o relatório (OLIVEIRA, 2020), 329 pessoas LGBT+ foram vítimas de morte violenta no Brasil, predominando as mortes de gays – 52,8%, seguidos por travestis e transexuais – 35,8%. Tais dados indicam uma morte de LGBT+ brasileiro a cada 26 horas, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais (Ibidem). Segundo o mesmo relatório, 34,36% das mortes violentas aconteceram em vias, áreas de matagal, rodovias e estradas, parques, terrenos baldios e outros espaços públicos.

Esse tipo de análise denota a vulnerabilidade em que estão expostas pessoas LGBT+ nos espaços públicos, como apontado também nas narrativas pessoais, apresentadas na página de Instagram Diversidade Carnavalizada, identificando trajetórias individuais e coletivas na vida real permeadas por violências e invisibilização, conforme a Figura 1. As percepções tratam da dificuldade de expressão das sexualidades e identidades de gênero nos espaços públicos urbanos, onde LGBTs+ terminam por se concentrar em alguns poucos e determinados locais, ou passam por sensações de medo e alerta. Os espaços públicos são identificados como espaços de passagem e deslocamento, quando a iminência da insegurança ou violência permeia a experiência.

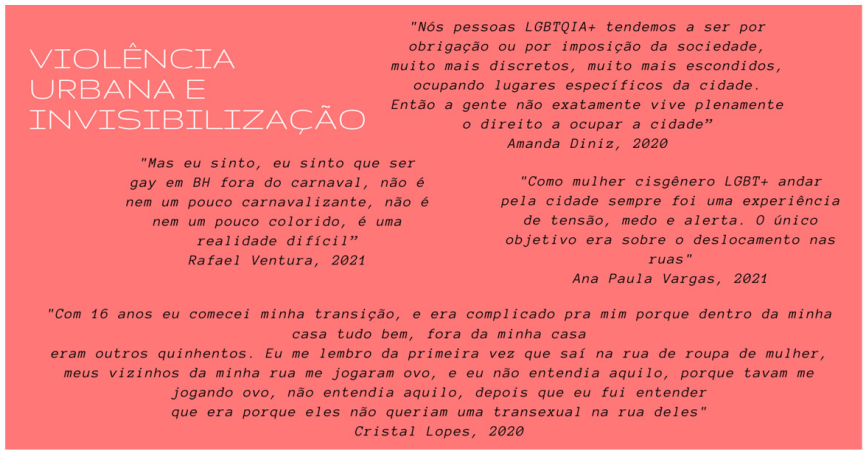


Figura 01: Narrativas LGBT+ sobre o cotidiano urbano. Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

A negação do livre acesso aos espaços públicos, seja pela violência explícita, seja por ameaças, julgamentos e invisibilização, repercute na negação do direito à cidade daqueles que, de alguma forma, rompem com as normas afetivas e sexuais impostas pelo poder heterossexual dominante, ao "atacar" a moralidade imposta aos espaços públicos como lugares de respeito.

Cabe destacar que o direito à cidade, conceituado por Lefebvre[4], trata do direito à vida urbana transformada, voltada à fruição plena, aos locais de encontros e trocas, à apropriação dos espaços, aos ritmos de vida que permitam o uso inteiro dos momentos e locais (LEFEBVRE, 2011). Trata-se, assim, de importante conceito para a busca por uma vivência urbana mais plena e completa, principalmente no que diz respeito aos grupos minoritários, como a comunidade LGBT+.

3 CARNAVAL DE RUA: OUTRAS POSSIBILIDADES

O contexto espaço-temporal deste artigo, o Carnaval de Rua de Belo Horizonte/MG, tem no conceito de direito à cidade uma de suas raízes. O chamado "ressurgimento" da festa carnavalesca se deu em fins da década de 2000, e foi potencializado pelo movimento que ficou conhecido como Praia da Estação, surgido como reação a um decreto municipal[5] que proibia a realização de eventos de qualquer natureza na Praça da Estação, no centro da cidade. Justificada pelo entendimento de que tal proibição resultava em medida higienista e antidemocrática, uma manifestação foi organizada pela internet, incentivando a ocupação da Praça da Estação e sugerindo-se o uso de trajes e acessórios de praia. Como ficou conhecida, a Praia da Estação teve grande adesão, tendo se espalhado e perdurado, mesmo após enfrentamentos com a polícia e fiscalização pública.

A Praia da Estação, existente até os dias atuais, potencializou o desejo de uso e ocupação dos espaços da cidade e blocos de carnaval surgiram e se fortaleceram no cenário urbano, buscando debater a produção do espaço e o direito à cidade através da apropriação lúdica do espaço público. As pautas dos grupos e blocos carnavalescos se expandiram a vários conflitos sócio-espaciais contemporâneos, como causas feministas, raciais e da comunidade LGBT+, lutas de classes, territoriais, políticas, mobilidade urbana, habitação. Esse carnaval se caracteriza pela diversidade de manifestações, pelo modo de ocupar a rua, pela participação aberta, pelo conteúdo político. Assim, é conhecido e se autodenomina como Carnaval de Luta, ao levantar pautas sócio-espaciais importantes à cidade contemporânea, ao enfrentar ações arbitrárias do poder público, ao ser contra a normalização da vida urbana e as lógicas hegemônicas de produção do espaço. É importante pontuar, contudo, que com o crescimento e mercantilização da festa na cidade, que contou com 4,45 milhões de foliões e 347 blocos de rua em 2020 (PBH, 2020), o caráter adotado pelos blocos se tornou bastante diverso, e outros modelos coexistem com os blocos autodeclarados de luta, que seguem resistindo ao longo dos últimos dez anos.

Um número considerável desses blocos de luta, existentes desde o início dos anos 2010 ou descendentes destes, se posiciona explicitamente como apoiador ou simpatizante à causa LGBT+. Além daqueles que são compostos essencialmente ou majoritariamente por pessoas LGBT+, o caráter político, social e progressista desses grupos faz com que as pautas debatidas sejam permeadas por outras de semelhante viés, que se interseccionam nos discursos e se explicitam no espaço físico, que se torna mais receptivo a essa comunidade mesmo

4: O conceito foi desenvolvido pelo autor no livro O Direito à Cidade, originalmente publicado no ano de 1968.

5: Decreto nº 13.798 de 09 de dezembro de 2009, posteriormente revogado pelo Decreto nº 13.960 de 04 de maio de 2010, que ainda previa o licenciamento de eventos através de uma série de normas.

onde a pauta principal não seja a sexualidade. Os blocos de rua e de luta clamam pelo direito à cidade, pelo direito de falar e se manifestar em público, numa busca pela ampliação de direitos e de visibilidade urbana, na sociedade e nas relações sociais.

A pesquisa que embasa este artigo buscou cartografar as experiências urbanas vivenciadas no Carnaval de Rua por pessoas LGBT+, com diversas posições nos blocos, como produtores, artistas, membros da bateria, foliões. Através das narrativas, busca-se mostrar que a ocupação lúdica pela festa de algum modo subverte a relação normativa referente ao gênero e à sexualidade, refletindo uma sinalização de abrandamento do domínio de coerção imposto pela heteronormatividade. A possibilidade de experienciar um novo imaginário de cidade é explicitada nas histórias narradas, onde o espaço público deixa de ser local de medo e comedimento e se torna liberdade, vivência plena da própria identidade, direito à ocupação, ao protagonismo, à voz.

4 CARTOGRAFIAS DE UM NOVO IMAGINÁRIO URBANO

As experimentações pelas quais perpassam as vivências narradas são atravessadas pelo contexto específico da festa, atividade voltada ao prazer, à euforia coletiva, ao valor de uso da cidade. O valor de uso é um conceito indicado por Lefebvre que se relaciona a um investimento improdutivo na cidade, diretamente contrastante com o valor de troca imposto pela mobilização da riqueza e acumulação do capital, com a predominância da produção da cidade enquanto mercadoria (LEFEBVRE, 2011). Segundo o autor, o valor de troca, mesmo que suprima as necessidades humanas elementares, não satisfaz as aspirações, o uso dos lugares, a força das diferenças. O valor de uso, portanto, é fundamental na construção do conceito de direito à cidade, onde o lúdico e o imprevisível encontram maior permissividade na busca por transcender a cotidianidade.

O carnaval se ocupa de um espaço público que, normativamente, pinta a superação das diferenças e conflitos num lugar harmônico

e exerce controle sobre os corpos e formas de manifestação. Mas, através dessa efervescência coletiva, a festa suspende a ordem, a disciplina, a seriedade, atingindo um patamar fora da normalidade, alimentado pelo prazer.

Compreende-se o Carnaval de Rua como uma prática sócio-espacial de apropriação do espaço público em nome de uma ressignificação de seu uso destinado, bem como das formas de apropriação hegemonicamente impostas, permitindo-se a liberação de excessos e prazeres passíveis de transformar a realidade normativa, ainda que em um recorte espaço-temporal, através da criação de um novo imaginário de cidade possível. A inspiração para esse debate, neste artigo, encontra lugar junto às Situações propostas pela Internacional Situacionista, movimento europeu artístico, político e cultural atuante a partir de 1957. A intenção do movimento era ultrapassar a espetacularização urbana imposta às sociedades no pós-guerra, com o fortalecimento do capitalismo, que alimenta a alienação e a não-participação do espectador. O contexto, as estratégias e até mesmo o objetivo principal da atuação situacionista, a transformação revolucionária da vida cotidiana, não se aplicam diretamente à proposta deste trabalho. Daí sua utilização enquanto inspiração.

As Situações seriam construções experimentais de momentos e ambiências, guiadas por desejos transformadores da normalidade passiva do cotidiano, criando uma nova realidade que pudesse ser realmente vivida por seus construtores, ou vivenciadores, não mais espectadores. Um novo modo de vida era um objetivo perseguido pelos Situacionistas e a proposta era intervir sobre "os fatores complexos dos dois grandes componentes que interagem continuamente: o cenário material da vida; e os comportamentos que ele provoca e que o alteram" (DEBORD, 2003, p. 54).

As histórias narradas sobre as vivências do Carnaval de Rua de Belo Horizonte, ainda que com peculiaridades individuais, perpassam por similaridades no que diz respeito às sensações resultantes das experiências. As narrativas contam sobre uma vivência diferenciada, que aparenta ser paralela àquela vivida por LGBTs+ ao longo da vida e no cotidiano, que reflete num espaço mais inclusivo e permissivo, vivenciado não só com prazer, mas com paixão. Sentimentos de alegria, êxtase, pertencimento,

identificação, recorrentes nos relatos que tratam deste Carnaval de Rua, evidenciam essa participação ativa ligada ao patamar dos desejos, do engajamento, do envolvimento, tal qual se propunham as Situações. Os vivenciadores dessa outra realidade se tornam responsáveis pela construção dela, e suas liberdades de apropriação são retroalimentadas pelo novo espaço conformado.

Assim, a medida que as histórias foram sendo contadas, foi construído o fio principal que cartografa as narrativas, inspirado nas Situações, que propõe a experimentação de outra realidade, onde a expressão de sexualidades e de gêneros é vivida mais plenamente, com mais liberdade, contribuindo para a compreensão da força das paixões, sentimentos e emoções experienciados na festa. Também a partir das histórias foi possível perceber que a sensação de experimentar um novo imaginário de cidade se sobrepõe a outras vivências, lidas como permissividade na expressão de identidades e formas de luta e resistência. As leituras possíveis sobre as narrativas, contudo, não são limitadas, podendo ser construídas diferentes cartografias sobre os relatos. A Figura 2 ilustra a forma como foram cartografadas as narrativas, distribuídas entre essas sensações e percepções.

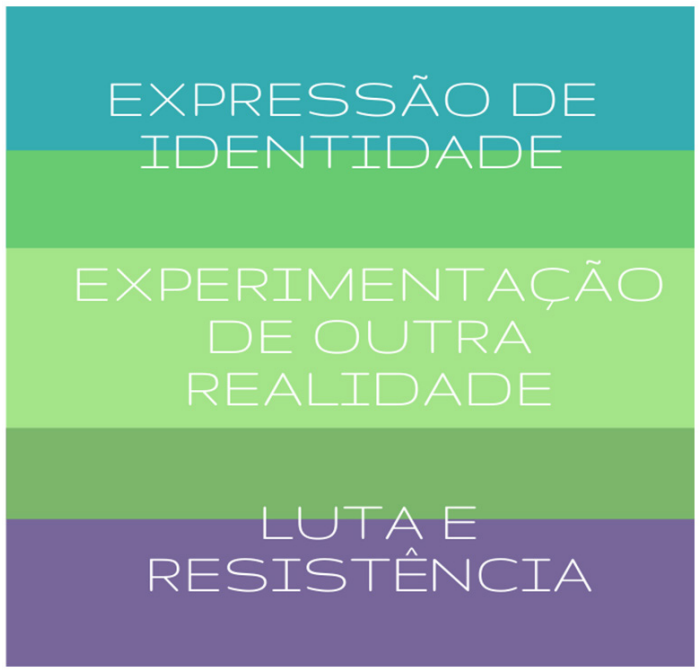


Figura 02: As narrativas denotam a experimentação de outra realidade, que se intersecciona com sensações de expressão de identidade e de luta e resistência.

Assim, foram distribuídos trechos das narrativas sobre cada um desses imaginários percebidos, que foram referenciados através do nome do narrador e do ano em que o relato foi recebido. As histórias completas, narradas por essas pessoas LGBT+ vivenciadoras do Carnaval de Rua de Belo Horizonte, se encontram disponibilizadas na página de *Instagram* Diversidade Carnavalizada.

Como é possível ver através da Figura 3, a experimentação de uma realidade paralela é explícita nas histórias narradas, mostrando que o carnaval é um recorte espaço-temporal onde a vivência urbana se torna mais humana, segura, completa.

Figura 03: Narrativas LGBT+ sobre a experimentação de outra realidade. Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).



A sensação de liberdade é recorrente e aponta para uma maior flexibilidade nas formas de expressão, sejam elas relacionadas às demonstrações públicas de afeto entre pessoas do mesmo sexo ou a outras performances ou identidades de gênero. Cristal Lopes, rainha de diversos blocos de rua de Belo Horizonte, em sua narrativa sobre o cotidiano urbano, apontada anteriormente

na Figura 1, relata as violências sofridas em sua vivência urbana enquanto mulher trans negra. Contudo, a experiência vivida por ela no Carnaval de Rua é oposta. Sua luta é enaltecida e sua vida é reconhecida e, segundo a mesma, atualmente ela é rainha dos blocos Angola Janga, Garotas Solteiras, Alô Abacaxi, Magnólia e Truck do Desejo, desfilando entre a bateria e tendo lugar de destaque nos cortejos, sendo exaltada e valorizada. Como apontam os relatos acima, viver o Carnaval de Rua é experimentar uma realidade paralela, outra temporalidade, onde há a sensação de liberdade e respeito, como se a rua fosse de todo mundo de verdade, sem medo de ser quem se é. O momento traz leveza às relações com a cidade, que se torna mais permissível às possibilidades de vivência, pertencimento, visibilidade. A tudo isso soma-se o desejo de que essa realidade pudesse transpassar os limites da festa, da fantasia, o desejo de pertencer à cidade, à sociedade. Ana Paula Vargas fala de um "mapeamento simbólico da cidade", onde os pontos de ensaios, shows e cortejos se tornaram reconhecíveis e transformados: "Me libertei de medos, conheci o pertencimento a um grupo e lugar, me permiti estar nos locais públicos me sentindo segura por estar cercada de meus iguais. Finalmente as ruas deixaram de ser lugar de estranhamento para ser lugar de conquista de espaços para mim" (VARGAS, 2021). Reconhecer-se na cidade em que se vive, poder pertencer a espaços, fazer dos espaços públicos mais que lugar de passagem, direciona-se à busca por um direito à cidade. Para Ana Paula, "como mulher cisgênero LGBT+, andar pela cidade sempre foi uma experiência de tensão, medo e alerta. O único objetivo era sobre o deslocamento nas ruas" (VARGAS, 2021). Viver o carnaval transformou essa experiência urbana ao proporcionar pertencimento aos espaços públicos urbanos.

Esse mapeamento simbólico perpassa outras histórias, que denotam a importância de certos espaços que se tornam emblemáticos a partir das formas diversas de ocupação festiva.

> Pra mim é uma constituição cultural a partir do espaço físico [...] Existe o viaduto ali, e aí você forma os movimentos culturais ali [...] Então você tem ali o samba da meia-noite, você tem vários outros blocos que ensaiam, que fazem questão que seja ali, que fazem um corre gigante pra que seja ali (ANA ROBERTO, 2021).

O viaduto, mencionado por Ana Roberto, é o viaduto Santa Tereza, no centro da cidade, cujo baixio se tornou espaço-símbolo de apropriações culturais como o samba da meia-noite e o duelo de MC's. São recorrentes os ensaios de blocos no local, que demanda toda uma infraestrutura para conseguir, por exemplo, alguma parceria com estabelecimentos locais para uso de ponto de energia para o equipamento de som. Porque estar ali é importante, ocupar aquele espaço é simbólico, faz sentido para as pessoas pois esse espaço, segundo Ana Roberto:

> Teoricamente foi designado a nós né, que é o baixo centro. Quando você disse que existe um baixo centro automaticamente tá dizendo que existe um alto centro e pô, a gente se identifica com baixo centro. A gente é do baixo centro. Então não faz sentido a gente fazer uma reunião de carnaval, um ensaio de carnaval, em um lugar que não seja nosso né, senão não é de verdade (ANA ROBERTO, 2021).

Essa identificação com determinados locais da cidade passa a gerar ocupações em espaços transformados, construídos pelas pessoas que ali vivenciam aqueles momentos, ainda que esporádicos, tal como propunham os Situacionistas. A prática urbana desse grupo relacionava os espaços aos comportamentos afetivos das pessoas para com eles, e a forma urbana situacionista "dependia da vontade de cada um e de todos, e esta não poderia ser ditada por um planejador. Qualquer construção dependeria da participação ativa dos cidadãos" (JACQUES, 2003, p. 19). A subversão do uso e ocupação dos espaços públicos, seja pela mudança de seu uso destinado, seja pela forma que se dão as relações sociais naquele momento, transforma a experiência normativa da cidade e a apreensão do espaço urbano. Para os Situacionistas, o lazer poderia ser agente criativo de transformação, o lúdico era elemento essencial para outro tipo de vida.

A relação pessoal-afetiva-espacial alude à expressão da identidade, individual e coletiva, que é outro ponto importante e recorrentemente mencionado que, certamente, transpassa e intersecciona a experimentação de outra realidade e imaginário de cidade, como visto na Figura 4.



Figura 04: Narrativas LGBT+ sobre a expressão de identidade, que também perpassam sobre a experimentação de outra realidade.
Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

Algumas narrativas contam sobre a importância da rua, dos espaços públicos, na descoberta e na aceitação de uma identidade LGBT+, principalmente no processo em que a família ainda não sabe ou não aceita uma sexualidade diferente da norma.

> Quando eu descobri que eu gostava de mulher eu tinha 13 pra 14 anos, então eu ficava na praça, na rua, enfim. Eu lembro de um episódio, eu gostava de uma menina na escola e a gente ficava de rolê pelo bairro, escondidas atrás dos carros e tudo, e a minha avó, assim que eu chegava em casa, me perguntava por que que eu gostava tanto de rua. Eu lembro disso, dela falando várias vezes em várias situações, por que você gosta tanto de rua, essa menina ama uma rua. E hoje eu percebo que eu tava protelando ao máximo a minha volta pra casa porque, por mais que não pudesse lascar um beijão na menina, em casa ia ser pior. Então eu aproveitava o tiquim de liberdade que eu achava que eu tinha e foi assim por muito tempo (SOFIA SIMÃO, 2021).

As ruas, as praças, ainda que muitas vezes inseguras para pessoas LGBT+, acabam se tornando parte essencial da experiência possível na vivência dessa identidade. Tarka Choucair relata, de modo semelhante, que nos espaços públicos era onde podia exercer sua sexualidade: "Eu nasci em Contagem [...] e pra ser sapatão lá era só na rua mesmo, na Praça da Glória e na parada gay. [...] Meus pais na época não me aceitavam como lésbica e era na rua que eu existia enquanto sapatão" (CHOUCAIR, 2021). No Carnaval de Rua, portanto, onde a vivência individual se multiplica em milhares de corpos, a experiência se potencializa através da representatividade, com o reconhecimento de corpos e atitudes semelhantes, em liberdade, contribuindo para a autoaceitação, que também passa pela coletividade e pelo sentimento de pertencer a um grupo. A expressão dos corpos, das vontades, da essência das pessoas no Carnaval de Rua, como apontou Thiago Costa, gera espaços seguros de luta e celebração da liberdade, que contribuem na conformação da identidade, que é individual mas também é coletiva, motivada por um sentimento de resistência.

> A ideia de ocupação da cidade em seu todo, de forma ampla, consciente, democrática, inclusiva, passa pela resistência, passa pela luta. Sentir-se pertencente à cidade e sentir que a cidade pertence a nós é essencial para a construção da nossa identidade cidadã. Isso não é diferente para população LGBT ou para qualquer outro grupo que seja privado de vivenciar a cidade como um todo (COSTA, 2020).

A coletividade conformada através dessa identificação com outros corpos e também com a cidade contribui com a constituição de forças de enfrentamento à heteronormatividade e à violência, impostas na realidade. Essa coletividade está

diretamente ligada às formas de luta e resistência identificadas através da festa e à importância da expansão dessa liberdade para outros momentos e locais, para que suas vozes e protagonismo possam reverberar para além, como pode ser observado na Figura 5. Esse carnaval alimenta a esperança da luta pela sobrevivência e pela autoafirmação de identidades e personalidades, que parece tão penosa em outros momentos.



Figura 05: Narrativas LGBT+ sobrelutaeresistência, interseccionadas, também, pela experimentação de outra realidade.
Fonte: Elaborado pelas autoras (2021).

> A gente ocupa o espaço público, quando a gente tá no cortejo, quando a gente tá construindo o ensaio, quando a gente tá construindo o carnaval, para passar uma mensagem né, para contar uma história que é invisibilizada, que é excluída, que não é normalmente a história que é contada, pra gente disputar também uma narrativa de leitura da sociedade (GISELLE MAIA, 2021)

Como narrado por Giselle Maia, ocupar os espaços públicos da cidade é contar uma outra narrativa, outra leitura, de histórias (e corpos) que não são contempladas nos relatos oficiais, hegemônicos. A resistência e a luta, tão presentes em tantas falas, dizem respeito não só ao direito individual de exercer uma sexualidade, uma identidade de gênero, mas também normatizar esses corpos e relações, mostra-los à sociedade, contar sobre sua invisibilização. As narrativas contra hegemônicas podem ser poderosas formas de resistência no combate dos dispositivos como o da sexualidade, no conceito de Foucault, que tendem a limitar e oprimir experiências diversas (FOUCALT, 2013).

A construção de Situações seria "a construção concreta de ambiências momentâneas da vida, e sua transformação em uma qualidade passional superior" (DEBORD, 2003, p. 54), o que pode ser aplicado ao imaginário criado pelo Carnaval de Rua. Sua efemeridade se assemelha às Situações enquanto unidades de comportamento temporal, ou campos de atividades temporárias favoráveis aos desejos reconhecidos com maior ou menor clareza, que resultariam numa nova e diferente realidade (IS, 2003).

O direito à autoafirmação, ao protagonismo, a oportunidade de ser ouvido por centenas de milhares de pessoas, a possibilidade de se ser completo, a luta pela liberdade de ser quem se é, a luta por sobrevivência e, além de apenas viver, também poder celebrar. Esses pontos, apontados nas histórias que aparecem na figura anterior, demonstram com clareza a urgência de uma cidade mais inclusiva, mais segura, mais alegre, mais diversa. Como apontou Rubens Aredes, "Eu não posso esperar o ano inteiro para dar pausa no tempo corrente e dar *play* numa outra temporalidade onde eu posso ser gay livremente" (AREDES, 2021).

O ideal situacionista pregava a revolução pelo lúdico, pelo prazer, pela experiência de uma cidade participativa e realmente vivida. A vida cotidiana espetacularizada,

segundo o grupo, não conduz ao lazer, carece de imaginação e é esvaziada de qualquer preocupação lúdica. Ser Situacionista indicava derrubar normas que impedissem atividades culturais, em nome de uma vida mais feliz e um urbanismo feito para dar prazer (CONSTANT, 2003). Debruçar-se sobre o ideal situacionista é apaixonar-se, é sonhar com revolução, com outro mundo, com cidades transformadas, onde a aglomeração é indispensável, bem como a relação entre espaço público urbano e comportamento humano. Viver o Carnaval de Rua de Belo Horizonte, como contam as histórias compartilhadas neste trabalho, é experimentar essa cidade possível, onde é permitido ser quem se é e lutar por uma vivência mais completa.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Situacionistas buscavam intervir no meio urbano, tratando-o como terreno de ação, buscando novas formas de viver e lutar contra a normatividade. A ausência de paixão posta pela espetacularização das sociedades é diretamente contraposta às emoções experienciadas no carnaval. A utilização das ruas como espaços de disputa por esses coletivos carnavalescos escancara as paixões daqueles que se permitem viver aquela outra realidade, onde os corpos se veem mais libertos, os desejos encontram maior permissividade, onde se esquece, ainda que momentaneamente, a realidade dura e violenta com a qual pessoas LGBT+ lidam todos os dias.

A repressão social imposta nos espaços públicos pela heteronormatividade se vê mais branda nos dias em que acontece a festa, quando estão reunidos esses grupos que clamam por visibilidade, pelo direito à cidade e à vida. Em contraposição ao imaginário vivenciado no carnaval, fora dele nota-se o quanto os espaços públicos tendem a ser pouco inclusivos, personificados através de ações repressoras e violentas.

Ao se comparar as narrativas carnavalescas com as cotidianas, reforça-se a construção da conjuntura brasileira sobre a tratativa dada aos espaços públicos, sobre a ocorrência constante de variadas formas de violência e a falha na aplicabilidade de leis de direitos e proteção à comunidade LGBT+. A cartografia proposta neste trabalho buscou demonstrar as possibilidades de experimentação e criação de novos imaginários coletivos, que permitam uma vivência urbana e identitária mais plena, apesar do cenário de retrocessos políticos, de esvaziamento ideológico dos espaços públicos, de apagamento de grupos minoritários em função do mantenimento dos poderes hegemônicos.

Essa outra realidade denota uma subversão das relações de poder dominantes na sociedade e nos espaços públicos, e a liberdade de manifestação nesses espaços transformados é evidenciada. Pelo prazer da festa na vivência da cidade, essa experiência de um outro imaginário coletivo se conecta à busca por um direito à cidade, constantemente negado àqueles que não estão condicionados à normatividade social produzida.

Quando conceitua direito à cidade, Lefebvre aponta a necessidade de existirem diferentes práticas urbanas capazes de romper com modelos impostos na direção de novas possibilidades (LEFEBVRE, 2011). A festa é apontada como prática social subversiva, que se utiliza do espaço de modo não-hegemônico, contrário ao ideal de domesticação e moralismo, permitindo a liberação de excessos e prazeres. O Carnaval de Rua, conforme entendido através das narrativas, provoca transformações nas dinâmicas sócio-espaciais, levando a outras possibilidades de vivências urbanas, mais completas, justas ou de maior equidade, onde anseios por novas experiências ganham espaço.

O desejo unânime das histórias narradas pelos vivenciadores é de que fosse carnaval todo dia. O espaço urbano possível dentro da festa conta com tolerância,

respeito, permissividade, parecendo ser uma vivência real de um direito à cidade, mas que permanece no imaginário. Que acontece, é vivida, mas não transborda para o cotidiano. Perduram os questionamentos: o que falta para que a cidade seja carnavalizada, seja realmente espaço do encontro, do movimento, do imprevisto? Como transformar uma realidade violenta em espaços possíveis de vivências urbanas plenas, onde grupos reprimidos possam, simplesmente, exercerem o direito de ser quem são? Se o direito à cidade é experienciado no Carnaval de Rua, como torná-lo efetivo fora dele? É possível que essa fantasia seja eterna?

Referências

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval M.; VEIGA-NETO, Alfredo; SOUZA FILHO, Alípio de, (organizadores). **Cartografias de Foucault.** 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2011.

ALVAREZ, Johnny; PASSOS, Eduardo. Cartografar é habitar um território existencial. *In:* PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs). **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 131-149.

BARROS, Laura Pozzana de; KASTRUP, Virgínia. Cartografar é acompanhar processos. *In:* PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. (orgs). **Pistas do método da cartografia:** Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade. Porto Alegre: Sulina, 2015. p. 52-75.

CARVALHO, C. O.; MACEDO JÚNIOR, G. S. **Isto é um lugar de respeito:** A construção heteronormativa da cidade-armário através da invisibilidade e violência no cotidiano urbano. Revista de Direito da Cidade, Rio de Janeiro, vol. 09, nº 1, pp. 103-116, 2017.

CONSTANT. Outra cidade para outra vida. *In:* JACQUES, Paola Berenstein (org). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 114-117.

DEBORD, Guy-Ernest. Relatório sobre a construção de situações e sobre as condições de organização e de ação da tendência Situacionista Internacional. *In:* JACQUES, Paola Berenstein (org). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 43-59.

DECRETO Nº 13.798, DE 9 DE DEZEMBRO DE 2009. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/decreto/2009/1380/13798/decreto-n-13798-2009-proibe-relizacao-de-eventos-de-qualquer-natureza-na-praca-da-estacao-nesta-capital-2010-05-04-versao-compilada. Acesso em 31 de outubro de 2019.

DECRETO Nº 13.960, DE 4 DE MAIO DE 2010. Disponível em: https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/

decreto/2010/1396/13960/decreto-n-13960-2010-revoga-o-decreto-n-13798-de-09-de-dezembro-de-2009. Acesso em 31 de outubro de 2019.

DELGADO, Manuel. **El espacio público como ideologia.** Madrid: Catarata, 2011.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder.** São Paulo: Edições Graal, 2013.

ICONOCLASISTAS. **Manual de mapeo colectivo:** recursos cartográficos críticos para procesos territoriales de creación colaborativa / Julia Risler y Pablo Ares. - 1a ed. - Buenos Aires : Tinta Limón, 2013.

IS – INTERNACIONAL SITUACIONISTA. Questões preliminares à construção de uma Situação. *In:*

JACQUES, Paola Berenstein (org). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. P. 62-64.

JACQUES, Paola Berenstein. Apresentação. *In:* JACQUES, Paola Berenstein (org). **Apologia da deriva:** escritos situacionistas sobre a cidade. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. p. 13-30.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** 5. ed. 3. reimpressão. São Paulo: Centauro Editora, 2011.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de. **Mortes violentas de LGBT+ no Brasil** – 2019: Relatório do Grupo Gay da Bahia/ José Marcelo Domingos de Oliveira; Luiz Mott. – 1. ed. – Salvador: Editora Grupo Gay da Bahia, 2020.

PBH – Prefeitura de Belo Horizonte. **Belo Horizonte vive o melhor Carnaval da sua história.** Belo Horizonte, 04 mar. 2020. Disponível em: https://prefeitura.pbh.gov.br/noticias/belo-horizonte-vive-o-melhor-carnaval-da-sua-historia. Acesso em 16 de fevereiro de 2021.

SANTOS, Lauane dos. **Orgulho LGBTQI+:** conheça avanços e direitos conquistados nos últimos 50 anos de luta. Disponível em: https://cidadaniaejustica.to.gov.br/noticia/2020/6/25/orgulho-lgbtqi-conheca-avancos-e-direitos-conquistados-nos-ultimos-50-anos-de-luta/. Acesso em 10 de fevereiro de 2021.

SILVA, A. L.; SANTOS, S. M. M. **O sol não nasce para todos:** uma análise do direito à cidade para os segmentos LGBT. SER Social, Brasília, v. 17, n. 37, p. 498-516, jul.-dez./2015.

SOLIVA, Thiago Barcelos. **A rua e o medo:** Algumas considerações sobre a violência contra jovens homossexuais em espaços públicos. In: Revista Latino-americana de Geografia e Gênero, Ponta Grossa, v.2, n.1, p.122-132, jan. / jul. 2011.

***Carolina Rodrigues Chaves Nogueira** é arquiteta urbanista, mestranda em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Minas Gerais, na linha de pesquisa Planejamento e Dinâmicas Socioterritoriais. Temas de interesse: espaço público, suas formas de apropriação e produção social, direito à cidade, memórias e conformações de identidade de grupos urbanos através da cultura. E-mail: carol.rc.nogueira@gmail.com

Raquel Garcia Gonçalves é arquiteta urbanista, doutora em Planejamento Urbano e Regional pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional - UFRJ. Professora do Departamento de Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFMG. Coordenadora do Observatório de Conflitos Urbanos de Belo Horizonte. Temas de interesse: conflitos urbanos, participação popular, políticas públicas, direito à cidade, gênero, planejamento urbano. E-mail: raquelgargon@hotmail.com



A dimensão [i]material da arquitetura industrial de fortaleza: um estudo sobre as "Oficinas do Urubu"

The industrial architecture of fortaleza and its (i)material dimension: a study of "Oficinas do Urubu"

Tainah Rodrigues Façanha, Beatriz Helena Nogueira Diógenes, Glória Diógenes*

Resumo

A discussão sobre patrimônio cultural envolve diversas abordagens que reforçam o lugar da arquitetura como objeto dotado de historicidade a ser preservado. Nesse artigo, entendemos que as experiências – ou ausência delas – entre sujeito e arquitetura podem contribuir tanto para a sua preservação quanto para o seu esquecimento. Nessa perspectiva, ensejamos uma reflexão sobre a percepção do edifício através dos sentidos humanos, pois acredita-se que esta etapa é fundamental no processo de reconhecimento e preservação de um lugar. Na direção oposta, entraves para essa relação podem acelerar processos de perda e estranhamento de determinados bens culturais. Para tratar desse tema, propõe-se realizar um diálogo entre áreas afins, como arquitetura e antropologia, com objetivo de pensar o edifício em toda a sua (i) materialidade. Em seguida, desdobra-se a discussão na análise de um antigo conjunto fabril localizado no nordeste brasileiro, na cidade de Fortaleza, Ceará. O conjunto é conhecido como Oficinas do Urubu e, assim como outras edificações industriais da cidade, parece invisível em meio a trama urbana, mesmo com suas proporções gigantescas. Essas estruturas, frequentemente isoladas do seu entorno por extensos muros, se tornam fragmentos desconectados das dinâmicas da cidade. Essa análise tem como objetivo identificar os impactos do distanciamento desses edifícios históricos apartados da sociedade. Observa-se a importância da percepção de uma arquitetura dos fenômenos urbanos que estabeleça um diálogo com os processos cotidianos que dão sentido às práticas de cidade. Aponta-se, assim, para a criação e ampliação das possibilidades de olhar, avaliar e interferir no patrimônio industrial.

Palavras-chave: Materialidade. Imagem. Patrimônio Cultural. Arquitetura Industrial. Antropologia Urbana.

Abstract

There are several approaches involving cultural heritage that reinforce architecture as an object endowed with historicity and that it is important to preserve it. In this article, we understand that the experiences - or their absence - between human beings and architecture may contribute to their preservation or, otherwise, to their forgetfulness. In this perspective, we propose a reflection on how we perceive buildings through our senses for we believe that this stage is fundamental to recognize and preserve the place. On the other hand, those obstacles to this relationship can accelerate the loss and estrangement of cultural heritage. To address this theme, we aim to engage in a dialogue between related areas, such as architecture and anthropology, to think about the building and its (I) materiality. Therefore, the discussion unfolds in the analysis of an old manufacturing complex in northeastern Brazil, in Fortaleza, Ceará. The set is known as "Oficinas do Urubu" and, as well as other industrial buildings in the city, it seems invisible in the middle of the urban plot, even with its gigantic proportions. These structures, often isolated from their surroundings by extensive walls, become fragments disconnected from the dynamics of the city. This analysis aims to identify the impact of these historical buildings that are apart from society. We understand architecture as an urban phenomenon that establishes a dialogue with the daily processes that give meaning to the city's practices. Thus, the aim is to create and expand the possibilities of looking, evaluating, and interfering in the industrial heritage.

Keywords: *Materiality. Image. Cultural Heritage. Industrial Architecture. Urban Anthropology.*

1 INTRODUÇÃO

É possível compreender a significância de um bem cultural a partir de diferentes valores, complementares entre si, mas cada um com suas especificidades. A complexa relação entre seres humanos e edifícios históricos, principalmente do patrimônio moderno e industrial, mostra fragilidades que torna cada vez mais urgente e necessário o desenvolvimento de novas reflexões, abordagens e análises acerca desses bens. Há uma tensão que permeia as reflexões e as intervenções que se operam na esfera da arquitetura industrial. Se, por um lado, a sociedade moderna do trabalho valoriza a técnica, o maquinário, a feitura das coisas e seus produtos materiais, observa-se, paralelamente, processos de esquecimento, de "apagamento" da memória do trabalhador, de seus gestos, de seus corpos, de imagens "imateriais" que perfazem histórias "que não se contam".

Hannah Arendt, ao escrever sobre "A Condição Humana" assinala que a sociedade moderna não é fascinante por ser incapaz de abrigar o irrelevante. Por ser uma sociedade, segundo a autora, que se afasta dos ideais do *homo faber*, fabricante do mundo, que se move pelos princípios da permanência e da durabilidade, ao contrário da voracidade e abundância que pautam o *animal laborans*, o qual não estranha que as coisas sejam continuamente devoradas e abandonadas (ARENDT, 1981, p. 138). Tendo em vista que o próprio modelo de produção capitalista traz consigo o "grave perigo de que chegará o momento em que nenhum objeto do mundo estará a salvo do consumo e da aniquilação através do consumo" (Ibid., p. 146), como "patrimonializar" o abandono e o esquecimento?

Há, tanto no objeto como na sua imagem, a capacidade de afetar as pessoas que, por sua vez, podem transformar os significados daquela materialidade ali presente. Essa faculdade, de conferir novos significados às coisas agrega argamassas materiais, práticas culturais, histórias individuais e vida coletiva. Quando um edifício é construído, há uma metamorfose pela qual passam os elementos que compõem esse todo edificado e que, juntos, deixam de ser substancialmente inertes para constituir o que pode vir a ser um lugar. É sabido que estas matérias se deterioram ao longo do tempo, mas também solidificam memórias através das trocas com os seres que transitam por esse ambiente, numa influência mútua. Sujeito e objeto, visibilidade e esquecimento, estrutura edificada e abandono, "gestos de trabalho" incorporados à obra e aqueles não tão perceptíveis, indicam que os significados de um lugar e suas memórias resultam em *narrativas patrimoniais*.

Nessa perspectiva, busca-se refletir sobre a (i)materialidade dos objetos incorporados ao contexto urbano e social, no caso, as obras arquitetônicas, que atuam também como receptáculo de vivências, memórias etc. Qual seria então a influência que o ser humano, com seu arsenal de lembranças vividas e imaginadas, exerce sobre o edifício? E este sobre o ser humano? Considera-se aqui que, através da permuta que ocorre entre o ser visitante, que experimenta o lugar, e o objeto edificado, elaboram-se as simbologias e os significados da arquitetura. Entender a função do edifício vai além da perspectiva da consagração de um objeto, requer compreender a produção tanto de materialidades como de "arquiteturas invisíveis", como destaca Ítalo Calvino nas suas "Cidade Invisíveis". Não se trata apenas de reconhecer grandes monumentos, mas também aquilo que é "estranho", como narra o escritor: "a surpresa daquilo que você deixou de ser ou deixou de possuir revela-se nos lugares estranhos, não nos conhecidos."(CALVINO, 1990, p. 14).

Um patrimônio "se revela" através da sua estrutura, das suas dimensões mais ruidosas, evidenciadas e materializadas, mas agrega também o que não se vê entre ruínas e escombros, o que confere tanto valor e importância quanto aquilo que se mostra. Tenta-se, com isso, demonstrar que aspectos materiais e imateriais são convergentes e complementares entre si, como, John Ruskin já enfatizava: "quantas páginas de registros duvidosos não poderíamos nós dispensar, em troca de algumas pedras empilhadas umas sobre as outras!" (RUSKIN, 2008, p. 54). Claro que, em sua perspectiva romântica, Ruskin almejava um outro tipo de intangibilidade arquitetônica que

a mantivesse conservada às intempéries, o que aqui não almejamos, mas de grande importância é sua contribuição ao perceber na solidez de um objeto suas possibilidades de agregar eras.

O que se conta sobre o patrimônio, sua "biografia", revela a combinação de pessoas, lugares, imagens e narrativas que ocupam um mesmo espaço. O edifício que permanece, que atravessa séculos, acumula em suas paredes os toques e fricções daqueles que ali estiveram. Pode-se fazer uma analogia com o que elabora Georges Didi-Huberman, em "O que vemos, o que nos olha", ao afirmar que "[...] o que vemos só vale - só vive - em nossos olhos pelo que nos olha. Inelutável, porém, é a cisão que separa dentro de nós o que vemos daquilo que nos olha. Seria preciso, assim, partir de novo desse paradoxo em que o ato de ver só se manifesta ao abrir-se em dois" (DIDI-HUBERMAN, 2010, p. 29). Entretanto, essa "dança" é continuamente interrompida quando o patrimônio construído de uma cidade é negado à população - quando incontáveis edificações históricas passam a compor uma esfera do invisível, pois, se deterioradas ou encobertas por muros e tijolos adicionados às suas fachadas, tornam-se imperceptíveis para os moradores e transeuntes. É o que acontece com o patrimônio industrial que sofre um processo de distanciamento e fragilidade das relações entre suas estruturas e a sociedade.

O que foi sendo observado, a partir de pesquisas e investigações[1] sobre prédios industriais em estado de obsolescência é que nenhum material que ali subsiste pode ser encerrado. Mesmo que não durem ou guardem as mesmas formas e utilidades, neles subjaz, lateja uma história que se enuncia por outras vias, por outros signos, por formas em mutação. Nesse artigo, tentar-se-á compreender, a partir da dimensão arquitetônica do antigo complexo industrial das Oficinas do Urubu, a relação entre sujeito e edifício na atualidade. Esse conjunto surge juntamente com outras unidades fabris durante a formação da primeira periferia industrial na zona oeste da cidade de Fortaleza, capital do Ceará. Quando essa região sofre uma redução das atividades do setor secundário, resulta na obsolescência, subutilização, demolição e abandono de diversos edifícios industriais.

1: Sobre o termo, Beatriz Kuhl (2018, p. 34), no livro "Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização", explica que: "[...] A produção arquitetônica resultante do processo de industrialização é comumente denominada 'arquitetura industrial', seja ela relacionada ou não com um edifício destinado a atividade produtiva."

Nesse contexto, os galpões das Oficinas do Urubu são reminiscências[2] de uma arquitetura industrial que permanece reagindo às intempéries, ressoando invisíveis, deixando ecoar uma história que ainda resiste para quem segue vestígios, para quem edifica mentalmente o que já não se vê ou o que se esconde. Atualmente, parcialmente utilizadas por uma empresa privada, de acesso extremamente limitado devido suas atividades, parece que as Oficinas do Urubu, ao mesmo tempo que permanecem como parte da simbologia daquele lugar, se distanciam cada vez mais daqueles cujo imaginário habitava.

Para desenvolver essa abordagem, o artigo será divido em duas partes, primeiramente propõe-se um diálogo entre diferentes campos disciplinares com objetivo de contribuir para uma percepção material e imaterial do edifício, entendido como objeto, imagem, lugar de subjetividades e significados que coexistem a partir das vivências e interferências humanas. Posteriormente, através da análise do objeto de estudo, tentar-se-á alinhar as reflexões teóricas à relação que é observada entre a arquitetura industrial e os sujeitos da cidade.

2: Pesquisas sobre o patrimônio industrial em Fortaleza que tiveram início na graduação em Arquitetura e Urbanismo na Universidade de Fortaleza e tem continuidade no Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará. Desenvolvidas a partir de estudos teóricos e pesquisas de campo sobre a arquitetura industrial da cidade

2 MALHAS PATRIMONIAIS: CONEXÕES ENTRE BENS MATERIAIS E IMATERIAIS

Em seu texto "Entre a transparência e a opacidade - o que a imagem dá a pensar", Emmanuel Alloa comenta sobre o trabalho de um artista chamado Cottingham, afirmando que suas fotos só deixam sonhar aqueles que as contemplam. "Superfícies impenetráveis, elas aspiram, entretanto, o movimento do olho, forçando-o a procurar a origem da sua intranquilidade" ALLOA, 2015, p. 9). Para o autor, "a materialidade da imagem introduz areia nas engrenagens do visual e cria um tempo, o do olhar" (Ibid., p. 9). Pode-se dizer que esse tempo da reflexão que se dá diante de qualquer objeto, a partir da sua imagem, com mais ou menos intensidade e demora,

acontece também com a arquitetura e a paisagem na qual está inserida.

Nesse caso, aliás, por não se tratar de uma imagem impenetrável diante do observador, já que no edifício há a possibilidade da fruição, cria-se uma relação entre a arquitetura e o movimento do transeunte, cujos hábitos visuais e motrizes permitem uma troca, de onde pode vir a surgir um novo tipo de diálogo. Segundo Lucrécia Ferrara, em "Os significados urbanos", a imagem física só é completa a partir da relação estabelecida com um repertório cultural de uma sociedade (FERRARA, 2000). A imagem é, de acordo com a autora, "múltipla, porque corresponde à natureza da vivência e experiência do urbano; a visibilidade presente na percepção da imagem urbana é sensível e cognitiva ao mesmo tempo" (Ibid., p. 26). A relação do uso do espaço, ou *usança*, para Ferrara, se traduz em experiência tátil, sinestésica e sensível dos sujeitos, que está intrinsecamente conectada à percepção e significados da imagem. Do mesmo modo, uma cidade conta sua história não apenas por suas vias, estruturas físicas de vulto, mas também, como sugere Calvino, por meio de indícios, de sinais, de entalhes, arranhaduras e rasuras que promovem as imagens urbanas, assim como a extensiva malha *imaterial* de seus significados (CALVINO, 1990)[3].

Entende-se que o significado surge a partir do encontro, quando o sujeito adentra o edifício, deixando lastros, mas sendo também, de alguma forma, influenciado por tal experiência, permitindo assim que histórias e memórias sigam seus percursos. Assim como observa Flávio Carsalade "[...] a posição de patrimônio está na interação entre sujeito e objeto, no acontecimento, no fenômeno, pois, se objetos específicos refletem a intenção do sujeito, de alguma forma eles têm em si certas propriedades (espaciais, históricas, artísticas) que lhe conferem esse poder" (CARSALADE, 2007, p. 198). Dessa forma, o autor sugere que o valor da arquitetura não pode prescindir de uma relação com o indivíduo: "o significado, portanto, está na relação que se estabelece entre o sujeito e o objeto" (Ibid. p. 198). Entretanto, muitas vezes esse diálogo é negligenciado ou até interrompido por outros processos históricos e econômicos.

Nesse sentido, faz-se necessário um tipo de pesquisa cujo mote, ao invés de ser a solidificação, a cristalização do patrimônio

3: Walter Benjamin, "O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov", 1987, p. 212: "Como disse Pascal, ninguém morre tão pobre que não deixe alguma coisa atrás de si. Em todo caso, ele deixa reminiscência, embora nem sempre elas encontrem um herdeiro."

no espaço e no tempo, é também o movimento, os fluxos que resistem em estado de latência, as interatividades, as conexões de um bem cuja vitalidade se move e se enreda sem que se veja a olhos nus. Carlo Ginzburg, no seu livro "Mitos, Emblemas e Sinais" (1989), fala sobre o "paradigma indiciário", a capacidade que tem o pesquisador de farejar, seguir vestígios, identificar passagens, pequenos detalhes que formam uma trajetória, um lugar, uma história (GINZBURG, 1989). O olho sensível do pesquisador - seja historiador, antropólogo, arquiteto etc., compõe uma malha de *sinais patrimoniais*, construindo nexos com o que é aparentemente fragmentado e disforme.

Didi-Huberman, ao tratar dos Atlas de Aby Warburg, da construção de um tipo de antropologia das imagens, indica que a conexão, a relação e organização entre elas *faz falar,* construindo um tipo de narrativa *sem palavras* (DIDI-HUBERMAN, 2013). Tudo isso significa dizer, ao traduzirmos, no diálogo com Tim Ingold, o conceito de *malha patrimonial*, que apenas o encontro, as conexões e as inter-relações são capazes de dar densidade, trazer robustez às análises de edificações patrimoniais (INGOLD, 2012). Nenhum aspecto em separado possibilita consagrar, rotular ou definir esses bens. Lembrando aquilo que Françoise Choay comenta sobre atravessar o espelho patrimonial e deixar de lado o viés narcisista, pelo qual esses bens muitas vezes são tratados, e sobre a importância dessa relação corpórea:

> Essa travessia só pode ser tentada pela mediação de nosso corpo. Ela passa, precisamente, por um corpo-a-corpo: o do corpo humano com o corpo patrimônio. Ao primeiro, cabe mobilizar e pôr em alerta todos os seus sentidos, restabelecer a autoridade do tato, da cinestesia, da audição e do próprio olfato, e recusar ao mesmo tempo a hegemonia do olho e as seduções da imagem fotográfica ou digital. Ao segundo, caberia um papel propedêutico: fazer que sejam aprendidas ou reaprendidas as três dimensões do espaço humano, suas escalas, articulação, contextualização, na duração de travessias, incursões e percursos comparáveis ao **saber de cor** da memória orgânica, agora desprezados pela instituição escolar, que permitiam aos estudantes de outrora apropriar-se de seu patrimônio literário. (CHOAY, 2006, p. 256-257)

Corpos de edifícios e pessoas que se conectam, desenhando significados. Instaura-se um teatro de gestos, de usos, de hábitos e histórias. A arquitetura vista como objeto, mas também como imagem sensível e, segundo Alloa, ao se olhar uma imagem reconhece-se que "ela tem o poder de tocar o que está ausente, tornando presente aquele que está distante" (ALLOA, 2015, p. 10). Ao contrário da ideia de que os materiais são objetos inertes[4], meras composições de cimento, de tijolos, de paredes ou desenhos arquitetônicos, percebe-se que neles se concentra também um agir, um *quantum* de memória, um continente de histórias. A dimensão tátil, cinestésica, de quem vive o lugar, observa, visita e experimenta constitui-se, como se refere Tim Ingold, por meio de "agregados de fios vitais". A confluência entre gesto e espaço produz uma espécie de *malha patrimonial* (INGOLD, 2012, p. 19).

Em "A partilha do sensível", Jacques Rancière esclarece que estamos habituados a ver, ler, entender aquilo que é construído, nas suas linhas, limites, fronteiras, nos seus invólucros materiais e nos escapa caminhar pelas desconstruções, pelo que aparentemente deixou de existir (RANCIÈRE, 2009). Deparar-se com a arquitetura industrial da cidade de Fortaleza, mais especificamente na avenida Francisco Sá, é um pouco como caminhar entre objetos "desconstruídos", por isso a necessidade de compreender a vida e morte desses edifícios. Percebe-se o esquecimento e o estranhamento das pessoas em relação aos espaços de memória da cidade, ainda mais quando se trata de áreas que, tomadas pela obsolescência de suas atividades e repletas de edificações negligenciadas, reproduzem a degradação do ambiente em seu entorno. Entretanto, há uma arquitetura que ainda sobrevive.

4: Barbosa e Diógenes (2020, p. 761), no artigo "Rasuras, ruídos e tensões no espaço público no Brasil", assinalam que os muros, por exemplo, "para além da publicidade comprada, consentida e pactuada, acabam por promover uma espécie de mostração do que acontece nas cidades e, habitualmente, não sai no jornal (...)". Essas rasuras, imagens que constituem as artes de rua, assinalam os autores, acabam por produzir uma estética, um modo de ser na cidade que representam, em conjunto, um tipo emblemático de patrimônio imaterial urbano.

3 OFICINAS DO URUBU: PATRIMÔNIO E SIGNO DE UM LUGAR.

Sabe-se que a diversidade de bens considerados patrimônio cultural de uma cidade passou a incluir o legado edificado das antigas indústrias, objetos ainda pouco compreendidos que, no tempo presente, guardam resquícios de um passado recente. A concentração de fábricas em determinada região promove uma série de mudanças estruturais que acabaram por configurar a cidade moderna, assim como a civilização industrial. A história do desenvolvimento industrial e econômico da cidade, as dinâmicas de trabalho, a criação e consolidação de assentamentos e vilas operárias, os objetos e maquinários ainda existentes estão presentes nas edificações industriais. Aquilo que é patrimônio, agora independe de uma perspectiva exclusivamente monumental, significando que, para além das características estéticas de um edifício, deve-se reconhecer os aspectos imateriais agregados a ele. Segundo Beatriz Kuhl:

> Parte relevante do legado da industrialização é patrimônio cultural e seu tratamento envolve um conjunto complexo de problemas. (...). Primordiais são as questões relacionadas com a história – da arquitetura, do urbanismo, da economia, da engenharia, da técnica, do trabalho etc. –, e as discussões vinculadas à antropologia, à geografia e à sociologia. O valor afetivo e simbólico associado a determinadas atividades produtivas e ao trabalho, a vinculação de variadas comunidades com seu passado industrial e o potencial político e econômico das transformações, possuem grande relevância e devem ser devidamente examinados e ponderados. (KUHL, 2018, p. 22)

De acordo com Cristina Meneguello, o patrimônio industrial envolve diferentes dimensões relevantes para sua preservação: a própria arquitetura dos bens edificados que constitui "prova mais evidente e sensória da importância da indústria em dados períodos históricos"; a memória do trabalho e dos trabalhadores, que inclui o conhecimento de técnicas, a produção, a organização e a sociabilidade entre eles; e os acervos repletos de documentações e artefatos (MENEGUELLO 2011, p. 1820). Considerando que a edificação é, segundo Marina Waisman, "testemunho histórico principal e imprescindível, o que reúne em si os dados mais significativos para seu conhecimento" (WAISMAN 2013, p. 11), o conjunto

industrial das Oficinas do Urubu é importante testemunha desse processo.

Na década de 1920, a primeira periferia industrial de Fortaleza se forma na zona oeste da cidade e nela se concentravam diversas fábricas, o que contribuiu para a expansão urbana e a formação de uma paisagem específica. Já em meados de 1960, tem início um deslocamento da atividade fabril para outros sítios, estimulado pela iniciativa público-privada. Esse processo de dispersão, quando outras regiões da metrópole passam a concentrar esse setor de produção, resultou na obsolescência dessa primeira zona industrial, onde os antigos edifícios industriais foram progressivamente abandonados ou demolidos, ocasionando, consequentemente, uma profunda transformação no tecido urbano dessa área.

Há que se observar, portanto, o que acontece atualmente dentro e fora dessas estruturas que resistem, em meio a uma paisagem outrora repleta de indústrias e agora segmentada e descontínua devido aos consecutivos processos de destruição e substituição. Segundo Waisman, o ritmo dessas mudanças, além de rápido "conspira contra a consolidação das imagens, que não chegam a obter suficiente força na memória social" (WAISMAN 2013, p. 65) . Para a autora, essa condição de descontinuidade histórica não só impede a consolidação de imagens urbanas coerentes, como afeta o devir das ideias arquitetônicas: "a nova arquitetura não estabelece uma relação de continuidade formal, tipológica, urbanística com o existente" (Ibid., p. 65).

Nesse contexto, as Oficinas do Urubu, surgem como patrimônio e signo de um lugar (figura 1). O conjunto foi construído na Avenida Francisco Sá para realização das atividades da Rede de Viação Cearense (RVC) que mais se tornaria a Rede Ferroviária Federal (RFFSA). Segundo Liberal de Castro (1989), as oficinas foram inauguradas no dia 4 de outubro de 1930 e a avenida foi pavimentada em 1928 para dar acesso à indústria e ao desembarque de hidroaviões na Barra do Ceará. O engenheiro Emílio Henrique Baumgart[5] foi quem projetou os pavilhões do conjunto, que se tornou exemplo de uma das mais completas oficinas do gênero no Brasil, com arquitetura de significativo valor, do período de expansão do uso do concreto armado no Brasil[6].

5: Para Tim Ingold (2015, p. 67), em "Estar vivo: ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição": "[...] Não é como se este mundo fosse um mundo de fisicalidade bruta, de mera matéria, até que as pessoas aparecessem em cena para conferir-lhe forma e significado. As pedras também têm histórias, forjadas nas contínuas relações com o entorno que podem ou não incluir seres humanos e muitas outras coisas. Está muito bem situar as pedras dentro do contexto da vida e da história social humana, mas dentro de que contexto situamos essa vida e história social senão no mundo de materiais em constante desdobramento ao qual o próprio ser dos humanos, juntamente com aquele dos não humanos que encontram, está vinculado?"

6: "Nascido em Blumenau, Santa Catarina, a 25 de junho de 1899, Baumgart pode viver o momento histórico da introdução e do desenvolvimento do concreto armado no Brasil." (CASTRO, 1989, p. 129) / "Na verdade, além de íntimo conhecedor das propriedades mecânicas dos materiais e de seu comportamento construtivo, Baumgart possuía o 'sentimento' do concreto, aqui empregado no sentido de intuição, imaginação e criação, tão admirado por seus contemporâneos, nacionais e estrangeiros." (CASTRO, 1989, p. 135)



Figura 01: Edifício administrativo (1930) Fonte: Acervo da RFFSA.

Nos galpões dispostos ao longo do terreno se realizava a atividade industrial: montagem e reparação de locomotivas, oficina de reparação de carros e vagões, oficina de pintura de carros e vagões, oficina de fundição, oficina de ferraria, usina de força, almoxarifado e administrativo (figuras 2 a 7). Pode-

se dizer que foi a partir da Estrada do Urubu e das Oficinas do Urubu que a região se desenvolveu, pois, com sua presença e a das habitações populares, outros equipamentos foram sendo instalados progressivamente, como escolas, hospitais, conselhos comunitários. Entretanto, ainda é uma área da cidade pouco privilegiada e carente sob diversos aspectos. Segundo Lima, as oficinas contavam com "operários criativos e inteligentes que adaptavam tecnologias estrangeiras às reais necessidades do povo que usava o transporte ferroviário" (LIMA, 2014, P. 16) (figuras 8 e 9). O autor também comenta que "desse ambiente de metalúrgicos saíram os melhores movimentos políticos, daí porque muitos foram vítimas da repressão da ditadura" (Ibid., p. 16).



Figura 02: Oficina de montagem e reparação de locomotivas (1930)
Fonte: Inventário Sumário do Patrimônio da RFFSA no Ceará, IPHAN (2008)



Figura 03: Oficina de montagem e reparação de locomotivas (1930)
Fonte: Inventário Sumário do Patrimônio da RFFSA no Ceará, IPHAN (2008)

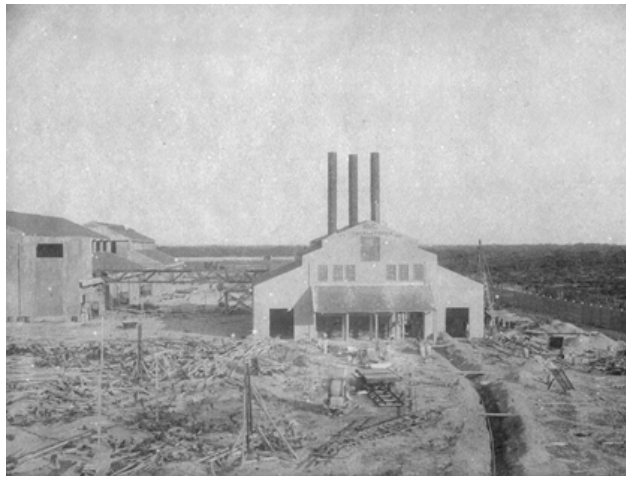


Figura 04: Galpão da antiga casa de força (1930)
Fonte: Inventário Sumário do Patrimônio da RFFSA no Ceará, IPHAN (2008)



Figura 05: Galpão de ferraria e fundição (1930)
Fonte: Acervo da RFFSA



Figura 06: – Edifício das oficinas (1930)
Fonte: Acervo da RFFSA



Figura 07: Pátio de entrada do conjunto, edifício administrativo e maquinário da época (s/ data)
Fonte:
Livro Descaminhos de Ferro, Vol. 2 (2012)



Figura 08: Operários trabalhando em vagão da RVC (s/ data)
Fonte: Acervo da RFFSA



Figura 09: – Operários trabalhando nas Oficinas (s/ data)
Fonte: Acervo da RFFSA

É possível perceber a influência e a importância do conjunto para história da ferrovia cearense, mas também para a história da região, que foi sendo construída paralelamente à da indústria, através da consolidação de moradias dos operários, construídas na Avenida Francisco Sá, de frente para o conjunto. Também foram se moldando assentamentos nas ruas que limitam o conjunto fabril, como a comunidade do Reino, na Rua Joaquim Pinto, situada à margem do muro das oficinas, chamada pela população de “rua do pé do muro”. A área então passou a se desenvolver, resultando no incremento de infraestrutura urbana e equipamentos públicos.

Atualmente, nas oficinas atua uma empresa privada, a Transnordestina, que utiliza parcialmente os galpões para reparação dos meios de transportes de carga modernos. As novas atividades da antiga indústria parecem não contribuir com as dinâmicas locais ou agregar significados à região, tendo em vista que foi necessária uma reorganização espacial após o deslocamento da atividade industrial. Ao contrário, percebe-se uma certa ausência de relação com o conjunto por grande parte dos moradores do entorno, que reagem de forma imparcial ou indiferente, enquanto para os funcionários aposentados e suas famílias que moravam ou ainda moram no bairro, o local das antigas Oficinas do Urubu é até hoje uma referência, havendo uma relação afetiva com a memória da indústria. De frente para o muro, os moradores plantam árvores, estendem roupas, estacionam carros, pintam anúncios, contam lendas, conversam uns com os outros etc., o que revela uma característica peculiar do lugar: o muro que os segrega, torna-se, ao mesmo tempo, uma extensão de suas casas (figura 10). No entanto, atrás deste muro pouco é visto ou lembrado.



Figura 10: – Aspecto da relação entre os moradores e o muro das Oficinas do Urubu (2017)
Fonte: Acervo pessoal (2017)

O cotidiano, ao mesmo tempo que exala a vida dos moradores, expõe uma certa anulação de determinados lugares, onde os "relatos e lendas que povoam o espaço urbano", como explica Michel de Certeau, se tornam "o objeto de uma caça às bruxas, somente pela lógica da tecnoestrutura" (CERTEAU, 1998, p. 187). Segundo o autor, "[...] esse extermínio (como o das árvores, dos bosques e dos cantos onde vivem essas lendas), faz da cidade uma 'simbólica em sofrimento'. Existe anulação da cidade habitável" (Ibid). O patrimônio industrial da cidade sofre com a ausência de diálogo com o entorno, contribuindo para a uma fragmentação da paisagem, ao mesmo tempo que a população carece de espaços que ressoem a história da cidade e que estimulem trocas e experiências.

De acordo com Ferrara, "estabelecer relações é atribuir significados, ou seja, apreender a diferença que se pode encontrar num conjunto de fatos rotineiros que, lidos na sua diferença, permite transformar o hábito, a rotina em alguma coisa perceptível" (FERRARA, 2000, p. 24), daí a importância de se resgatar, a partir do encontro com o lugar, a história que lá perdura. Caminhar pelo interior dos antigos galpões das Oficinas do Urubu, permite perceber materiais justapostos que revelam além daquilo que é visível. Como lembra Henri Pierri-Jeudy: "as grandes transformações da produção industrial deixam atrás de si objetos, signos e vestígios vivos de uma cultura técnica" (PIERRI-JEUDY, 1990, p. 7) (figura 11).



Figura 11: Construção manual de carro de passageiros típicos do trem "Sonho Azul" (1975)
Fonte: Livro Descaminhos de Ferro, Vol. 2 (2012)

A vida das coisas não depende da palavra dita, dos protocolos que proclamam suas existências. Segundo Ingold, "trazer as coisas à vida" implica "restaurá-las aos fluxos geradores do mundo de materiais no qual elas vieram à existência e continuam a subsistir. Essa visão, de que as coisas estão na vida ao invés de a vida nas coisas (...)" (INGOLD, 2015, p. 63). Trata-se de ver a materialidade da arquitetura, de auscultá-la, para além de perspectivas duais (humano e não humano, material e imaterial) e perceber os elementos que compõem essa paisagem como "regiões sobrepostas de um mesmo mundo".

Pensar a solidez da arquitetura (figura 12), em um diálogo com Ingold, quando fala que a *pedregosidade* não se encerra em sua própria materialidade, mas tampouco na mente do observador ou do pesquisador da área e sim "emerge através do envolvimento da pedra com todo o seu ambiente - incluindo você, o observador - e da multiplicidade de maneiras pelas

quais está envolvida nas correntes do mundo da vida" (INGOLD, 2015, p. 68), faz entender a arquitetura como signo, composto da mistura de signos outros, que refletem a riqueza que é a relação entre edifício e sujeito e tudo que se encontra entre eles e além deles na construção da *malha patrimonial*, pois "as propriedades dos materiais, em suma, não são atributos, mas histórias" (Ibid., p. 69).



Figura 12: Construção de galpão nas Oficinas do Urubu (1975)
Fonte: Livro Descaminhos de Ferro, Vol. 2 (2012)

O contato com a materialidade de um edifício proporciona diferentes experiências para cada sujeito, criando significados que enriquecem o lugar e permitem que as pessoas imprimam sua singularidade nessa arquitetura. Reafirmar memórias e histórias é parte de um processo que envolve o ato minucioso de dar visibilidade a dimensões que pareciam invisíveis, fadadas ao esquecimento, ao *esvaziamento*. É possível compreender, com esse trabalho, que os testemunhos históricos edificados são também documentos, registros da memória coletiva e fontes de conhecimento. E que esse tipo de arquitetura exige uma reflexão que abrange as mais diversas disciplinas, pois envolve questões sociais, urbanas, culturais, estéticas e históricas.

Evidencia-se a importância da preservação a partir daquilo que é possível ver, tatear e sentir, conectando, a um só tempo, história material e imaterial, não deixando escapar nem se perder aquilo que sempre esteve ali. Permitir que aquele objeto solidificado no tempo fale um pouco por si pode ser um dos caminhos para estreitar as relações humanas com o que foi construído por nossos antepassados. Entende-se que são infrutíferos os caminhos da destruição inconsequente de edifícios e objetos históricos, bem como o da imposição de significados intangíveis. Um povo sem memória certamente sofrerá com um passado nublado, encoberto, fragmentado e um povo que busca por memórias em todos os lugares dificilmente conseguirá agir de fato sobre a causa do esquecimento.

Urge repensar essa arquitetura, evitando a "petrificação" do patrimônio industrial, permitindo que esteja ao alcance das pessoas, pois a experiência que se dá, na atualidade, quando se caminha pelas ruas da cidade e se desloca ao redor desses bens edificados é de apartamento, não é possível vê-los ou tocá-los e tampouco compreendê-los. Há que se desenvolver meios de fortalecer essa malha patrimonial, seja promovendo novos debates, instaurando novos usos, elaborando programas que respeitem a arquitetura industrial, criando elos entre saberes e áreas de conhecimento-que, finalmente, aproximem essas edificações das fruições possíveis no tempo presente. Provavelmente, apenas nessa tessitura se possa criar e ampliar possibilidades de se interferir no patrimônio industrial, contribuir para sua preservação e sua permanência, para a elucidação de ações de preservação interligadas a uma memória *viva*, cujo dínamo é a vida cotidiana.

Referências

ALLOA, Emmanuel. Entre a transparência e a opacidade - o que a imagem dá a pensar. pp. 7 - 19. in:

ALLOA, Emmanuel (org.). **Pensar a imagem**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

ARENDT, Hannah. **A condição humana**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política:** ensaios sobre literatura e história da cultura. Vol. 1. 3 ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

CALVINO, Italo. **As cidades invisíveis**. 2 ed. Tradução Diogo Mainardi. Companhia das Letras, 1990.

CARSALADE, Flávio Lemos. Desenho contextual: uma abordagem fenomenológico-existencial ao problema da intervenção e restauro em lugares especiais feitos pelo homem. **Tese de Doutorado –** Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Bahia. 2007.

CASTRO, José Liberal de. **O Centenário de Emílio Baumgart**. 20 nov 1989. Comunicação apresentada em São Paulo na Reunião Anual dos Membros do Comitê Brasileiro de História da Arte, 1989.

CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. 3 ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. 5 ed. São Paulo: Estação da Liberdade: UNESP, 2006.

DIDI-HUBERMAN, Georges. **Atlas ou a Gaia Ciência Inquieta**. Lisboa: Imago, 2013.

_____. **O que vemos, o que nos olha**. 2 ed. Tradução Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIÓGENES, Glória e PEREIRA, Alexandre B. Rasuras, ruídos e tensões no espaço público no Brasil: Por onde anda a arte de rua brasileira? **Revista Dilemas**, – Vol. 13 – no 3 –set-dez 2020 – pp. 759-779.

FERRARA, Lucrécia. **Os significados urbanos**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Fapesp, 2000.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais:** morfologia e história. Tradução Frederico Carotti. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

INGOLD, Tim. **Estar vivo:** ensaios sobre movimento, conhecimento e descrição. Petrópolis: Editora Vozes, 2015.

_____. Trazendo as coisas de volta à vida: emaranhados criativos num mundo de materiais. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, ano 18, n. 37, p. 25-44, jan./jun. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/ha/v18n37/a02v18n37.pdf>. Acesso em: Ago, 2020.

JEUDY, Henri-Pierre. **Memórias do Social**. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1990.

KULHL, Beatriz Mugayar. **Preservação do Patrimônio Arquitetônico da Industrialização:** problemas teóricos de restauro. 2 ed. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2018.

LIMA, Luiz Cruz. **Espaço da produção em movimento:** zona industrial da Francisco Sá. Fortaleza: EdUECE, 2014.

MENEGUELLO, Cristina. Patrimônio industrial como tema de pesquisa. **Anais do I Seminário Internacional História do Tempo Presente**. pp. 1819 - 1834. Florianópolis: UDESC; ANPUH-SC;

PPGH, 2011. Disponível em: <http://eventos.udesc.br/ocs/index.php/STPII/stpi/paper/viewFile/313/234>. Acesso em: Ago, 2020.

RUSKIN, John. **A Lâmpada da Memória**. Tradução e apresentação Maria Lucia Bressan Pinheiro; revisão Beatriz e Gladys Mugayar Kühl. Cotia-SP: Ateliê Editorial, 2008.

WAISMAN, Marina. **O interior da história:** historiografia arquitetônica para uso de latinoamericanos. São Paulo: Perspectiva, 2013.

indi
scip
lina
r

***Tainah Rodrigues Façanha:** Arquiteta e Urbanista. Mestranda do Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará (UFC). Pesquisadora nas áreas de Arquitetura Industrial, Patrimônio Cultural Edificado e Preservação do Patrimônio Industrial. E-mail: facanhatainah@gmail.com

Beatriz Helena Nogueira Diógenes: Arquiteta e Urbanista. Pós-doutorado em Arquitetura e Urbanismo na Faculdade de Arquitetura da Universidade de São Paulo (FAUSP). Professora Associada do Programa de Pós-graduação em Arquitetura, Urbanismo e Design e do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Ceará (UFC). É pesquisadora no projeto de pesquisa "(Re)Construção da Arquitetura Moderna em Fortaleza: Memória e Modelagem Digital" e membro do Atelier de Patrimônio cultural (APC) da UFC. E-mail: bhdiogenes@yahoo.com.br

Glória Diógenes: Professora Titular do Programa de Pós-Graduação de Sociologia. Pesquisadora do CNPQ e coordenadora do Laboratório das Artes e das Juventudes (LAJUS). É membro fundadora da Rede-Luso-Brasileira de Pesquisadores em Artes e Intervenções Urbanas (R.A.I.U.) e membro fundadora da Rede Todas as Artes, Todos os Nomes. E-mail: gloriadiogenes@gmail.com

Afetos, brasilidade e urbanidade: uma aproximação[1]

Affects, brasiliannes and urbanity: an approximation

Eliana Rosa de Queiroz Barbosa*

Resumo

Este artigo, construído a partir de observações de campo em áreas centrais e patrimonializadas do Rio de Janeiro e de Salvador, ensaia a formulação da noção de urbanidade brasileira, a partir de contribuições do campo dos afetos e das epistemologias da ginga, da macumba e da ancestralidade. O texto está organizado em três partes. A primeira introduz a problemática da noção de memória aliada ao que aqui chamados de urbanidade afro-brasileira. Posteriormente, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre a questão do entrelaçamento entre corpos, espaços e afetos. A terceira parte propõe uma reflexão sobre as inserções em campo até o momento realizadas, através das abordagens conceituais de Simas (2019); Simas e Rufino (2019ª;2019b, 2020), Oliveira (2012). Por fim, a noção de terreirização (Simas, 2019) ajuda a articular os afetos à cultura material e à proposta de uma urbanidade (afro) brasileira.

Palavras-chave: Afeto, urbanidade, brasilidade, cosmovisões afro-brasileiras

Abstract

This paper, using field observations from heritage protected central areas of Rio de Janeiro and Salvador, formulates the notion of Brazilian urbanity, built with the contribution of the field of affects and the ginga, macumba and ancestrality epistemologies. The text is organized in three parts. First the author introduces the problematic around the notion of memory in relation to what here is called Brazilian afro-urbanity. Later, a literature review on the intertwining of bodies, spaces and affects is presented. Finally, the thirs part proposes a reflection around the field observations previously presented, using the conceptual approach of Simas (2019); Simas e Rufino (2019ª;2019b, 2020), Oliveira (2012), articulating affects and the material culture to the proposed notion of Brazilian (afro) urbanity.

Key words: Affect, urbanity, brasiliannes, afro-brazilian cosmovisions

Os Brasis e o urbano brasileiro

> “ O Brazil não conhece o Brasil
>
> O Brasil nunca foi ao Brazil”
>
> Querellas do Brasil, Maurício Tapajós e Aldir Blanc, 1978

Começo esse texto retornando para um momento em 2015, andando pelo centro de São Paulo, em uma sexta-feira quente de carnaval, acompanhada de um colega estrangeiro, desviando dos muitos corpos ali que, como nós, procuravam o ponto de partida do cortejo do tradicional bloco paulistano Ilú Oba de Min. O colega, recém-chegado em São Paulo para iniciar sua pesquisa de campo e prestes a experimentar seu primeiro carnaval, havia pedido que eu o acompanhasse, pois queria ver o cortejo do famoso bloco afro. Chegamos ao Viaduto do Chá, depois de um percurso pelas barulhentas e animadas ruas do centro novo, uma multidão esperava o cortejo que começou um tanto atrasado. Primeiro, ouvimos apenas os batuques, chacoalhando o Shopping Light, a banca de jornal, o parapeito de concreto do viaduto, o mundo material que nos rodeava. Tudo se encantou. Posteriormente, vieram as vozes do coro feminino, até que chegou a nós o cortejo das entidades, tradicionalmente desfilando sobre pernas de pau, vestindo trajes dourados. Arrebatada, olho para o colega, claramente decepcionado. Percebendo meu assombro, justificou: “Achei que era um bloco africano”. O Ilú Oba de Min, em sua afro-brasilidade, não era africano suficiente para sua expectativa.

Introduzo essa primeira história, pois, entre outras, foi um gatilho para começar a pensar uma possível noção de urbanidade brasileira. Para alcançar sua definição, agrego reflexões recolhidas através de um mergulho tátil em dois estudos de caso brasileiros[2], classificados como patrimônio mundial pela UNESCO, a um punhado de propostas epistemológicas, de campos disciplinares diversos, que tem como objetivo colocar o Brasil, ou os Brasis, múltiplos, em pauta. Como essas propostas epistemológicas podem iluminar os estudos urbanos brasileiros? O que implica adjetivar a palavra urbanidade como brasileira? Como a teoria dos afetos pode nos ajudar a nos aproximarmos de uma noção de urbanidade brasileira? Como operar essa noção nos estudos urbanos brasileiros?

O texto está organizado em três partes. A primeira introduz a problemática da noção de memória aliada ao que aqui chamados de urbanidade afro-brasileira. Posteriormente, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre a questão do entrelaçamento entre corpos, espaços e afetos. A terceira parte propõe uma reflexão sobre as inserções em campo até o momento realizadas, através das abordagens conceituais de Simas (2019); Simas e Rufino (2019a;2019b, 2020), Oliveira (2012). Por fim, a noção de terreirização (Simas, 2019) ajuda a articular os afetos à cultura material e à proposta de uma urbanidade (afro) brasileira.

Urbanidade e a noção de memória

> “Num lugar de dor, o que eles fazem? Eles dançam”.

Levada à Bahia pelo seminário “Memória, sobrevivências, ruínas: pensar as temporalidades urbanas”, realizado em novembro de 2019, repito a frase acima, dita pelo historiador Washington Drumond, relatando uma lembrança[3], contando ter acompanhado um colega estrangeiro ao Pelourinho. Essa frase, proferida com espanto pelo estrangeiro ao vivenciar a força pulsante que emana do recorrentemente arruinado centro histórico de Salvador, representa o espanto de muitos, estrangeiros outros, alguns até locais, ao observar diferentes manifestações, vivências e experiências no espaço público baiano, e em última instância, brasileiro. Trago a reflexão de Washington Drumond sobre esse relato e sobre uma noção de memória que é praticada, amplamente baseada na práxis urbana, para me aproximar da noção de urbanidade que possa ser adjetivada brasileira. Em resposta ao comentário do visitante estrangeiro, Washington Drumond reflete sobre esses nossos lugares de memória: “[nesses lugares] nós não sobrevivemos, nós vivemos, nós não resistimos, nós agimos”

Essa reflexão se assenta na noção de memória, visto que parte de observações realizadas em dois estudos de caso, escolhidos por serem sítios classificados como patrimônio mundial com

a chancela da UNESCO, que sendo classificados com base em justificativas distintas, apresentam o que aqui ensaio definir como urbanidade afro-brasileira. Urbanidade, por ser algo que se expressa no espaço urbano, público, ou seja, na rua, e se manifesta de diversas formas. Afro-brasileira porque agrega heranças, memórias, manifestações, rituais e práticas brasileiras que se relacionam com a ancestralidade africana. Urbanidades afro-brasileiras são entendidas como parte de culturas de diáspora (SIMAS, 2019; GILROY, 2012). Portanto, propõe-se que a urbanidade afro-brasileira se dá em relação às noções de memória e de ancestralidade.

Os casos são o chamado Centro Antigo de Salvador[4], um conjunto de bairros na área central da cidade que passou por um longo e conflituoso processo de renovação durante as décadas de 1990 e 2000, e o Cais do Valongo, redescoberto durante as obras do Porto Maravilha em 2012.

O centro antigo de Salvador foi classificado como patrimônio cultural mundial em 1985, dado o conjunto urbano considerado excepcional de edifícios preservados em um contexto urbano colonial renascentista, além de ser considerado um dos principais pontos de confluência das culturas europeias, africanas e ameríndias, segundo a UNESCO. Após sua nomeação, o estado da Bahia, com apoio da prefeitura, empreendeu um extenso processo de renovação de um de seus bairros, desapropriando a maior parte das edificações no espaço que passou a ser chamado de Pelourinho, deflagrando processos de gentrificação e de turistificação da paisagem urbana.

Por um lado, a renovação do Pelourinho foi responsável por expulsar a maior parte dos habitantes deste sítio urbano, por outro, este processo elegeu o tipo aceito de patrimônio cultural afro-brasileiro a ser exibido e celebrado neste novo espaço urbano turistificado, levando a perseguição da presença do corpo negro não turistificado neste espaço em constante disputa (COLLINS, 2015), um processo que evidencia conflitos que ainda não se esgotaram. O bairro Santo Antônio Além do Carmo se localiza no limite da área classificada como patrimônio cultural mundial e não sofreu a gentrificação promovida pelo estado nos anos 1990 e 2000, como se observou no Pelourinho, tendo até recebido alguns dos antigos habitantes expulsos daquele espaço. Mantendo ainda muitos dos seus habitantes mais antigos e um forte senso de comunidade, o bairro hoje enfrenta a ameaça da especulação[5] imobiliária através da manutenção de edifícios tombados vacantes, com a recente descoberta de casarões do século XIX e do início do século XX por operadores do mercado imobiliário, e a emergência de um novo circuito cultural e turístico, trazendo uma revigorada vida noturna, com a multiplicação de novos estabelecimentos de comércio e serviços que desafiam as práticas cotidianas do bairro. Neste caso, a política urbana e a política de patrimônio se transformaram nos últimos anos, contemplando a criação de um fundo imobiliário (em 2014), formulado para gerir uma grande operação urbana (criada pelo plano diretor aprovado em 2016, cuja regulação específica atualmente se encontra em discussão), que engloba todos os bairros que contemplam frente-marítima na região central, com o objetivo de transformar o conjunto edificado e adequá-lo as necessidades do desenvolvimento turístico (SANT'ANNA, 2017). Sua intersecção com a política de preservação se deu pelo estabelecimento do programa Restaurar (2017), iniciativa municipal que pretendeu estimular o restauro de edifícios particulares através de um programa de benefícios e isenções fiscais.

O Cais do Valongo foi classificado em 2017, como um sítio de memória sensível relacionado à herança e à memória afro-brasileira, de acordo com a UNESCO, visto que se estima que quase um milhão de negros escravizados desembarcaram neste local. A área onde se encontra o cais e o perímetro da preservação, apelidada miticamente de Pequena África dada a concentração de negros livres e escravizados em sua origem e seus descendentes na atualidade, está prestes a se tornar um museu urbano[6], com uma proposta de um circuito de celebração da cultura afro-brasileira.

A história do surgimento do samba e das religiões de matriz africana parte de expressões e experiências culturais afro-brasileiras que emergiram nesse espaço urbano. Simultaneamente, a área encontra-se, desde 2009, ameaçada pelos avanços da Operação Urbana Porto Maravilha, que teve como objetivo transformar parte da Pequena África no novo centro terciário da cidade, uma renovação promovida como legado dos grandes eventos que a cidade recebeu na última década: a Copa do Mundo de 2014 e os jogos Olímpicos de 2016. Com a candidatura e posterior chancela da UNESCO, as tensões em torno desse território cresceram e diferentes grupos relacionados ao patrimônio cultural afro-brasileiro vem disputando a gestão deste circuito de herança africana.

Nesse período recente, ao passar por um processo de renovação desde o início da década de 2000, a área portuária, passou de vazio estrutural a vazio projetual, usando as categoriais analíticas de Borde (2006), pois, dada a incompletude do projeto, é latente sua desarticulação com o tecido urbano e social do entorno, o que aumenta as disputas entre os diferentes grupos envolvidos no habitar deste espaço.

Apesar de distintas na temporalidade e nas especificidades enquanto sítio urbano classificado como patrimônio cultural mundial, estes dois casos têm em comum a presença urbana da cultura afro-brasileira e os conflitos que surgem ao se tentar decolonizar sua história urbana. Ambas as cidades, Rio de Janeiro e Salvador, foram pioneiras na promoção de políticas de reparação e em ambas a celebração da ancestralidade africana permeia a vida cotidiana. Por outro lado, ambos os casos apresentam exemplos do chamado fenômeno global de urbanização, como aponta Harvey (2011), também chamado de fenômeno de urbanização neoliberal (BORDIN, 2010) e de urbanismo corporativo (FERNANDES, 2013), na medida em que espaços da cidade se transformam em ativos em um processo de acumulação flexível. Em ambos os casos o patrimônio cultural se transforma em um ativo, e o tema da preservação em discurso legitimador para realização de projetos homogeneizantes, ações de remoção de população carente, entre outros (SANT'ANNA, 2017).

Assim, em ambos os casos, o urbano e a urbanidade se articulam através de uma disputa pela memória, que, retomando Washington Drumond, nesses lugares específicos, relaciona-se com a práxis. Tratando-se de sítios urbanos, refere à prática na cidade. Portanto, o entendimento da noção de memória enquanto prática e agenciamento do presente fica como pressuposto dessa abordagem ao patrimônio cultural.

Não me interessa tratar de um cais ou de um casario, enquanto apenas cais e casario. Interessa trabalhar com e refletir sobre as práticas em relação ao cais e ao casario e entender como essas práticas se relacionam com a materialidade. Entendendo cais e casario enquanto suporte e, ao mesmo tempo, enquanto matéria vibrante, portadora de agência própria, que por sua vez afeta as práticas, realimentando um processo baseado em memórias corporificadas e ancestralidades ampliadas.

Portanto, ao desejar trabalhar a noção de urbanidade afro-brasileira, esse pressuposto nos transporta para (1) o campo dos estudos diaspóricos, com as ações de transculturação e as noções de memória e ancestralidade; e (2) o campo da materialidade e dos afetos – que mobilizam a práxis e que explicam o movimento relacional entre actantes (objetos, sujeitos) e ações. Esses campos são brevemente explorados a seguir.

Corpos, espaços e afetos

Em julho de 2018, cheguei a Salvador e logo aluguei uma casinha histórica no Bairro do Santo Antônio. Pequena, térrea, sem recuos, uma porta e duas janelas antigas de madeira. Janelas voltadas para a Rua dos Marchantes. Fiquei nessa primeira casa por duas semanas. Numa das primeiras manhãs, fui acordada por um batuque, acompanhado de algumas vozes. Sem saber se era dia ou noite, levantei imaginando que seria um grupo boêmio que tinha se estendido noite adentro, a casa era vizinha de uma pequena boate. Era dia. Abrindo a janela que trazia a rua para dentro da casinha, deparei-me com uma curiosa cena. Primeiro, a rua vazia, reverberando o barulho de instrumentos de percussão, uma voz masculina, seguida de um coro de vozes femininas. A curvatura da rua não deixava ver o que estava por chegar. Aos poucos vi um grupo vindo pela rua, mas parou e se aglomerou na estreita calçada, deixando um carro passar. Vi então um homem a frente, gritando palavras de ordem e pedindo cuidado com os carros. O batuque cessou. Ouvi um burburinho. O carro passou, o homem retomou a dianteira e sinalizou para que outro homem de meia idade, vestido de azul, percursionista, retomasse o ritmo. Uma jovem, também de azul, o acompanhava com um tamborim. Vi então que o grupo era composto principalmente por senhoras idosas. Algumas carregando chocalhos. Outras caminhavam cantando, pequenas mochilas nas costas, pochetes, ou bolsas pequenas, transpassadas. Muitas usando camisetas brancas, que pareciam um uniforme. O homem que ia a frente era seguido por duas outras mulheres, mais jovens, carregando pranchetas, que pareciam servir de apoio ao grupo. O homem, tocando um tamtam com baqueta de surdo, gritava. As senhoras respondiam. Era uma marcha cantada. Cerca de 30 pessoas passavam pela minha janela, cantando, sorrindo e levantando os braços. Algumas senhoras acenaram. A curvatura da rua fez, novamente,

com que eu não os visse mais, o som esmaeceu. Fechando a janela, sai da "rua" e voltei para casa. Descobri depois que esse é um grupo de caminhada e exercícios para idosos, organizado pela unidade básica de saúde do bairro. O grupo vem acompanhado de percursionistas que são funcionários da unidade básica de saúde. O instrutor guia a turma pelas ruas do Santo Antônio, que sai do posto as 7:30 da manhã e faz um percurso que chega no largo da igreja, uma praça onde os participantes fazem uma série de exercícios de alongamento e fortalecimento da musculatura.

É um ritual que acontece três vezes por semana, segunda-quarta e sexta. A música, ritmada pela percussão - que é usada no samba, mas também nas cerimônias de candomblé – é um chamado para botar o corpo na rua. É com esse chamado que o grupo avisa que está passando, e vai coletando novos adeptos a essa prática urbana, ao longo do percurso. Apresento esse pequeno relato para que nos debrucemos sobre o campo da materialidade e dos afetos.

Ao avançar sobre a relação entre espaço e corporeidade, Guattari (1992) introduziu a noção de "agenciamento de enunciação", que organiza as diversas modalidades, tanto de espacialização – ao ato de se apropriar ou criar espaços – quanto de corporalidade, entendida como a agência do corpo. Nesta relação, segundo ele, são os afetos que promovem a multiplicação de percepções do espaço e sua subjetivação – necessária para a espacialização. Essa subjetivação do espaço, mediada pelos afetos, relaciona o presente e o passado, importante aqui para que se entenda a relação da espacialização afetiva com a noção de memória e ancestralidade.

O autor sugere que os espaços nos interpelam emocionalmente, são "máquinas de sentido e de sensação" que não são universais. Espaços como máquinas de sentido podem mobilizar afetos diversos pois, ao serem permeados por objetos que possuem "vida própria", podem servir a projetos uniformizadores – os projetos de muro como definido por Simas (2019) – e, ao mesmo tempo, podem incitar subjetividades individuais ou coletivas: "Pode parecer paradoxal deslocar assim a subjetividade para conjuntos materiais, por isso falaremos aqui de subjetividade parcial; a cidade, a rua, o prédio, a porta, o corredor ... modelizam, cada um por sua parte e em composições globais, focos de subjetivação." (GUATTARI, 1992: 161)

Para Guattari, essa subjetividade parcial é mediada por afetos

estéticos complexos e pela associação de formas espaciais, ritmos e bordões, que juntos formam o suporte existencial de um foco enunciativo, que serve para os agenciamentos coletivos de enunciação.

Como tarefa metodológica, o arquiteto contemporâneo é chamado para, em elaboração de projeto sempre em movimento, apreender o espaço de forma transversal e cartografar de forma multidimensional essa produção de subjetividades.

Esse apelo para uma cartografia de subjetividades se alinha com o que Milton Santos (2006) chama de Geografia da Ação. Ação, sendo sempre sobre uma situação, relaciona-se com a práxis, ritos, rotinas, um conjunto de gestos que contribuem para a produção de determinada ordem. Nessa formulação, o agir simbólico – incalculado, mediado pelos afetos e rituais – mobiliza modelos de significação e representação, em oposição à ordem dos dados e da norma representada pelo agir técnico e formal.

Nessa formulação, em cada situação, Milton Santos defende que diferentes objetos 'preferem' certas ações, em detrimento de outras, em uma clara sugestão à agência dos objetos em detrimento a supremacia do agenciamento dos sujeitos ou atores. Assim, objetos e ações foram um conjunto inseparável, híbrido: "As duas categorias, objeto e ação, materialidade e evento, devem ser tratadas unitariamente." (SANTOS, 2006: 56).

Essa formulação reconhece a agência dos objetos e o afeto como mediadores de subjetividades nas relações entre objetos e corpos no espaço urbano. O que nos leva ao nexo entre afetos e espaços. Para explorar esse nexo trago Reckwitz (2012) e sua noção de espaços afetivos, bem como Hutta (2018, 2019) com a noção de re-territorialização afetiva, dentre a gama de autores que vem explorando o tema.

Reckwitz (2012), procurando contribuir para a teoria da ação, propõe um quadro conceitual que possibilita a análise simultânea das emoções, afetos, artefatos e espaços, integrando-os como componentes básicos da sociabilidade, a partir das formulações provenientes do giro espacial e do giro afetivo nas ciências sociais, que superam a leitura clássica de que espaço e afeto são categorias materiais, residuais. Para o autor, a sociabilidade é entendida como uma rede sempre em expansão, composta de corpos e artefatos. Essa rede é composta

por fazeres interconectados, materialmente ancorados, afetando-se mutuamente. Portanto envolve corpos, artefatos e movimentos. Assim, propõe que (1) cada prática social envolve uma estruturação afetiva e perceptiva, passível de análise; (2) cada prática social envolve uma estruturação espaço-artefato passível de análise; (3) Afetos são direcionados a artefatos e objetos, sendo estruturados pelos espaços que esses artefatos e objetos formam.

Essas práticas sociais, por sua vez, estão ancoradas em corpos sensuais (não apenas corpos sociais), passíveis a estímulos. São, portanto, práticas ancoradas em comportamento, possuindo uma estruturação afetiva. São corpos e objetos que afetam e são afetados, portanto afeto no espaço adquire um caráter dinâmico e uma dimensão interativa, crucial para suscitar reações e excitações corporais – ansiedade, alegria, irritação, luto. Para Reckwitz afetos são, portanto, reações corporais e fazem parte das práticas sociais.

Além disso, afetos são espacialmente situados em relação a artefatos, formando culturas afetivas. O autor define culturas afetivas como redes expansíveis de corpos (muitas vezes múltiplos), artefatos, subjetivizações, percepções, sensações, rotinas, e práticas discursivas, baseadas em emoções, que por sua vez suscitam práticas afetivas não-discursivas. Culturas afetivas são arranjos espaciais complexos que engendram formas específicas de afetividade (como a intimidação, o aconchego, a convivialidade e o sublime). Reckwitz utiliza a metáfora da atmosfera, em que artefatos estabilizam culturas afetivas através do afeto e do hábito. A transformação dessas atmosferas, ou seja, dessas culturas afetivas, dá-se tanto pela reorganização dos artefatos, como por mudanças discursivas, que passam a mobilizar novos afetos. Conclui, assim, que as mudanças discursivas e o rearranjo dos artefatos conformam constelações que levam a mudanças nas práticas e atitudes afetivas, levando a novas atmosferas, como novas culturas afetivas que devem, portanto, ser alvo de observações empíricas.

Essa necessária abordagem empírica nos remete às reflexões de Hutta (2018, 2019) e à noção de territórios e re-territorializações afetivas, construídos através de observações em campo realizadas no Brasil pós-junho 2013[7], a partir do qual afetos intensos – progressistas e conservadores - passaram a ser cada vez mais performados na esfera pública. Esses vetores afetivos, presentes cada vez em maior quantidade e intensidade, são

capazes de potencializar ou prejudicar territorializações, conformando diversas “capacidades de agir” em determinados contextos espaciais. Para Hutta (2018), os eventos recentes no contexto brasileiro demonstram como as capacidades de habitar, apropriar e controlar espaços está conectada aos afetos, entendendo afetos como sendo um dinamismo relacional entre corpos de diferentes propriedades (no sentido mais amplo possível), desdobrando-se entre corpos em interação com e no espaço. Afetos são encontros no espaço. É através desse dinamismo afetivo, portador de agência própria, que territórios políticos e econômicos são criados e destruídos. Afetos não só acontecem no território, eles o constituem e o desfazem.

Hutta (2019) propõe três reorientações na articulação entre afetos e territórios. A primeira aponta para uma modificação afetiva na capacidade do agir; a segunda para a força constitutiva dos afetos em si e, por último, para a relação contingente entre afetos e re-territorializações, demandando um olhar atento ao empírico e a essas relações.

Retomando a noção de urbanidade afro-brasileira, a soma do campo dos afetos às manifestações da ancestralidade africana observados nesses casos nos leva a três questões. A primeira é a observação de que o patrimônio cultural abordado engendra de forma específica a relação entre história, historiografia e memória. A segunda revela como a lente da decolonialidade (MIGNOLO, 2015) bagunça essa relação entre história, historiografia e memória, escancarando disputas, dissensos e controvérsias. Se os casos trazem à tona apagamentos e movimentos de resgate da história, esse resgate passa por uma disputa, que é tanto uma disputa de narrativas, quanto uma disputa entre práticas, usos, performances, todas mobilizadas pelos afetos. Além de serem práticas, usos, performances em espaços e objetos que, por si, também são actantes, artefatos entendidos como matéria vibrante, portadores de agência própria (BENNET, 2010).

Este problema posto pela formulação de uma noção de urbanidade afro-brasileira sugere a aproximação com epistemologias outras, que vem sendo ensaiadas em diversos campos do conhecimento e que podem ser colocadas na roda do campo do urbanismo, para ritmar essa discussão, que ensaio na próxima sessão. São elas epistemologia da ginga (ARAÚJO, 2017), a epistemologia das macumbas (SIMAS; RUFINO, 2019a, 2019b, 2020), a epistemologia da ancestralidade (OLIVEIRA, 2012) e a filosofia popular brasileira (HADDOCK-LOBO, 2020), esta última

trabalhando especificamente a noção de brasilidade.

Afeto, cultura material e urbanidade afro-brasileira

Começo a discussão do entrelaçamento entre afeto, cultura material e urbanidade afro-brasileira com uma reflexão sobre os processos de patrimonialização dos espaços urbanos e a supremacia dos saberes técnicos, em detrimento das experiências dos praticantes desses espaços.

Volto para minha inserção em campo, em Salvador. Chego especificamente a uma observação, que envolveu acompanhar atores sociais, ativistas e pesquisadores em campo na realização de um inventário sobre o estado de conservação do Centro Antigo. Acompanhei diversas visitas, parte de processo de reconhecimento e eleição das referências culturais urbanas, como ponto de partida de um inventário comunitário, que aliaria a visão técnica às referências culturais dos praticantes do espaço. Ao caminhar pelas ladeiras e galerias do Centro, os pesquisadores insistiam em "ensinar" os agentes de campo a "olhar" a cidade, apontando para aquilo que eles deveriam prestar atenção. Estavam muito pouco interessados no que efetivamente afetava esses agentes comunitários durante o percurso. Os técnicos estavam menos ainda interessados pelas histórias que os agentes de campo contavam sobre como habitavam aquele espaço no cotidiano.

Esse pequeno relato de campo assinala para o fato de que o processo de eleição de valores, comum nas discussões sobre patrimônio, passam por um processo de subjetivação e produção de significado, que é individual. Apesar de ter recortes técnicos, socioeconômicos, o processo de atribuição de valor também possui recortes de raça e gênero, não podendo, portanto, os valores serem universais na realidade – como proposto pela UNESCO. A impossibilidade de existência de valores universais é uma grande fonte de conflito e disputa, quando se trata de patrimônio cultural e principalmente de sítios urbanos patrimonializados.

As epistemologias da ginga, da macumba e da ancestralidade nos ajudam a operar uma dimensão de urbanidade brasileira, e especificamente urbanidade afro-brasileira existente em espaços patrimonializados, na medida em que explicita a dicotomia entre cidade simulacro (desencantada) e cidade terreiro (encantada) e a relação entre a memória, o corpo, o rito e o imprevisível mediada pelos afetos, desestabilizando a noção de tempo: "as raízes do Iroko encarnam a eternidade da memória ancestral. Iroko é o tempo em duas dimensões: o da ancestralidade e o do porvir. É o mistério da paciência. Exu percorre a temporalidade do Iroko na dimensão da imprevisibilidade. Iroko tem a fixidez da gameleira. Exu tem a fluidez da folha que cai da árvore no meio do redemoinho" (SIMAS; RUFINO, 2019b, p.14).

Essas epistemologias nos trazem lentes adequadas para entender certas práticas e ações em tais territórios e o modo como essas práticas e ações, somadas, formam o caldo que imbui certos espaços urbanos de brasilidade. Mais que um foco no perigoso terreno das identidades estanques e dos nacionalismos, como nos avisa Haddock-Lobo (2020), a brasilidade aqui é construção coletiva em vários sotaques. O autor define "o que precária e estrategicamente podemos chamar de 'brasilidade', sendo isto o que nos tornou reconhecidos nacional e internacionalmente" (Haddock-Lobo, 2020, p.101), algo que não se pode definir senão dentro de uma pluralidade, de uma não-identidade, que não se reduz a uma unidade. Nossas "múltiplas e singulares brasilidades" (Idem, p.102), são compostas de diversos sotaques que se reconhecem quando em relação, ou oposição, com a tradição europeia e ocidental. O pensamento sobre as brasilidades e sua relação com o urbano brasileiro podem ser entendidas, portanto, como um gesto decolonial nos Estudos Urbanos. Haddock-Lobo nos convida, ao nos provocar com sua filosofia popular brasileira, a "pensar a partir de uma experimentação da cultura popular brasileira" (Ibidem), um convite ao mergulho empírico na Rua, ou seja, no urbano brasileiro, permanecendo-nos abertos às experiências múltiplas.

Para me aproximar da relação entre afeto e urbanidade afro-brasileira, proponho que o processo de produção de significado é um processo de encantamento e terreirização, categorias definidas por Simas e Rufino (2019a, 2019b, 2020), dois dos autores com quem caminho durante essa narrativa. Portanto, o habitar desses espaços é um agir que envolve o encantamento, um processo atravessado por imaginação e afetos. As cenas que ilustram as duas primeiras sessões desse artigo exemplificam bem o que é uma imersão em campo nesses lugares encantados e terreirizados.

Cidades terreirizadas (SIMAS; RUFINOb, 2020) abrigam práticas ritualizadas e performances, criando tempo/espaço moventes e não permanentes, que se constroem a partir do rito:

"(...) *rito expõe as possibilidades, circunstâncias e imprevisibilidades postas nas dinâmicas de se firmar terreiros (...) terreiro pode ser desde o tempo/ espaço em que se fundamenta o saber para a experiência com o sagrado como também o tempo/ espaço em que carnavaliza essa experiência ou até mesmo ambas as possibilidades em imbricação*" (SIMAS; RUFINO, 2019b, p. 41)

Nessa equação temos os objetos – enquanto matéria, os artefatos, as pedras –, os sujeitos e as ações. No processo de encantamento e terreirização, esses três elementos se encontram em relação e movimento: "As pedras que fundamentam as invenções dos terreiros encantam-se a partir dos corpos" (SIMAS, RUFINO, 2019b, p.51).

Tratando-se de encantamento de objetos e terreirização no espaço público, portanto nessa equação em movimento, Simas (2019) propõe que a Rua, enquanto categoria analítica, é espaço de construção tensa e intensa de sociabilidades, aquilo que agrega afetos e espaços. A Rua é um espaço que engendra sabedorias e que estimula a criação. Portanto, o processo de mobilização dos afetos que a Rua engendra, é definido pelo que o autor chama de culturas de fresta e de síncope. As culturas de frestas e de síncope são, por um lado, as ações que enfrentam projetos de muro, barreiras (físicas e institucionais) impostas por projetos hegemônicos. Por outro lado, enquanto síncope, preenchem os vazios deixados pelo ritmo desses projetos, ocupando com diferentes ritmos o espaço entre uma batida de outra, o espaço do silêncio.

A imersão em campo, tanto no Rio de Janeiro quando em Salvador, ao se dar em espaços de cultura material colonial, que poderiam ser entendidos como espaços de memória sensível, ocorre em espaços patrimonializados. Esses espaços urbanos são, ao mesmo tempo, violentamente atravessados por transformações urbanas orquestradas pela articulação do capital imobiliário ao Estado, e inegavelmente imbuídos de uma "brasilidade", cuja definição é sempre precária. Essa brasilidade é trazida, ou carregada, pelos corpos que praticam esses espaços. Corpos como suportes de memórias (SIMAS, RUFINO, 2019b, p.45), que se ligam com a epistemologia da ancestralidade (OLIVEIRA, 2012) e da ginga (ARAÚJO, 2017) através da presença e permanência, entendo-a como a existência em um contínuo, possibilitada por dinâmicas de perpetuação da memória (SIMAS; RUFINO, 2019b).

Os ritos – ações congregadas, comunitárias - "reinventam as possibilidades de ser/estar/praticar encantar o mundo enquanto terreiro" (SIMAS; RUFINO, 2019b, p.48), estabelecendo "seus vínculos de pertença com outras temporalidades/ espacialidades" (Idem, p.49).

O urbano, nesses casos patrimonializados em disputa, abriga rodas de samba, de choro, comércio ambulante, performances, blocos carnavalescos e agremiações das mais diversas. Essas práticas exemplificam a produção de significado pelos hábitos, pelas sociabilidades, pela performance, pelas ações que se fazem em comunidade no espaço da Rua, tendo Rua como uma categoria espacial que recebe, abriga, guia o movimento e quebra o desencanto: "a cidade simulacro ergue-se feito um edifício entoado por um único dizer, cresce por cima de corpos e saberes múltiplos. A cidade terreiro corre, gira, fala em vários dizeres para múltiplos entenderes, firma o encante no cruzado dos quatro cantos" (SIMAS; RUFINO, 2019b, p.79).

A reflexão que trago é que, para estarem imbuídos de brasilidade, esses espaços urbanos e essa cultura material foram "terreirizados". Foram encantados, pelas práticas de construção de sociabilidade, de reconstrução contínua de identidade e de formação de comunidades, através de associações diversas. Os pontos de agregação de significado foram transformados em "encruzilhadas", como campo de possibilidades (SIMAS; RUFINO, 2019a) mas também como uma categoria analítica utilizada desde os anos 1980, por Leda Maria Martins (1995) ao tratar de manifestações artísticas e performáticas afro-brasileiras.

O questionamento dos valores universais e da forma como os saberes técnicos se relacionam com o patrimônio, relaciona-se com a incompatibilidade da pretensa universalidade desse patrimônio – e do projeto de muro que ele representa ao restringir as práticas no espaço. No cotidiano desses casos, muitas vezes tais valores estabelecidos contrastam com as produções de significado individuais, coletivas e comunitárias, invariavelmente afetivas e contextuais. Frequentemente, os saberes técnicos da conservação têm dificuldade em lidar com a produção de significado afetiva, diversa, contextual e movente.

As noções de cultura de fresta e de síncope, da terreirização e de

encantamento abrem novos caminhos para entender a urbanidade brasileira e praticar esse patrimônio através da alteridade, em oposição aos chamados projetos de muro. Projetos de muro são projetos do estado e do capital, cujos canais institucionais estão fechados para diferentes expectativas de mundo, práticas do e no espaço, aniquilando o sentido da Rua, provocando o oposto do que é a produção de significado: o desencanto. O desencanto ocorre através da promoção de territórios apenas funcionais, que, portanto, não permitem os afetos. Esses projetos de muro, são as operações urbanas, por exemplo, mas também muitos processos de renovação e "revitalização" urbanas que tem como objetivo a proteção do patrimônio.

No cotidiano desses sítios, a urbanidade afro-brasileira faz desses sítios patrimonializados espaços terreirizados, espaços de prática de vida, de encantamento, mergulhados de forma rigorosa e afetiva na experiência da Rua (SIMAS, 2019).

Essa cultura material que se protege enquanto espaço urbano, só é brasileira quando a entendemos como cultura de síncope. A urbanidade brasileira é o que acontece no vazio, que o preenche de forma improvisada, aparecendo entre uma pancada e outra, ou no nosso caso, entre um objeto e outro. O ato de "habitar" o patrimônio urbano, neste caso é o ato de terreirizar esse patrimônio: "Cultura, encruzilhadas, adaptações, dinamismo, ressignificação, sobrevivência, tradição, invenção, renovação. Tirem da cidade o complexo de saberes sofisticados das ruas que nos forjaram; silenciem os batuques que ressoaram nas noites de desassossego, afagaram as almas e libertaram os corpos, **e o que sobrará?"** (SIMAS, 2019, p.37)

Em resposta à Simas, finalizo refletindo sobre o que interessa nessa formulação de urbanidade brasileira: sem a memória dos corpos, não sobram nem cais e nem casario.

Notas

1. Uma versão desse texto foi apresentada em Abril de 2021, parte de evento denominado PLATAFORMA PARA EL DIÁLOGO: POLÍTICA, AFECTOS E IDENTIDADES EM AMÉRICA LATINA, organizado de forma virtual pela Sede Regional Merian CALAS Cono Sur Buenos Aires, Argentina. O registro da apresentação encontra-se em: https://youtu.be/AnVjE2CSur8, visitado por último no dia 31.05.2021, as 9h00.

2. Este artigo se insere no escopo do projeto de pesquisa que aborda o ato de "habitar" os sítios urbanos classificados como patrimônio cultural mundial pela Unesco, através de dois estudos de caso: o Cais do Valongo e sua envoltória no Rio de Janeiro, e o bairro Santo Antônio Além do Carmo em Salvador, desenvolvido em nível pós-doutoral no Programa Avançado de Culturas Contemporâneas, UFRJ e no PPGAU- UFBA, pelo programa CAPES Print.

3. O registro da referida mesa do Seminário "Memória, sobrevivências, ruínas: pensar as temporalidades urbanas", realizado pelo grupo de pesquisa Laboratório Urbano, na FAUFBA em Salvador/BA em novembro de 2019 se encontra no seguinte link: https://www.youtube.com/watch?v=XHQ6Pc0xhZ0, acessado dia 25.08.2021, as 18h.

4. Em 2018, foi realizado um campo de três meses que envolveu os dois casos. Outras inserções pontuais em campo foram realizadas em 2019, entretanto novas inserções em campo foram impedidas pela pandemia.

5. A noção de especulação é empregada para descrever o processo em que atores pertencentes ao mercado da produção imobiliária – empreendedores e proprietários de terra – mantém seus terrenos e edifícios vacantes aguardando melhores condições mercadológicas. A especulação se dá a partir da expectativa de sua valorização. Processos especulativos ocorrem também na iminência de alterações na regulação urbana, momento em que estes atores agem para garantir o ''direito de protocolo'', muitas vezes sem efetivamente terem a intenção de desenvolver suas propriedades.

6. A proposta de museu urbano vem sendo discutida pelo poder público municipal, como forma de atender as exigências

da UNESCO para a manutenção da classificação do Cais do Valongo. Sobre as disputas que envolvem a criação do museu nas imediações do Cais do Valongo, consultar: VASSALLO, Simone Pondé; RODRIGUEZ CACERES, Luz Stella. Conflitos, verdades e política no Museu da Escravidão e da Liberdade no Rio de Janeiro. Horiz. antropol., Porto Alegre , v. 25, n. 53, p. 47-80, Apr. 2019. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832019000100047&lng=en&nrm=iso consultado em 19 Feb. 2021.

7. Um consenso – sempre parcial - se formou em torno da observação de que as manifestações de junho de 2013 se consubstanciam em um ponto de inflexão do entrelaçamento de afetos e performances nos espaços públicos brasileiros. Maricato et al (2013); Carlos (2014); Pinto (2017) Monteiro (2018); Pinheiro-Machado (2019); Kalil (2018ª, 2018b) são algumas autoras dentre os muitos que se debruçaram sobre as transformações ocorridas, bem como o significado de junho de 2013 no Brasil, uma revisão bibliográfica que foge ao escopo desse texto, mas que é relevante ao tratarmos disputas em relação aos espaços públicos no Brasil desde então.

Referências

ARAÚJO, Rosangela Costa. *Ginga: uma epistemologia feminista*. Seminário Internacional Fazendo Gênero 11 & 13th Women's Worlds Congress (Anais Eletrônicos), Florianópolis, 2017.

BENNETT, Jane. **Vibrant Matter: A Political Ecology of Things**. Durham: Duke University Press, 2010.

BORDE, A. l. **Vazios urbanos : perspectivas contemporâneas**. (Tese doutorado). Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Urbanismo, 2006.

BOURDIN, A. **O urbanismo depois da crise**. Lisboa: Livros Horizontes, 2010.

CARLOS, Ana Fani. *O poder do corpo no espaço público: o urbano como privação e o direito à cidade*. **GEOUSP Espaço e Tempo**- V.18. N. 3, 2014. pp. 472-486.

COLLINS, J. F. **Revolt of the Saints: Memory and Redemption in the Twilight of Brazilian Racial Democracy**. Durham: Duke Press University, 2015.

FERNANDES, A. *Decifra-me ou te Devoro: Urbanismo Corporativo, Cidade-Fragmento e Dilemas da Prática do Urbanismo no Brasil*. In: GONZALES, S. F. N.;FRANCISCONI, J. G., et al (Ed.). **Planejamento & Urbanismo na atualidade brasileira - objeto teoria e prática**. Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2013. p.83-107pp.

GILROY, Paul . **O Atlântico negro**. São Paulo: Editora 34, 2012.

GUATTARI, Felix (1992) *Espaço e Corporeidade* In: **Caosmose - Um Novo Paradigma Estético**. São Paulo: Editora 34, pp.153-168, 1992.

HADDOCK LOBO, Rafael. *Maria Navalha E A Filosofia Popular Brasileira – Um "Trabalho" De Campo*. **Revista Calundu** -V.4, N.2, pp. 6-26, Jul-Dez 2020.

HADDOCK-LOBO, Rafael. **Os Fantasmas da Colônia: notas de descontrução e filosofia popular brasileira**. Rio de Janeiro: Bazar do tempo, 2020.

HUTTA, Jan Simon. *Affective territorialities in Brazil's current*

political conjuncture. A three-part essay. In: **Environment + Space**, 2019. Disponível em: < https.//societyandspace.org/2019/04/11/affective-territorialities-in-brazils-current-political-conjuncture-i-political-affects/>Acessado em 16 de março de 2021, as 16h.

HUTTA, Jan Simon. *Affective territories: cartography of aconchego as cartography of power.* In: **Revista Geografia em Atos (GeoAtos online) - Afetos e emoções: abordagens teórico-metodológicas na análise do Espaço Geográfico** - v. 05, n. 12, p.8-36, jul, 2019.

KALIL, Isabela O. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro** (relatório de pesquisa). São Paulo: Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

KALIL, Isabela Oliveira. *Notas sobre `Os Fins da Democracia': etnografar protestos, manifestações e enfrentamentos políticos*. In: **Ponto Urbe**, v. 22, p.1-6, 2018.

MARICATO, Erminia. et al. **Cidades rebeldes: Passe Livre e as manifestações que tomaram as ruas do Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARTINS, Leda Maria. **A cena em sombras**. São Paulo: Perspectiva, 1995.

MIGNOLO, Walter D. *Geopolítica de la sensibilidad y del conocimiento: sobre descolonialidad, pensamiento fronterizo y desobediencia epistémica*. In: CABALLO, F. e HERRERA ROBLES, L.A. (Orgs.). **Habitar la frontera. Sentir y pensar la decolonialidad (Antología, 1999-2014)**. Barcelona: CIDOB/UACJ, (2013) 2015, p. 173-189.

MONTEIRO, Mariana. **'De pedra e pau': etnografia do levante popular de junho de 2013 na cidade do Rio de Janeiro e suas continuidades** (tese). Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2018.

OLIVEIRA, Eduardo. D. de. *Filosofia Da Ancestralidade Como Filosofia Africana*: *Educação E Cultura Afro-Brasileira*. In: **Revista Sul-Americana De Filosofia E Educação (RESAFE)** - N.18, 2012, pp. 28-47. Disponível em: <https://doi.org/10.26512/resafe.v0i18.4456> Acessado em 16 de março de 2021, as 16h.

PINHEIRO-MACHADO, Rosana. **Amanhã Vai Ser Maior - O Que Aconteceu Com O Brasil E Possíveis Saídas Para A Crise Atual**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2019.

PINTO, C.R.J. *A trajetória discursiva das manifestações de rua no brasil (2013-2015)*. **Lua Nova: Revista de Cultura e Política** – N.100, 2017. pp:119-153.

RECKWITZ, Andreas. *Affective spaces: a praxeological outlook*. In: **Rethinking History** – N.16, V.2, pp.241-258, 2012.

SANT'ANNA, MARCIA. **Da Cidade-Monumento à Cidade-Documento: a norma de preservação de áreas urbanas no Brasil 1937-1990**. Salvador: Editora Oiti, 2014.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SIMAS, Luis Antonio. **O corpo encantado das ruas** (versão Kindle). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

SIMAS, Luiz Antônio; RUFINO, Luiz. **Flecha no tempo**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019a.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Fogo no mato: A ciência encantada das macumbas**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2019b.

SIMAS, Luiz Antonio; RUFINO, Luiz. **Encantamento: sobre política de vida**. Rio de Janeiro: Mórula Editorial, 2020.

***Eliana Barbosa** é professora adjunta da FAU-UFRJ. Foi professora visitante no Politecnico di Milano (2020), e trabalhou como pesquisadora e coordenadora de cooperação Internacional dos programas de mestrado MaHS e CADES na KU Leuven (2017-2019). É doutora em arquitetura e urbanismo pela FAU Mackenzie, em co-tutela com a KU Leuven, (2016), com tese premiada em concurso internacional em 2018 (Infonavit, PUEC e UNAM, Cidade do México). Com quinze anos de experiência atuando entre prática e a academia, Eliana foca hoje sua pesquisa no campo dos Estudos Urbanos e nos desafios apresentados pelas cidades do Sul Global. Interessa-se por métodos interdisciplinares, particularmente entre os campos do urbanismo e da antropologia, e os entrelaçamentos entre espaço e afeto. E-mail: eliana.barbosa@fau.ufrj.br



Texto-trajeto: caminhar entre cenas, tempos e espaços no Poço da Draga (CE)

Path-text: to walk among scenes, times and spaces at the Poço da Draga (CE)

Ana Paula Veras Camurça Vieira, Deisimer Gorczevski, Érico Oliveira de Araújo Lima *

Resumo

A partir da proposição de um texto-trajeto, esse artigo caminha em companhia de alguns filmes realizados nos últimos anos na comunidade do Poço da Draga, em Fortaleza – CE. Durante esse percurso, nossa escuta se ateve aos modos como as imagens, em meio às disputas que emergem à superfície do espaço urbano, colaboram com um enfrentamento aos projetos hegemônicos de cidade. Junto aos filmes Visita Guiada (Victor Furtado, 2016), Ponte Velha (Victor de Melo, 2018) e Visita da Raquel Rolnik no Poço da Draga – Parte I (Conselho Comunitário da Defesa Social e Ilha da draga audiovisual, 2012), elaboramos modos de engajamento no espaço. Com a perspectiva do texto-trajeto, concebido enquanto um dispositivo da cartografia, tentamos mobilizar uma atitude de pesquisa, de escrita e de produção de conhecimento, que se faz em meio a processos em curso na cidade, captando as linhas tecidas entre as produções audiovisuais e as tensões espaciais que compõem o urbano, com destaque para as dinâmicas internas ao Poço da Draga. Os curtas-metragens aqui reunidos são postos nas suas aproximações e diferenças, permitindo a emergência de políticas, poéticas e epistemologias singulares, expressas na imbricação entre as maneiras de filmar e os modos de vida dos sujeitos que moram no lugar.

Palavras-chave: cinema; cidade; espaço; cartografia; texto-trajeto

Abstract

From the proposition of a path-text, this article walks in the company of some films made in recent years in the community of Poço da Draga, in Fortaleza - CE. During this journey, our listening is focused on the ways in which the images, among the disputes that emerge on the surface of the urban space, collaborate with a confrontation against the hegemonic projects of the city. With the films Visita Guiada (Victor Furtado, 2016), Ponte Velha (Victor de Melo, 2018) and Raquel Rolnik's Visit to Poço da Draga - Part I (Conselho Comunitário da Defesa Social e Ilha da draga audiovisual, 2012), we elaborate ways of engagement in space. With the perspective of the path-text, conceived as a device of cartography, we try to mobilize an attitude of research, writing and production of knowledge, which is done in the midst of ongoing processes in the city, capturing the lines woven between audiovisual productions and the spatial tensions that compose the urban, with emphasis on the internal dynamics of the Poço da Draga. The short films gathered here are placed in their approximations and differences, allowing the emergence of singular politics, poetics and epistemologies, expressed in the imbrication between the ways of filming and the ways of life of the people that live in the place.

Key words: cinema; city; space; cartography; path-text

1. Para abrir questões

Logo no início de *Ponte Velha* (Victor de Melo, 2018), acompanhamos os passos de um homem que caminha pelas ruínas da Ponte que dá título ao filme. Enquanto a câmera o segue, muito próxima ao corpo, observamos os movimentos de contemplação que se introduzem em cena. A imagem surge carregada de uma relação com o espaço. Na ponte, percebemos outras pessoas que também ocupam o lugar e outros trânsitos que se fazem presentes. Diante do mar, o homem prepara-se para um mergulho e salta. Apesar da degradação física provocada pelos efeitos do tempo e da maresia, a Ponte Velha é emblemática para a Comunidade do Poço da Draga, que segue em uma resistência de 115 anos (completados em maio de 2021) [1]. A Ponte se mantém viva a partir dos deslocamentos e usos dos moradores da comunidade. Ao longo dos anos, o espaço foi ressignificado como um local de lazer, de encontro, de contato com o mar, de pesca e, principalmente, de dissidência com os projetos costumeiramente nomeados pelos poderes de "revitalização", expressão tão cheia de complicações, estas que serão expostas aqui pelos interlocutores audiovisuais e espaciais que temos próximos a nós neste texto.

Em um percurso entre imagens, sons e cidade, nosso empenho é o de caminhar junto aos seguintes filmes, todos relacionados diretamente com a produção de espaço e imagens no Poço da Draga: *Visita Guiada* (Victor Furtado, 2016), *Ponte Velha* (Victor de Melo, 2018) e *Visita da Raquel Rolnik no Poço da Draga – Parte I* (Conselho Comunitário da Defesa Social e Ilha da draga audiovisual, 2012). São curtas-metragens brasileiros que surgem em meio às constantes reestruturações do espaço urbano, orientadas por discursos e interesses funcionais a uma ideia de desenvolvimento capitalista. As formas fílmicas que trazemos aqui, com suas singularidades, compartilham personagens e lugares de atuação. Desse modo, pretendemos caminhar junto a elas a partir de uma escrita que surge na convivência com imagens, sons, práticas e modos de habitar que nos interpelam. Essa experimentação, à qual chamaremos de *texto-trajeto*, surge como uma abertura a outros modos de escrever e de produzir conhecimento a partir da potência caótica do contato, do caminho, da partilha e do conflito. Nosso desejo é escrever ao transitar junto aos filmes, entre referências espaciais, modos de engajamento, acontecimentos e vizinhanças, capazes de criar uma geografia própria em seu gesto. Em diálogo com a noção de cartografia, nossa aposta é recolher questões e conectar imagens que se manifestam como potências de enunciação para o trajeto que realizamos e constituem sentido para essa experiência.

2. Texto-trajeto: cartografias possíveis no traçado da escrita

> A invenção de uma linguagem vem junto com a invenção de uma cidade. Cada uma de minhas intervenções é outro fragmento da história que estou inventando, da cidade que estou mapeando.
>
> (Francys Alÿs)



Figura 1: Francis Alÿs, O Coletor, 1991

O artista Francis Alÿs elabora uma ação: ele segue caminhando na cidade enquanto puxa por um barbante um pequeno objeto com formato de cachorro que é constituído por chapas de ferro repletas de pequenos imãs. À medida que anda pelas ruas, o "cachorro" coleta resíduos encontrados pelo caminho até ficar completamente coberto. Essa ação é registrada em um vídeo e em seguida também são confeccionados cartões postais[2]. Ao colocar o corpo na cidade, Alÿs parece questionar a relação que estabelecemos com o espaço a partir de um gesto que se abre ao imprevisível. Em O Coletor (1991), ao recolher coisas inúteis e abandonadas, o caminhar se torna uma forma de apreensão capaz de reconfigurar o tempo e o espaço da cidade.

A caminhada possibilita a Alÿs observar, registrar e intervir com as ruas da Cidade do México. Com o conjunto de objetos coletados ao longo do percurso seria possível inventar uma cartografia própria e contar histórias a partir das singularidades encontradas. Para Alÿs, a cidade se tornou um espaço de investigação, um "sítio de sensações e conflitos de onde se extraem os materiais para criar ficções" (ALYS; MEDINA, 2006, p. 19). Cada passo que surge na intervenção proposta é como uma abertura às possibilidades de acessar outras topologias urbanas. Esse deslocamento poderia configurar uma prática estético-política, expressiva e inventiva capaz de insistir nos desvios e brechas das cidades contemporâneas, conforme afirma Careri em seus estudos sobre o caminhar.

> Assim, caminhar revela-se um instrumento que, precisamente pela sua intrínseca característica de simultânea leitura e escrita do espaço, se presta a escutar e interagir na variabilidade desses espaços, a intervir no seu contínuo devir com uma ação sobre o campo, no aqui e agora das transformações, compartilhando desde dentro as mutações daqueles espaços que põe em crise o projeto contemporâneo (CARERI, 2013, p. 32) .

No percurso deste artigo, a caminhada também surge como um modo de se colocar à escuta do nosso próprio processo de pesquisa e de escrita, bem como dos arranjos estéticos, das disputas em curso e dos recortes singulares de tempo e espaço envolvidos na elaboração em torno do espaço urbano, mais amplamente, e da cidade de Fortaleza, em especial. De modo ainda mais singular, nosso percurso se faz em companhia de filmes e espaços da Comunidade do Poço da Draga, em Fortaleza-CE. Em meio a eles, a caminhada é um operador que possibilita a atenção aos detalhes, aos acontecimentos e às imagens. Assim como Alÿs, também somos impulsionados pela coleta, desta vez de imagens e gestos que nos afetam enquanto caminhamos. E não por acaso, internamente aos próprios filmes que nos fazem companhia, a caminhada figura como um modo poético, político e epistêmico de elaboração de e com espaços de morada.

A proposição de Alÿs, em *O Coletor* (1991), nos inspira enquanto gesto ativo de pesquisa, compreendendo que esse trabalho nada mais é do que um percurso onde, na medida em que se anda, conseguimos realizar pequenas coletas, encontros ou desvios em relação ao espaço delineado. Uma tarefa que exige um corpo a caminhar, mas também um olhar atento aos movimentos das paisagens atravessadas. Em diálogo com esse processo, as caminhadas de Alÿs nos levam em direção a uma certa pedagogia do deslocamento que nos encoraja a pensar sobre a própria forma da escrita. Como poderíamos articular a escrita e um percurso que se faz? Como escrever com as forças que atravessam as paisagens? E as constantes disputas ou construções em curso?

Nesse sentido, é necessário considerar que o texto que propomos não é apenas o fruto de encontros pontuais com imagens e filmes realizados com o espaço urbano, em que a matéria-prima para a elaboração de suas narrativas têm como ponto de partida experiências contra-hegemônicas na cidade de Fortaleza, Ceará. Poderíamos dizer que o texto é uma caminhada entre filmes, tempos e espaços, onde é possível inventar desvios, se colocar à escuta e transitar entre diferentes pensamentos. Se, em *O*

Coletor (1991), o que faz Alÿs caminhar é o desejo de ir ao encontro de pequenos objetos nas ruas da Cidade do México como forma de intervenção, aqui somos mobilizados pelo desejo de ir ao encontro de um conjunto de filmes realizados na Comunidade do Poço da Draga. Cada um deles, em sua singularidade, nos faz acessar espaços e camadas de tempo próprias e, na medida em que caminhamos com eles, somos tomados por conexões, detalhes, reinvenções e disputas.

Ao lado de cada filme, em suas diferentes maneiras, percebemos imagens que elaboram e reivindicam experiências próprias com o espaço. Postos em contato, os filmes nos apresentam saberes e fazeres, inseparáveis, que emergem de um lugar de morada, com possíveis implicações para a salvaguarda de memórias, a performance do tempo presente e a interpelação de uma comunidade de espectadores, chamada a caminhar e a perceber a densidade dos tempos e das práticas que constituem uma vizinhança específica. A partir das situações propostas, é possível questionar quais são os projetos em curso para a cidade contemporânea enquanto acessamos as brechas e fissuras aos modelos instituídos por um padrão hegemônico que emerge nas imagens.

No contato com as imagens, já não se trata de pensar em uma análise fílmica que se detém em definições canônicas do cinema contemporâneo[3], mas de seguir com um olhar atento às singularidades dos filmes e às conexões que são estabelecidas no itinerário. Cada filme, em seu modo de se relacionar com o espaço, engendrou perguntas, se deixou contaminar e interferiu no caminho que fizemos. A cidade foi tomada como matéria por cada uma das realizações, mas longe de reproduzir uma representação, o que se afirmou foram as possibilidades de invenção no contato com o real.

Nesse sentido, em nosso caminho com os filmes, surge o que chamaremos de *texto-trajeto*, um convite ao deslocamento. Uma escrita que se constitui como a experiência de um percurso que reinventa a memória, percebe detalhes e traça novas conexões. Um modo de explorar aberturas que possibilitam outras maneiras de escrever e de produzir conhecimento. O *texto-trajeto,* portanto, compreende um diálogo direto com uma noção de cartografia, que pode ser constantemente inventada enquanto se percorre o caminho que se faz. Ao contrário de um mapa cartesiano, que é "uma descrição redutora totalizante das observações" (CERTEAU, 1994, p. 204) ou que remete à "ausência daquilo que passou" (CERTEAU, 1994, p.176), o que o *texto-trajeto* compreende é a escrita como um trabalho indissociável da constituição da cidade. É um modo de privilegiar a fala do sujeito, reconhecer a potência no contato com o espaço e as imagens pesquisadas e estabelecer uma escuta sensível em relação aos contextos em que estão inseridas.

Nesse sentido, a cartografia surge como um conceito potente aos modos de conhecimento apresentados por Deleuze e Guattari (1995) ao investigar os processos de produção de subjetividade. Em diálogo com a noção de rizoma[4], múltiplas linhas ou vetores emergem em um campo metodológico, sem prescrição e sem objetivos previamente estabelecidos. Não se trata de revelar ou verificar informações sobre um campo já determinado, mas de um engajamento com espaço em que se adentra. Nosso contato com os filmes, portanto, não é antecedido por um conjunto de procedimentos a serem seguidos, mas de um olhar que cultiva os movimentos em transformação, que se apoia "diretamente sobre uma linha de fuga que permita explodir os estratos, romper as raízes e operar novas conexões" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 23). No *texto-trajeto*, a cartografia se faz presente como um modo de fazer atento às múltiplas entradas e saídas que os

filmes desenham.

Ao olhar para o que as imagens suscitam, é possível estabelecer, durante o caminho, relações com as fricções, os modos de vida e as negociações em jogo ao habitar a cidade, sem deixar de lado o constante exercício de "composições e recomposições de singularidades" (KASTRUP; PASSOS, 2013, p. 264). Os filmes, em suas heterogeneidades, propõem um movimento constante de compartilhamento que instaura conexões, tensionamentos e intersecções.Trata-se de um convite para acessar os deslocamentos que constituem os filmes enquanto forças singulares, mas também as relações estabelecidas como um todo. Um encontro que nos faz olhar para e com as imagens, nos aproximando dos movimentos da vida em um gesto que leva a reconhecer sentidos, transformar o espaço em nós e constituir uma experiência e outros modos de (re)existência.

Dessa forma, a caminhada que propomos é produção e convite para estar em movimento não só com as imagens, mas também com os modos de fazer dos filmes, que são atravessados por processos e práticas contagiadas por um jeito de estar com o Poço da Draga, fazendo ecoar e transbordar o cotidiano e as vivências com a cidade. O *texto-trajeto*, portanto, se constituiria como um dos dispositivos da cartografia, conforme compreende a pesquisadora Suely Rolnik (2011), uma forma de tornar a experiência compreensível à medida que o percurso se constitui.

> A cartografia, diferentemente, do mapa, é a inteligibilidade da paisagem em seus acidentes, suas mutações: ela acompanha os movimentos invisíveis e imprevisíveis da terra – aqui, movimentos do desejo –, que vão transfigurando, imperceptivelmente, a paisagem vigente. (ROLNIK, 2011, p. 62)

Essa perspectiva sugerida por Rolnik nos inspira a essa abertura vital à imanência do caminho, com sua constante metamorfose e suas exigências, a quem pesquisa, de operar linhas e abandonos. É também o que nos traz Luciano Bedin da Costa (2020), que formula uma proposição potente para as apostas que temos feito: a cartografia precisaria ser pensada, prioritariamente, como uma atitude e uma ética, o que nos faz conceber a pesquisa como um problema constante ligado a nossas posições, na companhia que fazemos junto a territórios, gestos e conhecimentos em curso no mundo. Mais do que um repertório de técnicas, seguindo com Costa, digamos que a atitude cartográfica movimenta nosso *texto-trajeto* "em prol das linhas" (COSTA, 2020, p.29).

No Poço da Draga, em Fortaleza, atravessaremos composições fílmicas que farão surgir questões inerentes à cidade, às imagens e aos sujeitos da pesquisa. O movimento que propomos, enquanto caminhamos, é o de deslocar-se por várias ambiências, criando memórias das diversas produções, afetos, tempos, resistências, encontros e recusas que a cidade e as imagens convocam. No transitar entre os filmes, há um olhar atento para a dimensão afetiva das espacialidades por onde andamos, que trazem consigo as experiências estéticas e políticas das subjetividades que habitam os espaços. O mergulho proposto convoca uma atenção especial aos processos comuns de compartilhamento, desde a disposição dos corpos até os recortes de tempo e espaços singulares que configuram ou extrapolam a composição de um campo sensível. Para além da materialidade dos espaços, nossa atenção se volta a todo um arranjo estético que se relaciona diretamente com o tecido afetivo que constitui os modos de vida.

3. Fazer o caminho ao andar[5]

Estamos nas imediações da Comunidade do Poço da Draga. Em *Visita guiada* (2016), curta-metragem realizado por Victor Furtado, caminhamos com Sérgio Rocha, mais conhecido como Serginho, que nos apresenta, com familiaridade, um espaço composto por diversas camadas temporais. Serginho, que é morador da Comunidade desde criança, caminha e aponta para a Caixa Cultural sinalizando que ali já foi uma alfândega para receber produtos que chegavam do antigo porto e que o Centro Cultural Dragão do Mar era uma praça. Enquanto Serginho redesenha o espaço com as informações do passado, ele parece estar atento aos rastros de uma coexistência temporal, marcas impressas nas edificações que ele, em diálogo com Milton Santos, denomina por rugosidades.

> Chamemos de rugosidade ao que fica do passado como forma, espaço construído, paisagem, o que resta do processo de supressão, acumulação, superposição, com que as coisas se substituem e acumulam em todos os lugares. As rugosidades se apresentam como formas isoladas ou como arranjos (SANTOS, 2012, p. 140).

A partir do discurso de Serginho acerca do antigo porto, é possível entender como se constituiu o Poço da Draga. A história da comunidade se entrelaça com a chegada da indústria naval na cidade de Fortaleza – CE. Os primeiros habitantes se instalaram no local devido à construção de um pequeno porto para o embarque e desembarque de passageiros e pequenos fluxos de mercadorias. O que era uma pequena colônia de pescadores foi crescendo à medida que se tornava um ambiente fornecedor de mão de obra portuária. Desde 2015, Serginho realiza visitas guiadas, sob o nome de Expresso[6], pelo entorno do Centro Cultural Dragão do Mar, com objetivo de percorrer a comunidade do Poço da Draga a pé, com um pequeno grupo, e conversar sobre aspectos históricos, sociais e econômicos do lugar. Em *Visita guiada*, essa caminhada com Serginho surge como dispositivo fílmico[7], criando um espaço de mediação em que somos convidados a participar ativamente das conversas e a trocar experiências. A cada parada, o observamos se posicionar frontalmente diante de nós, para contar das referências históricas ou das lembranças afetivas que constituem o espaço. Nossa condição é a de estrangeiros, enfatizada à medida que seguimos os passos de Serginho, sob uma composição de enquadramento instável. Aos poucos, em cada encontro, história ou detalhe compartilhado, nos situamos no espaço percorrido.



Figura 2: Frame de Visita Guiada (Victor Furtado, 2016)

No desenrolar da fala de Serginho, parece existir uma abertura para os movimentos, encontros e sonoridades do entorno que vem ao nosso encontro. A partir de um hiato entre tempos, as lembranças narradas nos trazem contrastes que apontam para o espaço como um processo constante e expõem as implicações

políticas que atravessam as modificações. Nesse caminhar, percebemos, com a mediação de Serginho, uma conexão que se instaura entre o desaparecimento do riacho Pajeú[8] e a precariedade na infraestrutura da comunidade. Ambas as situações fazem parte do jogo de poderes instituídos que conduz a organização do tecido urbano.



Figura 3: Frame de Visita Guiada (Victor Furtado, 2016)

Ainda caminhamos, e Serginho nos conta da importância dos quintais como lugares de lazer para a comunidade e pontua algumas transformações dos usos deles ao longo do tempo. Enquanto apresenta vizinhas e vizinhos, a partir de um olhar sensível próximo às vidas, distante de enquadramentos exteriores, ele expressa toda uma rede de relações existentes no Poço. Noutra ocasião, em uma publicação, Serginho já caracterizou a dinâmica moradora singular possibilitada pelos quintais:

> O quintal funciona como um elo real de interação. Porque a unidade habitacional, ela tem suas limitações de parede. Mas o quintal é um aberto. Se o vizinho vai estender a sua estrutura habitacional, ele tem que ter o diálogo com o outro. Então geralmente há acordos, geralmente não há brigas sobre isso. O quintal eu acho mais romântico, mais próximo do aparato de inter-relação dos vizinhos (ROCHA, 2020, p.8).

Seguindo com o filme, nossa caminhada chega até a casa de Serginho, onde ele entra. Nós o esperamos do lado de fora, ao mesmo tempo em que é possível o ouvir interagindo com as pessoas dentro da casa: ainda que o corpo esteja no interior, e a câmera no exterior, o filme nos permite uma acolhida sonora, como se convidasse a partilhar um pouco do interior de uma casa, a partir dessa escuta. No momento em que Serginho retorna, ele traz uma foto de infância tirada no quintal para ser enviada à avó que também já morou na casa e conta das brincadeiras realizadas no espaço. A câmera se aproxima da foto, e percebemos que Serginho é uma criança que se posiciona sentada ao lado da mãe e da tia, ambas perto de um pequeno arbusto. Nessa aproximação, o que contemplamos é uma imagem que participa da história e das memórias afetivas de Serginho com o quintal, tecendo um gesto de rememoração individual que se entrelaça às formas sensíveis de pertencimento que constituem a comunidade do Poço da Draga[9].

Figuras 4 e 5: Frames de Visita Guiada (Victor Furtado, 2016)





Nossa caminhada segue com Serginho até o Pavilhão Atlântico, também conhecido como Irmãzinhas na comunidade, onde encontramos Seu Zé e Ivoneide Goes, que também são moradores da região. Serginho explica que o pavilhão é uma réplica do coreto que existia na praça José de Alencar como café para os embarcadiços, mas que antes o espaço já havia sido uma delegacia, posto de saúde e uma escola, afirmando a profusão de tempos que se empilham ali. No fundo do quadro, é possível ver o prédio do Acquário Ceará em construção rodeado por tapumes[10]. Serginho conta que o lugar onde hoje existem os tapumes era uma praça.

Nesse momento, a cena se abre também a uma nova enunciação. Ivoneide, que tinha sido filmada logo na chegada e permanecia fora de quadro, passa a adentrar o espaço fílmico, compondo, com Serginho, a memória de um lugar. Ela complementa, então, que quando criança costumava brincar ali e traz, sobretudo,

as marcas de um presente de incertezas, advindas com as constantes pressões externas. A pracinha era um ponto de pertencimento do qual, aos poucos, o jogo de poderes na organização do espaço foi se apropriando. O gesto de rememorar a pracinha indaga o presente e coloca em crise as políticas de remoção que desvinculam os espaços dos modos de vida que os constituem. A construção do Acquário se conecta com uma retórica do progresso que vem sendo amplamente utilizada enquanto justificativa para o desenvolvimento da cidade, mas que ignora o espaço como processo de experiências e memórias.

Logo após a interlocução entre Serginho e Ivoneide, seguimos para a Ponte Velha, onde os jovens se reúnem para pular em direção ao mar. É o local onde tudo começou, explica Serginho. Ele segue conosco, caminhando e olhando para o mar introspectivo enquanto fala de uma certa nostalgia. Poderíamos retomar aqui aquele personagem do “homem visitador”, do qual nos conta o escritor Mia Couto (2011), que percorre distâncias inacreditáveis e, nos trajetos que realiza, segue ateando fogo no capim para criar mapas referenciais que facilitem o retorno. Segundo o autor, são homens que passam muito tempo realizando visitas, justo porque compreendem que visitar é “uma forma de prevenir conflitos e construir laços de harmonia que são vitais numa sociedade dispersa e sem mecanismos estatais que garantam estabilidade” (COUTO, 2011, p. 37). No entanto, o que Mia Couto realmente deseja enfatizar é que, em meio a essas visitas, incendiar os caminhos constitui o exercício de desenhar na paisagem a marca da própria presença.

Desse modo, percebemos que, ao caminhar com Serginho pelo Poço da Draga, nossa visita é atravessada pela geografia interior que o habita, mas também abre-se para a geografia que, com a mediação dele, construímos, na medida em que adentramos

o espaço enquanto visitadores. Em *Visita Guiada* (2016), compreendemos a importância do caminho que traçamos entre as ruas e os espaços da memória que constituem a Comunidade. Ao percorrê-los, elaboramos o presente e indagamos quais são os desdobramentos futuros para o Poço da Draga, mas sobretudo, também escrevemos com fogo essa narrativa que é o nosso itinerário (COUTO, 2016).

II.

O curta-metragem *Ponte Velha* (2018)[11], realizado por Victor de Melo[12], parece começar onde termina nossa caminhada com *Visita Guiada* (2016). Na Ponte Velha, o realizador, que foi, por muito tempo, morador da Comunidade do Poço da Draga, recorre a um olhar atento aos usos do espaço, principalmente em relação à experiência dos jovens e seus modos de habitar, transitar e se relacionar com o espaço. Em um primeiro momento, como um prólogo, acompanhamos um rapaz que caminha na Ponte se direcionando para um mergulho. Em seguida, a câmera parece tatear as marcas provocadas pela corrosão, as intervenções em grafite e o movimento das águas em uma sequência de imagens que apresenta um espaço que entrecruza inúmeras temporalidades.

O surgimento de uma imagem de arquivo traz um local apresentado como novidade. Podemos observar que muitas pessoas reunidas em frente à praia observam atentamente o porto. Algumas estão montadas em cavalos, outras, com trajes de banho, caminham em direção ao mar. Duas jangadas se aproximam. Há também muitas pessoas em cima da ponte, guindastes e um barco parado próximo ao porto. Escutamos em francês, através de uma voz *off*, que a instalação do Porto se deu devido a um desejo de desenvolvimento baseado nos moldes de cidades europeias. No entanto, quando a *Belle Époque*

passou[13], o progresso decidiu apostar em novas estruturas e outras paisagens, abandonando o local, mas, apesar disso, a comunidade de estivadores, pescadores e retirantes da seca permaneceu.

Figura 6: Frame de Ponte Velha (Victor de Melo, 2018)



Sérgio Rocha, Serginho, também é personagem aqui. Se, em *Visita Guiada*, caminhamos com ele pelas ruas da Comunidade do Poço em direção à ponte, em *Ponte Velha*, é possível acessar a perspectiva de um caminho contrário, a partir da Ponte Velha em direção à comunidade. O mesmo personagem do curta-metragem *Visita Guiada* surge de costas para a ponte fumando um cigarro enquanto se apresenta: 33 anos, habitante do Poço da Draga, professor de francês e faz visitas guiadas pela comunidade. No enquadramento, é possível perceber que estamos no mesmo espaço daquela imagem de arquivo inicial, mas já não somos apresentados com estranheza ao lugar. A composição do quadro parece nos aproximar do espaço para que possamos, além de enxergar a corrosão, vislumbrar uma outra relação estabelecida com o tempo. A justaposição entre as imagens convoca memórias coletivas, narrativas e a coexistência de uma cadeia

de acontecimentos no mesmo plano de composição. Entre *Ponte Velha* e *Visita Guiada*, o que percebemos é uma diferença significativa: no primeiro, o quadro estável, a duração dos planos e a frontalidade do mediador para a câmera estabelecem bem para o espectador o lugar de visitante, a quem cabe perceber os movimentos e as dinâmicas internas a um lugar, tal qual o título sugere; no segundo, a postura da câmera parece já se fazer, desde o princípio, contígua à primeira caminhada que surge em cena, de um homem que anda na ponte, para mergulhar no mar. Ainda que, por vezes, também observe e adquira estabilidade de posição, o enquadramento, em *Ponte Velha*, parece carregar uma diferença importante em relação ao de *Visita Guiada*: interessado em gestos, detalhes e, por vezes, colocando-se junto a aglomerados de pessoas, o quadro parece nos fazer estar *em meio*, mais do que *diante*.

A narração de Serginho investe na potência da memória de um sujeito que revisita e reconstrói o espaço, bem como introduz cenas de disputa. Ao lado de uma mulher que pesca na Ponte Velha, visualizamos um grafite que diz “fora PM! É nosso direito ir e vir”. As inscrições no espaço compartilham uma série de experiências que o atravessam e parecem tomar partido nos conflitos pelo uso comum. A partir de um enquadramento fixo na orla da Av. Beira-Mar, um movimento de zoom-out nos conduz para debaixo da Ponte, onde encontramos Barba Azul, um dos moradores mais conhecidos da comunidade. Ele narra memórias de pertencimento que entrelaçam o espaço físico e imaginário da ponte e do mar em um depoimento que situa a experiência dele desde a chegada ao Poço da Draga. Uma narrativa que surge não apenas como mediação, mas como consequência estética do cruzamento entre lembrança e vinculação afetiva.

Em outro momento, já estamos novamente sobre a Ponte Velha com um menino que passeia de bicicleta com uma caixinha de som e nos faz adentrar na melodia do *reggae*. Na Ponte, o que vemos é um espaço lotado, um cigarro apertado e o encontro entre os jovens. A coletividade alarga as extensões temporais e espaciais. O gesto de partilha do espaço reinventa o comum e faz parte de uma ação direta de resistência às modelações do capital na cidade. São as dinâmicas dos jovens que transformam, atualizam e potencializam a Ponte Velha enquanto lugar de encontro, memória e pertencimento. Nesse contexto, o ato de filmar se estabelece como uma escuta criadora de alianças. É preciso filmar com esses corpos para estar junto, para intervir de modo a propor um olhar diferente, para falar de uma maneira política e estética do gesto de ocupação.

Figura 7: Frame de Ponte Velha (Victor de Melo, 2018)



III.

Voltamos às imediações da comunidade do Poço da Draga. Dessa vez, em um espaço que parece estar situado entre a Ponte Velha e a comunidade do Poço da Draga, Serginho nos conta, em uma conversa em meio a poucas pessoas, da luta pelo direito à moradia. Entre elas, está Raquel Rolnik, urbanista e professora

da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da USP que, na época, era relatora especial da ONU para moradia adequada. Ao lado de Serginho, também reencontramos Ivoneide, uma das moradoras do Poço da Draga que encontramos também em *Visita Guiada*. Raquel, que se encontra como visitante, escuta atentamente a explicação do morador do Poço que vai delineando uma contextualização histórica e geográfica do espaço, desde os primeiros movimentos da orla até o momento presente em que os interesses ligados às questões imobiliárias avançam e ameaçam a permanência dos moradores.

O vídeo *Visita da Raquel Rolnik no Poço da Draga – Parte I* (2012)[14], realizado pelo Conselho Comunitário da Defesa Social e pela Ilha da Draga Audiovisual, é composto por dois planos-sequências. João Carlos Góes, que também é morador do Poço da Draga[15], participa da conversa enquanto filma, demonstrando uma implicação direta nas pautas que Serginho atravessa. Ao segurar a câmera, João se inscreve na cena, em primeiro momento, a partir do tremor das mãos, da instabilidade do quadro e na busca por um bom posicionamento para filmar Serginho. A dinâmica de João remete ao desejo de "dar a ver, registrar, produzir evidência e testemunho, em um ato de autodefesa" (CÉSAR, 2017, p. 103)[16]. São imagens produzidas em um contexto de disputa que pretendem colaborar com as lutas e demandas da comunidade.

Serginho vai alinhavando de que modo se constituíram as primeiras habitações do Poço da Draga e como os primeiros bangalôs, construções da elite, instalados na região deslocaram as famílias para a zona leste de Fortaleza, a região do Mucuripe. Segundo ele, após um movimento europeu que introduziu o banho de mar como atividade terapêutica, a cidade que se desenvolvia de costas para o mar passou a engajar-se em um movimento contrário. Ao descrever os espaços que integravam a comunidade no passado, Serginho se deixa contagiar por uma expressividade gestual capaz de transitar pela memória. É como se, em seu gesto entusiasmado de descrição, fosse possível acessar uma outra temporalidade que constitui o espaço e interagir com ela.

O discurso de Serginho, enquanto pesquisador da cidade, relata que o movimento de ocupação da orla pela elite local resultou na transferência da zona portuária para o Mucuripe na década de 50. Essa mudança teve como consequência a criação de um espigão chamado Titan, para possibilitar o processo de dragagem das embarcações, mas devido ao acúmulo de sedimentos, foi necessário a construção de um espigão menor: o Titanzinho. Nesse momento, ele parece entrelaçar a história da comunidade do Poço da Draga com a história da Praia do Titanzinho, no Serviluz[17]. Ambos espaços marcados por uma série de conflitos ocasionados por projetos de cidade, mas que possuem articulações capazes de perturbar a ordem do discurso hegemônico com suas lutas históricas e coletivas diante das disputas territoriais.

Ao final da primeira sequência, quando Serginho questiona o processo de revitalização à qual a Praia de Iracema é submetida, João passa a intervir verbalmente, alegando que o único espaço comunitário foi retirado com as modificações advindas; em seguida, move-se rapidamente para responder a um dos participantes, este fora de quadro, dizendo que a mudança relatada fazia mais de um ano. Se, em um primeiro momento, o gesto de João parece ser o de uma escuta, essa pequena torção nos remete a uma abertura diante de outras camadas gestuais convocadas pela experiência de filmar. Diferentemente de *Visita Guiada*, no qual o sujeito que filma segue sem imergir na cena,

João articula o gesto de filmar com o de escutar e também com o de intervir diretamente dentro do plano, a partir de um mergulho, constituindo uma variação fundamental nas posturas diante da cena fílmica, por parte dos realizadores. João passa a se posicionar verbalmente como membro ativo da conversa a respeito do prédio que foi retirado, o do Pavilhão, e convida os demais participantes da conversa para caminhar. Nesse instante, o caminhar junto se afirma como uma forma de produzir conhecimento, intervenções, experiências e inventar modos de falar sobre a história que atravessa os espaços.



Figuras 8 e 9: Frames de Visita da Raquel Rolnik no Poço da Draga – Parte I (Conselho Comunitário da Defesa Social e pela Ilha da Draga Audiovisual, 2012)



Enquanto caminhamos, nos aproximamos da Ponte Velha, e a composição da paisagem ganha um caráter distópico. Passamos a visualizar um trator, montanhas de areia, telas laranjas para sinalização de tapumes. É como se víssemos mais uma das ruínas que se instalaram na cidade, de algo que já aconteceu, de um projeto que já fracassou. Em meio às transformações da paisagem, o gesto de caminhar estimulado por João é concomitante ao de filmar o discurso de Serginho sobre o movimento de patrimonialização do Poço da Draga.

Estamos ao lado da obra do Acquário de Fortaleza. O caminho evoca as consequências da projeção de futuro neoliberal presente no planejamento da cidade; no entanto, a partir da conversa na qual estamos envolvidos, é possível também acessar os movimentos de reação à captura do espaço urbano como consumo e os anseios participativos da população. Em meio às ambivalências, percebemos que o caminho que trilhamos se

constitui por imagens que a todo momento desejam se articular com aquilo que as excede, seja por meio de um olhar, de uma palavra ou de uma conversa – há sempre um fora-de-campo, que tensiona o campo. É como menciona Amaranta César (2013), em diálogo com escritos de Marie-José Mondzain[18], sobre uma potência das imagens que reside justo na capacidade de ativar uma mediação que inaugura espaços de fala, ativando olhares e contribuindo para um pensamento crítico que interroga em torno da cidade pela qual caminhamos.

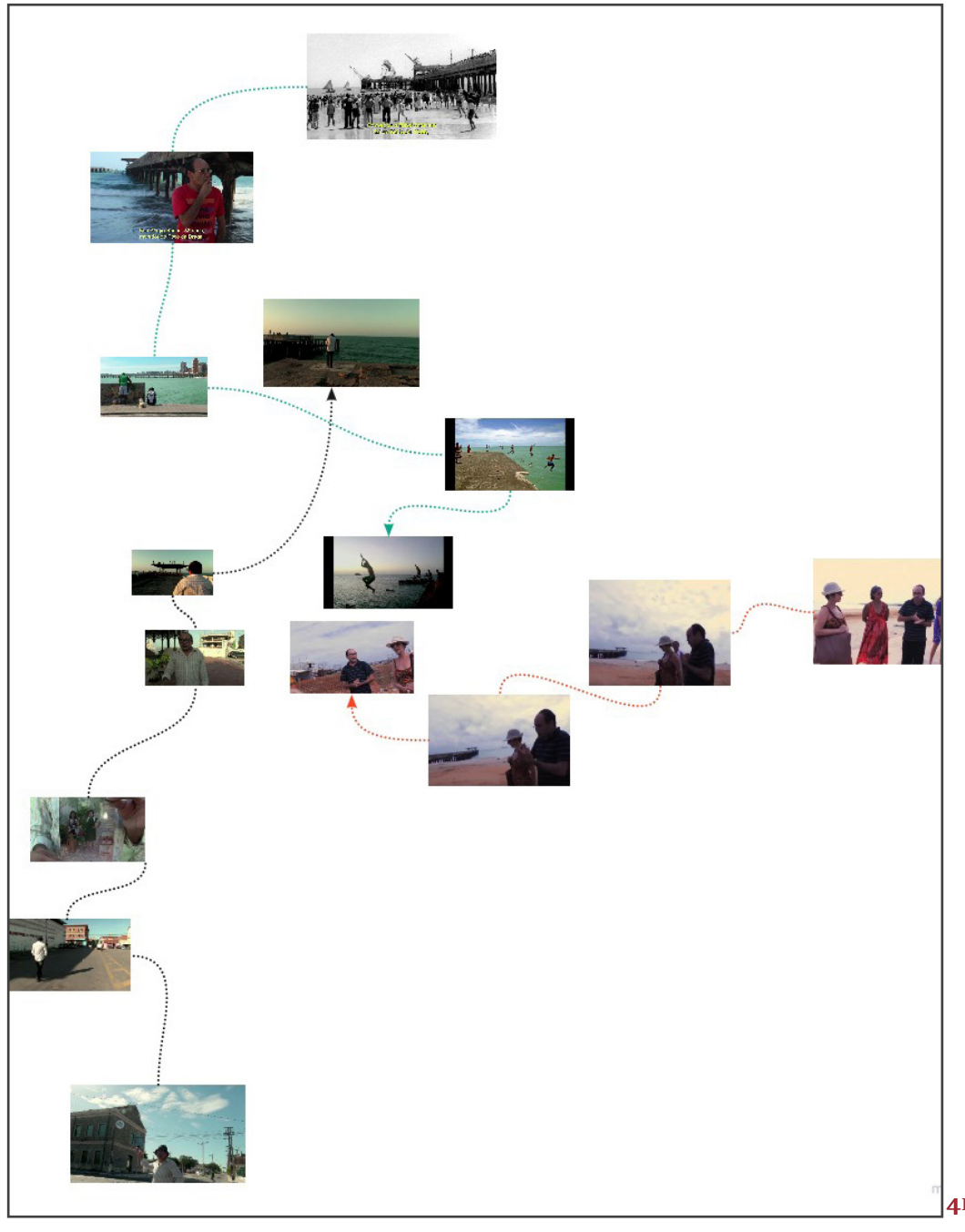


Figura 10: Linhas realizadas no Poço da Draga, em Fortaleza, CE, a partir dos filmes. (Autoria própria, 2021).

Nosso percurso foi animado pelo desejo de caminhar com e entre alguns filmes que se relacionam diretamente com a história e a geografia do Poço da Draga e com as marcas e memórias de seus moradores. Em seus movimentos, os filmes percorrem a comunidade e elaboram um pensamento em torno dos usos e apropriações dos espaços e das formas sensíveis de pertencimento que resistem às modelações do capital na cidade. As operações expressivas de *Visita Guiada, Visita da Raquel Rolnik no Poço da Draga – Parte I* e *Ponte Velha* reivindicam outros modos de habitar, transitar e se relacionar, que são próprios da comunidade do Poço da Draga. Em *Visita Guiada*, Serginho nos apresenta o espaço a partir de uma perspectiva moradora que vislumbra as lembranças e os laços que constituem a vizinhança ao mesmo tempo em que tece uma denúncia diante da falta de políticas públicas em prol da comunidade e da ausência de participação popular nos projetos a serem implementados nas imediações. Esse gesto parece retornar em *Visita da Raquel Rolnik no Poço da Draga – Parte I*, quando Serginho analisa atentamente como os movimentos do mercado imobiliário ameaçam a permanência dos moradores desde o surgimento da comunidade. Já em *Ponte Velha*, a denúncia parece abrir espaço para dar lugar às fissuras por onde é possível manter vivos os espaços a partir da ocupação e da resistência.

Nosso gesto junto aos filmes traçou diferentes caminhos entre o espaço e lançou um olhar atento a determinadas singularidades que, ao constituírem as operações formais, também expressavam diferentes modos de engajamento na cena fílmica. Os filmes traçam um estreito diálogo com os processos das lutas históricas e coletivas por moradia nos contextos de segregação territorial que constituem a cidade contemporânea. Nesse sentido, buscamos enfatizar as zonas de vizinhança que são tecidas entre as imagens que caminham na comunidade do Poço da Draga e os modos de enfrentamento diante dos projetos hegemônicos de cidade. Esse deslocamento constituiu uma composição que afirmava um diálogo direto com as produções subjetivas da comunidade e colocava em relação imagens e o espaço, procurando ir além da representação e tecendo vínculos entre os corpos, as espacialidades e os movimentos que interferem diretamente nas disputas em curso.

Notas

1. A Comunidade do Poço da Draga, também conhecida como "Baixa Pau", está situada na Praia de Iracema, nas proximidades do centro de Fortaleza, capital do Ceará. O Poço da Draga sofre constantemente com o assédio de diversas obras realizadas para o incremento do turismo, ocasionadas por processos de especulação imobiliária e de gentrificação. A comunidade já estabeleceu também relações de interlocução com outros processos de pesquisa acadêmica, como o trabalho final de graduação "Trópicos utópicos: uma poética de resistência nos espaços residuais", de Camila Matos e Luna Lyra; a dissertação "Histórias da terra e do mar: narrativas sobre resistência na comunidade Poço da Draga" (2018), escrita por Bruna Forte; e a tese "Um mar de histórias: memória, identidade e territorialidade no Poço da Draga" (2019), escrita por Marília Gomes. O Poço da Draga tem sido ainda agente de vários movimentos artísticos na cidade, tendo a expressão audiovisual como experiência de destaque.

2. "Por um período de tempo indeterminado, o coletor magnetizado faz uma caminhada diária pelas ruas e gradualmente constrói uma cobertura feita de qualquer resíduo metálico encontrado pelo seu caminho. Esse processo se estende até o coletor estar completamente coberto pelos seus troféus" (ALYS, texto escrito no cartão postal em El Colector).

3. Nosso movimento junto aos filmes é de proposição de ideias e não de análises meramente técnicas. Buscamos um trabalho inventivo a partir dos materiais oferecidos pelos filmes, pensando as obras para além de objetos, em um exercício de diferença e sensibilidade que busca caminhos para reinvenção dos lugares estáveis no exercício crítico. A proposição metodológica que desenhamos nesse tópico, que tenta sustentar a importância de caminhar com, parece-nos carregada de uma distância dos paradigmas canônicos que, historicamente, orbitam o pensamento ocidental, quando se fala de uma postura analítica. Para esse tensionamento, nossa pista vem de Denise Ferreira da Silva (2019). Não vamos aqui nos demorar nesse debate, mas sinalizamos para o texto "Em estado bruto", no qual a autora demonstra os limites do pensamento moderno ocidental, estruturado em torno das noções de análise e de crítica, herdadas da estética kantiana. Em contraponto, Silva vai desenvolver a potência de uma "poética", como gesto de se colocar junto aos processos artísticos. À nossa maneira, talvez efetuemos aqui uma proposição que também tenta ser uma poética, ao caminharmos e escrevermos com os filmes.

4. Lembremos o que dizem os autores a esse respeito: "O rizoma se refere a um mapa que deve ser produzido, construído, sempre desmontável, conectável, reversível, modificável, com múltiplas entradas e saídas, com suas linhas de fuga. São os decalques que é preciso referir aos mapas e não o inverso" (DELEUZE; GUATTARI, 1995, p. 32-33).

5. Referência aos versos "Proverbios y cantares XXIX", em Campos de Castilla (1912), do poeta Antonio Machado: "Caminante, son tus huellas/ el camino y nada más;/ Caminante, no hay caminho,/ se hace camino al andar".

6. O nome Expresso remete ao Expresso do Oriente e ao trilho que atravessa a comunidade.

7. Recobrindo algumas acepções conceituais e operacionais no campo dos estudos do audiovisual, aqui temos interesse no termo dispositivo naquilo que diz respeito "à criação, pelo

realizador, de um artifício ou protocolo produtor de situações a serem filmadas [...]" ou "à criação de uma 'maquinação', de uma lógica, de um pensamento, que institui condições, regras, limites, para que o filme aconteça" (LINS; MESQUITA, 2008, p. 56).

8. Para entender melhor como se deu o desaparecimento do riacho Pajeú na cidade de Fortaleza, ver: "Parque ampliado do Pajeú: uma abordagem site-specific com uso de locative media" (2017), de Cecília Andrade.

9. Na comunidade do Poço da Draga, moradoras e moradores atuam como arquivistas de uma vasta memória fotográfica, por meio de uma prática imagética intensa de compor álbuns de famílias. Uma pesquisa detalhada e em interlocução direta com pessoas do lugar foi desenvolvida, em tese de doutorado, por Felipe Camilo Kardozo, intitulada "Comunidade visível: narradores de imagens e memórias do Poço da Draga" (2021).

10. O Acquário de Fortaleza teve a construção iniciada em 2012, no início da gestão do governador Camilo Santana (PT), tendo sido idealizado em 2008 pelo governador Cid Gomes (PDT) com o objetivo de explorar o potencial turístico da região. Desde o início, a obra ameaçava a permanência dos moradores da Comunidade do Poço da Draga, além de impedir o acesso de uma população à própria praia, e levantava inúmeros questionamentos quanto a possíveis problemas ambientais para a região. Em 2019, após o grupo M. Dias Branco, uma das principais empresas do Estado, desistir de uma parceria de investimento com o governo, as obras foram paralisadas. Hoje, no espaço onde seria o "maior aquário da América Latina", o que vemos é a grande ruína do projeto, rodeada por tapumes. Valeria mencionar também o filme "Fort Acquario" (2016), dirigido por Pedro Diógenes, com fotografias realizadas por Victor de Melo, que introduz uma tensão fundamental com o projeto do Acquário de Fortaleza a partir de embate entre cenas cotidianas do espaço e as imagens institucionais do projeto que criam uma atmosfera de espetáculo.

11. Trecho de divulgação do filme Ponte Velha (2018): https://vimeo.com/248079150

12. Victor de Melo é também diretor de fotografia de vários filmes realizados no Poço da Draga, em outras partes de Fortaleza e em outras cidades brasileiras. Ele foi também fotógrafo justamente do filme que discutimos anteriormente, Visita Guiada. Recentemente, foi realizada uma dissertação de mestrado intitulada "O Poço e a Ponte: um estudo da relação pessoa-ambiente a partir da produção audiovisual de Victor de Melo" (2021), por Larissa de Carvalho Porto, a respeito das realizações dele.

13. Sobre a cidade envolvida na lógica da Bélle Époque, o livro de Sebastião da Ponte é uma fonte importante. Ver: PONTE, Sebastião. Fortaleza Belle Époque: reforma urbana e controle social 1860 - 1930. 5. ed. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2014.

14. Visita da Raquel Rolnik no Poço da Draga – Parte I (2012) pode ser acessado através do link: https://www.youtube.com/watch?v=IcTNQdaFBqE

15. João Carlos é também filho de Ivoneide Goes, moradora que aparecia em Visita Guiada e que aparece aqui, nesse outro filme de visita.

16. Amaranta César discute os modos como algumas produções engajadas no presente articulam estética e política e os desafios em torno da crítica e dos circuitos de exibição no Brasil contemporâneo. Ao analisar o filme Na missão, com Kadu (2016), realizado por Aiano Bemfica, Pedro Maia de Brito e Kadu

Freitas, ela destaca: “imagem, fala e gesto se acumulam em uma intencionalidade manifesta” (CÉSAR, 2017, p. 103). O texto da autora nos é importante aqui, por apresentar provocações fundamentais para o cenário audiovisual que disputa questões na vida social e que, por meio de seus gestos, apresenta exigências aos repertórios da pesquisa acadêmica, das curadorias e dos espaços de crítica, cobrados a perceber os elos entre as expressividades das práticas espaciais e aquelas dos atos de engajamento audiovisual.

17. A Praia do Titanzinho está localizada ao lado do Porto do Mucuripe, no bairro Serviluz. Apesar de a praia ser conhecida pelas belezas naturais e pelas práticas de surf, o espaço e seus respectivos moradores há muito tempo lidam com a ausência de políticas públicas e inúmeras tentativas ilegais de desenraizamento. Cerca de dez anos atrás, o Governo do Estado manifestou a intenção em construir um estaleiro para a produção de navios gaseiros na orla da praia, o que implicaria na remoção dos moradores e alteraria a dinâmica do litoral cearense, além de afastar do mar uma comunidade de surfistas e pescadores locais, mas em consequência do esforço das articulações locais, o empreendimento foi barrado.

18. Os trabalhos da filósofa Marie-José Mondzain têm atuado, especialmente, na defesa de que retiremos a imagem de um lugar ontológico, essencializante e substancial. Em toda a sua extensa e densa pesquisa, ela nos convida a considerar as imagens nas suas imbricadas relações com os processos subjetivos e sociais nelas envolvidos, donde vem a ideia da imagem como mediação de olhares e de lugares, cobrando do visível a necessária expressão de uma palavra que se ponha a trabalhar (não como palavra que explica, mas como emergência de falantes, experiência constitutiva do lugar da subjetivação).

“É porque a imagem não é nem uma coisa nem uma pessoa que ela opera entre sujeitos enquanto operadora de uma relação” (MONDZAIN, 2011, pp. 108, 109).

Referências

ALYS, Francis; MEDINA, Cuauthémoc. **Diz cuadras alrededor de estúdio / Walking Distance From The Studio. Catálogo da exposição Francis Alÿs – Diz cuadras alrededor del estudio. Cidade do México.** Antiguo Colegio de San Ildefonso, 2006.

CARERI, Francesco. **Walkscapes: O Caminhar Como Prática Estética.** São Paulo: Editora G. Gili, 2013.

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do cotidiano.** Petrópolis: Vozes, 1994.

CÉSAR, Amaranta. **Sobreviver com as imagens: o documentário, a vida e os modos de vida em risco.** Devires - Cinema e Humanidades, v. 10, n. 2, pp. 12-23, 2013.

_____. **Que lugar para a militância no cinema brasileiro contemporâneo? Interpelação, visibilidade e reconhecimento**. Revista Eco-Pós: Dossiê Imagens do Presente, v.20, n.2, 2017.

COSTA, Luciano Bedin. **A cartografia parece ser mais uma ética (e uma política) do que uma metodologia de pesquisa.** Revista Paralelo 31, ed. 15, 2020.

COUTO, Mia. Incendiador de Caminhos. In:_____. **E Se Obama fosse africano? E outras interinvenções.** Lisboa: Editorial Caminho, pp. 73-80, 2009.

DELEUZE, Gilles & GUATTARI, Félix. **Mil Platôs: Capitalismo e Esquizofrenia.** Rio de Janeiro: Ed. 34 vol. 1, 1995.

KARDOZO, Felipe Camilo Mesquita. **Comunidade Visível: narradores de imagens e memórias do Poço da Draga**. Tese (Doutorado em Sociologia) - Programa de Pós-graduação em Sociologia, Centro de Humanidades, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2021.

LIMA, Érico; PAULA, Janaina de; VIEIRA, Luciana (coord.). **Caderno da Vizinhança**. Publicação do Curso "O cinema e a experiência de Vizinhança". Secult-CE, 2020.

LINS, Consuelo; MESQUITA, Cláudia. **Filmar o real - Sobre o documentário brasileiro contemporâneo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2008.

MEDINA, Cuauhtémoc [et al.]. **Francis Alÿs.** Londres: Phaidon, 2007.

MONDZAIN, Marie-José. **Nada tudo qualquer coisa ou a arte das imagens como poder de transformação**. In: SILVA, R. e NAZARÉ, L.(org.) A República por vir. Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.

KASTRUP, V.; PASSOS, E. **Cartografar é traçar um plano comum**. Fractal: Revista De Psicologia, v. 2, n.2, p.263-280, 2013.

ROLNIK, Suely. **Cartografia Sentimental. Transformações contemporâneas do desejo.** Porto Alegre: Sulina; Editora da UFRGS, 2011.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo. Razão e emoção.** 4. ed. 7a reimpr. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SILVA, Denise Ferreira da. **Em estado bruto**. (Trad. Janaína Nagata Otoch). ARS (São Paulo), v. 17, n.36, p.45-56, 2019.

TEIXEIRA, Ana Cecília de Andrade. **Parque ampliado do Pajeú: uma abordagem site-specific com uso de locative media**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Instituto de Cultura e Arte, Programa de Pós-Graduação Artes (PPGARTES), Fortaleza, 2017.

***Ana Paula Veras Camurça Vieira** é doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Comunicação Social da UFC (PPGCom | UFC), na linha Fotografia e Audiovisual. É integrante do Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas - LAMUR, na UFC. Realizou o mestrado no PPGArtes ICA - UFC, com bolsa CAPES, na linha Arte e Pensamento: Das obras e suas interlocuções e é graduada em Cinema e Audiovisual (UFC). E-mail: anapaulav.21@gmail.com

***Deisimer Gorczevski** é professora e pesquisadora no Instituto de Cultura e Arte, na Universidade Federal do Ceará (UFC). Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Artes e do Laboratório Artes e Micropolíticas Urbanas - LAMUR, na UFC. Realizou doutorado em Ciências da Comunicação pela Unisinos-RS e doutorado-sanduíche em Comunicação Audiovisual na Universitat Autònoma de Barcelona, Espanha. Atualmente, realiza estudos com ênfase em processos de criação coletivos e colaborativos, cartografias e intervenções audiovisuais, micropolíticas urbanas, políticas públicas e metodologia de pesquisa em artes, filosofia e ciências. E-mail: deisimergorczevski@gmail.com

***Érico Oliveira de Araújo Lima** é pesquisador em Artes, Cinema e Audiovisual. Entre abril de 2019 e abril de 2021, foi professor substituto no Instituto de Cultura e Arte da UFC, com cursos ministrados no setor de escrita. Integra a equipe de pesquisa do LEEA-UFC (Laboratório de Estudos e Experimentações em Artes e Audiovisual). Doutor pelo PPGCOM da Universidade Federal Fluminense (UFF), na linha de estudos do Cinema e do Audiovisual, e pela Université Sorbonne Nouvelle (Paris 3), em Estudos cinematográficos e audiovisuais. Entre 2010 e 2011, fez parte da Coordenação Pedagógica do Curso de Graduação Plena em Comunicação Social para Assentadas e Assentados da Reforma Agrária (UFC/Pronera). E-mail: ericooal@gmail.com